Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração 5

2.3 - Outras inf. relev. - Auditores 7

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras 8

3.2 - Medições não contábeis 9

3.3 - Eventos subsequentes às DFs 15

3.4 - Política destinação de resultados 16

3.5 - Distribuição de dividendos 18

3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas 19

3.7 - Nível de endividamento 20

3.8 - Obrigações 21

3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras 22

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco 23

4.2 - Descrição - Riscos de Mercado 46

4.3 - Processos não sigilosos relevantes 49

4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest 56

4.5 - Processos sigilosos relevantes 57

4.6 - Processos repetitivos ou conexos 58

4.7 - Outras contingências relevantes 59

4.8 - Regras-país origem/país custodiante 60

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos 61

5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado 66

5.3 - Descrição - Controles Internos 68

Índice

5.4 - Programa de Integridade 73
5.5 - Alterações significativas 80
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 81

6. Histórico do emissor

6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM 82
6.3 - Breve histórico 83
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação 85
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico 86

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas 87
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista 103
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais 104
7.3 - Produção/comercialização/mercados 108
7.4 - Principais clientes 133
7.5 - Efeitos da regulação estatal 134
7.6 - Receitas relevantes no exterior 137
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira 138
7.8 - Políticas socioambientais 139
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades 146

8. Negócios extraordinários

8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante 147
8.2 - Alterações na condução de negócios 148
8.3 - Contratos relevantes 149
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 150

9. Ativos relevantes

9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante 151
9.1.a - Ativos imobilizados 152
9.1.b - Ativos Intangíveis 153
9.1.c - Participação em sociedades 157
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev. 163

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais 165

Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro 196
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs 200
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases 203
10.5 - Políticas contábeis críticas 204
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs 206
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados 207
10.8 - Plano de Negócios 208
10.9 - Outros fatores com influência relevante 210

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 212
11.2 - Acompanhamento das projeções 213

12. Assembléia e administração

12.1 - Estrutura administrativa 214
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias 227
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA 231
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos 233
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF 234
12.7/8 - Composição dos comitês 241
12.9 - Relações familiares 245
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle 246
12.11 - Acordos /Seguros de administradores 251
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm 252

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Política/prática de remuneração 255
13.2 - Remuneração total por órgão 267
13.3 - Remuneração variável 270
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações 273
13.5 - Remuneração baseada em ações 291
13.6 - Opções em aberto 296
13.7 - Opções exercidas e ações entregues 297
13.8 - Precificação das ações/opções 299

Índice

13.9 - Participações detidas por órgão 301
13.10 - Planos de previdência 302
13.11 - Remuneração máx, mín e média 303
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização 304
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem. 305
13.14 - Remuneração - outras funções 306
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada 307
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração 308

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 325
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos 327
14.3 - Política remuneração dos empregados 328
14.4 - Relações emissor / sindicatos 330
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos 331

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 2 - Posição acionária 332
15.3 - Distribuição de capital 335
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 336
15.5 - Acordo de Acionistas 337
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm 338
15.7 - Principais operações societárias 339
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico 345

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel. 348
16.2 - Transações com partes relacionadas 350
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade 354
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas 356

17. Capital social

17.1 - Informações - Capital social 357
17.2 - Aumentos do capital social 358
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação 359
17.4 - Redução do capital social 360

Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social 361

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 362

18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto 363

18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos 369

18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários 370

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 371

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 374

18.6 - Mercados de negociação no Brasil 375

18.7 - Negociação em mercados estrangeiros 376

18.8 - Títulos emitidos no exterior 377

18.9 - Ofertas públicas de distribuição 378

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas 379

18.11 - Ofertas públicas de aquisição 383

18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários 384

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Descrição - planos de recompra 385

19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria 386

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 388

20. Política de negociação

20.1 - Descrição - Pol. Negociação 389

20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação 390

21. Política de divulgação

21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos 391

21.2 - Descrição - Pol. Divulgação 393

21.3 - Responsáveis pela política 395

21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação 396

1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilsomar Maia Sebastião**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Dennis Herszkowicz**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Dennis Herszkowicz**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

DENNIS HERSZKOWICZ

Diretor-Presidente

1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gilsomar Maia Sebastião**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19.

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO

1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	07/12/2016
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (A) Em 2020: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro 2020; (iii) Projeto de Combinação de Negócios; e (iv) due diligence em processo de aquisição de empresa; (B) Em 2019: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro 2019; (iii) ISAE – Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e (iv) due diligence em processo de aquisição de empresa e (v) Emissão de carta conforto relacionado ao follow-on realizado em maio de 2019; e (C) 2018: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii)ITRs, que perfazem um montante de R$2.884.448,49 e equivalem a 60% do total de recursos empenhados pela Companhia; e (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contemplam outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, tais como o (iii) Projeto de Combinação de Negócios (R$1.686,766,36), e (iv) due diligence (R$250.728,86), e somam 40% do total de recursos investidos. Individualmente, os dispêndios com o Projeto de Combinação de Negócios, evento extraordinário no exercício, representaram 35% dos recursos destinados para serviços de auditoria.
Justificativa da substituição	O encerramento da relação contratual com a EY, bem como sua substituição pela KPMG, fez-se necessária por razões comerciais, e contou com a anuência dos auditores substituídos.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	O encerramento da relação contratual com a EY, bem como sua substituição pela KPMG, fez-se necessária por razões comerciais, e contou com a anuência dos auditores substituídos.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Luiz Carlos Marques	01/01/2017	043.982.278-57	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 7° andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733473, Fax (11) 25735880, e-mail: luizcarlos.marques@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	19/04/2021
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia em 2021: (i) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março e 30 de junho; e (ii) serviço de procedimentos pré-acordados relacionados a oferta de follow-on da Companhia realizado em setembro de 2021.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O auditor independente foi contratado em 2021. Portanto, não houve remuneração no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Wagner Petelin	19/03/2021	041.417.758-43	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º Andar – Torre A, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401500, e-mail: wpetelin@kpmg.com.br

2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores

A Companhia mantém uma política a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestadas pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) os serviços não impactem a sua independência; (ii) sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº 381/03: Previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

A Política de Contratação de Auditoria Independente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de setembro e em 09 de novembro de 2020 e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/

Importante destacar o processo de avaliação anual da auditoria independente realizado pelo Comitê de Auditoria, com o objetivo de aprimoramento e evolução contínua do processo. Durante a vigência do contrato, o Comitê de Auditoria mantém reuniões periódicas com os Auditores Independentes, com o objetivo de definir o plano de trabalho e monitorar o desenvolvimento do mesmo ao longo do ano, de acordo com o calendário anual das reuniões estabelecido conforme Regimento Interno do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento. Anualmente, o Comitê de Auditoria e Administração da Empresa, realiza uma avaliação formal dos trabalhos dos auditores independentes. O resultado desta avaliação determinará a necessidade de realização de um novo processo de seleção com outras empresas (Auditor Pessoa Jurídica) ou Auditores Pessoa Física, ou apenas de trâmites para renovação do contrato para o próximo exercício fiscal, respeitando o limite máximo de 5 anos fiscais auditados pela mesma empresa ou pessoa física. O Comitê de Auditoria deverá receber, anualmente, dos Auditores Independentes declaração formal confirmando a sua independência durante toda a execução dos trabalhos. Não obstante, o monitoramento dos aspectos de independência deve ser permanente, assim como sua estrutura e governança, adequação dos processos de controles internos de qualidade, capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos, honorários compatíveis com o porte e a complexidade da Companhia.

Em maio de 2020, o Comitê de Auditoria submeteu ao Conselho de Administração sua avaliação dos trabalhos dos auditores independentes, recomendando a continuidade dos serviços no ano de 2020 – o que obteve a anuência do Colegiado.

Em 19 de março de 2021, com parecer favorável do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração da Companhia aprovou por unanimidade a contratação da KPMG Auditores Independentes (KPMG), em substituição à Ernst Young Auditores Independentes (EY), para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras a partir do exercício de 2021. A referida prestação de serviços teve início a partir da revisão das informações trimestrais (ITRs), referente ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021. O encerramento da relação contratual com a EY, bem como sua substituição pela KPMG, se deu por razões comerciais, e contou com a anuência dos auditores substituídos.

3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado

(Reais Unidade)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	2.604.166.000,00	2.478.409.000,00	1.288.220.000,00
Ativo Total	5.146.406.000,00	3.535.927.000,00	2.391.277.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	2.596.077.000,00	2.282.124.000,00	2.111.160.000,00
Resultado Bruto	1.819.373.000,00	1.538.269.000,00	1.371.950.000,00
Resultado Líquido	294.959.000,00	210.648.000,00	60.643.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria	567.759.595	572.056.824	490.354.908
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	4,586741	4,332451	2,627118
Resultado Básico por Ação	0,519150	0,386820	0,121470
Resultado Diluído por Ação	0,51	0,38	0,12

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) é uma medição não contábil calculada pela Companhia.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução da CVM n° 527, de 4 de outubro de 2012 ("**Instrução CVM 527**"), conciliada com suas demonstrações financeiras, sendo que o EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício ou do período, ajustado pelas receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida total.

O EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BRGAAP ou o IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado pelo lucro (prejuízo) líquido, da operação descontinuada, gastos com transações de aquisições (M&A) e ajustes de *earn-out* ao valor justo e crédito tributário que, na opinião da Administração, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia. Os ajustes às operações da Companhia estão descritos abaixo:

i. **Lucro (prejuízo) líquido da operação descontinuada:** foco estratégico da Companhia em *software* como resultado da venda das operações de *hardware*.

ii. **Gastos com transações com M&A**: honorários decorrentes de processo de aquisição de empresas (M&A).

iii. **Ajuste de *earn-out* ao valor justo**: refere-se à atualização a valor justo dos pagamentos contingentes devidos aos acionistas das empresas adquiridas.

iv. **Crédito tributário:** refere-se à constituição de crédito tributário extemporâneo de contribuições previdenciárias de terceiros (INSS) apresentados líquidos do custo com honorários advocatícios para obtenção do parecer legal sobre o tema.

A Margem EBITDA Ajustada corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida Total.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores de EBITDA, Margem EBITDA %, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada %, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2021, e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais	Período de doze meses findo em 30 de junho (LTM)[1] 2021	Período de seis meses findo em 30 de junho		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2020	2019	2018
EBITDA	**708.817**	**374.129**	**262.360**	**597.048**	**428.969**	**270.337**
Margem EBITDA %	24,9%	25,2%	21,4%	23,0%	18,8%	12,8%
EBITDA Ajustado	**696.504**	**372.363**	**263.796**	**587.937**	**470.706**	**347.428**
Margem EBITDA Ajustada %	24,4%	25,1%	21,5%	22,6%	20,6%	16,5%

(1) A coluna referente ao período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 (LTM) considera a soma dos últimos doze meses do EBITDA e EBITDA Ajustado, sendo calculado da seguinte forma: soma do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 mais exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 menos período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Margem de Contribuição e Margem de Contribuição %

A Margem de Contribuição representa o quanto a venda de um produto ou serviço contribui para a cobertura dos custos e despesas específicos daquele produto ou serviço, sendo calculada com base no lucro bruto subtraído pela despesa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e pela provisão para perda esperada.

A Margem de Contribuição % corresponde à Margem de Contribuição dividida pela receita líquida total**.**

A Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % elaboradas por outras empresas. A Margem de Contribuição e a Margem de Contribuição % apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerado isoladamente ou como substituto indicador de liquidez e/ou desempenho.

Seguem abaixo os valores de Margem de Contribuição e Margem de Contribuição % nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, conforme tabela, e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais	Período de seis meses findo em 30 de junho		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Margem de Contribuição	**791.439**	**622.250**	**1.344.169**	**1.112.011**	**952.880**
Margem de Contribuição %	53,3%	50,6%	51,8%	48,7%	45,1%

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cotas sêniores e mezanino, circulante e não circulante.

A Dívida Líquida (Caixa Líquido) é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Dívida Bruta na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), de modo que não possuem significados padrões e não são comparáveis às definições de Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 30 de junho de 2021 e 2020, e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais	Em 30 de junho		Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Dívida Bruta	3.168.644	1.641.785	1.336.137	450.676	478.659
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	2.078.289	82.781	129.096	(1.087.480)	25.860

Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM)

O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) é representado pela divisão da Dívida Líquida (Caixa Líquido) pelo EBITDA Ajustado dos últimos doze meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demostra a dimensão da dívida da Companhia em múltiplos de EBITDA Ajustado (LTM), e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia.

Segue abaixo o Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais	No período de doze meses findo em 30 de junho de	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM)	3,0	0,2	(2,3)	0,1

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrada abaixo:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

(*Em milhares de reais*)	Período de doze meses findo em 30 de junho (LTM)[viii]	Período de seis meses findo em 30 de junho		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2021	2020	2020	2019	2018
Receita Líquida Total	2.850.891	1.483.631	1.228.817	2.596.077	2.282.124	2.111.160
Lucro Líquido	**334.746**	**159.288**	**119.501**	**294.959**	**210.648**	**60.643**
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	37.674	20.398	(5.842)	11.434	1.177	40.462
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	104.183	75.370	57.255	86.068	70.111	46.941
(+) Depreciação e Amortização	232.214	119.073	91.446	204.587	147.033	122.291
EBITDA[i]	**708.817**	**374.129**	**262.360**	**597.048**	**428.969**	**270.337**
Margem EBITDA% [i]	***24,9%***	***25,2%***	***21,4%***	***23,0%***	***18,8%***	***12,8%***
(-) Lucro (Prejuízo) líquido da operação descontinuada [iii]	(359)	-	1.436	1.077	43.268	77.092
(+) Gastos com transações de M&A [iv]	23.124	7.786	-	15.338	2.201	-
(-) Ajuste de *earn-out* a valor justo [v]	(26.360)	(834)	-	(25.526)	(3.732)	-
(-) Crédito tributário [vi]	(8.718)	(8.718)	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	**696.504**	**372.363**	**263.796**	**587.937**	**470.706**	**347.429**
Margem EBITDA Ajustada % [vii]	***24,4%***	***25,1%***	***21,5%***	***22,6%***	***20,6%***	***16,5%***

[i] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e Comitê de Pronunciamentos Contábeis, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações contábeis relativas aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercícios encerrados em de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma.
[ii] Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida total da Companhia.
[iii] Refere-se à venda das operações de *hardware* como resultado do foco estratégico da Companhia em software.
[iv] Refere-se à honorários decorrentes de processo de aquisição de empresas (M&A).
[v] Refere-se à atualização a valor justo dos pagamentos contingentes devidos aos acionistas das empresas adquiridas.
[vi] Refere-se à constituição de crédito tributário extemporâneo de contribuições previdenciárias de terceiros (INSS) apresentados líquidos do custo com honorários advocatícios para obtenção do parecer legal sobre o tema.
[vii] Margem EBITDA Ajustada é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida total da Companhia.
[viii] A coluna referente ao período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 (LTM) considera a soma dos últimos doze meses do EBITDA e EBITDA Ajustado, sendo calculado da seguinte forma: soma do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 mais exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 menos período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

Margem de Contribuição e Margem de Contribuição %

(*Em milhares de reais*)	Período de seis meses findo em 30 de junho 2021	2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Lucro Bruto	**1.053.989**	**864.261**	**1.819.373**	**1.538.269**	**1.371.950**
Pesquisa e Desenvolvimento	(246.782)	(212.021)	(431.348)	(397.824)	(382.078)
Provisão para Perda Esperada	(15.768)	(29.990)	(43.856)	(28.434)	(36.992)
Margem de Contribuição	**791.439**	**622.250**	**1.344.169**	**1.112.011**	**952.880**
Margem de Contribuição %	***53,3%***	***50,6%***	***51,8%***	***48,7%***	***45,1%***

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

Em milhares de Reais	Em 30 de junho 2021	2020	Em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) [i]	347.980	248.133	325.050	247.703	201.471
Debêntures (circulante e não circulante)	1.497.677	403.787	-	202.973	277.188
Cota Sênior e Mezanino	1.322.987	989.865	1.011.087	-	-
Dívida Bruta	**3.168.644**	**1.641.785**	**1.336.137**	**450.676**	**478.659**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(802.260)	(1.263.927)	(1.027.733)	(1.538.156)	(452.799)
(-) Aplicações financeiras	(288.095)	(295.077)	(179.308)	-	-
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**2.078.289**	**82.781**	**129.096**	**(1.087.480)**	**25.860**

[i] Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e Comitê de Pronunciamentos Contábeis, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações contábeis relativas aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e exercícios encerrados em de 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma

Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM)

(*Em milhares de reais*)	Período de doze meses findo em 30 de junho de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	2019	2018
Dívida Líquida (Caixa Líquido)[1]	2.078.289	129.096	(1.087.480)	25.860
EBITDA Ajustado (LTM)	696.504	587.937	470.706	347.428
Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM)	**3,0**	**0,2**	**(2,3)**	**0,1**

[1] Dívida Líquida (Caixa Líquido) calculada com base nas medições contábeis apresentadas na tabela de reconciliação da Dívida Líquida (Caixa Líquido) imediatamente acima. A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cotas sêniores e mezanino, circulante e não circulante. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, circulante e não circulante. A Companhia utiliza a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Dívida Bruta na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado retrata seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) lucro (prejuízo) líquido da operação descontinuada; (ii) gastos com transações de aquisições (M&A); (iii) ajuste de *earn-out* a valor justo; e (iv) crédito tributário. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada do seu real desempenho.

Margem de Contribuição e Margem de Contribuição %

A Companhia entende que as medições da Margem de Contribuição e da Margem de Contribuição (%) são úteis para medir a rentabilidade, já que as receitas, custos e despesas desta métrica são equiparáveis e podemos saber a lucratividade e rentabilidade da Companhia.

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida (Caixa líquido) e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Na data-base de 30 de junho de 2021 e, a Companhia possuía contratos de arrendamento financeiro atrelados à compra de equipamentos e aluguéis das unidades da Companhia e captação de empréstimo para capital de giro. Para maiores informações, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM)

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demostra a dívida da companhia em múltiplos de EBITDA Ajustado LTM, e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia. Este indicador é uma das referências para cumprimento das obrigações descritas nos *covenants* das debêntures emitidas em maio de 2021.

3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

Em 12 de julho de 2021, a Companhia celebrou contrato tendo por objeto a subscrição, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), de participação societária minoritária na TFS Soluções em Software S.A. ("**TFS**")representativa, ao final, de 37,5% do total das ações da TFS pelo montante de R$600.000 mil, sujeitos a ajustes, e com *equity post-money* da nova companhia avaliado em R$1,6 bilhão. O fechamento desta transação depende de aprovações regulatórias e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de negócio.

Em 30 de julho de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio no montante total de R$51.193 mil, referente ao primeiro semestre de 2021. O pagamento será efetuado a partir de 22 de outubro de 2021.

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

valores em reais	2020	2019	2018
a. regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei 6.404/76, a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei 6.404/76, a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.
a.i. valores das Retenções de Lucros	Reserva legal R$14.748 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$132.731 mil	Reserva legal R$10.490 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$98.671 mil	Reserva legal R$2.977 mil e Reserva de Retenção de Lucros R$2.840 mil

3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

a.ii percentuais em relação aos lucros totais declarados	*45,00%*	*47,03%*	*4,77%*
b. regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações e no Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo necessário
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.	Ao fim de cada exercício social. O Estatuto Social (art. 39) da Companhia contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamento especial aplicável à Companhia.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	A Companhia não possui política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	A Companhia não possui política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado		280.211.000,00	199.306.000,00	56.571.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		52,631410	52,631630	80,894805
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		11,326430	8,499320	4,707503
Dividendo distribuído total		147.479.000,00	104.898.000,00	45.763.000,00
Lucro líquido retido		132.372.000,00	98.671.000,00	2.840.000,00
Data da aprovação da retenção		20/04/2021	27/04/2020	18/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			50.960.366,03	20/05/2021	24.816.612,56	20/05/2020	17.977.520,00	03/10/2018
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária			39.742.843,21	22/10/2020	36.223.951,44	10/10/2019	14.708.880,00	03/10/2018
Ordinária			56.775.735,10	20/05/2021				
Ordinária					43.857.567,02	20/05/2020		
Ordinária							13.076.130,88	09/05/2019

3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas

Não houve dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	2.542.240.000,00	Índice de Endividamento	0,97622000	
	0,00	Outros índices	0,20000000	Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM). O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) é representado pela divisão da Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2020 de R$ 129.096 mil pelo EBITDA Ajustado (LTM) em 31 de dezembro de 2020 de R$587.937 mil. A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demostra a dimensão da dívida da companhia em múltiplos de EBITDA Ajustado (LTM), e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia.

3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		45.281.000,00	79.652.000,00	94.031.000,00	4.561.000,00	223.525.000,00
Financiamento	Quirografárias		101.525.000,00	0,00	0,00	0,00	101.525.000,00
Total			146.806.000,00	79.652.000,00	94.031.000,00	4.561.000,00	325.050.000,00

Observação

As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e os saldos apresentados referem-se às rubricas de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). Foram utilizados os seguintes critérios para a classificação das obrigações da Companhia. Critérios utilizados: (i) Obrigações com garantia real: os arrendamentos financeiros garantidos por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados; (ii) Obrigações quirografárias: captação de empréstimo de capital de giro.

3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Em agosto de 2021, a Companhia foi vítima de um vazamento de certos dados pessoais de alguns colaboradores. Dentre os dados vazados: (i) não havia informações financeiras e/ou dados sensíveis; e (ii) boa parte das informações eram de conhecimento público. As operações da Companhia não foram afetadas por tal incidente e a Companhia entende que o vazamento não produzirá qualquer impacto relevante em suas atividades ou resultados**.**

Após a ciência de tal vazamento de dados, a Companhia adotou todas as medidas cabíveis para este tipo de ocorrência, incluindo a comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("**ANPD**").

Por fim, a Companhia informa que os riscos associados, de forma geral, à LGPD, estão descritos no item 4.1 "Descrição dos Fatores de Riscos", sob o título "*A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções"* e no item 7.5 (a) *"Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais"*.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar (ou ter) ou causará (ou terá) “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.

O mercado de sistemas de gestão, principal mercado em termos de receita em que a Companhia atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de *softwares* e de infraestrutura de comunicação, crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de *software*, de subscrever pelo uso do *software* e de contratar serviços, ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a atrair novos clientes e, com isso, sofrer um impacto relevante em seus resultados.

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende, em parte, de sua capacidade de atender a demanda de seus clientes e do setor de gestão e análise de dados por soluções tecnológicas inovadoras. Caso a Companhia não consiga acompanhar referidas demandas ou não consiga se associar a parceiros que atendam tempestiva e adequadamente às necessidades tecnológicas do setor, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Ainda, os padrões tecnológicos adotados pelo setor de atuação da Companhia são de rápida evolução. Dessa forma, os padrões com base nos quais a Companhia optou por desenvolver novos produtos podem não permitir competir de maneira eficiente nos mercados em que atua. A eventual não realização de avanços no tocante à padronização de linguagens adotadas, simplificação de estruturas ou convergência de soluções, bem como o atraso ou não adoção de novas tecnologias, inclusive aquelas consideradas disruptivas, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros.

A Companhia pode falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na gestão de ciclo de vida dos produtos existentes.

Não há garantias que será capaz de manter um portfólio que atenda às necessidades de seus clientes, além de não haver garantia de que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

Caso a Companhia invista em novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento e aperfeiçoamento de produtos e novas tecnologias, a competitividade e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de Techfin, Business Performance e outros novos mercados.

Parte importante da estratégia da Companhia é entrar em novos mercados, incluindo o mercado de Techfin e de Business Performance e o sucesso da Companhia nesses segmentos dependerá de sua capacidade de extrair, tratar e monetizar dados oriundos dos ERPs (*Enterprise Resource Planning* ou Software de Gestão Empresarial, "**ERP**"), utilizados pelos clientes, bem como, no caso específico das soluções voltadas à business performance, gerar insights e informações para que seus clientes possam aumentar de forma significativa as suas vendas, assim como em sua capacidade de escalar essas operações.

A Companhia poderá ter dificuldades para executar a operação de forma sustentável, dada a dependência de parceiros para estruturação e *funding*. Poderá também ser impactada pelas baixas quantidade e qualidade de dados disponíveis.

A Companhia poderá não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico desses novos produtos e ofertas, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados.

Além disso, eventuais alterações legislativas podem dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas de determinados segmentos.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar e expandir os pilares de Techfin, Business Performance e outros novos mercados conforme planejado, os investimentos realizados nesses segmentos poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia. Além disso, a Companhia poderá ser impactada pelo achatamento da curva de crescimento projetado em função do cenário socioeconômico atual provocado pela pandemia do coronavírus.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos.

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos cuja identificação não tenha sido apurada ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia; (iii) atrasos na coleta de recebíveis; (iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) desvio dos recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação de novos produtos; (vii) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, os nossos resultados e a nossa condição financeira.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à Constituição Federal, à Lei n° 10.406/02 (Código Civil), à Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e), à Lei n° 12.965/14 (Marco Civil da Internet), ao Decreto n° 8.771/16 e à recente Lei nº 13.709/2018, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”), sendo estas as principais leis que regulam as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

A LGPD disciplina regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil em todos os setores da economia, para organizações de todos os portes, tanto no meio digital quanto no meio físico. Entre outros requisitos previstos na legislação, para que a Companhia possa coletar, usar e de qualquer outra forma tratar dados pessoais é necessário informar aos titulares de dados sobre as práticas de tratamento de dados pessoais da Companhia, que exista uma hipótese legal para cada tratamento e que sejam observados todos os princípios e direitos dos titulares estipulados na legislação. A LGPD também prevê sanções administrativas em caso de descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

As medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataformas internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataformas contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados são transmitidos mudam com frequência. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em seus sistemas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a tal legislação, estará sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) de advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Em caso de reincidência, penalidades administrativas mais graves previstas na LGPD poderão ser aplicadas, tais como: (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e/ou da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (ii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

A Companhia também pode ser responsabilizada judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, inclusive quando causados por subsidiárias, prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nome da Companhia ou como controladores em conjunto com a Companhia, em razão do não cumprimento das obrigações previstas na LGPD. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de poderem afetar adversamente a reputação da Companhia no mercado.

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e depende da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas, incluindo os sistemas de *software*, data centers, internet, telecomunicações e de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, problemas de telecomunicações, vírus, entre outros fatores.

Atualmente, a Companhia não possui seguro cibernético para protegê-la de eventuais incidentes de segurança da informação, de modo que os resultados de operações da Companhia podem ser negativamente afetados em caso de ocorrência de qualquer incidente envolvendo seus sistemas de tecnologia da informação.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar uma interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia. Para maiores informações sobre incidentes de segurança, veja o item 3.9 deste Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Qualquer incidente de segurança no ambiente computacional que resulte em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, *malware, phishing* e outros eventos que possam ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia podem sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades, perdas de clientes ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e/ou dados pessoais armazenados e tratados pela Companhia, inclusive, quanto a não realização de testes de vulnerabilidade de seus sistemas, poderá prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia possui seu data center localizado próximo ao Campo de Marte, em São Paulo (SP), o que pode acarretar interrupções e falhas na operação do data center em decorrência de acidentes aéreos.

O atual data center da Companhia, ambiente projetado para abrigar servidores, armazenar dados e outros, fica localizado próximo à base aérea do Campo de Marte, em São Paulo (SP), local com potencial risco para acidentes aéreos.

Caso os riscos mencionados se materializem, por qualquer razão exógena ao controle da Companhia, incluindo, mas não se limitando a, desastres naturais que possam ocasionar qualquer interrupção ou falha nas atividades do data center, inclusive qualquer acidente em tal região, capaz de danificar o data center da Companhia, os dados ali armazenados podem ser afetados, o que pode prejudicar a imagem e os negócios da Companhia.

Caso a Companhia seja obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações e interrupções ou falhas no data center, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo.

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos e serviços. Além disso Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia. Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia. Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado ou não conseguir avançar em novos mercados caso não seja capaz de avançar na digitalização dos seus canais de venda e distribuição em velocidade igual ou superior aos seus concorrentes, bem como se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses. Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de *software* ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, podendo, assim, ter um impacto negativo em seus resultados operacionais.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger seus ativos de propriedade intelectual atuais e futuros, tais como marcas, nomes de domínio, dentre outros direitos de propriedade intelectual.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), o eventual uso não autorizado ou indevido de destas, ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marca da Companhia podem diminuir o valor dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, afetando adversamente os seus negócios e/ou sua reputação.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas tempestivamente ou os seus concorrentes podem contestar o uso de quaisquer de nossos ativos registrados ou futuros solicitados ou licenciados pela Companhia. Além disso, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados da Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Nestes casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto. A Companhia também pode ser obrigada a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que, conforme o caso, infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que, eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Eventuais acessos não autorizados a mídias físicas e digitais podem elevar o risco de roubo ou uso indevido de sua propriedade. Ademais, é possível que terceiros consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia em determinados segmentos e reduzir o valor de suas marcas e produtos.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração das marcas pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados. Ainda, tais alterações poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais financeiros da Companhia.

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia.

A continuidade da Companhia depende em grande parte da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas e depende da qualificação dos seus profissionais para obter sucesso em seu negócio, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a alta demanda do mercado para esses profissionais e a competição mais globalizada por esses talentos. Além disso, a tendência de adoção de modelos de trabalho remoto favorece a contratação de profissionais independentemente do fator territorial. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de obter mão-de-obra qualificada ou ter que oferecer remuneração mais elevada para atrair e manter mão-de-obra qualificada, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

Os concorrentes da Companhia incluem fornecedores de aplicativos comerciais de mercado tais como ERP, gerenciamento de relacionamento com clientes ("CRM") e business intelligence ("BI"), produtos de colaboração e produtos de inteligência comercial e aqueles que se dedicam a iniciativas em software de fonte aberta, nas quais os concorrentes podem fornecer software e propriedade intelectual sem pagamento de licença, bem como empresas que se dedicam a atividades de consultoria.

Os *softwares* de gestão empresarial integrada da Companhia automatizam processos empresariais críticos, tais como de manufatura, distribuição, contabilidade, finanças, recursos humanos e vendas. Os produtos da Companhia incluem ERP, CRM e BI, bem como módulos específicos - os verticais - que fornecem capacidades adicionais feitas sob medida especificamente para os ramos de negócio dos seus clientes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

As baixas barreiras de entrada para concorrentes de outros países no mercado brasileiro, a tendência de novos métodos de distribuição (por exemplo, *software* como serviço na nuvem) e oportunidades apresentadas pela Internet e comércio eletrônico poderiam acarretar o aumento da concorrência com os produtos da Companhia, por meio do ingresso no mercado de integradores de sistemas, empresas de consultoria, empresas de telecomunicações e demais prestadores de serviço de tecnologia da informação.

Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência, às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ser obrigada a conceder a clientes descontos ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de cobrança, para permanecer em condições de concorrência competitivas. Esses acontecimentos impactaram e poderão impactar de forma negativa e crescente as receitas e lucros da Companhia.

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação.

Fusões e aquisições constituem elemento importante da estratégia da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. A Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em assimilar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida, bem como aspectos relacionados à deficiências na governança, no ambiente interno e outros passivos desconhecidos; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência; e (ix) aquisições de empresas com culturas não aderentes àquela praticada pela Companhia, dificultando o processo de integração e retenção de talentos estratégicos para o negócio.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersos geograficamente; (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes, podendo ocasionar, inclusive, descumprimento das diretrizes de conduta estabelecidas pela Companhia; (iv) resistências e morosidade no processo de disseminação e unificação da cultura organizacional e (v) limitações impostas pelas autoridades de defesa da concorrência.

- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de *softwares* para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas e o lucro por ação poderá diminuir.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis à Companhia e/ou seus diretores e conselheiros e suas controladas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia, seus diretores e conselheiros e suas controladas são e podem vir a ser partes no polo passivo em diversas investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, incluindo em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões ou acordos desfavoráveis contra a Companhia, seus diretores e conselheiros e suas controladas poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública ou do direito de exploração dos serviços de telecomunicações prestados. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a brigam a dispender valores significativos. Ademais, a Companhia também está sujeita ao impacto de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais a Companhia, seus diretores e conselheiros ou acionistas não sejam parte, mas que versem sobre suas atividades ou sobre a regulação a que estão sujeitas.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia e/ou seus diretores e conselheiros, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados. Ademais, eventuais decisões desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia poderão ocasionar o impedimento do exercício das funções que desempenham na Companhia. Com relação a esses processos ou procedimentos, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados às suas franquias exclusivas e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento de suas franquias exclusivas.

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, que comercializam e implementam nossas soluções. As franquias contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (*small and medium business – SMB*) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser afetados diretamente pela performance dos nossos franqueados. Os franqueados participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A perda de franquias pode prejudicar nosso relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, inclusive no que se refere ao nível de especialização adequado para vender determinados produtos segmentados, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, sua reputação e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gestão de riscos e Compliance podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países de atuação.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, empregados ou representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia (iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Caso a Companhia não concretize a aquisição de empresas essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e o plano de crescimento inorgânico, os seus resultados podem ser afetados adversamente e a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos demais concorrentes de mercado.

Historicamente a Companhia tem realizado aquisições de empresas com o objetivo de atingir um crescimento inorgânico planejado e complementar o seu portfólio de produtos. Atualmente o mercado de fusões e aquisições está bastante aquecido, o que gera maior concorrência nesse setor, especialmente nos segmentos de tecnologia, financeiro e meios de pagamento e business performance. Consequentemente, a Companhia poderá não conseguir obter êxito na concretização de determinadas transações de M&A consideradas estratégicas para seu plano de negócios, crescimento e desenvolvimento de novos mercados ou, ainda, ter de pagar preços mais altos do que inicialmente previstos, o que pode afetar adversamente os seus resultados financeiros e implicar em perda de competitividade perante concorrentes diretos ou indiretos, inclusive no que tange à conquista de novos mercados.

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das Sociedades por Ações permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia.

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia no futuro a fim de levantar capital, fazer aquisições ou para diversas outras finalidades. Emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no Capital Social. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e resultar em uma diluição da participação societária do investidor.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto e indireto, da Companhia, ou ao gruo de controle.

Após a conclusão da oferta pública restrita de ações ("Oferta"), a Companhia continuará não possuindo um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante.

Após a conclusão da Oferta, a Companhia continuará não possuindo um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, pode ser que se formem alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle.

Caso surja um grupo de controle e que passe a deter o poder decisório da Companhia, essa poderia sofrer mudanças inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus Administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais que 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

(e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de parceiros de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços, podem impactar a continuidade das operações da Companhia.

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade da operação e da prestação de serviços aos seus clientes. Os serviços prestados e os produtos que a Companhia utiliza de seus parceiros, como por exemplo, sistemas de telecomunicação, internet e data centers são partes fundamentais da infraestrutura de SaaS, *Cloud* e *on-premise.*

Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços desses fornecedores, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, e as falhas ocorridas podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade de seus produtos ou serviços.

A concentração em poucos fornecedores de serviços essenciais à operação pode gerar um nível de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente na qualidade dos seus produtos e serviços na hipótese de falha ou inadequação do nível de serviço pelos seus fornecedores.

Caso os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometam o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente na sua operação e nos produtos e serviços ofertados aos seus clientes, bem como nos resultados, na sua reputação junto aos clientes e ao mercado e no percentual de retenção de clientes.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A Companhia licencia fornecedores de linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em constante evolução, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias.

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da Companhia em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem e respondam às mudanças no ambiente externo, aos objetivos estratégicos do negócio e aqueles propostos para as soluções disruptivas. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

(f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente.

As tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais constituem, atualmente, fenômeno amplamente difundido no setor e afeta computadores e redes, passando por todas as plataformas.

As vulnerabilidades de segurança efetivas ou percebidas de produtos da Companhia (ou da Internet de modo geral) podem levar alguns clientes a buscar reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet. Os clientes também poderão aumentar seus gastos para proteger suas redes de computadores de quebras de segurança, o que poderia postergar a adoção de novas tecnologias.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

A Companhia pode ter sua base clientes afetada caso sua capacidade de atendimento e suporte não seja adequada ao seu crescimento.

Tendo em vista a estratégia de crescimento da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico, é esperado que sua base de clientes aumente, trazendo desafios do ponto de vista de capacidade e agilidade de atendimento e suporte aos clientes. Além disso, dependendo das soluções utilizadas, os clientes podem ter que acessar diferentes canais de atendimento, o que pode tornar o processo mais moroso e afetar a experiência do cliente.

Caso a Companhia não seja capaz de prover atendimento e suporte de forma ágil, em prazo adequado e de acordo com as expectativas, o seu índice de retenção de clientes e seus resultados podem ser adversamente afetados.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais.

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos *softwares* da Companhia e pelos serviços a eles relacionados.

Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários de *softwares* em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes mantenham ou reduzam a demanda por seus serviços, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recente recessão de 2016 e a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus em 2020, cujos efeitos ainda podem ser refletidos neste ano.

(h) Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia.

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Além disso, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre os royalties que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre as receitas financeiras; (iv) sobre a lucratividade bruta; e, principalmente, (v) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e competividade da Companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Tendo em vista que as atividades da Companhia nos países fora do Brasil não tiveram representação material na receita líquida total da Companhia nos últimos três exercícios sociais, a Companhia entende que não está sujeita a riscos relacionados aos países estrangeiros em que atua.

(j) Riscos relacionados a questões socioambientais

As atividades da Companhia não implicam em riscos relevantes relacionados a questões socioambientais.

(k) Riscos macroeconômicos

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- mudança na legislação trabalhista;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Somadas a essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais e o preço de negociação de ações da Companhia.

A crise hídrica que ocorre no país pode causar efeitos adversos na operação da Companhia devido a possível escassez de energia elétrica.

A escassez de recursos como água e energia em decorrência da atuação do homem sobre o meio ambiente e da imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano, influenciam as estimativas de consumo de tais recursos e podem impactar negativamente as operações da Companhia. Com a recente preocupação acerca do abastecimento de energia elétrica devido à crise hídrica de proporções históricas, há o risco de falta de fornecimento de energia em grande parte do país, visto que sua principal forma de geração de energia é a hidrelétrica, afetando assim o cenário econômico como um todo, prejudicando o nível de atividade com a interrupção de cadeias de produção e prestações de serviços que dependem de energia para funcionar. Desta forma, a Companhia, por depender do fornecimento de energia para execução de sua atividade operacional, pode sofrer um impacto negativo em sua operação caso o fornecimento seja interrompido devido a problemas na geração e distribuição de energia e seus resultados podem ser impactados pela possível diminuição da atividade econômica do país.

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, e a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia dependem de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("**OMS**") declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social. A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar algumas de suas práticas de negócios, como a inclusão de medidas sanitárias recomendadas pela OMS, práticas de higienização de locais de trabalho e dos funcionários, implementação de sistema de *home office*, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências. A Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração. A Companhia pode ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração ou recessão econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a “Operação Lava Jato”. Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns ex-membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo e líderes da classe política brasileira, com ou sem mandato atualmente, bem como executivos de grandes Companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a Companhias de infraestrutura, petróleo e gás e construção, dentre outras. Os valores dessas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes Companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou Companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Incertezas em relação à implementação de reformas estruturantes pelo governo federal, bem como de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, e à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas relativas à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Federal irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. O Índice Geral de Preços do Mercado ("**IGP-M**") encerrou 2020 com alta acumulada de 23,14%, ante 7,30% em 2019, o que representou a maior variação anual desde 2002 (25,31%). Historicamente, as medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária ("**COPOM**") frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e as Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras desta.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31 e aumentou para R$3,88 no final de 2018, fechando em R$4,01 em 2019. O ano de 2020 ficou marcado por forte aceleração do dólar, fechando em alta de 29,33%, cotado a R$5,19. Em 30 de junho de 2021, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$5,00. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia. Além disso, alguns custos de serviços atrelados ao dólar podem impactar seus resultados.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. A situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetadas negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação as ações da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

- Standard & Poor´s: inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB- positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o *rating* de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

• Moody´s: em fevereiro de 2016, rebaixou os *ratings* de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.

• Fitch: em maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Atualmente, o rating de crédito permanece inalterado nesta agência.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos. Na data deste Formulário de Referência, o *rating* de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *rating* de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários político e econômico são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como:

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos;
- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido; e
- Eventos inesperados e que possam afetar adversamente a economia brasileira ou global, como pandemias e catástrofes naturais de grande escala.

4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Em 31 de março de 2020, a capitalização total de mercado das empresas relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R$3,2 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 44% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país ou mesmo um eventual cenário de recessão, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América, de certos países europeus e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das Companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações do país. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na execução de suas atividades são: (i) risco de liquidez; (ii) risco de crédito; (ii) risco de taxa de juros; e (iii) risco de taxa de câmbio. Não há garantias, no entanto, de que a Companhia não será adversamente afetada por outros riscos de mercado que não aqueles aqui descritos.

Risco de Liquidez

Possibilidade, de a Companhia não ser capaz de honrar seus compromissos, correntes e futuros, em virtude de indisponibilidade de caixa, tendo como consequência, o impacto em suas operações.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento, o que levaria a um prejuízo financeiro. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, além das debêntures, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável, em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI).

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 51,5% e 50,2% do total de custos e despesas operacionais no período findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo ("**IPC-A**") como referência.

Os contratos da Receita Líquida de Software Recorrente, que representaram 82,0% e 79,5% da Receita Líquida de Software Total no período findo em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, respectivamente (cobrindo 102,9% do total de custos e despesas operacionais) também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M.

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de *software*, dos acessos de subscrição e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas operações.

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por *startups* de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor represente o valor justo nas circunstâncias.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2021, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigente nesta data, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2021 e a partir deste foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2021. A data base utilizada para os empréstimos e financiamentos foi de 30 de junho de 2021, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação (R$ mil)	**Saldos em 30/06/2021**	**Risco**	**Cenário Provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
		Aumento do CDI	(4,15%)	(5,19%)	(6,23%)
Empréstimos e Financiamentos[1]	102.988		4.274	5.345	6.416
Debêntures	1.497.677		62.154	77.729	93.305
Despesa Financeira Estimada			**66.428**	**83.074**	**99.721**

[1] O saldo não contempla arrendamento mercantil.

No que tange aos Ativos Financeiros, para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 30 de junho de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação (R$ mil)	**Saldos em 30/06/2021**	**Risco**	**Cenário Provável I**	**Cenário II**	**Cenário III**
Aplicações financeiras consolidadas	914.591	Redução do CDI	(4,15%)	(3,11%)	(2,08%)
Receita financeira estimada			**37.956**	**28.444**	**19.023**

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP).

4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

No período findo em 30 de junho de 2021 os saldos dos ativos são superiores aos saldos negativos expostos conforme demonstrado abaixo:

30 de junho de 2021 (em R$ mil)						
Empresa	**Contas a pagar**	**Caixa e equivalente de caixa**	**Contas a receber**	**Outro ativos(i)**	**Exposição líquida**	**Moeda**
Rj Consultores México	(24)	628	1.010	-	1.614	Peso (MXN)
CMNet Participações	(114)	432	122	-	440	Peso (CLP e EUR)
CMNet Argentina	(26)	766	285	-	1025	ARS
TOTVS S.A.	(4.179)	-	-	-	(4.179)	USD
TOTVS Large	-	-	-	5.988	5.988	USD
TOTVS México	(1.466)	2.925	5.771	-	7.230	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(1.804)	6.647	10.685	-	15.528	Peso (ARS)
TOTVS Incorporation	(177)	1.539	-	89.297	90.659	USD
RD Colômbia	(88)	1.578	-	-	1.490	Peso (COP)
	(7.878)	**14.515**	**17.873**	**95.285**	**119.795**	

(i) O valor de R$5.988 refere-se ao recebível pela venda da operação de *hardware* realizada em 2019. O valor de R$89.297 refere-se ao ativo financeiro da Companhia.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia revisa suas estimativas e premissas continuamente.

A Companhia registra provisões para contingências de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e constitui provisões para processos com chance de perda provável, conforme avaliados e classificados por seus consultores legais e pela Administração. Para aqueles processos, cuja probabilidade de perda é considerada possível, a Companhia não registra qualquer provisão; no entanto, divulga nas notas explicativas de suas demonstrações financeiras, a natureza e valores dos temas mais relevantes enquadrados nessa categoria.

Foram considerados como processos individualmente relevantes, para os fins deste item 4.3 do Formulário de Referência, processos em que a Companhia ou suas controladas figuram como parte no polo passivo e que (i) tenham valor individual igual ou superior a R$5.000 mil para processos com chance de perda provável e R$10.000 mil para processos com chance de perda possível ou remota; e (ii) independentemente de valor, possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia e de suas controladas ou ter um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia e de suas controladas.

O valor das provisões constituídas em 30 de junho de 2021, em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são como segue:

Natureza (em milhares de Reais)	Em 30/06/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Tributárias	7.496	7.440	7.671	2.946
Trabalhistas	74.173	82.496	87.988	94.832
Cíveis	44.245	35.882	35.862	30.014
Total	**125.914**	**125.818**	**131.521**	**127.792**

Tributárias

Em 30 de junho de 2021, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$ 7.496 mil (R$ 7.440mil em 31 de dezembro de 2020). Não há processos de natureza tributária que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na entrega de produtos e/ou serviços, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência aos contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente. Em 30 de junho de 2021, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$ 44.245 (R$ 35.882 mil em 31 de dezembro de 2020).

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo: 0046742-37.2008.8.08.0024/ 001223081.2015.8.08.0024 /	
a. Juízo	11ª Vara Cível de Vitória – ES
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	22/07/2009
d. Partes no processo	Autora: Unimed Vitória Cooperativa De Trabalho Médico Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 19.948 mil (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de ação de Indenização por danos materiais, por suposta falha no desenvolvimento de sistema (Informenge), a qual teria ocasionado prejuízo estimado, à época, em R$2.511mil. O processo, atualmente, encontra-se em fase de impugnação de cumprimento de sentença, tendo sido realizado o levantamento da quantia depositada pela TOTVS (R$10.190mil), em razão da decisão liminar proferida nos autos da Ação Rescisória nº 0003132-13.2016.8.08.0000. Após a "UNIMED" realizar o levantamento do valor depositado pela "TOTVS", em razão da improcedência da "Ação Rescisória", o juízo determinou o sobrestamento do feito inicialmente por 6 (seis) meses para aguardar resultado final dos recursos pendentes quanto à verba honorária de sucumbência da fase executória e da multa de 10%. Em primeira instância, por duas vezes, foi determinada a aplicação das penalidades previstas no art. 523, § 1º, do CPC (multa + honorários), sob a premissa de que não houve pagamento voluntário da obrigação. Todavia, ambas as decisões foram afastadas pelos julgamentos dos Agravos de Instrumento números 0014624.90.2017.8.08.0024 (pendente de julgamento de REsp) e 0030011-14.2018.8.08.0024 (prazo para recurso especial em curso). A Ação Rescisória, acima mencionada, tem como objeto a exclusão total da condenação imposta na Indenizatória. Foi obtida, parcialmente, a tutela antecipada, a fim de suspender o levantamento, pela UNIMED, da quantia depositada pela TOTVS na Indenizatória. Após a publicação do acórdão que julgou improcedente a "Ação Rescisória", a "TOTVS" opôs "Embargos de Declaração", que foram parcialmente providos apenas para alterar a regra de incidência dos honorários de sucumbência. Será interposto Recurso Especial.
g. Chance de perda	Provável – R$ 14.927mil Remoto – R$ 5.020 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	A parte contrária já levantou os valores depositados nos autos, conforme informado acima.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias, horas extras, etc. Em 30 de junho de 2021, a provisão constituída para essas demandas totalizava R$ 74.173 mil (R$ 82.496 mil em 31 de dezembro de 2020).

Processo: 0292000-56.2003.5.02.0064	
a. Juízo	64ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de distribuição	18/12/2003
d. Partes no processo	Autora: A.B.F.P Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 5.191mil (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Reclamação Trabalhista proposta por ex-executivo comercial da empresa Mobile S/A face de MOBILE S/A e WISER-WEB BASED SYSTEMS ENGINEERING TECHNOLOGY, requerendo: (i) reconhecimento de vínculo de emprego e pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias; (ii) diferenças salariais decorrentes da redução das comissões; (iii) reflexos das comissões; (iv) indenização por danos morais. O processo foi julgado parcialmente procedente. Em fase de execução a TOTVS foi incluída na lide na qualidade de sucessora da Datasul, empresa que deteve controle acionário da Mobile entre 2000 e 2002, antes da incorporação pela TOTVS. A TOTVS garantiu a execução no valor atualizado de R$4.463. Apresentados Embargos à Execução alegando sua ilegitimidade de parte, que foram rejeitados, bem como, sucessivos recursos contra referida decisão. Apresentado recurso de agravo de petição pelo reclamante contra o índice de correção monetária adotado no processo, ao qual não foi dado provimento. A Companhia apresentou contraminuta ao recurso do reclamante. O reclamante desistiu do recurso.
g. Chance de perda	Provável – R$ 5.191mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Outros processos em andamento (classificação de perda "possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações judiciais cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza (em milhares de Reais)	Em 30/06/2021	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Em 31/12/2018
Tributárias	146.746	143.725	137.180	154.953
Trabalhistas	107.540	119.637	90.509	160.326
Cíveis	209.379	181.097	271.647	315.507
Total	**463.665**	**444.459**	**499.336**	**630.786**

A Companhia entende que são relevantes apenas os processos cujos valores envolvidos podem impactar substancialmente seu patrimônio ou o de suas controladas. Seguem abaixo os processos que a Companhia julga relevantes:

Tributárias e Previdenciárias

Os processos de natureza tributária e previdenciária classificados como de perda possível referem-se, principalmente, a ações que discutem lançamentos de ISS e de compensações com saldo negativo de CSLL e de IRPJ.

Em 30 de junho de 2021, o valor discutido nessas ações, classificadas como de perda possível, totaliza a quantia de R$ 146.746 (R$143.725 mil em 31 de dezembro de 2020).

Processo: 1029577-12.2021.8.26.0053 (antigo 6017.2019/0010313-2)	
a. Juízo	3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	05/07/2021
d. Partes no processo	Autora: TOTVS SA Ré: Prefeitura de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 18.905 mil (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Anulatória de débito fiscal para cancelamento de 227 autos de infração reunidos no processo administrativo nº 6017.2019/0010313-2 lavrados contra a TOTVS, em que se pretende a cobrança de ISS supostamente devido sobre serviços de suporte técnico de informática e desenvolvimento de *software*, relativo ao ano calendário de 2014. Em abril de 2021 houve o trânsito em julgado do processo administrativo para anular parcialmente a autuação. Em maio de 2021 foi protocolada a ação anulatória, com apresentação de seguro garantia. Em maio de 2021, foi proferida decisão reconhecendo que, em face da garantia ofertada, os débitos objeto da ação não deverão obstar a emissão da certidão negativa com efeitos de positiva da companhia. Em julho de 2021 houve o início da prova pericial.
g. Chance de perda	Possível - R$18.905mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$11.166 mil (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8.26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. Atualmente, os autos estão passando por perícia judicial iniciada em maio de 2019. Aguardamos a análise das provas apresentadas ao perito para a verificação dos serviços que de fato foram prestados dentro do território do Município de São Paulo para que seja avaliado se o arbitramento está correto.
g. Chance de perda	Possível - R$11.166 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, a parte contrária efetuará o levantamento da quantia já depositada nos autos, em montante a ser apurado em liquidação de sentença.

Processo: 10880-957.117/2021-95	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	12/08/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 16.480 mil (atualizado até 12/08/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2015
g. Chance de perda	Possível - R$16.480 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Processo: 10880-942.958/2021-06	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/07/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$13.470 mil (atualizado até 08/07/2021)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2016
g. Chance de perda	Possível - R$13.470 mil
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Cíveis

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Processo: 1088070-11.2016.8.26.0100	
a. Juízo	16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	26/09/2016
d. Partes no processo	Autoras: Contax S/A Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 11.651 (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	A ação cível movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implementado, que teria ocasionado danos materiais e lucros cessantes. O cronograma não teria sido cumprido e no decorrer da implantação foram feitas diversas reclamações referentes às falhas na implantação. Diante os problemas, a autora notificou a Ré, solicitando a paralisação temporária dos serviços. O processo encontra-se em fase recursal. A autora alega inadimplemento contratual e falha na prestação dos serviços na implantação. Pleiteou rescisão contratual e restituição de valores, além de perdas e danos. O cronograma não foi cumprido e no decorrer da implantação foram realizadas diversas reclamações referentes às falhas na operação. Diante os problemas, a autora notificou a TOTVS, solicitando a paralisação temporária dos serviços. A perícia realizada foi favorável a TOTVS.

4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

	Condenação da TOTVS em junho/2019. No julgamento ocorrido em 23/11, os Desembargadores reformaram totalmente a sentença para rejeitar o pedido da Contax de restituição dos valores pagos à TOTVS e, em relação à ação movida pela TOTVS, reconheceram o crédito de 5,4MM apontado na prova pericial que deve ser pago pela Contax. TOTVS foi condenada ao pagamento dos honorários de sucumbência da ação monitória.
g. Chance de perda	Provável - R$0 Possível - R$ 11.651mil Remoto - R$0
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 1057798-58.2021.8.26.0100	
a. Juízo	11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/06/2021
d. Partes no processo	Autoras: REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$ 13.733 (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Ação cível movida pela empresa autora informando que após assinatura das propostas, os prazos acordados para a entrega dos produtos nunca foram cumpridos, sempre por desídia exclusiva da TOTVS. Novos prazos para a entrega dos produtos foram apresentados, entretanto, nenhum deles foi devidamente cumprido, motivo pelo qual solicitou a rescisão contratual. O processo está na fase instrutória.
g. Chance de perda	Provável - R$0 Possível - R$13.733 Remoto - R$0
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Trabalhistas

Em 30 de junho de 2021 não há processos de natureza trabalhista que a Companhia julgue individualmente relevantes considerando a premissa do valor individual igual ou superior a R$10.000 mil para processos com chance de perda possível.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não há provisão para os processos descritos no item 4.3.

4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest

Processo:0001278-13.2012.5.01.0018	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho do São Paulo
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	01/02/2013
d. Partes no processo	Autor: F.P.R.F.R Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ mil)	R$19.650 mil (atualizado até 30/06/2021)
f. Principais fatos	Reconhecimento de vínculo no período estatutário, com pagamento de direitos decorrentes da relação de emprego. Aguarda julgamento do recurso reclamante.
g. Chance de perda	Possível – R$0,00 Remoto - R$ 19.650 mil (atualizado até 30/06/2021)
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, o desembolso pela Companhia do valor a ser apurado em liquidação de sentença

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não há provisão para os processos descritos no item 4.4.

4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevantes.

4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

A Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes

Em novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso, de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias. A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante

Não aplicável, porque a Companhia não possui valores mobiliários fora do Brasil.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(a) Se o emissor possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que aprovou e aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, cuja atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2021.

A Política de Gestão de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observados no gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de integridade por todos os níveis da Companhia.

A política visa, ainda, a assegurar a presença dos seguintes elementos:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos: A cultura de gestão de riscos deve ser disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e o monitoramento dos riscos devem ser realizados de forma descentralizada pelas respectivas áreas donas dos riscos. Os gestores são responsáveis primários pela gestão cotidiana dos riscos associados à sua área e/ou pelo processo de negócio e disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados, gerenciando a exposição aos riscos por meio de planos de ação definidos e monitorados pelo Conselho de Administração.

Identificação, análise, avaliação, tratamento e reporte: os riscos devem ser periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes.

A Matriz de Riscos é objeto de revisão anual pela área de Controles Internos, Riscos e *Compliance* e aprovada pelos Vice-Presidentes e Presidente, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Sua reavaliação ocorre no último trimestre de cada ano e a nova matriz riscos é apresentada ao Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração.

Os riscos contidos na nova matriz, dependendo do quadrante em que estejam classificados, devem ser objeto de planos de ação apresentados ao Comitê de Auditoria e trimestralmente acompanhados quanto ao status de conclusão e análise da movimentação dos riscos na matriz.

A área de Controles Internos, Riscos e Compliance deve também reportar semestralmente ao Conselho de Administração a evolução dos planos de ação, os Indicadores Chave de Risco – KRI's apurados e o nível de exposição aos riscos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos Controles Internos e Compliance visa à proteção da Companhia contra todos os tipos de riscos, que podem afetar o curso de seus negócios. A Companhia considera fatores internos e externos e categoriza seus riscos, conforme as diretrizes abaixo:

Riscos Estratégicos: trata-se dos eventos de riscos associados às decisões que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando os ambientes interno e externo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Operacionais: os riscos operacionais referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos.

Riscos Financeiros: trata-se de exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia.

Riscos Regulatórios/ de *Compliance*: refere-se aos riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros.

Riscos de Tecnologia da Informação: trata-se dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de *ciberataques*, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Além disso, a Companhia possui as seguintes práticas:

Riscos Estratégicos (Negócio):

Os riscos estratégicos são mapeados pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, com base na avaliação dos ambientes interno e externo e em entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco na Companhia, responsáveis ainda pela avaliação conjunta dos fatores de risco, impacto e probabilidade, bem como pela implementação dos planos de ação, de forma a garantir a mitigação dos riscos. As ações de melhoria (planos de ação) são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Riscos Operacionais e Tecnologia da Informação:

São identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance. Após a identificação dos riscos, são atribuídos seus respectivos impacto e probabilidade, a fim de identificar as ações de melhoria (planos de ação) necessárias para sua mitigação, cabendo a sua implementação às áreas responsáveis.

Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia, como o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração.

Riscos Financeiros:

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de mercado. As aplicações financeiras devem ser alocadas em instituições cuja classificação de risco seja igual ou abaixo ao Risco Soberano (Risco Brasil) atribuído pelas agências de rating Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch. O valor alocado a cada instituição não pode superar 30% do montante total dos saldos em contas correntes somados aos das aplicações financeiras, como também não pode representar mais que 5% do patrimônio líquido da instituição financeira.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à venda de serviços e venda de licenças de *software*. Não obstante, ressalta-se a grande pulverização da base de clientes, diversificação setorial, bem como diversificação geográfica dentro do território brasileiro e a diversificação das fontes de receita do negócio.

A estrutura de avaliação de risco da carteira dos produtos de crédito da Supplier está baseada em metodologias estatísticas de *Application e Behavior Scoring*, além de utilização de instrumentos mitigadores de risco, como seguro de crédito e interveniência. Além disso, a subsidiária Supplier Administradora busca prevenir eventuais riscos da carteira de crédito por meio da disponibilização de relatórios de acompanhamentos, comitê de risco, ações de readequação de limites de crédito, monitoramento de carteira e melhorias no sistema de cadastro. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através das seguintes garantias: seguros, garantias do emissor, desde que aprovada pelo comitê de cartão de crédito. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 60 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. Os limites globais de exposição aos recebíveis, considerando o risco de crédito e de liquidez são ainda estabelecidos pelo Conselho de Administração e acompanhados pelo Comitê de Auditoria.

Adicionalmente, em virtude da pandemia de COVID-19, a Companhia está monitorando diariamente o comportamento e gerenciamento ativo da inadimplência da sua carteira de clientes por meio de políticas referente à venda de serviços e licenças de *software* e não são esperados impactos relevantes, além dos refletidos na provisão para perda conforme nota 9, das Demonstrações Financeiras Padronizadas do exercício social encerrado em 31/12/2020.

Riscos Regulatórios/de Compliance:

A Companhia monitora as novas regulamentações aplicáveis ao negócio, bem como as alterações no arcabouço regulatório ao qual está submetida. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes. Além disso, com o devido apoio legal do Departamento Jurídico. Do ponto de vista de anticorrupção, a Companhia possui um Programa de Integridade apto à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos e/ou que violem as diretrizes de conduta da Companhia. Adicionalmente, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance possui uma interação contínua com a área de Relações Institucionais e Governamentais com o intuito de antecipar potenciais impactos regulatórios que eventualmente poderão afetar os negócios dos quais da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos e aprovar a metodologia de gestão de riscos da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos; Controles Internos e Compliance;
- Determinar os níveis de apetite e de tolerância aos riscos propostos pela Administração e recomendados pelo Comitê de Auditoria;
- Aprovar anualmente a Matriz de Riscos Prioritários tomando conhecimento das respectivas ações de gerenciamento adotadas e seus resultados, bem como os indicadores chave de risco a serem monitorados;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Aprovar a documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo;
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados da Gestão de Riscos; e
- Aprovar a assunção de riscos Altos e Críticos.

Comitê de Governança e Indicação: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, responsável por:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os trabalhos de Gestão de Riscos e a construção da Matriz de Riscos Prioritários, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a fixação dos níveis de apetite e de tolerância aos riscos;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios e os Indicadores Chave De Risco apurados, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes; e
- Fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à assunção de riscos Altos e Críticos.

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:
- Gerir os riscos sob sua responsabilidade e auxiliar na criação de controles e ações mitigatórias;

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada o Diretor Presidente e tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos Controles Internos e Compliance à aprovação do Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos;
- Monitorar e reportar os planos de ação e os indicadores de chave de risco definidos para gerenciamento dos riscos;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância da gestão de riscos;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência;
- Compartilhar com a Auditoria Interna informações e/ou fatos sujeitos à investigação interna; e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Reportar a Matriz de riscos à Alta Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Executar e reportar os resultados dos testes de controles ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação, a tempestividade de implementação e eficácia;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

"Donos dos Riscos" / Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente o *Control Self Assessment* e disponibilizar as evidências necessárias;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio;
- Implementar, apurar e reportar periodicamente os Indicadores Chave de Risco à área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação de riscos, além dos respectivos controles de mitigação, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais e, por fim, reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações possam agravar o ambiente de controles. A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficiência dos controles existentes e possíveis impactos decorrentes de potenciais mudanças nos ambientes interno da Companhia e/ou externo.

A estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os riscos e os respectivos fatores de riscos mapeados, de forma a acompanhar a evolução dos níveis de risco em face das medidas mitigatórias adotadas (planos de ação) e assegurar a identificação tempestiva de eventuais desvios ou movimentos que possam aumentar a exposição da Companhia aos riscos ou ameaçar a continuidade dos negócios. A Área de Controles Internos, Riscos e *Compliance* reporta periodicamente o status das ações e a evolução da classificação dos riscos ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Por fim, quando do planejamento estratégico da Companhia, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme mencionado no item 5.1, a Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos a fim de suportar o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, abrangendo risco de mercado, regulatórios/*Compliance* e de tecnologia da informação.

A política foi revisada pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2012.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

i. riscos para os quais se busca proteção:

Os principais riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução de suas atividades são:

Risco de taxa de juros e inflação: o risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Os direitos creditórios gerados pelo segmento de Techfin são de curto prazo e, portanto, seu risco, referente às não estão sujeitos a variações de taxas de juros e inflação, é imaterial.

Riscos de taxas de câmbio: decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. Além disso, algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

ii. estratégia de proteção patrimonial (hedge):

Historicamente, os riscos apresentados anteriormente (item 5.1-b-i) têm seu efeito atenuado para a Companhia por ela ter uma base de clientes pulverizada, tanto em termos de receita, como em setores de atividades nos quais esses clientes atuam.

Inflação - A Companhia entende que o impacto e a volatilidade de índices inflacionários, como o IGP-M e o IPCA, sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nos preços das novas taxas de licenciamento e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, como mencionado no item 4.2, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende que esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo.

Taxa de juros - A Companhia busca monitorar o endividamento líquido por meio da comparação da geração operacional de caixa e a dívida total, como demonstrado no item 3.7 deste formulário.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Variação cambial - No atual estágio de maturidade das suas operações internacionais, a Companhia busca dimensionar estruturas de custos e despesas compatíveis com as respectivas gerações de receita. A Companhia atua para que sua exposição líquida em variação cambial seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração e está acompanhando os possíveis impactos da pandemia do COVID-19 em cada uma destas empresas, sendo que no período findo em 30 de junho de 2021 os saldos dos ativos são superiores aos saldos negativos.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

A Companhia não utiliza no momento nenhum instrumento ativo de hedge, além dos hedges "naturais" mencionados no item anterior ("ii") que consistem em: reajuste das receitas com base em índices de preços (proteção contra a inflação); monitoramento do Índice de Endividamento e do fluxo de caixa das operações individuais e consolidadas (proteção contra a taxa de juros); e operações internacionais com receitas e custos essencialmente incorridos nas mesmas moedas (proteção contra a taxa de câmbio).

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Os principais parâmetros são a representatividade das Receitas Líquidas de Software Recorrentes em relação à receita total, o comportamento das Receitas Líquidas de Software Recorrentes, a satisfação dos clientes atendidos, o monitoramento dos indicadores de endividamento líquido (item 3.7), o cronograma de vencimento da dívida (item 3.8) e o patrimônio líquido denominado em moeda estrangeira em relação ao patrimônio líquido total da Companhia.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

No período compreendido por este Formulário de Referência, a Companhia não conduziu operações dessa natureza.

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A área de Controles Internos, Riscos e Compliance está subordinada ao Diretor Presidente e é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos para o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos, cujas atividades envolvem mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), além dos respectivos controles que mitiguem esses riscos, acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas de negócios item 5.1 - C.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, alinhada continuamente às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, possui uma Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, que tem como principais atribuições conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados a Controles Internos, bem como atestar o correto funcionamento do ambiente de controles, buscando mitigar riscos de acordo com a complexidade dos negócios da Companhia e visando garantir as boas práticas de governança, mercado e atendimento às legislações vigentes.

Ainda, o processo definido visa a garantir segurança razoável para proteção do patrimônio, exatidão e fidedignidade das informações contábeis, eficiência operacional e adesão às políticas, normas e procedimentos.

Definição de escopo e atuação:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;

(ii) composição e natureza das contas contábeis;

(iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e

(iv) complexidade nas transações das contas contábeis

Para atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

1ª Linha de Defesa: São as Áreas de Negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações e zelar pelo atendimento dos seus objetivos de negócio, bem como pelo adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;

2ª Linha de Defesa: Representada pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance, utiliza a documentação suporte produzida pela 1ª Linha de Defesa como subsídio para revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles;

3ª Linha de Defesa: Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de desenho dos controles (denominados *"walkthroughs*"), com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados nos processos de negócio são reportados para as áreas responsáveis para elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Concluídas essas etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar anualmente o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela Companhia e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Os processos e controles mapeados pela Área de Controles Internos, Riscos e Compliance são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados "**Testes de Controles**"), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Cabe ao Comitê de Auditoria da Companhia supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes e os planos de ação desenvolvidos pelos responsáveis dos processos.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia do ambiente de controles internos, de acordo com a política previamente aprovada, bem como:

- Definir os objetivos estratégicos e aprovar a metodologia de controles internos da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Aprovar a documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo;
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados de Controles Internos.

Comitê de Governança e Indicação: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, responsável por:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação.

Comitê de Auditoria: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de controles internos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;
- Reportar periodicamente os resultados dos testes de controles oriundos do *Control Self-Assessment*, reportando, ao Conselho de Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

- Gerir os riscos sob sua responsabilidade e auxiliar na criação de controles e ações mitigatórias.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor Presidente e tem como principais atribuições, relacionadas à Controles Internos:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar a metodologia de controles internos;
- Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;
- Mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos (operacionais e financeiros, por exemplo), e no desenvolvimento dos respectivos controles que mitiguem esses riscos;
- Monitorar as ações de implementações de controles internos para gerenciamento dos riscos;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância do ambiente de controles internos; e
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência;

Auditoria Interna: Reporta-se ao Comitê de Auditoria e tem como responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Executar e reportar os resultados dos testes de controles ao Comitê de Auditoria;
- Verificar a implementação dos planos de ação, a tempestividade de implementação e eficácia;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

Áreas de Negócios Operacionais: é responsabilidade, nos termos da política:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente o Control Self Assessment e disponibilizar as evidências necessárias;
- Comunicar a Área de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio; e
- Implementar, apurar e reportar periodicamente os indicadores chave de risco à área de Controles Internos, Riscos e Compliance.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(c) Se e como a eficiência de controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Após a finalização do mapeamento dos processos, identificação de riscos, e testes de desenho (*walkthroughs*), as áreas de negócio devem realizar o *Control Self Assessment*, bem como disponibilizar as evidências de execução dos controles no sistema utilizado pela Companhia e, quando for o caso, apontar novos riscos por eles identificados em seus processos ou atividades.

Com base nesse mapeamento e no *Self Assessment* realizado e documentado pelo dono do processo, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados (denominados "**Testes de Controles**"), com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Todo o processo de mapeamento e revisão dos controles é efetuada pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance e seus respectivos resultados são reportados ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanha periodicamente a eficiência de controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente

O relatório emitido pelos Auditores Independentes relativos às Demonstrações Financeiras da Companhia para o encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020, apontou deficiências significativas de controles referentes à Gestão de Acessos (ITGC Controls), nos quais foram verificadas fragilidades nos processos de concessão, revogação, transferência e manutenção de acessos de colaboradores terceiros. Adicionalmente foi apontada uma fragilidade no processo de revisão e validação de perfis de acessos ativos. Os Auditores Independentes recomendaram a revisão dos controles de gestão de acessos de terceiros e a revisão de perfis de acessos, considerando sua frequência de execução em pelo menos duas vezes por ano.

Dentre as deficiências significativas apontadas pelos Auditores Independentes, estão ainda a necessidade de implantação de controles internos para transações não usuais (como por exemplo combinações de negócios) e fragilidades no processo de sustentação das premissas assumidas no teste de *impairment* e divulgações requeridas em nota explicativa. Para tais fragilidades, foi recomendado pelos Auditores Independentes a implementação/revisão de controles que suportem as transações não usuais, bem como a revisão das premissas assumidas no teste de *impairment*.

Cabe ressaltar que, por meio de procedimentos comprobatórios adicionais, os auditores externos verificaram que as deficiências identificadas não geraram nenhum tipo de ressalva em seu parecer final e não alteraram os resultados financeiros da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Como principais ações para mitigar as fragilidades identificadas pelos Auditores Independentes estão (i) o aumento na frequência das revalidações de usuários terceiros, que passará de uma para quatro vezes ao ano; (ii) revisão dos perfis de acessos de todos os usuários, que passará de uma para duas vezes ao ano; e (iii) a criação de um banco de dados para simplificar o processo de consulta sobre dados de terceiros. Destaca-se ainda, a implementação de análises de riscos dos acessos e criação de controles após o processo de revisão.

Quanto às deficiências apontadas no processo de transações não usuais e *impairment*, a Administração empenhará esforços para aprimorar os controles hoje existentes, mitigando em sua plenitude os pontos mencionados.

Cabe ressaltar que as demais recomendações dos Auditores Independentes não consideradas significativas já foram endereçadas aos responsáveis das respectivas áreas e também possuem prazo definido para sua implementação em 2021.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando em casos positivo:

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia possui um Programa de Integridade por meio do qual estabelece e adota mecanismos e procedimentos visando à prevenção, detecção e o tratamento adequado de atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 (cinco) pilares inter-relacionados:

Cultura de Integridade: tem por objetivo fortalecer e disseminar a todos os níveis hierárquicos uma cultura que esteja em conformidade com os padrões de ética e de integridade da Companhia, por meio do engajamento e apoio constante do Presidente e Vice-Presidente da Companhia ("**Alta Administração**") e das principais lideranças da empresa.

Avaliação de Riscos: visa identificar e avaliar os principais riscos anticorrupção/Compliance aos quais a Companha está exposta, mensurar seus impactos e recomendar medidas mitigatórias, especialmente em processos considerados sensíveis, considerando o cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e às diretrizes de conduta da Companhia estabelecidos no Código de Ética e Conduta e demais Normas do Programa de Integridade.

Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos: tem por objetivo estabelecer e formalizar as diretrizes, regras e procedimentos internos que devem ser seguidos pelos colaboradores e terceiros no âmbito do Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta, as Políticas, Normas e Procedimentos que integram o Programa de Integridade formam a base de referência para que os mecanismos e controles de integridade sejam implementados e/ou otimizados.

Comunicação e Treinamento: visa a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto as diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do Programa de Integridade, por meio de ações de comunicação e treinamento gerais e específicos sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia.

Detecção e Remediação: tem por finalidade identificar a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação e regulamentação aplicável e às Normas da Companhia, bem como garantir a interrupção de tais condutas e a aplicação de medidas disciplinares e/ou corretivas, utilizando como principal instrumento um Canal independente ("**Canal de Ética e Conduta**") para recepção e tratamento de denúncias, disponível aos públicos interno e externo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O Programa de Integridade é reavaliado anualmente, a fim de assegurar a sua efetividade. Os controles também são revisados anualmente, sendo que podem ocorrer atualizações a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, nos processos e no cenário de riscos. As Políticas Corporativas são objeto de revisão mandatória a cada 3 (três) anos, sem prejuízo da aplicação de eventuais alterações necessárias no decorrer do período. Especificamente ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia, vide o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Conjunto de mecanismos e Normativos do Programa de Integridade TOTVS

Código de Ética e Conduta: tem por objetivo estabelecer regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da Companhia, suas controladas, subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, acionistas que participem do controle da Companhia, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros. O Código foi atualizado em 03/08/2020.

Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance: tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos corporativos, controles internos e Compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de integridade na Companhia, suas subsidiárias, controladas e/ou coligadas. A política foi atualizada em 28/06/2021.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos: visa estabelecer diretrizes e regras de conduta a serem observadas no relacionamento da Companhia com agentes públicos e garantir a aderência da conduta de seus colaboradores à legislação vigente, às políticas corporativas e ao Código de Ética e Conduta da Companhia. A política foi atualizada em 14/10/2020.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: o documento tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios comerciais e institucionais pela Companhia. A política foi atualizada em 15/12/2020.

***Due Diligence* de *Compliance* de Terceiros:** refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação e avaliação de riscos de Compliance, especialmente quanto ao tema anticorrupção, no relacionamento da Companhia com fornecedores, parceiros comerciais, associações, instituições beneficentes e demais terceiros de qualquer natureza, visando garantir que não sejam realizados negócios com terceiros envolvidos em quaisquer práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação anticorrupção vigente e aos princípios éticos e regras refletidos no Código de Ética e Conduta e demais Políticas e Normas Internas da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimento para o registro de interações presenciais ou à distância de natureza comercial e/ou institucional com entes públicos, a fim de cumprir as diretrizes definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. A Companhia dispõe de ferramenta eletrônica que permite aos colaboradores realizarem o registro completo das interações realizadas com agentes públicos, visando a transparência nas relações com o Setor Público.

Treinamento de Integração: introdução ao Código de Ética e Conduta da Companhia realizado no processo de Integração de novos colaboradores. Apresenta as principais diretrizes e regras de conduta da Companhia, bem como orienta sobre o Canal de Ética e Conduta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Treinamento Código de Ética e Conduta: os colaboradores são capacitados por meio de treinamento *e- learning* do Código de Ética e Conduta obrigatório para todas as unidades próprias e franqueadas, abordando a totalidade de temas presentes no documento. O conteúdo é apresentado por meio de vídeos explicativos, animações e a compreensão é exercita com perguntas que devem ser respondidas à luz dos princípios e regras do Código. Os colaboradores cujas atividades não requeiram o uso de computadores são treinados presencialmente ou virtualmente. Nesta capacitação, foram treinados 88% dos colaboradores.

Treinamento de Relacionamento com Agentes Públicos: treinamento *e-learning* obrigatório para as áreas que possuem relacionamento com entes públicos, visando capacitar o público alvo quanto a práticas e procedimentos a serem observados nesse tipo de interação, considerando o cumprimento da legislação aplicável e os requisitos do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. Além disso, são ministrados treinamentos presenciais, internamente ou por meio de consultoria especializada, para reforçar as diretrizes anticorrupção.

Treinamentos Temáticos: treinamentos específicos para áreas mais expostas a determinados riscos de Compliance, como Compras, Comercial Setor Público e Relações Institucionais e Governamentais ou quaisquer outras áreas classificadas como de maior exposição a risco.

Treinamento Anticorrupção: treinamento virtual anticorrupção abordando as formas específicas de corrupção e os riscos de práticas ilícitas direcionado a todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, visando a conscientização contínua da alta administração da Companhia sobre o tema.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com fornecedores e clientes possuem cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia.

Termo de Compromisso de Integridade e Declaração de Responsabilidade, Conformidade e Compromisso Social e Legal: documentos direcionados a todas as Franquias TOTVS, no qual a Unidade Franqueada se compromete a cumprir com os dispositivos da Lei nº 12.846/2013 – "Anticorrupção" e com o Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como com os princípios do Pacto Global da ONU.

Auditoria do Programa: Periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por auditoria interna ou externa, com o objetivo de verificar o cumprimento do cronograma estabelecido para o ano vigente, bem como oportunidades de melhoria. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria e os respectivos planos de ação são acompanhados e monitorados pela Administração.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

No âmbito do Programa de Integridade, as principais atribuições das estruturas e órgãos de governança envolvidos estão elencadas a seguir:

Conselho de Administração:

- Definir os objetivos estratégicos e aprovar o Programa de Integridade da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Acompanhar as ações do Programa de Integridade e reforçar junto à Alta Administração o comprometimento com o seu cumprimento;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da área de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria a respeito dos resultados do Programa de Integridade.

Comitê de Governança e Indicação:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendação ao Conselho de Administração quanto à sua aprovação; e
- Avaliar e deliberar sobre determinados casos envolvendo conflitos de interesse, conforme estabelecido no Código de Ética e Conduta da Companhia

Comitê de Auditoria:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, do Código de Ética e apresentar recomendação ao Comitê de Governança e Indicação quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;
- Discutir e aprovar o cronograma anual de Compliance;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;
- Avaliar os resultados do Programa de Integridade e apresentar ao Conselho de Administração suas recomendações; e
- Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de desvios de conduta relativos à Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas.

Comissão de Ética e Conduta: suas atribuições incluem:

- Opinar sobre a procedência e gravidade das denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta recebidas e às demais diretrizes e regras de conduta da Companhia;
- Acompanhar a aplicação de medidas disciplinares; e
- Interpretar o Código de Ética e Conduta no caso de dúvidas.

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à estrutura normativa interna;
- Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade; e
- Zelar para que as diretrizes de conduta da Companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Área de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor Presidente e tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação, bem como disseminar as suas diretrizes na Companhia;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar o Programa de Integridade;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância e do Programa de Integridade;
- Coordenar a revisão periódica de conteúdo do Código de Ética e Conduta;
- Realizar a gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como reportar os casos aplicáveis à Comissão de Ética e Conduta;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência;
- Compartilhar com a Auditoria Interna informações e/ou fatos sujeitos à investigação interna; e
- Reportar os resultados do Programa de Integridade à Alta Administração, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Diretoria Jurídica

- Orientar a Companhia em relação às normas emitidas pelos órgãos reguladores e às alterações legislativas, tanto federais, estaduais, como municipais;
- Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal à alta Administração e ao Conselho de Administração; e
- Apoiar a área de Controles Internos, Riscos e Compliance na interpretação das leis anticorrupção aplicáveis.

Auditoria Interna

- Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética e Conduta e, periodicamente, ao Comitê de Auditoria;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à área de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

Relações Humanas: sua atribuição é:

- Fomentar e assegurar que os princípios do Programa de Integridade sejam difundidos junto à cultura organizacional da Companhia.

Demais áreas: Todos os colaboradores da Companhia, independentemente de seu carg**o** possuem as seguintes atribuições no âmbito do Programa de Integridade:

- Cumprir a estrutura normativa interna, a legislação e regulamentação aplicável;
- Reportar por meio do Canal de Ética e Conduta qualquer violação ou suspeita de violação a leis ou regulamentações aplicáveis, ou descumprimento da Estrutura Normativa Interna;
- Participar dos treinamentos considerados obrigatórios; e
- Apresentar todas as informações e/ou documentos corporativos dos quais estejam na posse, quando solicitados (i) pela Auditoria Interna, (ii) pela área de Controles Internos, Riscos e Compliance ou (iii) pela Comissão de Ética e Conduta, no contexto de investigação interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(iii) código de ética ou de conduta

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui Código de Ética e Conduta (CODEC) arquivado na CVM desde 2012. O CODEC, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 3 de agosto de 2020, é aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Para conhecimento e adequada capacitação, está disponível anualmente a todos os colaboradores um treinamento e-*learning* do Código de Ética e Conduta, cuja participação é obrigatória, com aplicação de avaliação de conhecimento e posterior emissão de certificado. Os colaboradores cujas atividades não requeiram o uso de computadores são treinados presencialmente ou à distância.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator de acordo com as regras e critérios estabelecidos na Norma de Gestão de Consequências da Companhia, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas judiciais cabíveis, quando aplicável.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de agosto de 2020, e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da Companhia: www.canalconfidencial.com.br/totvs/**.**

(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um Canal de Ética e Conduta mantido por empresa terceirizada e independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.**

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de empregados e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, parceiros comerciais e clientes. O Canal de ética e Conduta está disponível para denúncias, por meio dos telefones (i) no Brasil, 0800 721 5966 e (ii) nas demais localidades, +55 11 3232-0766 ou pelo endereço eletrônico www.canalconfidencial.com.br/totvs.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada, e garante a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante. A Companhia não admite retaliação e garante que os denunciantes não serão prejudicados por reportar quaisquer suspeitas de irregularidades.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Auditoria Interna da Companhia é responsável pela análise e apuração das denúncias recebidas. A área de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável pela gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como pelo reporte dos casos aplicáveis à Comissão de Ética e Conduta, que define as medidas cabíveis a serem adotadas.

(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia adota procedimento de *Due Diligence* de empresas em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias. O processo é realizado por meio de de auditorias externas independentes, com a finalidade de avaliar e compreender o ambiente de Compliance e identificar potenciais riscos de corrupção e fraude, e de análise reputacional das pessoas jurídicas envolvidas. Os resultados são submetidos à avaliação para proposição de planos de ação, que devem ser agregados ao planejamento de incorporação dessas empresas.

(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tem expectativas de eventual redução ou aumento na exposição aos riscos aos quais está exposta, conforme apresentados neste item 5.

Os riscos identificados e monitorados pela Companhia podem ser identificados no item “a” do indicador 4.1 – Fatores de Risco, por sua ordem de criticidade e aqueles que possam influenciar qualquer tipo de decisão dos investidores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas aos itens de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM

Data de Constituição do Emissor	13/12/1983
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima de Capital Aberto
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	07/03/2006

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A Companhia teve sua origem a partir de um bureau de serviços, denominado SIGA - Sistemas Integrados de Gerência Automática Ltda., criado em 1969 pelo Sr. Ernesto Mário Haberkorn. O bureau prestava serviços gerais na área de informática e desenvolveu um sistema que permitia o gerenciamento empresarial centralizado, cuja finalidade principal era a automação de processos administrativos. Em 1983, com o surgimento dos microcomputadores, foi fundada a Companhia, sob a denominação social de Microsiga Software S.A. ("**Microsiga**"), unindo os sócios Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia. A Companhia tinha o objetivo de elaborar *softwares* para esses computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de *softwares* de gestão empresarial integrada, acessíveis às empresas de médio e pequeno portes.

A partir dos anos 90, várias decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para o crescimento sustentável, com a criação do ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final da década seguinte.

Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1990: abertura da primeira franquia.

1997: abertura da primeira unidade no exterior, a Microsiga Argentina.

2003: aquisição de ativos da empresa Sipros, no México, e abertura da Microsiga México.

2005: aquisição da Logocenter S.A. ("**Logocenter**"); recompra da participação da Companhia; admissão da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR como sócia da Companhia.

2006: abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa) aquisição da RM Sistemas S.A. ("**RM**"), e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

2008: incorporação da Datasul S.A. ("**Datasul**");

2009: alteração do objeto social da Companhia com a inclusão da atividade de "concessão de franchising", conforme AGE datada de 16/04/2009; criação das franquias "Full TOTVS" envolvendo as Franquias TOTVS e Datasul;

2013: a aquisição da PC Sistemas S.A., aquisição da PRX Soluções em Gestão Agroindustrial Ltda. ("**PRX**"), aquisição da RMS Software S.A., aquisição da Seventeen Tecnologia da Informação em Informática Ltda. ("**Seventeen**") e aquisição da Neolog Consultoria e Sistemas S.A. ("**Neolog**");

2014: aquisição da Virtual Age Soluções em Tecnologia Ltda. ("**Virtual Age**");

2015: aquisição da Bematech S.A. ("**Bematech**") e incorporação da P2RX Soluções em Software S.A. ("P2RX");

2016: alienação de 100% da sua participação no capital social da Companhia Resultados em Outsourcing Ltda. ("**TOTVS RO**"), empresa focada na prestação de serviços de BPO (Business Process Outsourcing) de Recursos Humanos, para a Propay S.A. Aquisição de participação minoritária pela TOTVS México e Companhia da empresa russa National Computer Corporation (NCC);

2017: lançamento da plataforma de inteligência artificial (Carol) e lançamento do iDEXO que é um instituto com o propósito de conectar *startups*, empreendedores e desenvolvedores para a criação de novas soluções de negócios;

6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

2018: consolidação do plano de sucessão da Companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez foi eleito Presidente do Conselho de Administração;

2019: Revisão do plano estratégico de longo prazo da Companhia, com a venda das operações de *hardware* adquiridas da Bematech. A Companhia realizou uma oferta subsequente de ações captando um total de R$1.066,5 bilhão com a emissão de 27 milhões de novas ações ao preço de R$39,50/ ação, a serem direcionados em sua totalidade para operações de fusões e aquisições. Durante 2019 a Companhia adquiriu a Supplier S.A. ("**Supplier**" - operação a ser finalizada durante o exercício de 2020) e a Consinco S.A. ("**Consinco**"). Foram fechadas também parcerias com a Rede, em meios de pagamento, VTEX, na área de *e-commerce* e Moddo para desenvolvimento de um *software* de Order Management System (OMS). Durante 2019 a Companhia também lançou sua nova plataforma de negócios Techfin;

2020: Conclusão da operação de aquisição da Supplier Participações S.A e a aquisição da Tail Target, empresa SaaS especialista em inteligência de dados omnicanal. As ações da Companhia passaram a integrar a carteira do IBrX 50, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro e, nessa mesma linha, as ações da Companhia entraram na composição da categoria middle cap dos índices MSCI Brazil, MSCI Latin America e MSCI *Emerging Markets*; e

1º semestre de 2021: fortalecimento do ecossistema de três segmentos de negócio com soluções B2B muito além do ERP, com destaques para os investimentos na transformação digital de RH com novo portfólio de soluções baseada no conceito de Human Experience Management (HXM) e criação do primeiro produto 100% PLG *(Product Lead Growth)* no segmento de Gestão, lançamento de novos produtos em Techfin e a consolidação do segmento de Business Performance com a conclusão da operação de aquisição da RD Station. Expansão dos negócios de Cloud, por meio da inauguração de novas zonas de disponibilidade de nuvem no nordeste do Brasil.

6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação

Não há qualquer pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico

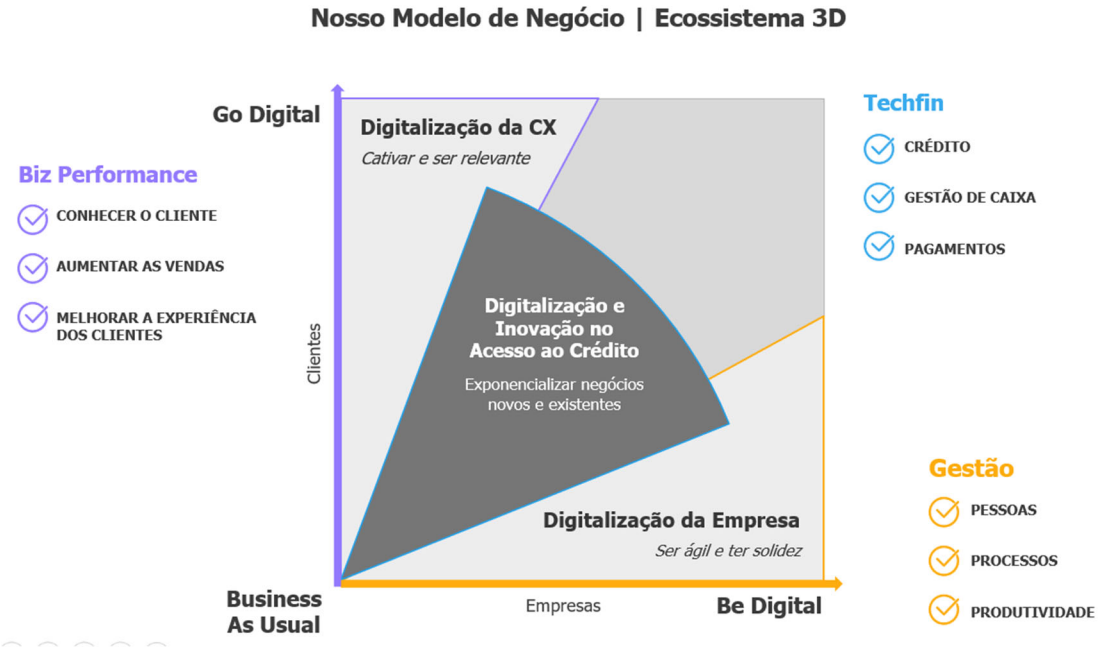
A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Visão Geral

Somos uma das maiores Companhias de tecnologia e software da América Latina, de acordo com o estudo "*Software Market Share Enterprise Application 2020*", emitido pela Gartner. Com soluções que vão muito além dos tradicionais softwares de gestão ("ERP"), estamos há 38 anos ajudando empresas de todos os portes a alavancarem sua produtividade, competitividade e serviços digitais. Temos uma base instalada de aproximadamente 65 mil clientes, operando principalmente no Brasil e com presença em mais de 40 países. Atualmente, cerca de um-terço das companhias listadas na B3 são clientes da Companhia (empresas ativas listadas na B3 que possuem ações ordinárias e/ou preferenciais).

Temos como propósito "simplificar o mundo dos negócios", por isso desenvolvemos, comercializamos e implementamos ferramentas e plataformas tecnológicas com soluções especializadas e serviços de valor agregado para acelerar a jornada de digitalização de nossos clientes, distribuídos em 12 segmentos estratégicos de mercado. Estamos transformando o cenário competitivo através da criação de um ecossistema digital único, baseado em três segmentos estratégicos ("3D"): (i) Gestão - com nosso portfólio de plataformas abertas e soluções, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; (ii) Techfin - ampliando, simplificando e barateando o acesso a crédito e demais serviços financeiros; e (iii) Business Performance - construindo um portfólio de ferramentas digitais que impulsione a competitividade, performance e vendas do nossos clientes. Esse novo modelo de negócios ajudou a expandir consideravelmente o tamanho do nosso mercado endereçável, abrindo uma ampla gama de novas possibilidades de atuação. A figura abaixo sintetiza a visão da Companhia em relação ao ecossistema 3D.



7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

No segmento de Gestão, nosso portfólio engloba softwares de gestão, soluções para a área de recursos humanos, desde folha de pagamento até gerenciamento do capital humano, e soluções verticais para diversos segmentos de mercado. Segundo a Gartner, somos líderes absolutos nesse segmento e um dos três maiores players da América Latina, entregando a robustez necessária para suportar a digitalização de nossos clientes. Trata-se de um segmento que segue em expansão, com mais de 30% das novas assinaturas de SaaS vindo de novos clientes ("*New Names*") o que demonstra que esse mercado ainda está longe da maturidade.

Um de nossos principais diferenciais é o nosso modelo integrado de vendas e distribuição, baseado em unidades próprias e franquias, permitindo presença, proximidade e um atendimento ágil e eficaz a nossos clientes. No Brasil, contamos com 6 filiais, 52 territórios franqueados e 8 centros de desenvolvimento. Além disso, temos 5 filiais no exterior (Argentina, Colômbia, Estados Unidos, México e Portugal) e 2 centros de desenvolvimento (Estados Unidos e México). Nossa operação de vendas baseia-se no conceito de multicanalidade – mais de 70% da originação de leads ocorre através de canais digitais, e o mesmo é válido para mais de 90% dos processos de implementação e mais de 80% dos processos de suporte.

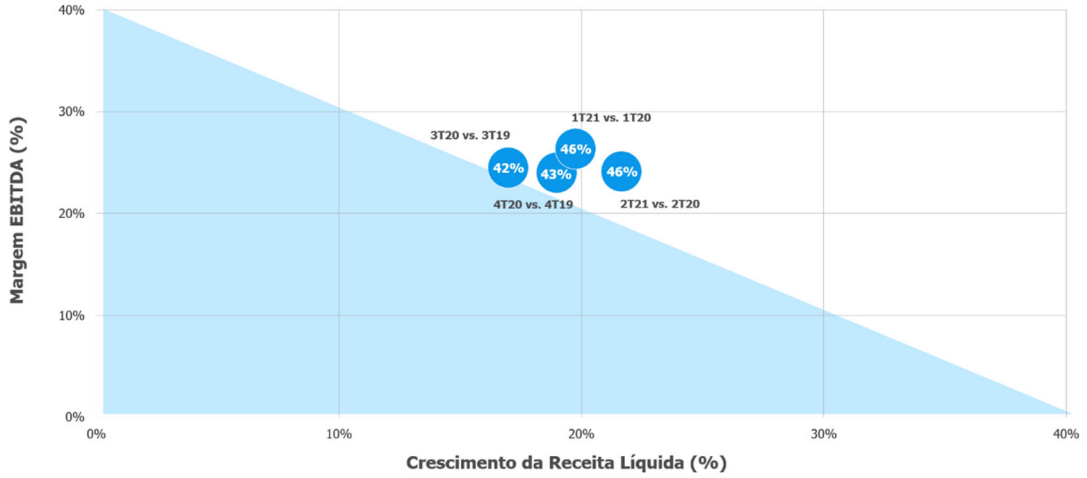
No segmento de Techfin, estamos apenas no início da jornada que visa a transformar a Companhia na principal plataforma financeira para PMEs, facilitando o acesso a serviços financeiros por meio de soluções integradas de crédito e pagamentos baseadas em Big Data. A aquisição da Supplier no final de 2019 foi o grande catalisador para nossa atuação em originação e distribuição de crédito por meio d e fornecedores afiliados, uma atividade com potencial de *cross-selling* com a nossa base de clientes do segmento de Gestão. Nesse período, lançamos também 7 novas ofertas de soluções Techfin e as integramos aos nossos canais de vendas, agregando especialistas em nossas filiais e canais franqueados. Nos 12 meses anteriores a 30 de junho de 2021, atingimos uma produção de crédito de R$8,2 bilhões, com crescimento recorde de 93% na produção do segundo trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Ao mesmo tempo, atingimos a taxa de inadimplência superior a 90 dias em apenas 0,5%, cerca de 250 pontos-base abaixo da média brasileira.

Já no segmento de Business Performance, oferecemos um amplo portfólio focado em ajudar nossos clientes a aumentarem suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio. Em março de 2021, realizamos a aquisição da RD Station, principal ferramenta de automação de marketing digital do mercado, ampliando a relevância de nossa oferta de soluções de Business Performance. De forma complementar, nossas soluções para *digital commerce* e ominicanalidade ajudam a alavancar as vendas *online* e integração da cadeia de produção de nossos clientes por meio da integração completa dos canais. Nesse segmento, a receita do segundo trimestre de 2021 teve um incremento de 50% na comparação com o mesmo período de 2020, considerando a receita não auditada da RD Station de janeiro de 2020 a maio de 2021 e da Tail Target de janeiro a dezembro de 2020, sendo que a receita recorrente representou 98% do total do segmento.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Como desdobramento de nossa transformação estratégica, em maio de 2019 realizamos uma oferta subsequente de ações, captando o montante de R$1,067 bilhão para acelerar investimentos num horizonte de até 3 anos. Passados pouco mais de 2 anos, realizamos aquisições com valor total de aproximadamente R$3 bilhões – incluindo a Supplier, Consinco, Wealth Systems, Tail e RD Station, voltadas à expansão para novos mercados de Techfin e Business Performance e ao fortalecimento do nosso negócio de Gestão. Introduzimos uma série de novos produtos e soluções SaaS em Gestão, que juntamente com soluções de Techfin e Business Performance, considerando a receita não auditada da DR Station de janeiro de 2020 a maio de 2021, da Tail Target de janeiro a dezembro de 2020 e da Supplier de janeiro a maio de 2020, representaram mais de 40% no mix de receita e mais de 70% do crescimento ano contra ano da receita do segundo trimestre de 2021 e no período entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021 a soma de nossa receita recorrente com a receita transacional cresceu 50,1%.

Nos últimos trimestres, a Companhia teve desempenho dentro da chamada Regra dos 40 (*Rule of 40)*, que identifica empresas com alto potencial de geração de valor aquelas capazes de atingir 40% ou mais na soma entre a Margem EBITDA e o crescimento da Receita Líquida. No comparativo entre o segundo trimestre de 2021 e o segundo trimestre de 2020, atingimos a marca de 45,7%. A Figura abaixo indica os resultados da *Rule of* 40 nos últimos quatro trimestres.



Adicionalmente, em janeiro de 2020 a ação da Companhia passou a compor o índice IBOV, assim como os índices MSCI, em dezembro de 2020, e o IBrX 50 da B3, a partir de 2021, tornando a Companhia a primeira empresa de tecnologia a figurar nos mais importantes índices de ações do mercado brasileiro. Essa conquista reflete a posição de liderança da Companhia e o reconhecimento do momento que atravessa, fruto de nossa estratégia, execução operacional e nível de governança corporativa.

Visando dar seguimento no ritmo de mudanças e transformações, fizemos nosso evento de *kick-off* e nossa convenção de vendas no final de janeiro de 2021 e a palavra-chave que permeou todas as discussões foi rapidez. Exponencializar, digitalizar, cloudificar, também foram palavras fundamentais e que indicam o caminho que estamos seguindo. Estamos trabalhando para manter e ampliar a relevância da Companhia para seus clientes, ajudando as empresas brasileiras de todos os portes e segmentos a atingirem a eficiência e a produtividade desejadas.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em milhões de reais (exceto percentagens)	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
Receita Líquida Total	1.483,6	1.228,8	2.596,1	2.282,1	2.111,2
Receita Líquida de Software Recorrente(1)	1.122,0	955,2	1.954,1	1.729,2	1.547,2
Lucro Líquido	159,3	119,5	295,0	210,6	60,6
EBITDA Ajustado(2)	372,4	263,8	587,9	470,7	347,4
Taxa de Renovação(3)	98,4%	98,7%	98,5%	98,3%	97,9%

(1) Compreende subscrição de *software*, suporte técnico e evolução tecnológica. Para mais detalhes sobre a Receita Líquida de Software Recorrente.

(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós que corresponde ao EBITDA ajustado pelo prejuízo líquido da operação descontinuada, pelos gastos com transações de M&A, ajustes de *earn-out* à valor justo e pelo crédito tributário, que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

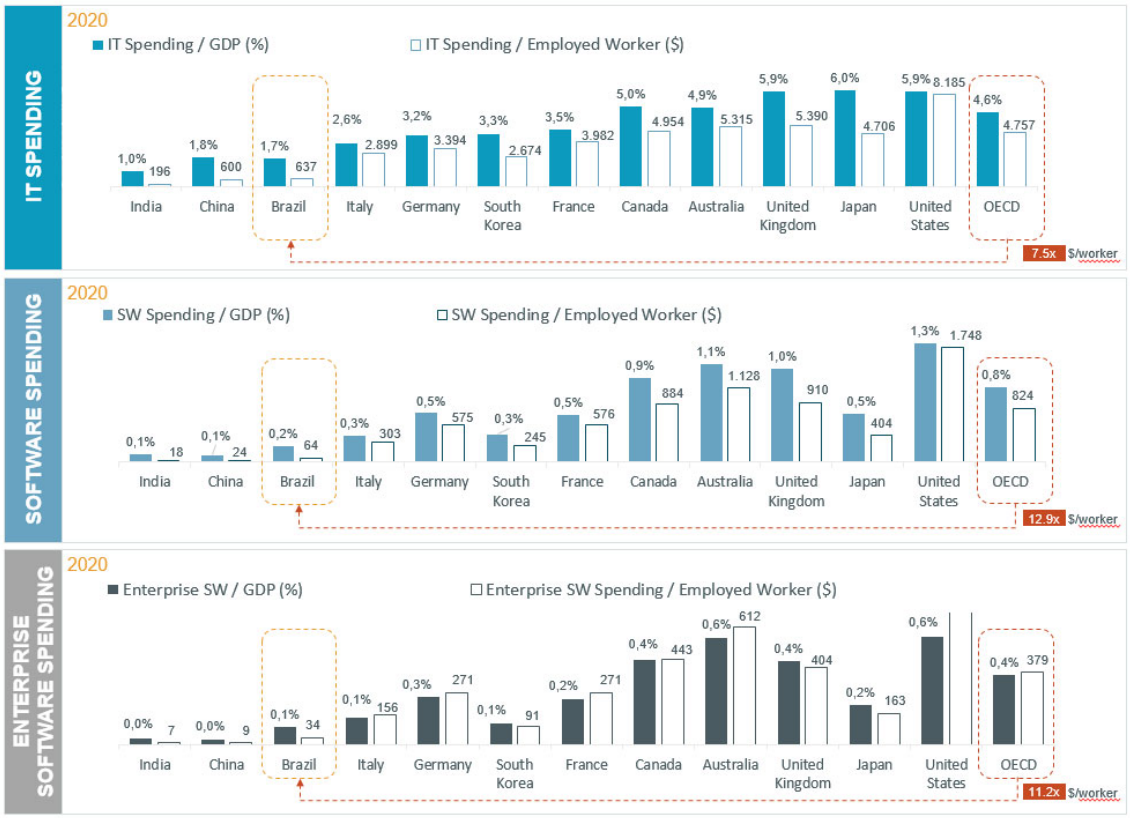
(3) Taxa de Renovação representa o percentual de clientes que permaneceram na base de recorrência ao final do período, comparada à base do início do período, tomando como referência o valor da Receita Líquida de Software Recorrente.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Oportunidades de Mercado

Mercado de Software no Brasil (Gestão e Business Performance)

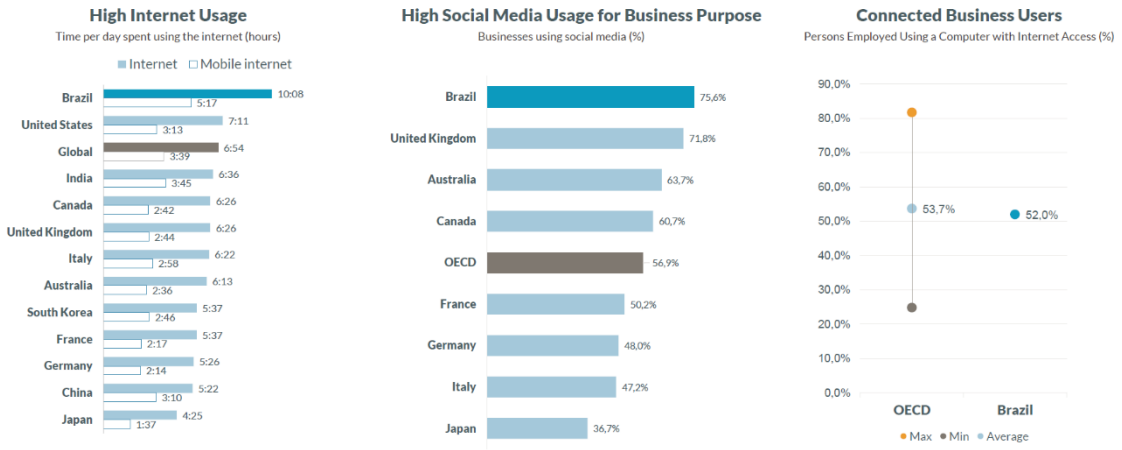
Segundo o estudo *Market DataBook*, da Gartner, publicado em dezembro de 2020, o Brasil se encontra entre os 12 maiores mercados de TI no mundo, apresentando gastos em torno de 62 bilhões de dólares, dos quais 5 bilhões de dólares representam investimentos em *software*. Entretanto, o investimento em TI e *software* no Brasil ainda é relativamente menor do que os países mais desenvolvidos e da maioria dos principais mercados de TI. Com base em informações do Banco Mundial, o Brasil concentra aproximadamente 3% da força de trabalho global e 2,5% do PIB global, no entanto os dispêndios com *software* representam em torno de 1% dos gastos globais, evidenciando que o mercado brasileiro de *software* ainda não está maduro e ainda tem muito espaço para crescimento. Os gráficos abaixo mostram essa diferença em relação a outros países e à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):



Fonte: Banco Mundial, OCDE, TOTVS

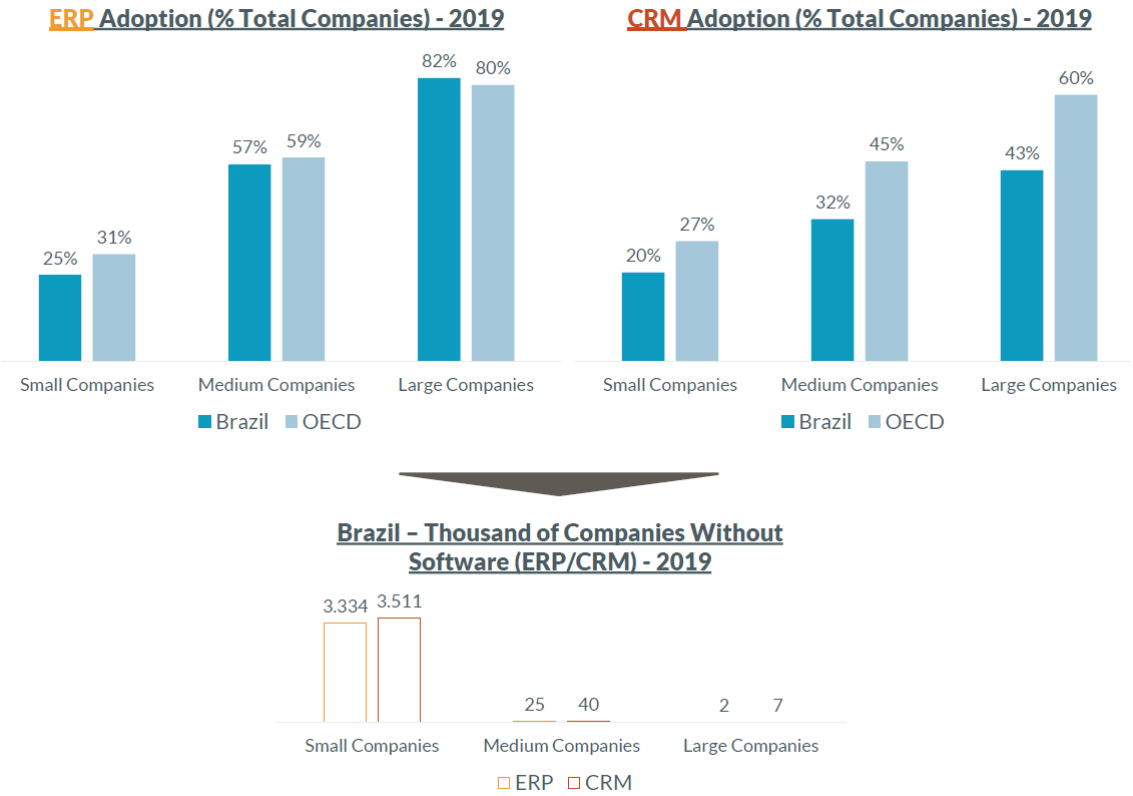
Apesar do uso de TI e *software* ser relativamente baixo em comparação a países mais desenvolvidos, o Brasil já apresenta elementos que indicam boas perspectivas para o crescimento do investimento em TI no futuro. Segundo pesquisa da Hootsuite e dados da OCDE, a população do Brasil apresenta altos níveis de consumo de serviços pela internet, e de uso de mídias sociais com propósito empresarial ficando no topo do ranking entre países desenvolvidos, da média mundial e da média dos países da OCDE, conforme os gráficos a seguir:

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas



Fonte: Hootsuite 2021, OCDE 2019

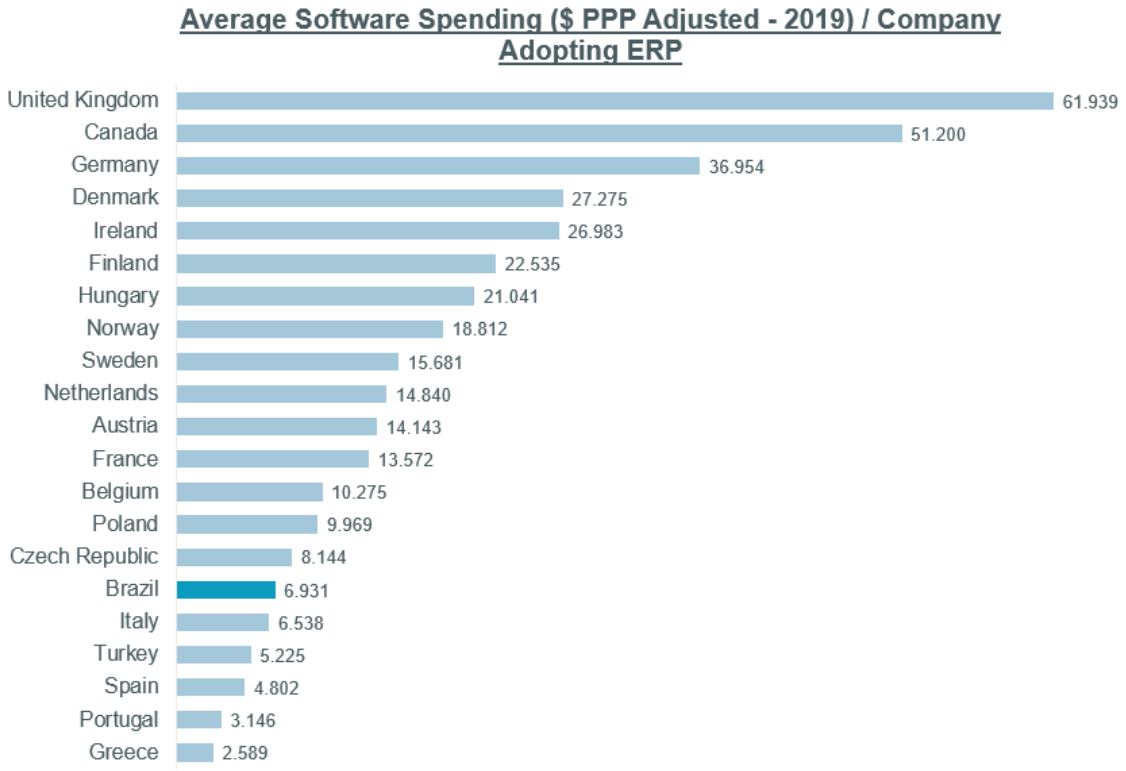
A Companhia acredita que existam 3 principais drivers de crescimento do mercado de *software* no Brasil. O primeiro driver é a baixa penetração de mercado. Estatísticas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) e da OCDE sobre o nível de utilização de ERP e CRM no Brasil e no mundo mostram que o mercado brasileiro, de uma forma geral, possui menor penetração do que países da OCDE. Os dados de penetração no Brasil combinados com dados do IBGE indicam uma estimativa do volume de empresas (mais de 3 milhões) que ainda não adotam *software* (ERP/CRM) em suas operações.



Fonte: CETIC (TIC Empresas 2019), estatísticas da OCDE, IBGE

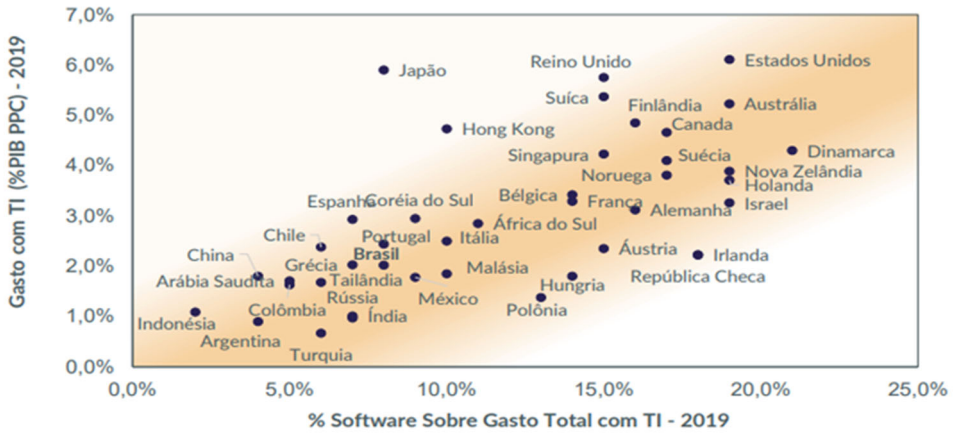
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

O **segundo driver**, é o maior potencial de uso em mercado já penetrado. Mesmo as empresas que já utilizam ERP no Brasil, gastam menos em *software* do que a médias das empresas de muitos países da OCDE.



Fonte: Banco Mundial, Análises TOTVS

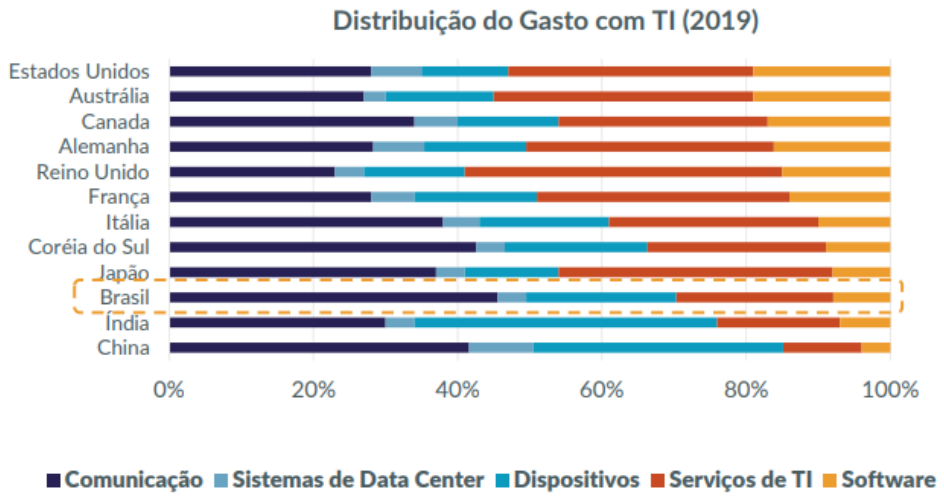
O **terceiro driver** é o potencial de participação de *software* no gasto com TI. Dados mostram uma correlação positiva entre o gasto com TI e a relevância de *software* sobre o Gasto Total com TI em cada país, ou seja, conforme os países amadurecem e passam a investir mais em TI, consequentemente o investimento em *software* se torna mais representativo dentro do total de gastos em TI.



Fonte: Banco Mundial, Análise TOTVS

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

No Brasil, observa-se uma baixa participação no gasto com *software* em relação ao Gasto total de TI em comparação com outros mercados líderes de TI, o que evidencia um alto potencial para expansão de investimentos em *software* no Brasil.



Fonte: Banco Mundial, Análise TOTVS

Mercado de Techfin no Brasil

O mercado brasileiro de crédito pessoa jurídica (PJ), apesar de ainda ser um mercado bastante concentrado nos principais bancos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Santander e Bradesco), que atualmente são responsáveis por 71% de toda a carteira de crédito PJ de 2021, vêm ano a ano observando uma queda importante nessa concentração.

Mudanças regulatórias para aumentar a competição nesse mercado, o surgimento e crescimento de novas tecnologias, dentre outros fatores, vêm abrindo espaço para a atuação e crescimento de novos *players* explorando nichos de mercado nos quais os *players* tradicionais não conseguem explorar com qualidade e/ou possuem altos custos.

Esse panorama cria uma oportunidade para a Companhia atuar no segmento Techfin, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de *software*. A Companhia se posiciona como Techfin em vez de Fintech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de Techfin pode se alavancar: (i) da nossa expertise e *know-how* de soluções digitais e tecnológicas, (ii) da nossa habilidade de coletar e analisar o alto volume de dados, (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar às necessidades do usuário, (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas as regiões no Brasil, (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva e (vi) de nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com *players* do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

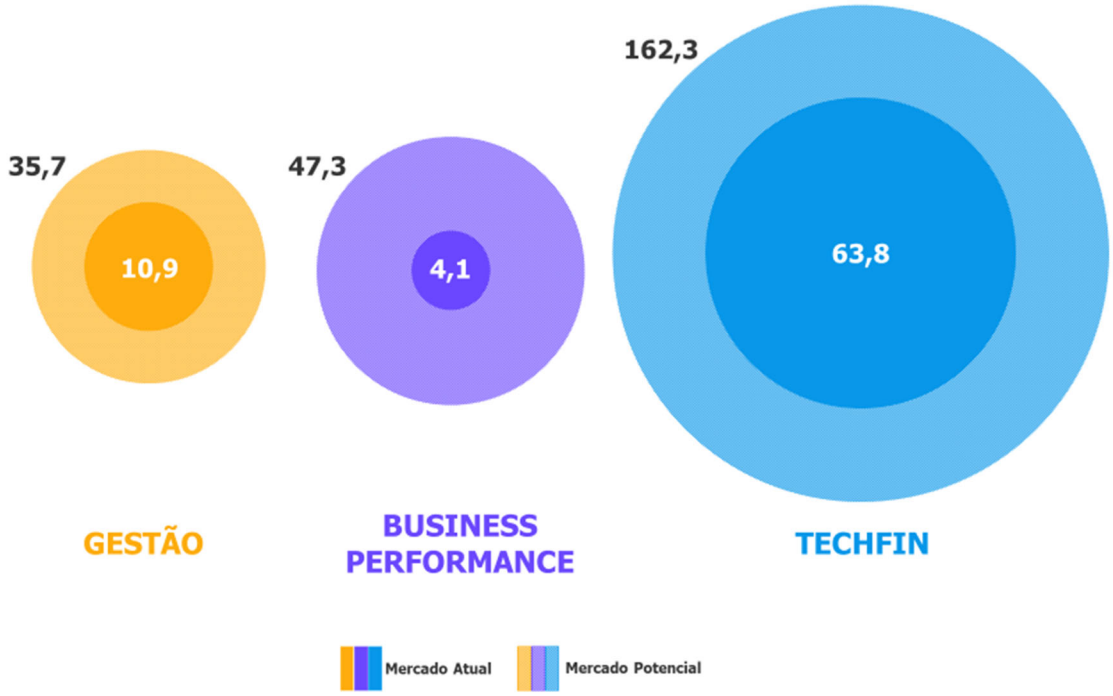
7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da Companhia, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a Companhia desenvolve soluções para aumentar a performance dos seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa.

Mercado Endereçável Total - Potencial Ecossistema de 3 dimensões (3D)

A Companhia estima que existe um potencial de mercado de software endereçável à Companhia no Brasil de aproximadamente R$83 bilhões, dividido em: (1) R$35,7 bilhões do mercado de Gestão; (2) R$47,3 bilhões do mercado de Business Performance, ambos quando as empresas brasileiras atingirem um nível de maturidade de TI observado nos países da OCDE. Esse potencial, pode ser explorado de diferentes maneiras, seja através de oportunidades de *upselling, cross-selling*, e atuação dentro do mercado não penetrado.

Já no segmento de Techfin, a Companhia estima que exista um potencial de mercado endereçável de R$162,3 bilhões, quando todas as empresas do Brasil contratarem crédito conforme o nível de endividamento oneroso médio daquelas que já contratam hoje. Este potencial poderá ser explorado através da nossa estratégia de nos tornarmos uma plataforma única de crédito e pagamentos para nossos clientes de pequeno e médio porte.



Fonte: IDC e análise TOTVS

As oportunidades aqui evidenciadas somadas à positiva trajetória do setor de TI que tem apresentado histórico de crescimento acima da média da economia brasileira reforçam a nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a Companhia. Além disso o tamanho dos novos mercados e seu potencial de crescimento demonstram que a Companhia não necessita ser dominante neles para que o crescimento proveniente dos novos segmentos seja relevante.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca

Somos uma Companhia multinacional brasileira líder no mercado de ERP no Brasil com 46% de *market share*, de acordo com o estudo "*Software Market Share Enterprise Application 2020*" da Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$2,7 trilhões.

Ocupamos a 25ª posição de marca mais valiosa do país no ranking da Interbrand em 2020, sendo a única marca de tecnologia presente nesse ranking, o que acreditamos ser um ativo valioso na atratividade de novos clientes, bem como para atrairmos os melhores e mais inovadores profissionais de tecnologia da indústria de *softwares*. A Companhia foi a única empresa de TI brasileira presente no ranking "The 2018 Global Innovation 1000 study" anualmente divulgado pela consultoria Strategy & Co., vinculada à PwC.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de *cross-selling*. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

Plataforma de distribuição

A Companhia está presente em todo o território brasileiro e possui clientes em 41 países. Esta ampla capilaridade é fruto da nossa estratégia de expansão por meio de filiais, canais e franquias exclusivas, iniciada na década de 90 e que nos permite estar sempre próximos aos nossos clientes, conhecer melhor o negócio deles, as particularidades da região onde atuam e a conquistar sua confiança.

Acreditamos que nossa plataforma de distribuição é um forte diferencial, com presença local e digital que é capaz de atender Companhias de todos os tamanhos.

No segmento de gestão nossa estratégia de distribuição segue o tamanho dos clientes da seguinte forma:

(i) Nas grandes corporações (mais de 500 funcionários), possuímos uma divisão especializada com profissionais qualificados em cada indústria de atuação, oferecendo não apenas serviço especializado, mas suporte e consultoria.

(ii) No segmento de pequenas e médias empresas (de 10 a 500 funcionários), possuímos 5 unidades próprias e 52 territórios franqueados. Acreditamos que essa capilaridade da força de vendas nos proporciona conhecimento único das necessidades dos nossos clientes, além de custos comerciais e de implementação otimizados. Os nossos franqueados atuam de forma exclusiva e são remunerados não apenas pelas vendas realizadas, mas também pelas Receitas Líquidas de Software Recorrentes, o que acreditamos motivar referidos franqueados em manter um alto grau de alinhamento aos nossos interesses, em especial à manutenção da relação de longo prazo com os nossos clientes.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

(iii) No atendimento a microempresas (menos de 10 funcionários), atuamos em um sistema de múltiplos canais por meio de parceiros, revendas e distribuidores, o que nos permite atingir todas as regiões e grandes centros do Brasil.

Além disso, a TOTVS Store nos permite estabelecer um canal digital de interação com os nossos clientes, em especial para aplicações em cloud.

No segmento de Business Performance nosso foco é o *cross-selling* com os clientes do segmento de Gestão, através de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas, nas ferramentas de *digital commerce* e omnicanalidade. Além disso possuímos, para nossas soluções de marketing digital, um vasto ecossistema agências de marketing parceiras que divulgam e recomendam nossas soluções.

No segmento de Techfin temos também equipes especializadas que apoiam o *cross-selling* das nossas soluções de Techfin que estão apenas no início da jornada de integração com os times atuais de vendas, já trazendo resultados acima do esperado. Além disso, para nossa solução de crédito da Supplier (que será explorada em detalhes mais a frente) a distribuição e contratação de crédito são realizados através dos nossos clientes, os quais chamamos de afiliados, que se utilizam do nosso serviço de cartão de crédito digital para vender mais aos seus clientes.

Portfólio amplo, diverso e flexível

Nosso portfólio abrange uma completa oferta horizontal, com soluções de Gestão, entre elas ERP, RH, Verticais e Plataformas de Inovação; Techfin; e Business Performance, incluindo inteligência de dados, *digital commerce*, ominicanalidade, marketing digital e CRM. Acreditamos que nossas soluções são amplas, diversas e flexíveis, lidando e atendendo as necessidades de todos os nossos clientes nas mais diversas verticais de 12 segmentos de negócio (agroindústria, construção e projetos, distribuição, educacional, serviços financeiros, hospitalidade e turismo, jurídico, logística, manufatura, saúde, serviços e varejo).

Atendemos empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em *cloud* ou *on-premises*. As nossas soluções são escaláveis e modulares podendo ser facilmente configuradas para permitir funcionalidades específicas de diferentes segmentos de negócio e tamanhos com integração consistente.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade

Nosso modelo principal de negócios consiste na oferta e desenvolvimento com constante inovação de sistemas de ERP confiáveis e eficientes para o processamento de informações corporativas com segurança, constituindo uma ferramenta de grande relevância para os nossos clientes no gerenciamento de seus negócios no qual acreditamos possuir profunda expertise.

Nosso modelo de negócios tem uma abordagem focada no cliente, amplo portfólio de produtos, equipe de pós-vendas que inclui especialistas com expertise em promover vendas de *cross-sell* e *upsell*, assim como times centralizados de implementação e manutenção. Proporcionamos aos nossos clientes mais simplicidade e facilidade na contratação e utilização de nossas soluções por meio de variadas modalidades comerciais, que se adaptam a realidade do cliente segundo o seu estágio de maturidade. Isso nos permite apoiar a evolução dos nossos clientes, nos posicionando como um parceiro de longo prazo e expandindo os nossos serviços e *cross-selling* ao longo do ciclo de vida dessa parceria.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Tal flexibilidade comercial nos permite crescer junto com os nossos clientes, suportando relacionamentos de longo prazo. Ao final do período de 30 junho de 2021, nós atingimos a marca de R$ 2,7 bilhões em *Annual Recurring Revenue*[1] (ARR, em português Receita Recorrente Anualizada), com uma taxa de renovação de 98,4%. Acreditamos que esses fatores, combinados com um modelo de relacionamento com base contratual recorrente (pagamento mensal com renovação anual automática), possibilitam a previsibilidade e rentabilidade do negócio.

Além disso, entre 2018 e 2020, atingimos um crescimento superior a 20% na relação entre Receita Recorrente e gastos com P&D, demonstrando uma crescente eficiência no desenvolvimento e manutenção de novas soluções.

Histórico de Aquisições

Acreditamos possuir capacidade e histórico sólidos na identificação, negociação e integração de aquisições, ao longo de mais de 20 anos, que geraram valor para a Companhia, com a criação de sinergias significativas.

Desde 2006, nós adquirimos mais de 25 Companhias que reforçaram desde o nosso negócio principal até a entrada em novos segmentos de atuação. Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quando no de integração das novas empresas o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross-selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, corte de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração as aquisições da RM e Datasul, ambas transformacionais para a Companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

Time executivo qualificado e experiente

Acreditamos que a forte experiência e o profundo conhecimento de nossos administradores constituem vantagens competitivas decisivas em nosso dinâmico mercado de atuação. A nossa administração é composta, atualmente, por uma equipe jovem, engajada e experiente no setor de tecnologia com, em média, 18 anos de experiência profissional, dos quais aproximadamente 9 anos, em média, foram dedicados exclusivamente à Companhia. Esses profissionais altamente qualificados desempenham papel central no crescimento de nossos negócios, criando uma cultura de excelência operacional, transparência e eficiência, e altos padrões de governança e ética.

Concluímos, em 2019, o desafiador processo de sucessão da Companhia, preservando o legado do fundador da empresa, que permanece apoiando a Companhia como Presidente do Conselho. Seguimos com a mesma premissa que nos acompanha desde o início de nossa trajetória: inovação, empreendedorismo e determinação; apostando na tecnologia como alavanca da competitividade e produtividade do País; e trabalhando diariamente para oferecer as melhores soluções e experiências, cada vez mais digitais, aos nossos clientes. A experiência e qualificação dos nossos executivos será peça chave para a identificação de oportunidades de crescimento, execução de aquisições, integração bem-sucedida de ativos adquiridos e na implementação da estratégia descrita abaixo.

[1] A Receita Recorrente Anualizada é a métrica responsável por estimar valor a ser recebido no próximo ano da sua empresa a partir das assinaturas.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Além de ser listada no mais alto nível de governança da B3, o segmento especial do Novo Mercado, somos uma Companhia de capital pulverizado (*true corporation*) e contamos com 6 dos nossos 7 membros do Conselho de Administração independentes e altamente qualificados. Nosso Comitê de Auditoria é constituído com membros independentes do nosso Conselho de Administração e um membro externo, para qual o nosso time de auditoria interna reporta diretamente.

Comprometimento com agenda ESG

Ambiental ("Environmental")

Trabalhamos de forma colaborativa para engajar todos os nossos times na Agenda ESG da TOTVS, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Nossa meta é a redução da nossa pegada de carbono e também de nossos clientes. Desenvolvemos medidas de logística reversa para ativos de TI e implementamos um modelo de gestão para uso consciente de recursos naturais e redução de desperdícios em nossa operação. Nossa sede conta com geração fotovoltaica parcial, e 98% da energia que consumimos provém de fontes renováveis. Mais de 90% da nossa mobília é doada para instituições sociais após o período de depreciação.

Social

Os pilares de atuação social da Companhia estão baseados em diversidade e inclusão, segurança de dados e privacidade, educação profissional e satisfação de nossos clientes. Geramos mais de 8 mil empregos diretos e investimentos mais de R$1 bilhão em capital humano, e nosso índice de retenção de talentos é de 95%. Já concedemos mais de 30 mil vagas para que nossos funcionários participem de cursos virtuais. Somos apoiadores do Instituto de Oportunidades Sociais, criado em 1998 com nosso apoio, para educar jovens de baixa renda em programas de capacitação profissional.

Governança

Além de ser listada no mais alto nível de governança da B3, o segmento especial do Novo Mercado, somos uma Companhia de capital pulverizado (*true corporation*) e contamos com 6 dos nossos 7 membros do Conselho de Administração independentes e altamente qualificados. Nosso Comitê de Auditoria é constituído com membros independentes do nosso Conselho de Administração e um membro externo, para qual o nosso time de auditoria interna reporta diretamente. Nossa Política de Remuneração foi aprovada em Assembleia com mais de 97% de aprovação. Além disso, a Companhia adere às melhores práticas anticorrupção, mantendo uma política transparente de gestão de riscos.

Estratégia de Crescimento

Fortalecer nosso core business

Nossa estratégia de crescimento está baseada no fortalecimento do nosso negócio de Gestão com contínuo foco na oferta de soluções comercializadas e implementadas de forma simples e ágil por uma rede de distribuição e negócios capilar e digital e no desenvolvimento de relacionamentos profundos e duradouros com uma base diversificada de clientes.

Adicionalmente, completamos nosso processo de transição para um modelo de negócios baseado em SaaS (*Software as a Service* ou Software como Serviço), que permite aos usuários se conectar e usar aplicativos baseados em nuvem (cloud), o que aumenta nossa Receita Líquida de Software Recorrente, com uma base de clientes fiel.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Considerando que algumas soluções apresentam penetração estimada abaixo de 5% na nossa base atual de clientes, tais como SFA – *Sales Force Automation* e BI - *Business Intelligence*, acreditamos haver uma grande oportunidade de crescimento por meio do aumento de oferta e penetração das nossas soluções verticais, com grande potencial de geração de *cross-selling* para nossos clientes atuais e futuros.

Expansão para novos mercados

Nossa expansão para novos mercados (Techfin e Business Perfomance) se baseia na vantagem competitiva de já estarmos presentes em quase todos os segmentos da cadeia de valor dos nossos clientes, o que nos permite oferecer novas soluções customizadas e flexíveis que ajudem os nossos clientes a vender mais (Business Perfomance) e para o aumento de eficiência financeira de nossos clientes (Techfin).

Como parte dessa estratégia, o segmento de Techfin da Companhia tem como principal objetivo simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes a crédito e demais serviços financeiros, inclusive por meio de parcerias com instituições financeiras. Com isso, buscamos agregar ainda mais valor às cadeias já atendidas pelas nossas soluções de Gestão, líderes no Brasil, oferecendo, por exemplo, soluções de crédito a setores tão diversos quanto educação, saúde, RH e indústria.

Já o segmento de Business Performance tem como principal objetivo ajudar nossos clientes a aumentarem suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio, através de soluções focadas em marketing digital, *digital commerce*, vendas e experiência dos clientes.

Aceleração por Aquisição

Acreditamos que aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do nosso posicionamento no segmento de negócio de Gestão e na expansão para novos mercados (Techfin e Business Performance). Avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 4 grandes pilares:

1. ERP/RH - reforçar e defender nosso negócio de Gestão com a adição de soluções horizontais e base de clientes;
2. Soluções Verticais - aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio;
3. Soluções Cross - aquisição de alvos que adicionem novos produtos agnósticos e escaláveis ao nosso portfólio de forma a alavancar nossa capacidade de *cross-selling*; e
4. Novos mercados - aumentar nosso mercado potencialmente acessível (Techfin e Business Performance).

O nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em ao menos um dos quatro pilares do pipeline, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado. Atualmente, temos mais de 10 potenciais aquisições mapeadas, com *Enterprise Value* entre R$50 milhões e R$3 bilhões.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em 9 de maio de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante comunicando a celebração do acordo com a VTEX S.A. ("**VTEX**") para: (i) a criação de uma *joint venture* com foco no desenvolvimento e distribuição de soluções de *software* para *e-commerce* para empresas no mercado brasileiro; e (ii) alienação para a VTEX da totalidade da participação detida pela Companhia no capital social da CIASHOP S.A. ("**CIASHOP**"), representando 70,47% do capital social da CIASHOP, pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. O valor total atribuído à CIASHOP foi de R$30.048.966,08 (trinta milhões quarenta e oito mil novecentos e sessenta e seis reais e oito centavos).

Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de *hardware*, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000.000,00, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço, a ser apurado nos termos estabelecidos no contrato que regula a transação. Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a R$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022.

No dia 28 de outubro de 2019, a Companhia anunciou a aquisição de 88,8% do capital social da Supplier, sociedade focada em crédito B2B, entre clientes e fornecedores, pelo montante de R$455,2 milhões. Mauro Wulkan e Eduardo Wagner, fundadores da sociedade adquirida, seguem como gestores e acionistas, com 11,2% do capital social. Em 30 de abril de 2020, a Companhia anunciou a conclusão desta operação.

A Supplier acelerou a estratégia de Techfin da Companhia e iniciou sua jornada na Companhia no modelo Fintech, combinando a originação, definição e aplicação de política e aprovação do crédito, que é cedido a participantes do sistema financeiro, atualmente um Fundo de Direitos Creditórios ("FIDC"), que carregam a carteira e o risco de crédito. Com esse modelo, o investimento e o risco do capital próprio da Supplier ficam essencialmente limitado às suas cotas subordinadas do FIDC, preservando o "spread" financeiro da Supplier na operação. A Companhia tem como objetivo levar a Supplier para o modelo Techfin, avançando nas cadeias de suprimento de seus clientes, viabilizando o crédito B2B nas relações recorrentes entre clientes e fornecedores e proporcionando uma experiência *frictionless* aos envolvidos, por meio da integração dos sistemas de gestão na plataforma da Supplier e do uso de inteligência artificial e big data para a evolução contínua dos seus algoritmos de crédito.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia anunciou a aquisição de 100% das ações da Consinco S.A. pelo montante de R$197 milhões, pago no fechamento da transação, realizada em 30 de janeiro de 2020. Adicionalmente, poderá ser pago um preço de compra complementar de até R$55 milhões, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a Consinco relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições. A Consinco é a principal provedora de sistemas de gestão para a vertical de supermercados e atacadistas de autosserviço (atacarejo) do mercado brasileiro. Com esse movimento, a Companhia aumenta sua presença no segmento de Varejo e consolida sua posição de liderança na vertical de supermercados, ponta de uma cadeia de valor longa, que também possibilita a geração de sinergias significativas por meio da oferta de soluções de serviços financeiros, como por exemplo crédito B2B, da divisão Techfin.

7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Em 8 de abril de 2020, a Companhia celebrou Contrato de Compra para aquisição de quotas que representam 100% do Capital Social da Wealth Systems pelo montante de R$27,0 milhões, sujeito a ajustes, dos quais R$16,7 milhões pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões a serem pagos em fevereiro de 2021. Fundada há 19 anos, a Wealth Systems atua no mercado de *software* provendo soluções de CRM (Customer Relationship Management) e SFA (Sales Force Automation) na América Latina, tendo mais de 250 colaboradores e mais de 450 clientes em diferentes setores da economia, com grandes clientes referência especialmente nas cadeias de agronegócio, manufatura e distribuição. A Wealth Systems já era parceira da Companhia com suas soluções de CRM (Master CRM) e de SFA (Master Sales).

Em 19 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Tail Target Tecnologia de Informação Ltda. pelo montante de R$32.000.000,00, sendo os pagamentos distribuídos da seguinte forma: (i) R$7.800 mil foram pagos à vista; (ii) R$3.506.000,00 referente a parcelas retidas para cumprimento de condições estabelecidas em contrato; e (iii) R$20.000.000,00 que será pago mediante atingimento de metas estabelecidas para a Tail relativas aos exercícios de 2021 e 2022. A Tail é provedora de uma plataforma de inteligência de dados que fornece insights aos clientes por meio do monitoramento em tempo real do comportamento de uma ampla audiência na internet com o objetivo de otimizar as vendas de seus clientes.

No dia 09 de março de 2021, a Companhia anunciou a celebração de contrato de compra e venda para aquisição de ações que representam 92% do capital social da RD Gestão e Sistemas S.A (“RD Station”), pelo montante de R$1.861 milhões, sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. Em 31 de maio de 2021, foi concluída a transação, após terem sido cumpridas todas as condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças firmado entre as partes, incluindo, sem limitação, a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que emitiu parecer favorável em relação à operação.

7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável. A Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia entrega produtividade por meio da digitalização dos negócios, indo muito além do ERP, com ofertas de *softwares* de gestão, serviços financeiros, soluções de business performance, plataformas tecnológicas, além de serviços de consultoria para empresas de todos os portes, com venda direta aos clientes ou por meio de uma rede exclusiva de franquias.

A aquisição da RD Station consolidou o surgimento do segmento de Business Performance e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias B2B, que vai além do ERP. Essa estratégia tem como objetivos ampliar o *addressable market*, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, através do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da Companhia.

Desta forma, a partir de 31 de maio de 2021, passamos a apresentar os resultados financeiros e operacionais da Companhia segregados em 3 segmentos operacionais. Abaixo, temos um breve descritivo de cada um deles:

- **Gestão**: é o segmento onde os dados e as integrações são gerados. Portanto, é a base que viabiliza os demais segmentos do ecossistema. Contempla: (i) as soluções de ERP; (ii) as soluções de RH, para gestão e desenvolvimento do capital humano e processamento de folhas de pagamento; (iii) as soluções especializadas para 12 segmentos econômicos; e (iv) e soluções direcionadas aos micro e pequenos negócios.
- **Business Performance**: é o segmento que visa alavancar os resultados, performance e relacionamento das diferentes áreas de negócios de nossos clientes. Consolida a plataforma de marketing digital, composta pela RD Station e Tail Target; e as soluções de apoio a vendas, compostas pela suíte de *E-commerce* (incluindo a JV com a VTex) e OMS (Omnichannel).
- **Techfin**: é o segmento que busca simplificar, ampliar e baratear o acesso a serviços financeiros B2B, através do uso intensivo da digitalização e do Big Data. Atualmente, é composta por soluções de crédito, contemplando: a Supplier e os novos produtos (Antecipa, Consignado, Mais Negócios, Mais Prazo, Painel Financeiro e EduConnect Pay).

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A partir de 31 de maio de 2021, com a conclusão da aquisição da RD Station, a Companhia passou a avaliar os seus resultados de acordo com as unidades geradoras de receita dos segmentos de negócios apresentadas a seguir:

- **Gestão**: representa os negócios de *software* da Companhia voltados para gestão empresarial, contemplando todas as soluções de ERP, RH e Verticais.
- **Business Performance**: composto por soluções voltadas à geração de oportunidades e conversão de vendas dos clientes como vendas, marketing digital e *customer experience*.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

- **Techfin**: contempla os negócios de disponibilização de serviços financeiros, como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros (exemplo Painel Financeiro), parcerias (exemplo crédito consignado), produtos que possuem algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito (exemplo os produtos "Supplier Card", "Antecipa" e o "Mais Prazo"). Neste segmento também estão consolidados os rendimentos da cota subordinada do FIDC, para o qual a Supplier cede os créditos originados.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tais segmentos operacionais tiveram a seguinte representatividade da receita líquida total:

Em Reais mil	Período de seis meses findo em 30 de junho				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021	AV (%)	2020[ii]	AV (%)	2020[ii]	AV (%)	2019[i]	2018[i]
Gestão	1.339.119	90,3%	1.201.615	97,8%	2.464.625	94,9%	2.282.124	2.111.160
Business Performance	27.954	1,9%	226	0,0%	2.029	0,1%	-	-
Techfin	116.558	7,9%	26.976	2,2%	129.423	5,0%	-	-
Receita Líquida Total	**1.483.631**	**100,0%**	**1.228.817**	**100,0%**	**2.596.077**	**100,0%**	**2.282.124**	**2.111.160**

[i] Em 2019 e 2018 a Companhia detinha apenas o segmento de negócio de Gestão, nomeado em 2019 como Tecnologia e em 2018 como *software*.
[ii] Em 2020 a companhia detinha apenas dois segmentos de negócios Gestão, nomeado em 2020 como Tecnologia e Techfin, nomeado em 2020 como Produtos de crédito – Supplier.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Para avaliar o desempenho de cada segmento de negócio, a Companhia se utiliza da métrica não contábil de margem de contribuição que consiste no Lucro Bruto descontado das despesas de Pesquisa e Desenvolvimento e das despesas de Provisão para Perdas Esperadas. Este nível de concentração de Margem de Contribuição é observado no lucro líquido da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, tais segmentos operacionais tiveram a seguinte representatividade da margem de contribuição:

Em milhares de Reais	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019[1]	2018[1]
Segmento operacional de Gestão					
Receita Líquida Total	1.339.119	1.201.615	2.464.625	2.282.124	2.111.160
Lucro Bruto	962.368	846.616	1.730.157	1.538.269	1.371.950
Pesquisa e Desenvolvimento	(232.530)	(210.804)	(425.262)	(397.824)	(382.078)
Provisão para Perda Esperada	(9.522)	(25.083)	(38.996)	(28.434)	(36.992)
Margem de Contribuição	**720.316**	**610.729**	**1.265.899**	**1.112.011**	**952.880**
Margem de Contribuição %	***53,8%***	***50,8%***	***51,4%***	***48,7%***	***45,1%***
Segmento operacional de Business Performance					
Receita Líquida Total	27.954	226	2.029	-	-
Lucro Bruto	17.786	226	1.888	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(3.930)	-	-	-	-
Provisão para Perda Esperada	(336)	(3)	(39)	-	-
Margem de Contribuição	**13.520**	**223**	**1.849**	-	-
Margem de Contribuição %	***48,4%***	***98,7%***	***91,1%***	***0,0%***	***0,0%***
Segmento operacional de Techfin					
Receita Líquida Total	116.558	26.976	129.423	-	-
Lucro Bruto	73.835	17.419	87.328	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(10.322)	(1.217)	(6.086)	-	-
Provisão para Perda Esperada	(5.910)	(4.904)	(4.821)	-	-
Margem de Contribuição	**57.603**	**11.298**	**76.421**	-	-
Margem de Contribuição %	49,4%	41,9%	59,0%	***0,0%***	***0,0%***
Consolidado					
Receita Líquida Total	**1.483.631**	**1.228.817**	***2.596.077***	**2.282.124**	**2.111.160**
Lucro Bruto	**1.053.989**	**864.261**	**1.819.373**	**1.538.269**	**1.371.950**
Pesquisa e Desenvolvimento	(246.782)	(212.021)	(431.348)	(397.824)	(382.078)
Provisão para Perda Esperada	(15.768)	(29.990)	(43.856)	(28.434)	(36.992)
Margem de Contribuição	**791.439**	**622.250**	**1.344.169**	**1.112.011**	**952.880**
Margem de Contribuição %	***53,3%***	***50,6%***	***51,8%***	***48,7%***	***45,1%***

7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Em Reais mil	Período de seis meses findo em 30 de junho				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2021	AV (%)	2020[ii]	AV (%)	2020[ii]	AV (%)	2019[I]	2018[I]
Gestão	720.316	91,0%	610.729	98,1%	1.265.899	94,2%	1.112.011	952.880
Business Performance	13.520	1,7%	223	0,0%	1.849	0,1%	-	-
Techfin	57.603	7,3%	11.298	1,8%	76.421	5,7%	-	-
Margem de contribuição	**791.439**	**100,0%**	**622.250**	**100,0%**	**1.344.169**	**100,0%**	**1.112.011**	**952.880**

[i] Em 2019 e 2018 a Companhia detinha apenas o segmento de negócio de Gestão, nomeado em 2019 como Tecnologia e em 2018 como *software*.

[ii] Em 2020 a Companhia detinha apenas dois segmentos de negócios Gestão, nomeado em 2020 como Tecnologia e Techfin, nomeado em 2020 como Produtos de crédito – Supplier.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(a) características do processo de produção

Produtos oferecidos pela Companhia

1. PORTFÓLIO DE GESTÃO

Nosso portfólio de *software* inclui a oferta em 5 camadas: (i) a solução de ERP para operações de *back-office*, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como marketing, contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros, e a solução de RH; (ii) as soluções de *software* especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios dos 12 segmentos de atuação da Companhia; (iii) as plataformas de inovação, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis aos APPs e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados; (iv) soluções para micro e pequenos negócios com soluções sob medida para microempresas; e (v) portfólio de prestação de serviços que compõe nossos serviços de implementação de *software*, *cloud*, educação empresarial e consultoria.

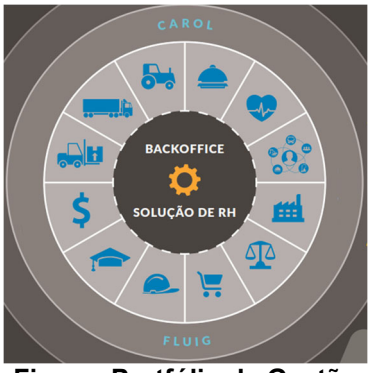
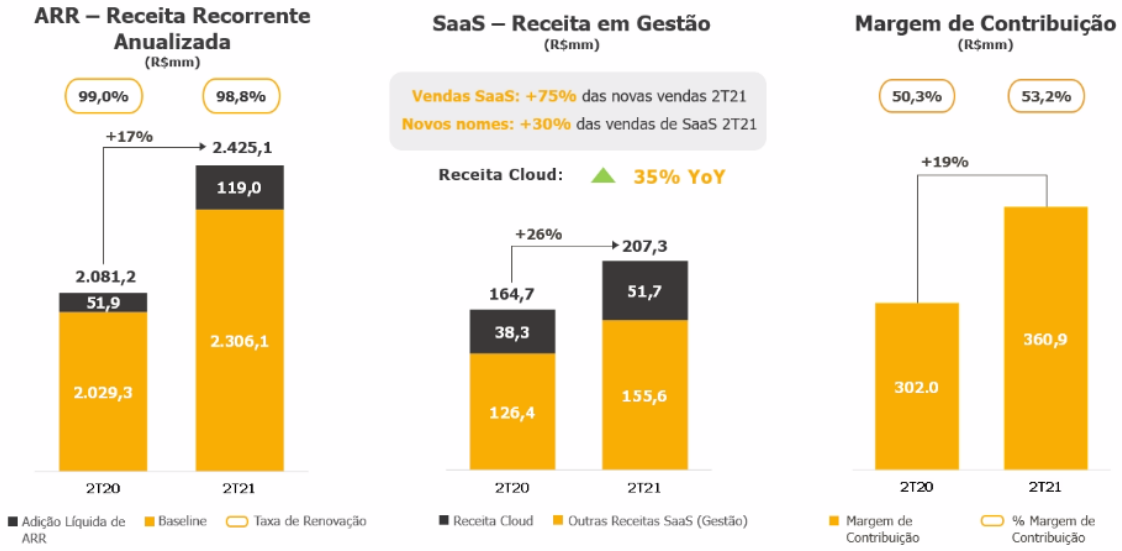


Figura: Portfólio de Gestão

No segmento de Gestão, ao final do exercício trimestral em 30 de junho de 2021, a Companhia atingiu os resultados abaixo comparativamente ao ano anterior, tendo como destaque a receita recorrente que atingiu R$560 milhões e 82% do total as receita de Gestão no período:



Fonte: Companhia

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

1.1 Soluções ERP

O sistema de gestão empresarial (ERP, ou *Enterprise Resource Planning*) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

O ERP TOTVS está em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

TOTVS *Back-office*: O ERP *back-office* compreende os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o *back-office* administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, como engenharia, estoque e custos e o planejamento e controle da produção.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade de investimento em profissionais, *software*, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganham robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos eletrônicos (NF-e, NFS-e, NFC-e, Eventos e-Social, EFD Reinf, etc.), escriturações mensais (GIAS ESTADUAIS, SINTEGRA, EFD ICMS IPI, EFD Contribuições, Periódicos e Não-Periódicos do e-Social e também EFD Reinf, Bloco K, etc.) e escriturações anuais (SPED Contábil, ECF, DIRF, RAIS, etc.) o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar informações fiscais.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

TOTVS RH: A Companhia tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

1.2 – Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a Companhia definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de ponta a ponta, como, por exemplo, o Supply Chain que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

A Companhia estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de *back-office*, a estruturação dos *softwares* verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e a inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela Companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de *back-office*, tais como processos de contas a pagar, contas a receber, fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio da Companhia está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos da economia:

- **AGROINDÚSTRIA**

A Companhia tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Comercialização de Commodities Agrícolas, Produção de Cultivos e Bioenergia. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica-financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio, que vão desde o planejamento agrícola até a colheita e industrialização, considerando melhores práticas de manejo em agricultura de precisão e identificação granular onde estão os gargalos de custo e rendimentos operacionais que podem contribuir com melhor performance.

- **MANUFATURA**

No cenário atual de transformação digital, nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve através da simplificação e digitalização de processos. Investimos em soluções de mobilidade e automação para garantir maior velocidade e acuracidade nos registros do chão de fábrica, aumentar a eficiência, melhorar a produtividade e reduzir custos. Disponibilizamos uma moderna solução de planejamento avançado da produção, para apoiar a sincronização e sequenciamento da cadeia de suprimentos e facilitar a incorporação de conceitos de indústria 4.0. Desenvolvemos ofertas para oito grandes especialidades: Metal-Mecânico & Plásticos, Bens Duráveis, Bens de Consumo, Química e Reciclagem, Extrativismo & Beneficiamento, Papel & Celulose, Têxtil & Vestuário e Bens de Capital, viabilizando uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **LOGÍSTICA**

A Companhia oferece soluções específicas para o segmento Logística, que atende aos desafios dos mais variados segmentos, entre eles, transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados, manufatura, distribuidores, varejo, etc. Neste segmento, objetivamos garantir estoques balanceados, diminuição do tempo de ciclo do processamento de pedidos, menores custos operacionais, aumento do nível de serviços com maior satisfação e fidelização dos clientes, fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão de compras, gestão dos transportes, gestão fiscal e faturamento e entregas dentro do prazo com total visibilidade da operação logística.

- **VAREJO**

No varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Drogarias, Supermercados, Moda, Food Service e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV – Ponto de Venda (*checkout*), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, *e-commerce*, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- **DISTRIBUIÇÃO**

Soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como mercearia, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e a armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- **PRESTADORES DE SERVIÇOS**

A Companhia oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Provedores de Serviços de Segurança e Limpeza, Locação de Equipamentos, BPO, TI e Telecom, Transporte de passageiros. Visamos contribuir para que os clientes possam garantir o controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- **CONSTRUÇÃO & PROJETOS**

A Companhia oferece soluções específicas para os subsegmentos de Incorporadoras e Mercado imobiliário. Nossa proposta de valor neste segmento é oferecer mobilidade e integração total dos dados para a gestão do canteiro de obras, viabilizar o adequado planejamento dos projetos, com orçamentação consistente e acompanhamento acurado dos contratos e fornecimento de materiais inerentes à sua execução.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **EDUCACIONAL**

A Companhia oferece soluções especializadas para os subsegmentos de Educação Básica, Educação Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão educacional como captação de novos alunos, matrículas, gestão de avaliações e frequência, gestão do acervo acadêmico, gestão de recebíveis, relacionamento com a comunidade acadêmica, certificação e diplomação. Além disso, queremos ajudar as instituições a obter maior retenção e satisfação de alunos e familiares em relação a prestação de serviços educacionais.

- **HOSPITALIDADE E TURISMO**

A Companhia oferece soluções especialmente desenvolvidas a partir de processos característicos de hotéis, pousadas e resorts. O objetivo é garantir que os gestores possam ter a visão completa, com acesso fácil e ágil aos principais processos operacionais e administrativos que fazem parte do dia a dia dos hotéis. Por meio das soluções oferecidas é possível acessar a qualquer hora e de qualquer lugar as operações de check-in, check-out, governança e consulta de reservas, além de visibilizar todos os principais indicadores de gestão do hotel, tais como a taxa de ocupação, diária média, receita em tempo real, REVPAR (receita de hospedagem por quarto disponível) entre outros de forma mobile.

- **JURÍDICO**

A Companhia compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e para escritórios jurídicos a gestão definitiva para a sustentação da operação com *back-office* especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- **SAÚDE**

A Companhia desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo aos centros clínicos e consultórios médicos, cooperativas médicas, hospitais de qualquer porte, e também no mercado de operadoras de planos de saúde e autogestão. Buscamos oferecer aos clientes melhoria da performance clínica, aperfeiçoamento do Compliance e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **FINANCIAL SERVICES**

A Companhia oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e core banking, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de compliance e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.3 – Soluções de Plataformas de Inovação

Para a Companhia o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a Companhia oferece 2 plataformas de inovação aos clientes, que se integram ao portfólio de gestão, potencializando as soluções de *back-office* e os *softwares* especializados em segmentos do cliente, agregando assim maior valor às suas operações. São elas:

- **Plataforma de Dados e Inteligência Artificial TOTVS Carol:** A TOTVS Carol é a plataforma de dados e inteligência artificial da Companhia que facilita o tratamento de dados para implementação de algoritmos de inteligência artificial. É a inteligência cognitiva das soluções da Companhia. Permite aprimorar a propriedade dos dados nas organizações e ampliar a capacidade de análise e a velocidade de tomada de decisões diante de um ambiente de negócios com um volume crescente de informações, também facilita a implementação de produtos de AI, com um assistente virtual, respondendo perguntas e oferecendo insights de negócios. Utiliza técnicas de *Deep Learning* e *Machine Learning* para promover a transformação da gestão das empresas e de seus resultados, de forma simples, assertiva e com robusta qualificação dos dados e informações do negócio, para que elas possam aproveitar as oportunidades geradas pela economia digital baseada em dados, compartilhamento e colaboração. Possui também como forte característica a capacidade infinita de aprendizado, pois sua API ("*Application Programming Interface*" ou ‘‘Interface de Programação de Aplicativos’’) é aberta, o que permite que qualquer pessoa ou empresa ensine novas habilidades a ela e crie outros modelos de aplicações com base na plataforma Carol.

- **Plataforma de Produtividade e Colaboração Fluig:** A plataforma Fluig visa unificar sistemas, digitalizar, simplificar processo e exponencializar a produtividade das empresas, em uma experiência mais fluida e intuitiva. Lançado em 2013, o TOTVS Fluig Plataforma é a evolução das soluções de produtividade e colaboração integradas em uma só plataforma, que permite a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas independente dos seus sistemas legados. Esta solução conta com interface de comunicação colaborativa e armazenamento de todo o seu conteúdo na nuvem. A mobilidade é uma das principais características do Fluig, incluindo uma série de aplicativos que revolucionaram a empresa, como o Approval, onde decisões na empresa podem ser tomadas com um simples toque. Entre os seus recursos, a plataforma inclui ferramentas de modelagem e gestão de processos (BPM - *Business Process Management*), criação de layout e portais (*WCM - Web Content Management),* gestão de documentos (GED) e gestão de identidades. Em 2020, a Companhia lançou o TOTVS Fluig No-Code, oferta que democratiza o acesso à tecnologia nas empresas, permitindo a criação de plataformas digitais sem que o usuário precise saber programar. Com ele qualquer pessoa dentro de uma empresa pode criar diferentes soluções, sem qualquer ajuda da área de TI, com um sistema desenvolvido para que o usuário apenas escolha e arraste os componentes que precisa para o seu projeto.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **Plataforma Master CRM e Master *Sales***: plataforma focada na inteligência comercial que permite ao cliente entender onde ele está posicionado no mercado e estruturar uma estratégia de atuação visando ao aumento da produtividade do time comercial, à retenção de clientes e à melhoria da sua participação no mercado, por meio da análise de dados sistematizados e disponibilizados via *dashboards* de indicadores comerciais estratégicos, como percentuais de vendas, projeções, metas, rentabilidade média, histórico de vendas, histórico dos pagamentos, oferta de mix de produtos. O TOTVS *MasterSales* é uma aplicação disruptiva, flexível e ofertada na nuvem, no modelo de serviço (SaaS, ou "Software as a Service"), acessível para qualquer porte de empresa. Permite o aprimoramento e automação de toda a equipe comercial e sua estratégia da geração da demanda ao pós-venda, maior previsibilidade de vendas, gestão de leads, pipeline dos processos de negociação, geração de formulários para pesquisa de satisfação, pesquisas de preço, registro de interações e de todos os atendimentos realizados junto aos clientes, entre outros benefícios.

- **Plataforma de Dados e Análise TOTVS Analytics (by GoodData):** Solução de *business analytics* que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em *dashboards* dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

1.4 - Soluções para Micro e Pequenos Negócios

Com a linha de soluções sob medida para microempresas, a Companhia atende aos desafios de gerir um negócio com eficiência e baixo custo. São ofertas direcionadas para clientes que buscam tecnologia de ponta, implantação simples e rápida, legislação em dia e um fornecedor com credibilidade. A seguir, destacamos nossas soluções e segmentos atendidos:

- **Eleve Vendas:** Ponto de Venda (PDV) completo ao cliente e adequado às legislações fiscais. Oferece a Maquininha Inteligente para a loja pequena ou vendas na rua que funciona como sistema de frente de caixa direto na tela do dispositivo viabilizando o controle de estoque e vendas diariamente e recebimento de pagamentos dos principais cartões e bandeiras adotados no mercado. Outra solução é a Frente de Caixa Completa direcionada para lojas maiores e vendas no balcão que permite um atendimento rápido e de qualidade, contando ainda com funcionalidades de controle de estoque, fechamento de caixa e cumprimento de legislações fiscais.

- **Eleve Gestão:** Gestão Financeira voltada aos prestadores de serviços e revendores cujo sistema permite total controle financeiro, emissão de notas e acompanhamento das ordens de serviços, com poderoso recurso de contas a pagar, a receber, tudo disponível na nuvem, com acesso direto pelo celular e/ou tablet. Permite o acompanhamento e controle do fluxo de caixa com facilidade e controle de compras e gestão do estoque.

- **Manufatura** – Integra as principais áreas da empresa, agilizando o fluxo de informações, possibilitando acesso rápido aos dados necessários para a gestão.

- **Varejo** – Automação completa destinada ao ponto de venda no mercado de micro e pequenos negócios. A solução contempla sistemas de gestão e equipamentos, tudo integrado e com investimento acessível, simplifica a entrega das obrigações fiscais, além de ser hospedada na nuvem, o que simplifica a compra e instalação.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- **Saúde** – Solução TOTVS para consultórios e clínicas médicas, que proporciona agilidade e eficácia na administração clínica e financeira.
- **Serviços** – Solução que permite o controle de fluxo de caixa levando em consideração os pedidos de compra e venda, controle de ordens de serviço, com alocação de recursos e produtos, controle de entradas e saídas por centro de custo e centro de resultado e controle de despesas e receitas por categoria financeira.

1.5 - Portfólio de Prestação de Serviços

- **Implementação de *Software*:** O time de implementação da Companhia realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação. As unidades próprias e as franquias da Companhia seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de *software* TOTVS.
- ***Cloud Computing***: oferta de hospedagem das soluções TOTVS em Datacenter próprio ou de terceiros, com uma gama completa de serviços agregados, tais como: preparação do ambiente; disponibilização de infraestrutura; *hardware*s (servidores); sistema operacional; banco de dados; *softwares* aplicativos; gestão do ambiente tecnológico; gestão e monitoramento de backups; e monitoramento de servidores.
- **Educação Empresarial:** Soluções Educacionais que utilizam ambientes para prática de exercícios na nuvem, conteúdos e infraestrutura para a gestão do conhecimento, capacitação profissional presencial e à distância. São destinadas a clientes e instituições que necessitam de processos intensivos de propagação e certificação de conhecimentos, de forma centralizada ou dispersos geograficamente.
- **Consultoria:** A TOTVS Consulting é um time estratégico de consultoria em gestão empresarial e tecnologia da informação, que atua em todo o território brasileiro, a partir de bases em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

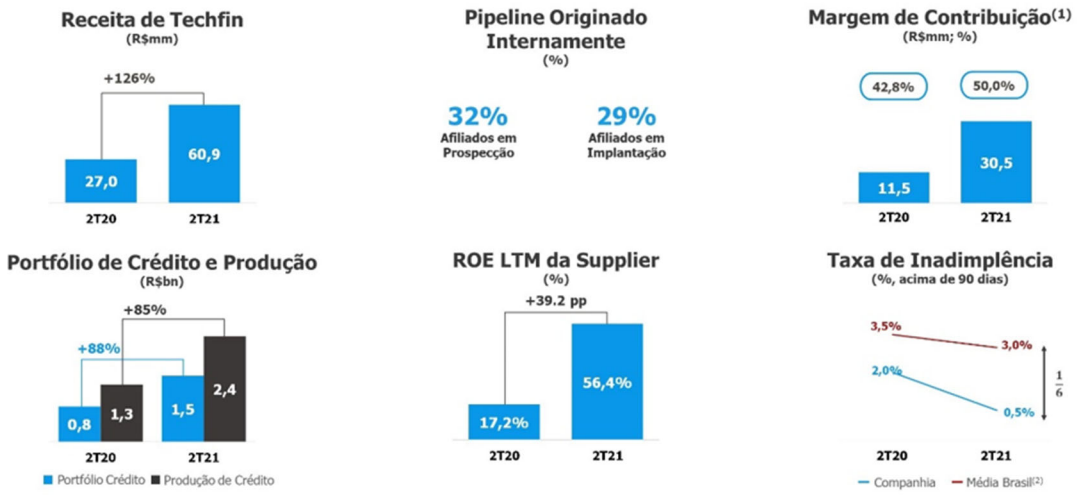
2. PORTFÓLIO DE TECHFIN

Nosso portfólio de Techfin contempla tecnologia e inovação para ampliar, simplificar e baratear o acesso das empresas aos serviços financeiros. Oferecemos serviços financeiros inteligentes e personalizados, de acordo com o perfil de cada empresa e as necessidades da jornada financeira dos negócios dos clientes, ampliando as opções para comprar insumos e melhores condições para pagar despesas. Do outro lado do ciclo, as empresas podem vender de forma mais simples e integrada, e receber de forma mais rápida e eficiente.

Nossas ofertas estão estruturadas de forma a maximizar a vantagem da tecnologia, que transforma processos complexos e burocráticos em ações simples viabilizando fácil acesso a serviços financeiros. Elas se dividem em 3 categorias: (i) Crédito, ofertas de soluções simples, acessíveis e personalizadas, que facilitam o acesso a crédito para empresas e seus funcionários; (ii) Pagamentos, soluções integradas ao PDV e PIX (Pagamento Instantâneo); além de soluções para instituições de ensino para pagamentos online que simplificam e geram eficiência para facilitar as operações de pagamento, (iii) Serviços, oferta de plataforma de gestão financeira que permite, de forma automática e integrada ao ERP, o acesso a indicadores financeiros e de fluxo de caixa. Ultrapassamos em agosto de 2021 a marca de 1.000 clientes com contratos assinados em Techfin.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Considerando-se o segmento operacional de Techfin, ao final do exercício trimestral em 30 de junho de 2021, a Companhia apresentou os seguintes resultados em relação ao ano anterior:



Fonte: Companhia

Notas: (1) Margem de contribuição representa Margem de Contribuição Normalizada (Margem de Contribuição + Custos de Financiamento). Normalização dos Custos de Financiamento em 2T21 consiste na transferência do aumento da Selic para o custo, no mesmo termo em que o mesmo é transferido para a receita; (2) Fonte: Banco Central do Brasil, (www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito)> tabelas.xls > Tabela 27 > MPMe.

Crédito

- **TOTVS Antecipa:** Solução de antecipação de recebíveis da Companhia que está integrada à solução TOTVS *back-office*. Trata-se de uma forma mais moderna e diferente de contratar, antecipar e acessar os recebíveis, com fácil visualização de notas fiscais da carteira que estão em aberto e seleção para antecipação dos mesmos, com possibilidade de aprovação e liberação do recurso ainda no mesmo dia, conciliação automática, sem burocracia e processos complexos. Com essa solução as empresas podem manter o fluxo de caixa positivo e garantir mais capital de giro.

- **TOTVS Mais Negócios:** De forma simples e rápida, nosso cliente cria novos planos de pagamento em seu ERP TOTVS. As vendas efetuadas nesses planos utilizam o limite aprovado, garantindo que nosso cliente receberá o valor dessas vendas de forma antecipada, e ainda assim oferecendo prazo a seus clientes. Tudo de forma integrada, sem risco de crédito e sem regresso de inadimplência.

- **TOTVS Mais Prazo:** Plataforma de prorrogação e parcelamento de boletos de fornecedores. Tudo de maneira 100% digital, em poucos cliques e sem burocracia. Uma solução criada para ajudar nossos clientes a garantir dinheiro em caixa e manter suas contas em dia.

- **TOTVS Consignado:** Solução inovadora que simplifica a gestão de empréstimo consignado privado dos funcionários, pois automatiza todas as etapas do departamento de recursos humanos, desde a criação do contrato até a averbação dos descontos em folha. Além disso, simplifica a simulação, contratação e acompanhamento da solicitação, do extrato e do saldo do crédito pelos seus colaboradores.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Pagamentos

- **TOTVS Pagamento Instantâneo:** Trata-se de uma solução completa para o recebimento de pagamento via PIX, novo meio de pagamento do Banco Central. O produto permite que as empresas recebam PIX de maneira rápida, simples e econômica ao oferecer taxas menores que as dos meios de pagamento tradicionais. O recebimento acontece na conta que a empresa já possui, sem a necessidade de negociar com instituições financeiras. A empresa conta ainda com conciliação de vendas automática.
- **EduConnectPAY:** Uma nova forma de receber pagamentos para as instituições de ensino. Uma solução que permite receber pagamentos de mensalidades e outros serviços via cartão de crédito, permitindo negociações digitais e possibilidade de ativação de pagamento recorrente. Tudo 100% integrado ao ERP com conciliação automática, antifraude e recorrência. Mais comodidade para pais e alunos e menos inadimplência para as escolas e universidades.
- **TOTVS Pagamento Digital:** Solução criada para permitir que as empresas ofereçam novos meios de pagamentos digitais aos seus clientes, como PIX e carteiras digitais, sem necessidade de aderir a diversos sistemas e maquininhas. Com ele, é possível realizar uma gestão unificada das carteiras, reduzir custos com taxas de administração e receber o dinheiro na hora, na conta da empresa, sem precisar esperar a compensação ou liquidação.

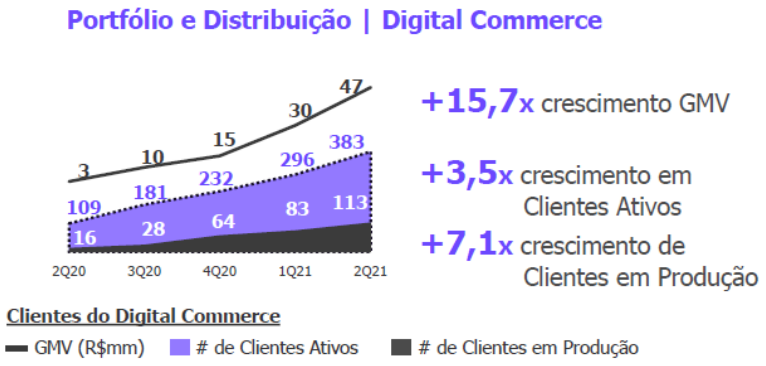
Serviços

- **TOTVS Painel Financeiro:** Plataforma criada para ajudar a área financeira a ter uma visão completa do fluxo de caixa, contas a pagar, contas a receber e indicadores de performance em tempo real; além de avaliar períodos personalizados e antecipar tendências. Além disso, possui uma integração nativa com o TOTVS Antecipa, permitindo ao cliente da Companhia solicitar antecipação de recebíveis em poucos cliques. Tudo de forma simples, segura e transparente.

3. PORTFÓLIO DE BUSINESS PERFORMANCE

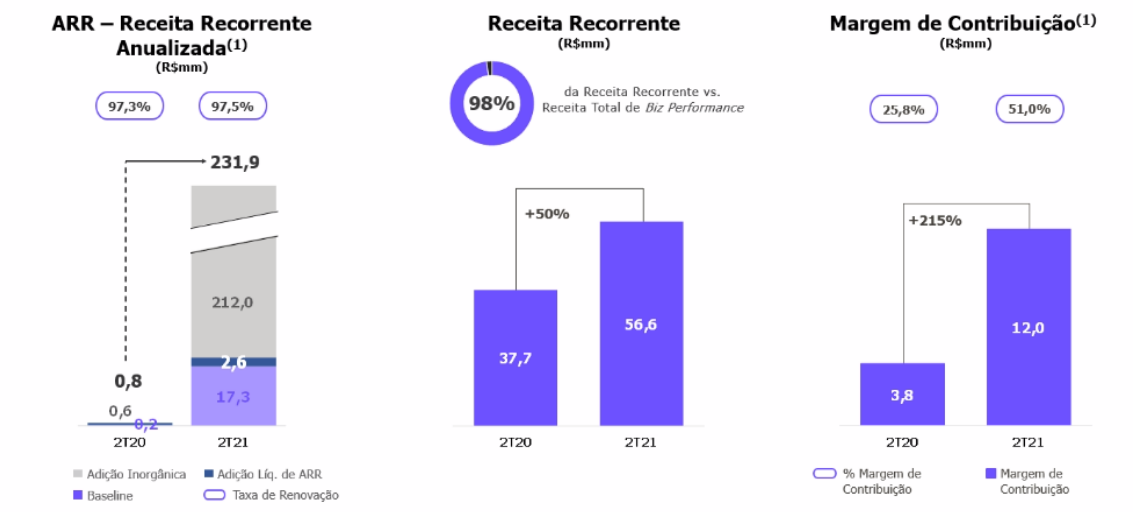
Em Business Performance oferecemos um amplo portfólio focado em ajudar nossos clientes a aumentarem suas vendas e tornarem-se mais competitivos em seus segmentos de negócio.

Considerando-se os últimos exercícios trimestrais, a Companhia apresentou os seguintes resultados no seu segmento de Business Performance:



Fonte: TOTVS

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Fonte: Companhia/ Notas: (1) considerando a receita não auditada da RD Station de janeiro de 2020 a maio de 2021 e da Tail Target de janeiro a dezembro de 2020

- **Inteligência de Dados (Tail):** Soluções que tem como objetivo otimizar os resultados das empresas com CDP (*Costumer Data Plataform*) para gestão dos dados dos consumidores, DMP (*Data Management Plataform*) para ativação de audiência em mídias digitais e CMP (*Consent Management Plataform*) para obter consentimento na coleta de cookies nos sites das empresas.

- ***Digital Commerce* (VTEX**): Serviço de soluções integradas com foco em vendas, com as opções de (i) *Digital Commerce*: gestão de promoções e conteúdos clusterizados; e (ii) Site Editor, B2B Commerce: estruturação de fluxo de aprovação e cotação, dados de compradores, ciclos de venda e sugestão de produtos e *marketplace*, com sincronização automática de estoque e plataforma de comércio unificado.

- ***Omnichannel* (Moddo):** OMS (*Operation Management System*) para gestão de omnicanalidade, controle de pedidos de canais digitais que as lojas físicas irão atender e integralização de estoques (com Dashboards de acompanhamento de venda em todos os canais). É um conector nativo com outras soluções TOTVS e VTEX.

- **Marketing digital e CRM (RD Station):** O RD Station Marketing é um *software* que visa o aperfeiçoamento de campanhas, nutrição de *Leads* e geração de oportunidades comerciais qualificadas para alcançar mais resultados. O RD Station CRM é uma plataforma de controle de processos comerciais, com funil de vendas e alertas de atividades.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia busca atender a demanda do mercado por *software* e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver *softwares* e serviços de ponta.

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

- Aprimoramento do fundamento técnico de seus *softwares*, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;

- Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

- Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;
- Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade e usabilidade dos produtos de *software*;
- Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;
- Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos *softwares*;
- Integração de ferramentas de terceiros; e
- Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a Companhia realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizaram a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da Companhia para estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções por desenvolvedores internos e externos (pequenos *softwares*, desenvolvedores de aplicativos e *startups* de tecnologia).

Atualmente, as estruturas da Companhia focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

CENTROS DE P&D – Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao *core* do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

UX LABS – UX Lab é o Laboratório de Experiência do Usuário da Companhia, localizado em São Paulo (Brasil), reúne em seu espaço de aproximadamente 200 m² um time de pesquisadores e designers dedicados exclusivamente à exploração de oportunidades de inovação, tendências de mercado e à melhoria da experiência de uso das nossas soluções e serviços por meio de constantes pesquisas, validações com clientes e colaboração. No Laboratório, os projetos são conduzidos pela abordagem do *Design Thinking*, e envolvem empatia, colaboração e criatividade, visando a descoberta de novas soluções baseadas em necessidades dos nossos clientes, ao constante aperfeiçoamento dos processos a revisão das interfaces e a navegabilidade dos nossos produtos, a unificação da identidade e experiência única de nossas soluções e a disseminação da cultura do Design para colaboradores e clientes.

iDEXO - É a frente de inovação aberta e conexão com *startups* da Companhia. Conta com mais de 80 *startups* que atendem aos 12 segmentos de economia em que a companhia está presente, como: RH, Educação, Logística, Hospitalidade, Saúde, entre outros. O iDEXO permite que a Companhia amplie seu portfólio de oferta ao mercado. Para que se tenha uma ideia, mais 360 clientes da companhia já tiveram seus desafios de negócios solucionados por uma *startup* da comunidade, gerando inovação, redução de custos e otimização de processos para todos os envolvidos: Companhia, clientes e *startups*. Saiba mais em: www.idexo.com.br

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

TOTVS LABS EUA – Centro de Inovação localizado em Raleigh (Carolina do Norte, Estados Unidos da América), próximo do Research Triangle Park (RTP), o maior parque de pesquisa científica dos EUA e numa região com ambiente tecnológico pujante e grande oferta de talentos, que está focado na criação de soluções disruptivas em linha com as mais modernas tendências de tecnologias relacionadas a Big Data, Mobile, Social Media e *Cloud*. O TOTVS Labs atua também na identificação de novos modelos de negócios e *startups*, estabelecendo parcerias estratégicas e transferindo conhecimento às demais unidades de negócios da Companhia. As principais tecnologias trabalhadas no Labs envolvem Inteligência Artificial, Visão Computacional, Processamento de Linguagem Natural, *Machine learning* e UX Design.

Desenvolvimento Ágil

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de *software*, a Companhia vem evoluindo significativamente em processos e ferramentas ágeis, implementando o processo de desenvolvimento ágil de *software* em todos os segmentos da Companhia nas equipes de desenvolvimento de *software* (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos da Companhia.

A iniciativa representou uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de *software* pois transformou radicalmente a forma como pensamos e desenvolvemos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as *squads*, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final.

A Companhia consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de *software* ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que somaram mais de R$1,2 bilhão nos últimos 3 anos até o período findo em 30 de junho de 2021, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a Companhia se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

(em milhares de R$, exceto %)	**Período findo em 30 de junho de**	**Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Receita Líquida de Software	1.368.468	2.467.959	2.282.124	2.111.160
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	(246.782)	(431.348)	(397.824)	(382.078)
% da Receita Líquida de Software	-18,0%	-17,5%	-17,4%	-18,1%

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Componentes utilizados na elaboração das ofertas de *software* de gestão integrada

As soluções de *software* de gestão integrada descritas no item 7.2 são formadas a partir da integração de componentes oriundos de linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas conforme a origem de seu desenvolvimento: Linha Protheus, Logix, RM, Datasul, Financial Services entre outras adquiridas pela Companhia e incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas tecnológicas utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da Companhia que suporta o desenvolvimento das soluções de *software* TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

Historicamente a Companhia vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do *software* e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de *software*. Isso inclui desde opções de plataformas e sistemas operacionais, até a escolha de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a Companhia tornar-se uma das poucas empresas de *software* no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a Companhia atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo "*on premises"* como na nuvem. A TOTVS Platform é a resposta da Companhia às necessidades de Plataforma como Serviços (*PaaS – Platform as a Service*) e serve de base para a oferta de Soluções como Serviços (*SaaS - Software as a Service*), e é complementada pelas ofertas de valor agregado para as necessidades de Infraestrutura como Serviços (*IaaS – Infrastructure as a Service*).

A Companhia utiliza as seguintes linguagens de programação: A ADVPL (hoje TL++) é aplicada na linha de produto Protheus, enquanto na linha Logix é utilizada a 4GL. A infraestrutura da TOTVS Platform é responsável pela compatibilidade e adaptabilidade das soluções da Companhia aos diferentes sistemas operacionais, bases de dados, arquiteturas e topologias de redes.

A Companhia acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um middleware, denominado TOTVS Platform. Este middleware também é utilizado por empresas associadas. O middleware utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os computadores) e (v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do middleware permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de *hardware*, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

Os componentes da linha RM são desenvolvidos utilizando-se tecnologia Microsoft e Borland, sendo que a plataforma de desenvolvimento adotada é a plataforma.NET da Microsoft. Essa plataforma nos permite uma maior exposição às tecnologias disponibilizadas pelo Mercado.

Na linha Datasul, os componentes são desenvolvidos nas tecnologias Progress, Java (J2EE) e também TOTVS Platform tanto em termos de linguagem, quanto de plataforma.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(b) características do processo de distribuição

A Companhia também utiliza estratégia diferentes em cada segmento operacional para a distribuição das soluções, além de uma estratégia conjunta de marketing e de alianças e parcerias, que serão abordadas a seguir:

1. Distribuição de Gestão

A forte distribuição da Companhia no segmento de gestão tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.

1.1 Estratégia para Clientes de Grande Porte

A Companhia conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

1.2 Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A Companhia licencia e subscreve seus *softwares* por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da Companhia, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a Companhia dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

- **Unidades próprias**: A Companhia conta com 5 unidades próprias no Brasil (Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo) e no mercado internacional conta com unidades na Argentina, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

- **Franquias**: a Companhia conta com 52 territórios franqueados no Brasil e diversos canais na América Latina.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela Companhia), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

As unidades próprias da Companhia são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A Companhia mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da Companhia.

1.3 Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Revendedores (TOTVS): a Companhia conta com uma estratégia de multicanais dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de *software*. No caso de revendedores de maior porte realiza-se faturamento direto além de sua logística até este revendedor, enquanto para as revendas de médio e pequeno porte o faturamento e logística são executados por um de seus distribuidores.

2. Distribuição de Business Performance

No segmento operacional de Business Performance o foco da Companhia é o *cross-selling* com os clientes do segmento de Gestão, através de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas (franquias e filiais), nas ferramentas de *digital commerce* e ominichannel.

Adicionalmente possui, paras as soluções de marketing digital e CRM, um amplo ecossistema de agências de marketing parceiras que visa entregar sucesso aos clientes através de nossas soluções, ganhando produtividade, geração de leads e relacionamento com os clientes. Outra estratégia relacionada a estas soluções é o *up-sell* através do *Product Led Growth* (PLG) no qual os clientes começam testando as soluções de forma gratuita ou versões simplificadas por preços atrativos e, conforme eles vão avançando nas funcionalidades e uso dos produtos eles podem fazer um *upgrade* de versões pela própria ferramenta, sem a necessidade de uma interação comercial.

3. Distribuição de Techfin

No segmento de Techfin a Companhia também possui equipes especializadas que apoiam o *cross-selling* das soluções que estão apenas no início da jornada de integração com os times atuais de vendas.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No caso da solução de crédito da Supplier a estratégia de distribuição e contratação de crédito são realizados através dos nossos clientes, os quais chamamos de afiliados. A Companhia disponibiliza para os clientes dos nossos afiliados, após uma integração e análise de crédito dos mesmos, um cartão de crédito virtual *white label*, ou seja, com a marca do afiliado, com um limite de crédito pré-estabelecido. Desta forma os nossos afiliados é realizam a distribuição de crédito através dos seus clientes, com a vantagem de aumentarem o seu volume de vendas e receberem à vista e sem risco.

4. Marketing

Em 2020, os esforços da área de Marketing estiveram voltados ao posicionamento em inovação, tecnologia e soluções de negócios e completas para cada um dos doze segmentos que representam os principais setores da economia, além da geração de oportunidades de venda de *software*.

Destacamos também a continuidade do trabalho de construção de marca, com o fortalecimento da estratégia de comunicação indo além do tradicional público de profissionais de tecnologia ("Muito além do ERP"), mas agregando também um universo novo de gestores de negócios, de marketing e vendas, que passam a ser potenciais compradores das soluções Techfin e Business Performance que a Companhia vem desenvolvendo. Um dos principais pilares desta estratégia é a campanha batizada de "A TOTVS acredita no Brasil que FAZ". A Campanha visa destacar a trajetória da Companhia como uma das empresas brasileiras que acreditam e investem no país e que são referência em seus setores.

Além disso, com o movimento de descontinuidade da operação de *hardware*, a partir de janeiro de 2020, a solução para micro e pequenos negócios Bemacash passou a se chamar ELEVE. A nova marca chegou com o objetivo de reforçar nosso compromisso de elevar o patamar de gestão do micro e pequeno negócio, oferecendo uma solução agnóstica, isto é, utilizável em qualquer tipo de dispositivo, para que empreendedores possam exercer uma gestão mais eficiente de seus negócios.

5. Alianças e Parcerias

A Companhia investe fortemente em alianças e parcerias estratégicas com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia, e de outros setores inerentes aos negócios e mercados de atuação da Companhia. A estratégia é ampliar a capacidade da Companhia de desenvolvimento de mercado e de novas ofertas com inovação externa, buscando entregar aos clientes a tecnologia e as soluções de negócios necessárias para sustentação de sua cadeia de valor e aumento da eficiência e rentabilidade.

A formalização dessas alianças e parcerias estratégicas tem por objetivo: (i) promover a troca de tecnologia entre as empresas, permitindo que a Companhia tenha acesso à tecnologia de ponta desenvolvida por esses aliados e parceiros; (ii) desenvolver ações conjuntas de marketing, divulgação e geração de negócios; (iii) ampliar o portfólio de ofertas e soluções; e (iv) aproveitar a sinergia existente entre os produtos e marcas da Companhia e de seus parceiros; (v) expandir o uso da tecnologia da Companhia para demais empresas, parceiras ou clientes.

As alianças estratégicas da Companhia têm como natureza do negócio as soluções de tecnologia e são representadas, principalmente, por empresas globais como Microsoft, Progress e Oracle, entre outras. Além das alianças estratégicas, a Companhia adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios e redução do ciclo de desenvolvimento do produto.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

As principais parcerias são empresas que: (1) detém uma solução de negócio que fortalece a proposta de valor da Companhia em seu mercado de atuação, preferencialmente sendo integrada às soluções TOTVS; ou (2) desenvolvem soluções de negócios em tecnologia TOTVS utilizando a linguagem ADVPL e a tecnologia fluig.

Essas parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, podem trazer benefícios à Companhia, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da Companhia aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas gerarem valor aos produtos e serviços da Companhia, nos segmentos em que não competem.

Além de potencializar as parcerias atuais do ecossistema, a Companhia firmou novas parcerias estratégicas como o Mercado Livre (um dos líderes em *marketplace* no Brasil segundo a Pesquisa Ebit 2021), reforçando a estratégia de omnicanalidade e experiência cada vez mais integrada e fluida ao cliente final, a BMI (Blue Management Institute) referência em estratégia, cultura e liderança para as organizações e a Creditas, com o objetivo de democratizar e baratear o acesso a crédito consignado privado como um dos pilares da estratégia de Techfin.

(c) características dos mercados de atuação

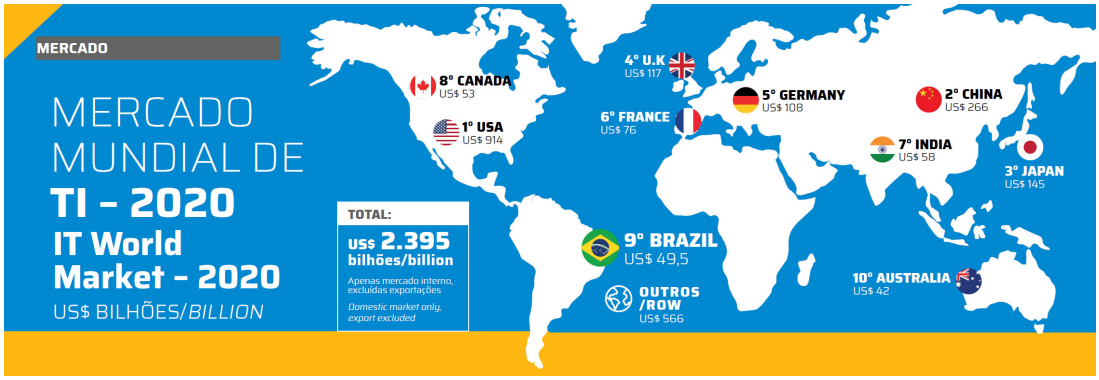
i. O Mercado de *Software*

Mundo

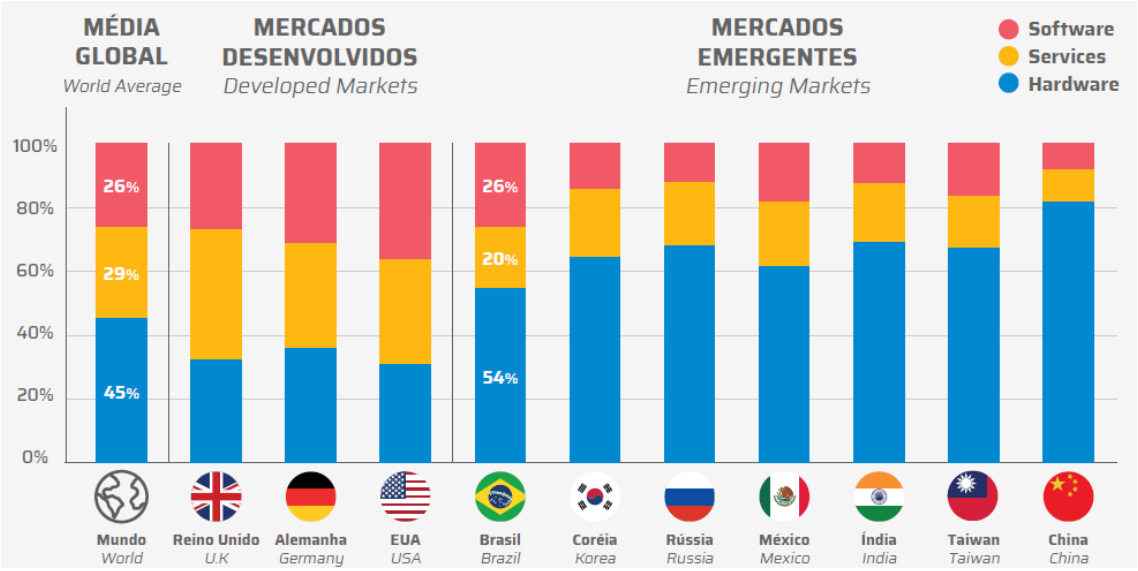
A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e ao redor do mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo ineficiência e aumentando produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de *software* foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os *softwares* para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de *software* passaram a ser integradas em “sistemas integrados” (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de *software* de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de *back-office*, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou *front-office*, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

De acordo com IDC, em 2020, o mercado mundial de TI atingiu US$2.395 bilhões de dólares, sendo que o segmento de *software* representou 26% desse mercado. No mesmo ano, o Brasil era o 9º país com maior mercado de TI com um tamanho total de US$49,5 bilhões, representando 2,1% do mercado mundial.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



A distribuição observada no mercado global é uma maior representatividade de *software* e serviços no total do mercado de TI em países desenvolvidos versus países emergentes. Dentre os países emergentes o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.



A produção mundial de TI apresentou, em 2020, um crescimento de 2,5%, enquanto no Brasil o crescimento chegou a 22,9% atingindo US$ 50,7 bilhões (incluindo exportações).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar eficiência, produtividade, qualidade do relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação e a Companhia captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior *player* de ERP do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia lançou cinco plataformas complementares ao ERP: fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), Carol (Inteligência Artificial), TOTVS Analytics (Business Intelligence), e TOTVS CRM, todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da Companhia. A Companhia também vem evoluindo na construção de um ecossistema de soluções além do segmento de (i) Gestão – com o portfólio de soluções e plataformas abertas, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; que engloba também (ii) Techfin, com produtos de crédito, pagamentos e serviços; e (iii) Business Performance, com soluções de vendas e performance.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Com esse ecossistema, o mercado endereçável atual da Companhia se expandiu substancialmente, podendo atingir até R$78 bilhões, sendo dividido em: (1) R$11 bilhões do mercado de Gestão, (2) R$4 bilhões do mercado de Business Performance; e (3) R$63 bilhões do mercado de Techfin.

América Latina

De acordo com o IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu US$112 bilhões em 2020, tendo o Brasil como protagonista com uma parcela de 44% enquanto o segundo maior mercado é o México com 20%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos impulsores para a expansão nesse mercado.

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação cresceu de forma acelerada nos últimos anos.

De acordo com o IDC, o mercado de TI no Brasil atingiu US$50,7 bilhões em 2020 (incluindo exportações) o que representou um crescimento de 22,9% em relação ao ano anterior. O setor de *software* foi responsável por US$13,2 bilhões representando um crescimento de 28,7% em relação a 2019.

O mercado brasileiro de *software* possui maior concentração na região sudeste do país. De acordo com o IDC, no mesmo ano, a região representava 65% desse mercado, seguida da região sul com 14%, centro-oeste com 12%, nordeste com 7% e norte com 2%.

Os *softwares* de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas. Mais especificamente o modelo SaaS (Software *as a Service*) vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença.

Histórico do Setor de Software no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para *hardwares* e *softwares* criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o *hardware* produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao *hardware* produzido em outros países. Já no caso do *software*, a reserva de mercado não foi prejudicial, favorecendo a competição entre produtos nacionais e estrangeiros. A evolução da indústria de *software* nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de *softwares* básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o *software* brasileiro tornou - se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento e, atualmente, o país tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de softwares.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de *software* a implementação do programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de Software para Exportação, que tinha como objetivo facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de *software*, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de *software*, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de *software*; mais de 100 empresas nacionais de *software* com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;

- Criação de linhas de financiamento específicas para *software* - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;

- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de Software no País;

- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;

- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

A Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de recursos humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do Software Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

O Sistema Softex atualmente beneficia aproximadamente 6 mil empresas em 13 unidades da federação por meio da sua rede de 23 agentes que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes:

1. Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de *software*
2. Capacitação de recursos humanos para o setor
3. Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
4. Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de Software e Serviços de TI
5. Empreendedorismo e inovação
6. Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
7. Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

Histórico do Setor de Techfin no Brasil

Os serviços financeiros são um setor com altas barreiras de entrada e tradicionalmente destinados a grandes *players*. Historicamente, a inércia do consumidor ajudou instituições financeiras maiores, mais especificamente bancos, a reter seus clientes com pouca preocupação pela concorrência. Com o advento da tecnologia, diversas barreiras de entrada foram derrubadas.

As Fintechs desempenharam um papel de disrupção fundamental em toda a cadeia: os clientes que estavam acostumados à distribuição física, à escrita de cheques ou à assinatura de contas bancárias para efetuar pagamentos, passaram a poder realizar transações em questão de segundos. O *cash-back* e ofertas lucrativas que surgiram, adicionaram outra camada de fator a toda a experiência do cliente revolucionando o mercado.

No Brasil, as primeiras Fintechs surgiram no país em 2013, já trazendo modelos inovadores, de baixo custo e com distribuição digital, totalmente focadas em reformular a experiência do cliente. Com o surgimento dessas *startups*, focadas no mercado financeiro, criou-se também a ABFintechs, uma associação criada para atender às demandas dessas empresas, sendo responsável por representar os interesses das Fintechs, atuando como interlocutora junto a órgãos governamentais e reguladores e, principalmente, gerando negócios para que os associados se fortaleçam e possam prosperar em suas atividades.

O crescimento foi rápido e altamente influenciado por novas regulamentações. Somente entre 2014 e 2018 surgiram mais de 670 e atualmente, já existem mais de 1,150 Fintechs atuando no Brasil, segundo dados do estudo Inside Fintech da consultoria de inovação aberta Distrito.

Mais recentemente, uma nova vertente surgiu para movimentar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. As Techfins são o próximo passo de uma evolução iniciada alguns anos atrás pelas Fintechs. Enquanto as Fintechs utilizam o sistema financeiro original e melhoram sua tecnologia, as Techfins buscam reconstruir o sistema com tecnologia. O movimento das Techfins surgiu como empresas de tecnologias que dão um passo além para o mundo das finanças criando financeiros inovadores e modernizados, com foco em tecnologia, dados e na sua base de clientes.

O termo Techfin foi utilizado pela primeira vez pelo fundador do grupo Alibaba, para se referir à Ant Financial (iniciativa financeira do Alibaba que operacionaliza o sistema de pagamentos Alipay) em um evento em 2016. O termo refere-se a empresas de tecnologia que encontraram uma melhor maneira de fornecer produtos financeiros, após entender o que realmente os seus clientes precisam.

No Brasil, a Companhia, que desde 2019 já vinha no caminho para ofertar produtos financeiros, tornou-se a primeira Techfin brasileira. Aproveitando sua expertise com dados e sua ampla plataforma tecnológica, a companhia começou a oferecer serviços financeiros que poderiam ser agregados à sua família de produtos de gestão de empresas.

ii. participação em cada um dos mercados

A Companhia detém no Brasil 46% de *market share* no mercado de ERP, de acordo com o estudo "*Software Market Share Enterprise Application* 2020", publicado pela Gartner em junho de 2021, e na América Latina é um dos três maiores *players* da região com mais de 27% de participação de mercado. No mesmo período, o 2º *player* no Brasil detinha 24,1% de participação. Na metodologia da Gartner, calcula-se a participação de mercado sob a ótica da representatividade da receita e o *market share* é calculado em dólar.

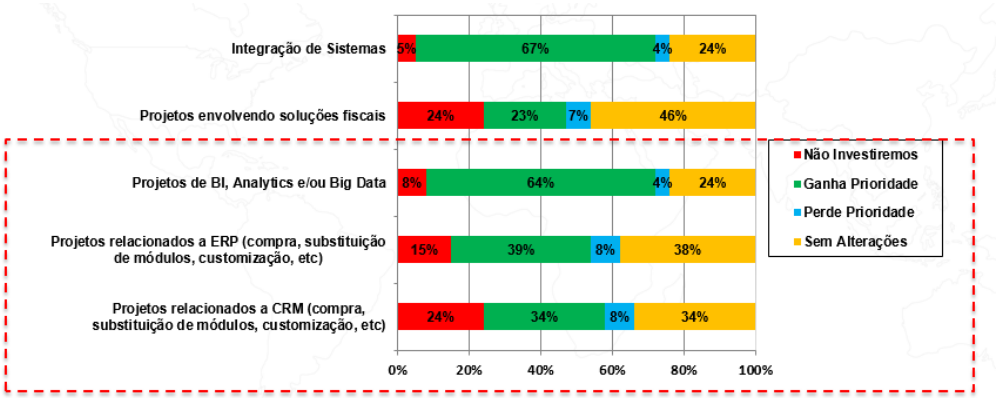
7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

No segmento de Gestão, que inclui soluções de *back-office* ERP, verticais, RH dentre outras, a Companhia possui um *market share* de 19,4% no Brasil em 2020, de acordo com dados do IDC do relatório *Software Tracker* 2020H2, considerando o mercado endereçável atual de R$11 bilhões.

Já no segmento de Business Performance, que inclui soluções de vendas, marketing, dentre outras, o *market share* da Companhia é de 4,5% considerando nossa receita e a receita não auditada da DR Station de janeiro de 2020 a maio de 2021 e da Tail Target de janeiro a dezembro de 2020 de 2020 e o mercado endereçável atual de R$4 bilhões.

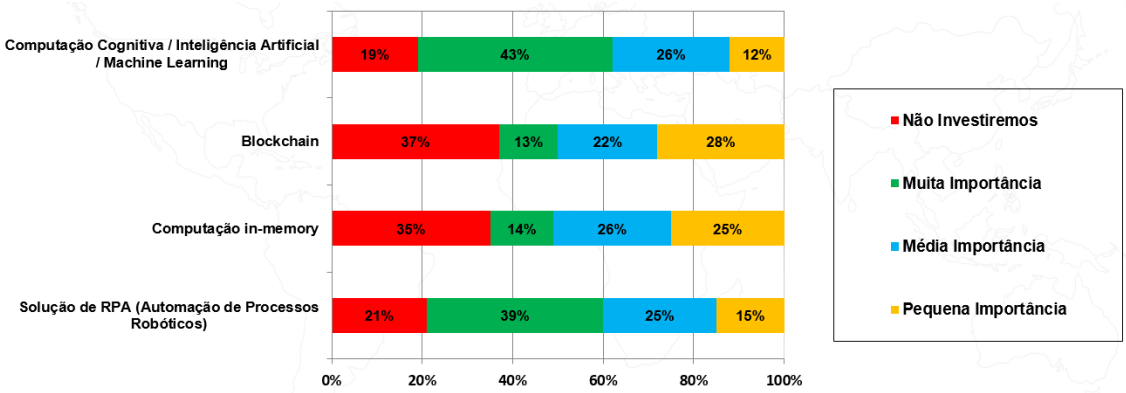
Por fim, no segmento de Techfin, a Companhia possui 0,3% de *market share* considerando nossa receita e a receita não auditada da Supplier de janeiro a maio de 2020de 2020 e o tamanho total de mercado endereçável atual de R$64 bilhões, referente a receita financeira proveniente das operações de crédito B2B e crédito consignado no Brasil.

Esses segmentos de negócios possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da Companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias. BI e CRM têm ganhado maior prioridade nos últimos anos, porém ERP ainda é um tema central para investimento no Brasil.

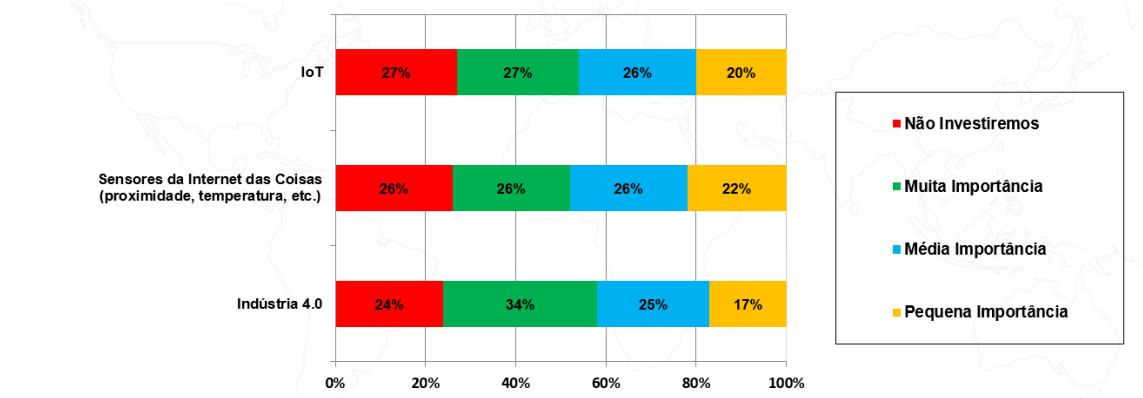


Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2020)

Em relação às novas tecnologias, a Inteligência Artificial, RPA e IoT (*Internet of Things*) se destacam como principais intenções de investimentos das empresas.



7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados



Fonte: IT4CIO (Tendências de Investimento em TI, 2020)

iii. Condições de Competição nos Mercados

A medida em que o mercado se transforma e a Companhia expande seus mercados de atuação, ela passa a competir com novos *players* que antes não faziam parte do seu campo de batalha tradicional.

Cada vez mais se observa empresas de segmentos diferentes como por exemplo Fintechs, *marketplaces*, bancos, fornecedores de *software*, dentre outros, expandindo seus mercados de atuação, avançando na cadeia de valor e entrando nos mercados uns dos outros para construírem seus próprios ecossistemas oferecendo mais serviços aos seus clientes.

Outro fator importante no cenário competitivo é o avanço do consumo de *software* na modalidade como serviço (SaaS). A assinatura de *software* ajudou a democratizar o uso desse tipo de solução por empresas de menor porte que antes não usavam *software*. Esse movimento vem abrindo espaço para o surgimento de novos fornecedores “SaaS Native” com soluções mais simples voltadas para atender esse tipo de público.

Os mercados de *software* de aplicação empresarial e Techfin possuem como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas.

A Companhia oferece soluções para todos os portes de empresas.

(d) eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente *software*, não apresenta uma sazonalidade relevante.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de profissionais. No entanto, a Companhia possui fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns *softwares* que comercializa, além dos fornecedores de banco de dados que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de *software* e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e EMS Datasul que estão baseados na plataforma.Net da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações vide item 7.3.a “Plataformas tecnológicas utilizadas”.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, os preços dos *softwares* e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante.

7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de *software* (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o ECF do Convênio ICMS 09/09 obrigatório em Santa Catarina. Vale ressaltar que NFC é adotada na maior parte do território nacional, com exceção de São Paulo, Santa Catarina e Ceará.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Embora normas e leis setoriais já disciplinassem questões atinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("**LGPD**"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, tanto no meio físico quando no meio digital, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

A LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor, já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Nesse sentido, necessário esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, as suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, que tiveram a vigência adiada para 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Todavia, além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa diária ou simples, limitadas a até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de informações pessoais, já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A partir deste cenário regulatório de proteção de dados, a Companhia está adequada às novas disposições e obrigações da LGPD e já nomeou seu Encarregado/DPO (*Data Protection Officer*), elaborou Políticas de Privacidade para fins de garantir transparência aos titulares dos dados tratados, estruturou canal de atendimento aos titulares dos dados, entre outras medidas de adequação à LGPD.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Para as atividades de *software* e serviços, atualmente, a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação ambiental e não possui política ambiental. Em maio de 2014, a Companhia aderiu ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia ainda não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental

7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 7.3.e.ii. Para informações adicionais a respeito do tema, ver Seção 9.1 deste Formulário de Referência.

Softwares: O direito autoral de determinado *software* nasce com a sua criação, independentemente de ser levado a registro junto às autoridades competentes, conforme disposições, conforme os termos da Lei de Software (Lei 9609/98) e da Lei de Direito Autoral (Lei 9610/98). Nesse sentido, relevante destacar que o órgão responsável por, atualmente, realizar o registro de *softwares* é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98.

Como mencionado anteriormente, o registro do *software* ainda que não seja obrigatório, acaba funcionando como uma ferramenta importante para comprovação da autoria de seu desenvolvimento perante o Poder Judiciário, podendo ser muito útil como prova de autoria em casos de processos relativos à concorrência desleal, cópias não autorizadas, pirataria, etc.

Ainda, para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um *software*, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o seu registro no INPI. A tutela dos direitos relativos ao programa de computador é assegurada, nos termos da Lei de Software, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

Por fim, relevante destacar que o departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de *software* no INPI. Para tanto, a área interna TOTVS, que pretende o registro de *software*, aciona o departamento jurídico. Este faz a coleta de todas as informações e intermedia o processo de registro junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados. Para mais informações acerca dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, favor consultar a seção 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 30 de junho de 2021, a receita líquida auferida no Brasil (país sede do emissor) representava 96,8% da receita líquida da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 30 de junho de 2021, a receita líquida auferida fora do Brasil representava 0,4% da receita líquida da Companhia.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 30 de junho de 2021, a receita líquida auferida fora do Brasil representava aproximadamente 2,8% da receita líquida da Companhia, sendo concentrada em grande parte da receita total fora do Brasil na Argentina e no México.

7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava 3,2% da receita líquida no período findo em 30 de junho de 2021, como mencionado no item 7.6, a Companhia entende que não há efeitos relevantes em suas atividades decorrentes de regulação estrangeira.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

(i) Publica relatório de sustentabilidade ou documento similar?

A Companhia apresenta, desde 2016, seu Relato Integrado que traz informações unificadas dos resultados econômicos, sociais e ambientais da Companhia. Também publica desde 2014 a Comunicação de Progresso do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas. Atualmente, as referidas publicações não são auditadas.

(ii) Tem política de responsabilidade socioambiental?

A Companhia mantém compromisso com a proteção do meio ambiente, previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia, que pode ser encontrado no site de relações com investidores da Companhia (http://ri.totvs.com/). Desde 2014, a Companhia é signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e comunica anualmente seus resultados e avanços nos temas que constituem o compromisso assumido, reafirmando o compromisso em alinhar nossas decisões de negócio, nossos produtos, serviços e operações ancorados na garantia dos direitos humanos, da promoção da agenda de diversidade e inclusão, do estabelecimento de boas relações de trabalho, do respeito e conservação do meio ambiente e do combate à corrupção em todas as suas formas e instâncias.

Em 2020, como parte do desenvolvimento da Agenda ESG (do inglês, *Environmental, Social and Governance*) divulgamos em dezembro a Política de Sustentabilidade, que reflete o propósito e a visão do Grupo TOTVS sobre a forma como seus negócios podem influenciar e impactar positivamente o seu ecossistema, por meio da conexão dos negócios, das pessoas e da tecnologia, que incluam a sustentabilidade como proposta de valor. O documento reflete o nosso compromisso com uma agenda de negócio pautada pela integração entre os aspectos econômicos, ambientais, sociais, de governança e de relacionamento com o seu ecossistema e estabelece a governança interna no tema, que conta com a liderança do Comitê de Governança e o engajamento do Conselho de Administração.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A Companhia adota a metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), as diretrizes de Relato Integrado do *International Integrated Reporting Council* (IRRC), os 10 Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

As informações socioambientais não são auditadas por entidade independente.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As versões do Relato Integrado referentes aos anos de 2018, 2019 e 2020 estão disponíveis na CVM (http://www.cvm.gov.br/) e no site de Relações com Investidores (https://ri.totvs.com/, na seção “ESG”). As publicações da Comunicação de Progresso do Pacto Global da ONU da Companhia podem ser acessadas diretamente no portal da ONU (https://www.unglobalcompact.org/).

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

e. se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia;

O relatório leva em conta os ODS da ONU. Os ODS materiais para o negócio da Companhia priorizados por meio do processo de Materialidade consideram o potencial de contribuição do seu negócio para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

f. se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

Não aplicável, tendo em vista que o relatório leva em conta os ODS.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Outras iniciativas

Investimento Social Privado: Instituto da Oportunidade Social (IOS)

Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência por meio de programas de capacitação profissional tendo como principal foco empregar os profissionais qualificados em posições de entrada nas empresas.

O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita em gestão empresarial e tecnologia da informação, com práticas em Educação Digital, Cidadania, Sustentabilidade, Matemática, Comunicação e Expressão, *Soft Skills*, além de acompanhamento psicossocial com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos). O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social de 15 a 29 anos e Pessoas com Deficiência a partir dos 16 anos, sendo 90% oriundos de escolas públicas, 55% mulheres e 59% negros, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Ao longo de seus 23 anos de existência, o IOS ampliou sua atuação no Estado de São Paulo (para o Interior e expansão na Grande São Paulo), além de estar presente nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Neste período, passaram pelo Instituto mais de 39 mil alunos. Anualmente, mais de 2 mil jovens são formados e destes, em média mil empregados, por empresas parceiras de diversos segmentos e pela Companhia, gerando um forte impacto social direto em mais de 4 mil pessoas por ciclo.

Em 2020, ano atípico causado pela pandemia da COVID-19, o IOS enfrentou o desafio de digitalizar todos os seus cursos e continuar promovendo oportunidades de formação educacional profissionalizante para seus beneficiários. Por meio de apoio da Companhia e dos Colaboradores em campanha realizada em julho/2020, foi possível arrecadar e disponibilizar aos alunos 1187 cartões de alimentação no valor de R$140,00 e 613 chips de internet para possibilitar acesso para as aulas online aos alunos que não têm conexão à internet. Itens indispensáveis para o cumprimento dos protocolos em aulas semipresenciais também foram disponibilizados pela Companhia, tais como máscaras, álcool em gel, termômetros e tapetes sanitizantes.

Ainda assim, o IOS recebeu 1.424 mil alunas e alunos, dos quais 813 conseguiram seu primeiro emprego, através de esforços diretos do Instituto junto às empresas parceiras, o que inclui a Companhia. De acordo com estudos feitos pelo Instituto, em 2020 houve um aumento médio de 49% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar, percentual que vem aumentando a cada ano, refletindo um protagonismo do jovem cada vez maior em sua família, bem como reforçando o impacto social gerado pelo Instituto para o desenvolvimento do País.

A Companhia centraliza seu investimento social estratégico no IOS e hoje é a principal mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras. O IOS dispõe de toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.

O Instituto da Oportunidade Social é auditado anualmente pela PwC, reporta anualmente utilizando-se do padrão GRI (Global Reporting Institute), conta com certificação pelo Instituto Doar e, como a Companhia, é signatária da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Em 2019, o IOS ganhou o selo como uma das 100 Melhores ONGs para se Doar no Brasil e em 2020 o Selo de Diversidade e Direitos Humanos, da Prefeitura de São Paulo.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: www.ios.org.br

Grupo de Trabalho ESG (Ambiental, Social e Governança)

Em 2018, a Companhia realizou um processo de consulta aos seus principais *stakeholders* com intuito de definir os temas prioritários de destaque para a Companhia, de acordo com as características do seu negócio. Esse processo foi complementado pela Companhia em 2019, por meio da criação do Grupo de Trabalho ESG. O GT promoveu sete encontros durante o ano de 2019, nos quais foram estabelecidos os planos de ação que compõem a Agenda ESG da Companhia. Para a construção, priorização e validação da Agenda foram considerados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. A partir das atividades e dos impactos da Companhia na sociedade, foram priorizados os seguintes ODS:

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

A partir dessas referências, foram definidos os planos de ação prioritários, que consideram os desafios, oportunidades e viabilidade de cada ação. A Agenda ESG da Companhia, desenvolvida em 2019, reflete, além dos compromissos de desenvolvimento sustentável, a visão da Companhia sobre a forma como seus negócios podem influenciar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social. Os temas prioritários refletem também a forma como a tecnologia pode representar um elemento-chave na ampliação do acesso ao conhecimento e à inovação.

O GT ESG contou com mais de 50 representantes de mais de 35 áreas diferentes e de vários níveis hierárquicos da empresa que, de maneira participativa discutiram, aperfeiçoaram e definiram os elementos-chaves da sustentabilidade para a Companhia nos próximos anos.

Diversidade e Inclusão

Em sintonia com o mercado, ao longo dos últimos anos a Companhia tem realizado ações que buscam promover a diversidade e fortalecer a inclusão de seus colaboradores. Boas práticas para a contratação de Pessoas com Deficiência, jovens aprendizes e outros grupos minorizados em nossa sociedade têm sido evidenciadas e compartilhadas em fóruns empresariais e governamentais sobre o tema.

Em 2019, a Companhia deu início ao processo de identificar os eixos estratégicos com os quais deverá trabalhar nos próximos anos, com visão de mercado e adequação à cultura da Companhia. Neste contexto, foi estabelecida uma área específica dentro do RH para avaliar e desenvolver ações internas sobre o tema. Esta pauta também é parte da agenda de sustentabilidade da Companhia, em sinergia com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 5, que estabelece como meta promover a igualdade de gênero, dentro da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Em nosso ecossistema, a Companhia reforçou o papel das mulheres e outros grupos minorizados na tecnologia e no empreendedorismo em eventos externos, tendo sediado algumas iniciativas como o evento “Conecta Empreendedoras”, do Grupo Mulheres do Brasil, o curso “Racismo Estrutural”, do Instituto Luis Gama, e a iniciativa “JUNTOS NA TI - Edição LGBTI+”, onde ofereceu um workshop de lógica e programação para 50 jovens, com interesse em trabalhar na área de tecnologia.

Para o público interno, a empresa organizou em novembro o Festival TOTVS de Impacto Social, evento cujo tema teve grande destaque através de painéis e palestras específicas relacionadas a Mulheres na TI, empreendedorismo nas periferias, acessibilidade digital e tecnologia para o bem comum.

Essas iniciativas fizeram parte do processo de construção do Programa de Diversidade e Inclusão, que a Companhia lançou no primeiro trimestre de 2020. Para isso, a empresa realizou também uma pesquisa interna, de caráter sigiloso, confidencial e não obrigatório (com o apoio de consultoria externa), para entender a percepção dos Colaboradores com relação ao tema na Companhia e, assim, elaborar as melhores estratégias e eixos que nortearão o Programa e as políticas relacionadas. O foco do Programa em 2020 foi equidade de gênero, buscando-se a ampliação de mulheres em posições de liderança na Companhia e o aumento na contratação de mulheres em funções TECH.

Compromissos Públicos

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Companhia aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Com mais de 12.000 empresas participantes e *stakeholders* em mais de 145 países, o Pacto Global da ONU é a maior iniciativa de posicionamento corporativo conjunto em responsabilidade socioambiental do mundo.

A Companhia participa de Grupos de trabalho do Pacto Global da ONU, incluindo afirmação dos dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

A Companhia também aderiu no mesmo ano ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção.

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Parcerias e Engajamento com o Ecossistema e Entidades do Setor

Campanha "TOTVERS QUE FAZEM": em atenção ao agravamento da crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 no país, a Companhia, atenta e de acordo com seus princípios atinentes à responsabilidade social corporativa, desenvolveu e operacionalizou a campanha 'TOTVERS QUE FAZEM', que consistiu na arrecadação de doações financeiras realizadas pelos Colaboradores e da própria Companhia para auxiliar na manutenção da capacitação dos alunos do IOS. Ao total, o montante arrecadado possibilitou a doação de 1.187 cartões alimentação para todos os alunos ativos de todas as Unidades IOS e 1.850 pacotes de dados que foram distribuídos no 2º semestre 2020 e 1º semestre 2021.

Semana de Integridade: com o objetivo de contribuir para o fomento da cultura de integridade na Companhia e gerar reflexão sobre o tema combate à corrupção e seu impacto para as empresas e para sociedade, a Companhia realizou a Semana de Integridade em formato 100% virtual. Dentre as iniciativas da Semana, destacam-se a Live “Integridade Corporativa e Compliance: papeis e riscos para empresas e indivíduos”, além de pílulas de conscientização e um concurso cultural sobre temas relacionados à ética.

Programa Minha Chance: em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de São Paulo, a Companhia realizou a primeira edição da oferta do ‘Curso de Suporte Básico em ERP’ em 08 unidades ETECs (Escola Técnica Estadual de São Paulo) espalhadas por todo o Estado de São Paulo, sendo que, no total, 123 alunos finalizaram o curso e se formaram. O programa visa aumentar a empregabilidade e qualificação profissional de jovens paulistas, além de construir conteúdos empresa-escola em convergência com as demandas do mercado de trabalho. A Companhia capacitou o corpo docente para disseminação do conteúdo do curso a jovens de toda São Paulo e também disponibilizou um ambiente de aulas para que os alunos pudessem aprender na prática, com o propósito de ampliar o acesso de uma geração à capacitação e formação em tecnologia. Também foi criada a ‘Vitrine de Talentos’, com base na nossa Universidade TOTVS, na qual contém vídeos de boa parte dos alunos que se formaram demonstrando o que aprenderam como uma espécie de currículo digital. Líderes da TOTVS, Franquias e clientes terão acesso a essa base e com isso conseguirmos aumentar a absorção dos formados no mercado de trabalho de tecnologia e fazer parte da solução ao problema de escassez de mão de obra qualificada no setor.

Workshops Trilhas de TIC: em parceria com a Brasscom e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de São Paulo, a Companhia participou da construção do perfil do aluno para as novas trilhas em TI do Centro Paula Souza. Realizado no formato de workshop, a participação da Companhia se deu com o fim de apoiar o ente governamental na atualização do perfil de profissionais que o mercado de trabalho demanda atualmente. Participaram, pela Companhia, as áreas de Relações Institucionais e Governamentais (RIG), Atração e Seleção (RH), Devs (TI), Universidade Corporativa (RH), Segurança da Informação (TI) e Infraestrutura e Redes de computadores (TI).

7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Bitributação sobre *Softwares*: a decisão do STF colocou ponto final em uma discussão que se arrastava perante o Poder Judiciário nos últimos 20 anos, trazendo maior segurança jurídica ao setor privado. No dia 25 de fevereiro, o STF, definiu que é o ISS, e não o ICMS, o imposto que deve incidir nas operações com licenciamento de *softwares*, seja qual a modalidade de comercialização. Por meio de uma técnica denominada "modulação de efeitos", a decisão proferida pelo Tribunal no julgamento conjunto das ADI 5659 e 1945 procurou estabelecer, de forma satisfatória, segurança jurídica aos atores envolvidos nas discussões, projetando efeitos não somente sobre os períodos futuros, mas também quanto aos períodos anteriores ao julgamento. Companhia participou do julgamento por intermédio da Brasscom e contribuiu com a discussão e argumentos que auxiliaram a tomada de decisão do STF. De acordo com os critérios fixados pela Corte, a decisão reconhece a validade dos recolhimentos realizados pelas empresas do setor nos períodos anteriores à data da decisão, sejam recolhimento de ISS ou de ICMS, protegendo os contribuintes de novas cobranças. Assim, o STF impossibilitou tanto a cobrança retroativa por parte de Estados e municípios como eventuais iniciativas dos contribuintes de recuperação de tributos pagos no passado.

Proteção de Dados: a Companhia realizou diversas lives e eventos para disseminar informações e propagar conteúdos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), boas práticas para a preservação e segurança de dados pessoais e corporativos, assim como divulgou tendências do ambiente político e ações para Colaboradores, franquias e mercado em geral. Demonstrando, desta forma, um enorme cuidado da Companhia a fim de estar em consonância com a legislação e servir de referência para que outras empresas e a sociedade civil estejam ambientadas acerca da importância do tema para o país.

A Companhia atua ainda em parceria com organizações da sociedade civil, nas seguintes iniciativas:

Grupo de Trabalho de Indicadores de Inovação da CNI: grupo liderado pelo Laércio Cosentino, que visa criar indicadores de inovação para o Brasil com o objetivo de entender como está esse ambiente no país em relação a países desenvolvidos, como EUA, China e 15 países da Europa, além de conceder dados e subsídios para a criação ou aperfeiçoamento de políticas públicas que possibilitem o avanço dessa agenda.

***Abes Software Conference* 2020**: evento, organizado pela Associação das Empresas Brasileiras de Software (Abes), propôs debater formas de reposicionamento dos negócios, considerando as mudanças sócio-econômicas, principalmente em razão da pandemia. O evento aconteceu em formato totalmente digital nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2020. A Companhia foi uma das patrocinadoras e nosso Diretor Executivo de Techfin, Eduardo Neuber ministrou uma palestra exclusiva sobre a estratégia de Techfin da Companhia. Os números finais do evento foram: 721 participantes de 323 empresas e contou com relevante cobertura da mídia.

Brasscom TecFórum Lives: evento que abre espaço para diálogo entre agentes públicos e privados, motivando-os a uma reflexão sobre tecnologia, políticas públicas e governo digital para alcançar um Brasil Digital, Conectado e Inovador. Em 2020 o formato foi alterado e o evento foi realizado de maneira totalmente digital. A Companhia participou do painel: 'Tributação para Economia Digital', na figura de Ariela Zanetta Simoni (Líder da área RIG - Relações Institucionais e Governamentais).

7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Em complemento às informações divulgadas neste item 7, cumpre notar que a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento orgânico, por meio de aquisição ou por parcerias estratégicas de negócios, dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações ou parcerias de negócios que agreguem valor aos seus acionistas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia avalia entrar em parcerias estratégias com determinadas instituições financeiras com o objetivo de oferecer, distribuir e comercializar produtos e serviços financeiros, bancários, de investimento, câmbio, seguros, de assessoria financeira, de crédito (inclusive cartão de crédito), de antecipação e securitários/previdenciários em geral a clientes da Companhia, sendo certo que até a presente data ainda não haviam sido celebrados quaisquer documentos definitivos ou vinculantes pela Companhia e quaisquer terceiros interessados, bem como não há, neste momento, previsão para a conclusão de tais parcerias estratégicas.

8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Operação de Hardware - Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000, o qual está sujeito à eventual ajuste de preço, a ser apurado nos termos estabelecidos ano contrato que regula a transação.

Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a R$17.528, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022.

A aquisição da Supplier, concluída em 30 de abril de 2020, iniciou o negócio de serviços financeiros na Companhia, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios.

O segmento de Techfin contempla os negócios do grupo Supplier que envolvem, além da originação, a assunção de algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito, como por exemplo os produtos “Supplier Card”, “Antecipa” e o “Mais Prazo”, bem como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros (exemplo Painel Financeiro), parcerias (exemplo crédito consignado).

A Supplier detém cotas subordinadas de um fundo de securitização denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“**Supplier FIDC**”), que compra, vende e securitiza direitos creditórios próprios ou de terceiros, o qual está sendo consolidado nas demonstrações financeiras do grupo, em conformidade com o CPC36(R3) / IFRS 10. O Supplier FIDC é legalmente um fundo de investimento autorizado pelo Conselho Monetário Brasileiro e especificamente concebido como veículo de investimento para aplicação em recebíveis de crédito brasileiros.

Como consequência da consolidação do Supplier FIDC, as quotas sênior e mezanino são contabilizadas como um passivo financeiro na rubrica “Cotas sênior e mezanino” e a remuneração da valorização das cotas em benefício aos titulares das cotas sênior e mezanino é registrada como custo da operação.

Em 31 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da RD, a Companhia consolidou o surgimento do segmento de Business Performance e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias B2B. Essa estratégia tem como objetivos ampliar o *addressable market*, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, através do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios

Não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

A Companhia não possui ativos não-circulantes relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não possui ativos imobilizados relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“YMF – AMPLIS” 827245890	30/10/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“YMF – AMPLIS” 827082673	20/07/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY ZERO ONE” 907445900	29/11/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY ZERO ONE” 907446183	12/03/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY ZERO ONE” 907446361	29/11/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY ZERO ONE” 907446604	27/03/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY ZERO ONE” 907446655	29/11/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ECOFLUIG” 910715459	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ECOFLUIG “910715505	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ECOFLUIG” 910715629	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ECOFLUIG” 910715718	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ECOFLUIG” 910715793	10/04/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“AMPLIS” 827245904	30/10/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“BOARDS” 913834700	29/01/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“BOARDS” 913835366	29/01/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912947675	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912947837	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912985305	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“DATASUL” 914028413	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Licenças	“PROTHEUS 10” 09865-0	01/01/2042	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“YMF” 821050486	30/04/2022	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 830574476	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE” 917711190	29/12/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE” 918071585	07/04/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“DATASUL” 823404838	03/07/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE” 918812569	21/07/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE” Pedido 918812720	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE” Pedido 918071712	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“DATASUL” 810871432	01/11/2023	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY01” 907900550	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530625 1	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“RM” 819925772	08/09/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“RM” 821482076	07/08/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 827375743	16/10/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 830574468	21/01/2024	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” Pedido 830574484	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 830574492	15/01/2023	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 830574506	04/10/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754558	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754566	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” Pedido 840754574	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754582	06/10/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	“TOTVS” Pedido 840754590	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754604	24/09/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754612	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754655	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“TOTVS” 840754663 2	27/09/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE BY TOTVS” 918071860	07/04/2030	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“ELEVE BY TOTVS” Pedido 918072000	N/A	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	SISJURI 823346935	13/02/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	VIRTUAL AGE 914573055	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	VIRTUAL AGE 825805872	12/06/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	VITRINE.NET 901824062	16/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	PC INFORMÁTICA 827756429	11/03/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	PC SISTEMAS 827755546	11/03/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“RM SISTEMAS” 819925780	08/09/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“RM SISTEMAS” 824073908	12/05/2025	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“RM SISTEMAS” 824073916	12/05/2025	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Nome de domínio na internet	totvs.com.br	27/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Nome de domínio na internet	elevesaude.com.br	22/10/2024	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Nome de domínio na internet	elevesuasvendas.com.br	22/10/2024	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Licenças	“PROTHEUS 10” 09865-0	01/01/2060	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2

9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	“PROTHEUS V 12” BR 51 2015 000911 7	01/01/2065	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“DATASUL” 914028421	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY01” 907900682	15/05/2028	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY01” 907900755	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY01” 907900828	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLY01” 907900968	10/01/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530650	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530668	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530684	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530692	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530706	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530714	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“FLUIG” 840530722	10/02/2026	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912985321	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“PROTHEUS” 909537577	14/11/2027	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“PROTHEUS” 909538115	19/02/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912985330	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2
Marcas	“CAROL” 912985356	09/04/2029	Conforme indicado no item 9.2	Conforme indicado no item 9.2

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
CONSINCO S.A.	39.010.418/0001-15	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Provedora de sistemas de gestão para a vertical de supermercados e atacadistas de autosserviço (atacarejo) do mercado brasileiro, com portfólio de soluções “end-to-end”, isto é, que suportam desde as rotinas de back-office, com o ERP, até as de front-office, com o PDV (Ponto de Venda / Frente de Caixa).	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	31.289.155,21		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Fortalecimento da presença no segmento de varejo com soluções especializadas para a vertical de supermercados e atacadistas no mercado brasileiro

RD Gestão e Sistemas S.A	13.021.784/0001-86	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Desenvolvimento e manutenção de softwares e sistemas; consultoria em implantação de software e sistemas; consultoria e gestão em processos de marketing digital; treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; atividades de ensino e cursos de educação profissional; atividades de organização e promoção de eventos, conferências e exposições comerciais e profissionais.	92,040000
				Valor mercado				
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	4.299.580,90		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
Razões para aquisição e manutenção de tal participação						
Aquisição representa um passo definitivo na consolidação do segmento de Business Performance, que é fundamental na estratégia de construção de um ecossistema de tecnologias B2B, composto ainda pelos segmentos de Gestão e Techfin						
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	-	Controlada	Brasil	PE	Recife
Prestação de serviços de consultoria, assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sub-licenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000					
				Valor mercado		
31/12/2020	1890191,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	276.593.640,15
31/12/2019	251,464239	0,000000	0,00			
31/12/2018	10,720386	0,000000	0,00			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação						
Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da Companhia de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.						
Supplier Participações S.A.	12.057.680/0001-69	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo
A Supplier se dedica a viabilizar o crédito B2B, nas relações recorrentes entre clientes e fornecedores, especialmente nas cadeias de manufatura e distribuição. Utilizando o conceito de “private label” B2B virtual, a SUPPLIER é responsável pela originação, definição e aplicação da política e da aprovação do crédito, que é cedido a participantes do sistema financeiro, que carregam a carteira e o risco de crédito.	88,750000					
				Valor mercado		
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	76.206.980,59
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação						
Fortalecimento do segmento de negócios Techfin com o objetivo de simplificar, ampliar e baratear o acesso de nossos clientes a crédito e demais serviços financeiros, por meio da tecnologia.						
TFS Soluções em Software Ltda.	27.231.185/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, Consultoria em tecnologia da informação, Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação e Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000					

				Valor mercado		
31/12/2020	2,484247	0,000000	25.008.000,00	**Valor contábil**	30/06/2021	40.698.494,78
31/12/2019	0,979445	0,000000	25.590.000,00			
31/12/2018	3656,821026	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Empresa criada em março de 2017 para futura segregação de certas operações de software

TOTVS Argentina S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2020	223,350391	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	13.345.818,42
31/12/2019	-26,138850	0,000000	0,00			
31/12/2018	8,715398	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da Companhia de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

TOTVS Hospitality	09.131.273/0001-40	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Desenvolvimento de soluções de software especializadas para hotéis, pousadas e resorts.	74,200000

				Valor mercado		
31/12/2020	20,216396	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	331.760.000,00
31/12/2019	34,426046	0,000000	0,00			
31/12/2018	70,882325	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Posicionamento no segmento de hospitalidade com soluções especialmente desenvolvidas a partir de processos característicos de hotéis, pousadas e resorts.

TOTVS Incorporation	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos			Consultoria em tecnologia da informação; Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	100,000000

				Valor mercado		
31/12/2020	21,912087	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	90.482.100,92
31/12/2019	5,047897	0,000000	0,00			
31/12/2018	20,449491	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Aquisição de empresas que apresentem sinergia com a Companhia, visando complementar o portfólio de soluções de tecnologia da informação e manutenção de um polo de pesquisa e desenvolvimento de soluções em tecnologia da informação nos Estados Unidos da América.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
TOTVS Incorporation	00.000.000/0000-00	-	Coligada	México			Inovação, criação, desenvolvimento e atualização de programas; comércio de software e hardware, com possibilidade de importação de bens e serviços próprios e de terceiros relacionados com a atividade de informática; prestação de serviços gerais relacionados com consultoria de processos e modelos de gestão; outorgar à terceiros direitos de uso, comercialização e venda de serviços	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	83,063115	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	7.460.701,00		
31/12/2019	-24,446666	0,000000	0,00					
31/12/2018	-16,465643	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Posicionamento no segmento de micro e pequeno negócios com soluções de gestão e vendas sob medida.

TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A.	82.373.077/0001-71	41-8	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Venda, Implementação e Suporte em Consultoria	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	8,053201	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	2.234.868.964,22		
31/12/2019	-0,691009	0,000000	0,00					
31/12/2018	-9,811996	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Serviço especializado e qualificado por segmento, com atividade de venda, implementação, serviços especializados e suporte em consultoria, direcionados às grandes empresas.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
TOTVS Serviços de Desenvolvimento e Consultoria em TI Ltda. (Eleve)	30.011.940/0001-47	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Empresa desenvolvedora de sistemas de gestão, customização e suporte técnico cujo principais produtos estão voltados para o processo de vendas e gestão financeira dos micro e pequeno negócios	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2020	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	444.713,73
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Posicionamento no segmento de micro e pequeno negócios com soluções de gestão e vendas sob medida

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda.	07.577.599/0001-70	-	Controlada	Brasil	DF	Brasília	Assessoria e desenvolvimento de sistemas informatizados (software); a exploração de direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros e a prestação de serviços de processamento de dados, gestão e administração de negócios e sublicenciamento da marca TOTVS, podendo importar e exportar bens e serviços relacionados à sua atividade.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)		Data	Valor (Reais Unidade)
				Valor mercado		
31/12/2020	307,976496	0,000000	44.500.000,00	**Valor contábil**	30/06/2021	559.849.669,05
31/12/2019	-7,131657	0,000000	8.000.000,00			
31/12/2018	3,457301	0,000000	11.361.000,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Manter canal de distribuição na região faz parte da estratégia da Companhia de consolidação dos canais e presença em territórios considerados estratégicos para a empresa.

9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)**		**Data**	**Valor (Reais Unidade)**		
VT Comércio Digital S.A	15.760.400/0001-72	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação em outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer outra forma legal.	50,000000
				Valor mercado				
31/12/2020	156,934307	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2021	1.552.771,17		
31/12/2019	-94,466095	0,000000	151.000,00					
31/12/2018	-52,287096	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Investimentos seletivos em empresas que apresentem soluções de tecnologia sinérgicas aos negócios da Companhia

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía mais de 230 registros de marcas no Brasil e 193 registros no exterior.

Ademais, a Companhia possui aproximadamente 37 pedidos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial no Brasil e 7 pedidos no exterior.

MARCAS

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas registradas

Conforme artigo 142 da Lei No. 9.279, de 1996, Lei da Propriedade Industrial, determinados eventos podem gerar a perda dos direitos sobre a marca, dentre os quais destacamos: a expiração do prazo de vigência, sem que tenha sido feito o pedido de prorrogação no prazo devido; a renúncia, total ou parcial, pelo titular; a caducidade, a requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse se, decorridos 5 anos da data da concessão do registro, o uso da marca não tiver sido iniciado no Brasil ou se o uso tiver sido interrompido por mais de 5 anos. Ainda em sede administrativa, o registro pode ser declarado nulo pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) de ofício ou por qualquer pessoa mediante proposição de terceiros ou por pessoa com legítimo interesse, mediante pedido de nulidade apresentado até 180 dias da concessão do registro, se demonstrado que o registro tiver sido concedido em desacordo com a Lei da Propriedade Industrial, Adicionalmente, a nulidade do registro da marca pode ser declarada em âmbito judicial, por meio de ação de nulidade de registro de marca ajuizada pelo INPI ou por qualquer pessoa com legítimo interesse. O prazo para o ajuizamento da referida ação é de 5 anos, contados da data da concessão do registro da marca.

Consequência da perda dos direitos das marcas registradas

A supressão dos direitos sobre as marcas implica na perda do direito de exclusividade sobre as marcas, levando, por exemplo, à impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar serviços ou produtos iguais, semelhantes ou afins, na medida em que o signo em questão volta a ser de domínio público. Tal situação pode, ainda, prejudicar a comunicação entre a Companhia e seu público-alvo. Eventual licença em curso também deixa de ter validade, impactando o recebimento dos respectivos royalties. Caso o uso sem registro importe na violação a direito de terceiros, o titular fica sujeito a demandas judiciais na esfera penal e cível, o que pode acarretar decisão judicial determinando a cessação do uso da marca, a busca e apreensão de produtos, pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia.

Eventos que podem causar a perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

Se a marca depositada, mas não registrada, não atender aos requisitos formais e/ou de mérito, o pedido de registro poderá ser indeferido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão ao qual compete decidir sobre o registro de marcas no Brasil. O INPI pode indeferir um pedido de registro de ofício ou mediante oposição de terceiros, se entender procedente.

Consequência da perda dos direitos das marcas depositadas, mas não registradas

A perda dos direitos sobre marcas depositadas, mas não registradas, leva à cessação de qualquer expectativa de direitos em relação às referidas marcas. Dependendo do fundamento para a perda do direito – por exemplo, no caso de violação a direito anterior de terceiro – a Companhia pode ficar suscetível a demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de marca e violação de direitos de terceiros, o que pode incluir condenações no tocante ao pagamento de indenização e/ou abstenção de uso da marca pela Companhia, e mesmo busca e apreensão de produtos. Adicionalmente, a Companhia não poderá impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar produtos e/ou serviços iguais, concorrentes ou afins.

9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.

PATENTES

Os ativos de propriedade industrial da empresa consistem, na área de patentes, em 01 (um) pedido de registro de patente em co-titularidade com o SENAI, referente a uma “PLATAFORMA ELETRÔNICA DE PROGRAMAÇÃO NIVELADA”, pendente de análise pelo INPI.

O INPI é a autarquia federal responsável pela concessão de patentes, no Brasil. Durante o trâmite administrativo do pedido de patente no INPI, o titular goza de uma expectativa de direito que será ratificada caso a patente venha a ser concedida. A patente será concedida caso a invenção tenha novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Tais requisitos serão apurados pelos examinadores do INPI, que poderão formular exigências ao longo do exame e que terão como resultado o deferimento ou indeferimento do pedido. O pedido poderá ainda ser impugnado por terceiros através de subsídios ao exame ou mesmo após a concessão da patente, por meio de um pedido de nulidade administrativa.

Eventos que podem causar a perda dos direitos

Vários eventos podem levar à perda dos direitos para um pedido de patente em trâmite, tais como: (i) ausência de cumprimento de exigências formais e técnicas; (ii) ausência de interposição de recurso contra o indeferimento; (iii) ausência de pagamento das taxas devidas quando do deferimento para a concessão; (iv) ausência de pedido de desarquivamento contra o arquivamento por falta de requerimento de exame; (v) ausência de pedido de restauração contra arquivamento por falta de pagamento de anuidades.

A concessão de uma patente confere ao seu titular um direito real (patente) sobre um bem incorpóreo (invenção), que consiste no monopólio temporário de exploração econômica sobre a invenção e o consequente direito de impedir o seu uso por terceiros, durante a vigência da patente. As anuidades serão devidas até o final das vigências da patente e a falta de pagamento poderá ocasionar a extinção da patente, caso a mesma não seja restaurada tempestivamente.

Consequência da perda dos direitos

A fabricação, a exportação, a venda, a exposição ou a oferta à venda, o estoque, a ocultação ou a receptação, para fins econômicos, de produto ou processo protegido por patente ou modelo de utilidade, sem autorização do titular, representa crime contra patente, submetendo os infratores a sanções judiciais nas esferas penal e cível, visando à abstenção de uso e à indenização pela violação.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário são derivadas de nossas informações contábeis intermediárias consolidadas referentes aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, que foram elaboradas em conformidade com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, algumas informações financeiras não são comparáveis com as informações contábeis relativas aos períodos de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 2020 e aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações sobre o IFRS 16/CPC 06(R2), vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre à nossa estrutura financeira e patrimonial nos períodos indicados abaixo:

(Em milhares de reais, exceto %)	**Em 30 de junho de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2019**	**2018**
Patrimônio líquido	2.723.213	2.604.166	2.478.409	1.288.220
Ativo circulante	**3.175.682**	**2.831.973**	**2.004.275**	**1.020.134**
Dívida Líquida (Caixa Líquido)(1)	2.078.289	129.096	(1.087.480)	25.860

(1) A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, cota sênior e mezanino, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, circulante e não circulante. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - “IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida (Caixa Líquido) de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R$3.175.682 mil, e era superior em R$451.730 mil ao passivo circulante, que era de R$2.723.952 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,2. Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R$2.831.973 mil, e era superior em R$791.942 mil ao passivo circulante, que era de R$2.040.031 mil, representando um índice de liquidez corrente de 1,4. Em 31 de dezembro de 2019, o índice de liquidez corrente era de 2,8 e, em 31 de dezembro de 2018, era de 1,4.

Em 30 de junho de 2021, 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) era de 3,0, 0,2, (2,3) e 0,1, respectivamente. Essa variação é reflexo principalmente da emissão de debentures no valor de R$1.500.000 mil em maio de 2021.

Em 30 de junho de 2021, a Dívida Líquida da Companhia foi impactada pela emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no montante total de R$1.500.000 mil com vencimento em 2024, sendo que este recurso foi utilizado para aquisição de ações que representam 92% do capital social da RD Gestão e Sistemas S.A. (“RD”), no valor de R$1.861.000 mil dos quais foram pagos à vista o valor de R$1.829.713 mil no fechamento da transação.

Em 30 de abril de 2020, a Companhia adquiriu a Supplier Participações S.A. (“Supplier”). A Supplier é uma empresa focada em crédito B2B e desenvolvimento de soluções para o relacionamento entre clientes e fornecedores. Além disso, com a aquisição da Supplier, a Companhia iniciou o negócio de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios. A Supplier detém cotas subordinadas de um fundo de securitização denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Supplier FIDC”), que compra, vende e securitiza direitos creditórios próprios ou de terceiros que está sendo consolidado nas demonstrações financeiras da Companhia. Como consequência da consolidação, as obrigações com as cotas sênior e mezanino e as aplicações financeiras passaram a compor a Dívida Líquida da Companhia.

Em 01 de janeiro de 2019, o Caixa Líquido da Companhia foi impactada pelo reconhecimento do passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) no valor de R$236.820 mil oriundo da adoção da nova norma contábil relativa ao IFRS 16. Adicionalmente, o Caixa Líquido foi afetado positivamente pela oferta subsequente de ações realizada durante o exercício de 2019, que resultou na captação de R$1.066,5 milhão.

Em 2018, a Companhia apresentou significativo avanço na posição financeira, com aumento no fluxo de caixa operacional. Assim, a Dívida Líquida sofreu uma forte redução.

A Diretoria ressalta que o crescimento do Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) da Companhia foi planejado seguindo a estratégia de fortalecimento dos segmentos de Gestão, Techfin e Business Performance, visando sempre o crescimento exponencial da Receita Líquida de Software Recorrente da Companhia, que apresentou um crescimento de 17,5% em 30 de junho de 2021 comparado com o mesmo período do ano anterior e 13% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital.

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e continuar executando seu plano de crescimento, seja por meio de expansão orgânica ou da realização de novas aquisições, uma vez que financia suas operações por meio de capital próprio e recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	4.879.986	2.542.240	1.057.518	1.103.057
Capital próprio (patrimônio líquido)	2.723.213	2.604.166	2.478.409	1.288.220
Capital total (terceiros + próprio)	7.603.199	5.146.406	3.535.927	2.391.277
Parcela de capital de terceiros(1)	64,2%	49,4%	29,9%	46,1%
Parcela de capital Próprio(2)	35,8%	50,6%	70,1%	53,9%

(1) Representa o percentual de Capital de Terceiros sobre o Capital Total da Companhia.
(2) Representa o percentual do Capital próprio sobre o Capital Total da Companhia.

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Em 30 de junho de 2021, a Dívida Bruta da Companhia era de R$3.168.644 mil, dos quais R$1.481.311 mil, ou 46,7%, estão no passivo circulante e R$1.687.333 mil, ou 53,3% no passivo não circulante.

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de implementação de *software*, que são prestados nos países onde são vendidos.

Com a aquisição da Supplier em 2020, a Companhia iniciou o negócio de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios. Adicionalmente, como consequência da consolidação do Supplier FIDC, as cotas sênior e mezanino são contabilizadas como um passivo financeiro na rubrica “Cotas sênior e mezanino” e compõe a Dívida Bruta da Companhia.

A Companhia mantém um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou de derivativos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(R$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
Lucro Líquido	159.288	294.959	210.648	60.643
Dívida Bruta (1)	3.168.644	1.336.137	450.676	478.659
Dívida Líquida (Caixa Líquido) (2)	2.078.289	129.096	(1.087.480)	25.860
EBITDA Ajustado(3)	696.504	587.937	470.706	347.428
Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) (4)	3,0	0,2	(2,3)	0,1
Índice de liquidez corrente(5)	1,2	1,4	2,8	1,4
Índice de liquidez geral(6)	0,7	1,3	2,2	1,2

(1) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cotas sênior e mezanino, circulante e não circulante. A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações

(2) A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cotas sênior e mezanino, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, circulante e não circulante. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida (Caixa Líquido) de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(3) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado: pelo lucro (prejuízo) líquido da operação descontinuada, gastos com transações de M&A, ajuste de *earn-out* a valor justo e crédito tributário. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia ou base para distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(4) O índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) corresponde ao quociente da divisão da Dívida Líquida (Caixa Líquido) ao fim do exercício pelo EBITDA Ajustado do mesmo exercício.

(5) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(6) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão: (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos últimos três exercícios sociais a Companhia vem realizando diferentes ações a fim de manter e expandir o seu plano de negócios, conforme abaixo listadas:

2021: A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$1.500.000, o que resultou no aumento da Dívida Bruta. O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) em 30 de junho de 2021 foi de 3,0 e o índice de liquidez corrente foi de 1,2. O Índice de Liquidez Geral em 30 de junho de 2021 fechou em 0,7 impactado principalmente pela emissão das debêntures com vencimento no longo prazo e reafirma sua capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos de longo prazo, considerando sua geração de caixa operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2020: A Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante de R$200.000 mil de forma preventiva frente a pandemia do COVID-19, as quais foram resgatadas de forma antecipada no dia 10 de agosto de 2020. O aumento da Dívida Líquida é resultado, principalmente, do passivo financeiro das cotas sênior e mezanino do Supplier FIDC. O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) em 31 de dezembro de 2020 foi de 0,2 e o índice de liquidez corrente foi de 1,4, mesmo patamar de 2018. O Índice de Liquidez Geral em 31 de dezembro de 2020 fechou em 1,3 demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos de longo prazo.

2019: A Companhia não contratou novos financiamentos em 2019. O Caixa Líquido é resultado do reconhecimento do passivo de arrendamento financeiro decorrente da adoção na nova norma contábil do IFRS 16/CPC 06 (R2), somada à captação de recursos obtidos no *follow-on* realizado em maio de 2019, que elevou o saldo de caixa do exercício. O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) em 31 de dezembro de 2019 foi de (2,3) e o Índice de Liquidez Corrente foi de 2,8, enquanto o Índice de Liquidez Geral passou para 2,2 em 31 de dezembro de 2019, demonstrando a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos de longo prazo.

2018: A Companhia não contratou novos financiamentos relevantes em 2018. O Índice de Endividamento sobre EBITDA Ajustado (LTM) em 31 de dezembro de 2018 foi de 0,1 e o Índice de Liquidez Corrente foi de 1,4, indicando a manutenção da saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações de curto prazo.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros representados pelas emissões de debêntures, conforme descritas no item 10.1(f) abaixo, bem como os recursos líquidos auferidos pela Companhia com ofertas públicas primárias de distribuição de ações, conforme descritas no item 18.9 deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No momento, a Companhia entende que não possui deficiências de liquidez. Caso exista necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados ou (ii) emitir títulos de dívida, como por exemplo debêntures.

Vale ressaltar também que a Companhia, apesar de entender não possuir deficiências de liquidez, possui linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de junho de 2021, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R$3.168.644 mil, enquanto a sua Dívida Líquida era de R$2.078.289 mil, representando um aumento de 137% em seu endividamento e um aumento de 1.510% em sua Dívida Líquida quando comparado com a Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R$1.336.137 mil, enquanto a Dívida Líquida era de R$ 129.096 mil, representado um aumento de 196% em seu endividamento quando comparado com o endividamento total em 31 de dezembro de 2019 e um aumento da Dívida Líquida em de 112%.

Em 31 de dezembro de 2019, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R$ 450.676 mil, enquanto seu Caixa Líquido era de R$1.087.480 mil, representado uma redução de 6% em seu endividamento total e uma variação de 4.305% em seu Caixa Líquido quando comparado com o endividamento total e a Dívida Líquida em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, a Dívida Bruta da Companhia atingiu o montante total de R$478.659 mil, enquanto a sua Dívida Líquida era de R$25.860 mil.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 30 de junho de 2021	Em 31 de dezembro de		
			2020	2019	2018
Arrendamentos	5,53% a 17,24%	244.992	223.525	241.340	42.189
BNDES PROSOFT	TJLP+1,5% a 1,52% a.a.	-	-	3.232	137.940
BNDES PSI	3,5% a 4,0% a.a.	-	-	2.227	18.224
BNDES Inovação	TJLP + 0,52% a.a.	-	-	888	2.404
BNDES Social	TJLP a.a.	-	-	-	714
Capital de giro	CDI + 1,9% a.a.	102.988	100.740	-	-
Contas garantidas e outras		-	785	16	-
Empréstimos e financiamentos		**347.980**	**325.050**	**247.703**	**201.471**
Passivo Circulante		155.331	146.806	55.623	166.154
Passivo Não Circulante		192.649	178.244	192.080	35.317

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
Emissão	**Debêntures**	**Encargos Financeiros Anuais**	**Preço unitário em Reais**	**2021**	**2020**	**2019**	**2018**
Série Única	200.000	105,95% do CDI	1,00	-	-	202.973	203.431
Série Única	1.500.000	100% do CDI + Spread 1,90%	1,00	1.497.677	-	-	-
Prêmio por não conversão das debêntures de 2008				-	-	-	73.757
Total				**1.497.677**	**-**	**202.973**	**277.188**
Passivo circulante				2.993	-	202.973	77.319
Passivo Não circulante				1.494.684	-	-	199.869

Os montantes de empréstimos e financiamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Em milhares de Reais)	Em 30 de junho de 2021	Em 31 de dezembro de		
		2020	**2019**	**2018**
2021		-	-	219.452
2022	397.875	-	192.080	15.734
2023	421.402	41.761	-	-
2024	795.117	37.895	-	-
2025 em diante	72.939	33.751	-	-
Empréstimos e financiamentos e debêntures (Passivo Não Circulante)	1.687.333	178.244	192.080	235.186

Arrendamentos: A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento financeiro com prazo contratado entre 3 e 10 anos referentes à compra de equipamentos eletrônicos, aluguéis e instalações das unidades da Companhia, com taxas de juros entre 7,82% a 9,24% para aluguéis de equipamentos e veículos e de 2,00% a 10,89% para contratos de aluguéis de imóveis.

Capital de Giro 2020: Em 21 de outubro de 2020, a subsidiária Supplier Administradora captou R$100.000 mil para capital de giro junto ao Banco ABC Brasil com vencimento em 20 de julho de 2021, o qual foi renovado para vencimento no dia 18 de abril de 2022. Sobre o montante contratado incidirá 100% do CDI acrescidos da taxa de 1,9% ao ano com base de 360 dias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Debêntures emitidas em 2021: Em 21 de maio de 2021, a Companhia emitiu 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$1,5 bilhões, e vencimento final em 21 de maio de 2024. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% do CDI acrescida de sobretaxa (spread) equivalente a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento).

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101/2005: (i) créditos trabalhistas; (ii) créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado; (iii) créditos tributários; (iv) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (v) créditos com privilégio especial conforme previsto na Lei nº 11.101/2005; (vi) créditos quirografários; (vii) multas e penas pecuniárias; e (viii) créditos subordinados.

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 30 de junho de 2021 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Capital de Giro 2020: O contrato da Supplier Administradora que captou R$100.000 mil para capital de giro junto ao Banco ABC Brasil com vencimento em 20 de julho de 2021 possui cláusula de vencimento antecipado no caso de inadimplência, falência ou protesto de título com valor acima de R$10.000 mil, além de outras condições previstas em contrato.

Debêntures emitidas em 2021: As debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. O índice financeiro aplicado a esta escritura decorre do coeficiente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado, excluindo a operação das subsidiárias do grupo Supplier, que deverá ser igual ou inferior a 4 vezes.

Não existem outras restrições em aberto em 30 de junho de 2021, uma vez que os empréstimos junto BNDES e a emissão de Debêntures foram liquidados conforme mencionado no item f (i).

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía R$3.168.644 mil de empréstimos e financiamentos tomados, incluindo as debêntures, circulante e não circulante, e o arrendamento mercantil (circulante e não circulante).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 30 de junho de 2021, a Companhia através de sua subsidiária Supplier Participações negociava um capital de giro de R$50.000 mil, cuja contratação ocorreu em julho de 2021, não havendo outros contratos de financiamento cujo desembolso não tenha sido integralmente desembolsado.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das informações contábeis intermediárias revisadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

A seguir apresentamos as descrições das principais linhas de resultado:

Receitas Líquidas

As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas separam as receitas em Receitas Líquidas de Software Recorrentes, Receitas Líquidas de Software Não Recorrentes e receita de produtos de crédito da seguinte forma:

Receita Líquida de Software Recorrente

A Receita Líquida de Software Recorrente compreende: (i) assinatura de *software*, na qual os clientes têm acesso ao *software* em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente.

A Receita Líquida de Software Recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e *software* são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

Receita Líquida de Software Não Recorrente

A Receita Líquida de Software Não Recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do *software* por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de *softwares*, serviços de consultoria e treinamento.

(i) Taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento quando todos os riscos e benefícios inerentes a licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do *software* e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como seja provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.

(ii) As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita serviços de produto de crédito

As receitas de produto de crédito são reconhecidas conforme descrito abaixo:

(i) Antecipação de recebíveis, é reconhecida no momento da antecipação, em que os riscos e benefícios são transferidos para Supplier Administradora.

(ii) Taxa de administração, é reconhecida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida no momento da prestação de serviço. O preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

• Sobre as receitas de *software* incidem as alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,0% para o COFINS. Adotamos o regime não cumulativo para algumas receitas, podendo descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, as quais incidem as alíquotas de 1,5% para o PIS e 7,6% para o COFINS;

• Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%;

• Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5% para a receita de *software*.

- Custos de *software*: Os custos de *softwares* são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de *softwares* revendidos.

- Custos de Produto de Crédito**:** Os custos de produto de crédito são compostos principalmente por remuneração dos cotistas seniores e mezanino e custo de captação dos direitos creditórios.

- Pesquisa e desenvolvimento: As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de *software* relacionadas aos novos produtos ou a inovações tecnológicas dos *softwares* existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. Além disso, a Companhia capitaliza gastos com desenvolvimento, desde que atendidos os critérios do CPC 04 (R1)/ IAS 38.

- Comerciais e Marketing**:** As despesas comerciais correspondem a despesas com pessoal das unidades próprias e despesas de comissão pagas a rede de franquias da Companhia. As despesas de marketing em sua grande maioria correspondem a divulgação da marca da Companhia.

- Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas são incorridas no gerenciamento e suporte das atividades operacionais. As principais despesas gerais e administrativas da Companhia são os gastos com pessoal e provisão para contingências.

- Resultado Financeiro: O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Os principais grupos que integram o resultado financeiro são Juros sobre empréstimos e financiamentos, e receita de aplicação financeira.

- Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido: A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo de 25% para IRPJ e 9% para CSLL. A alíquota efetiva da Companhia é composta por Imposto de renda e Contribuição social corrente e diferidos conforme as melhores práticas contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 30 DE JUNHO DE 2020

(em R$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021	AV (%)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020	AV (%)	AH (%)
Receita de software	1.368.468	92,2%	1.202.153	97,8%	13,8%
Receita de serviços de produtos de crédito	115.163	7,8%	26.664	2,2%	331,90%
Receita Líquida Total	**1.483.631**	**100,0%**	**1.228.817**	**100,0%**	**20,7%**
Custo de Software	(388.909)	(26,2%)	(354.999)	(28,9%)	9,6%
Custo de Produto de crédito	(40.733)	(2,7%)	(9.557)	(0,8%)	326,2%
Lucro Bruto	**1.053.989**	**71,0%**	**864.261**	**70,3%**	**22,0%**
Receitas (despesas) operacionais	**(798.369)**	**(53,8%)**	**(691.911)**	**(56,3%)**	**15,5%**
Pesquisa e desenvolvimento	(246.782)	(16,6%)	(212.021)	(17,3%)	16,4%
Despesas comerciais e marketing	(267.512)	(18,0%)	(221.297)	(18,0%)	20,9%
Despesas gerais e administrativas	(163.794)	(11,0%)	(137.946)	(11,2%)	18,7%
Depreciação e amortização	(119.073)	(8,0%)	(91.446)	(7,4%)	30,2%
Provisão para perda esperada	(15.768)	(1,1%)	(29.990)	(2,4%)	(47,4%)
Outras receitas operacionais	14.560	1,0%	789	0,1%	1745,4%
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**255.620**	**17,2%**	**172.350**	**14,0%**	**48,0%**
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	21.527	1,5%	32.157	2,6%	(33,1%)
Despesas financeiras	(41.925)	(2,8%)	(26.315)	(2,1%)	59,3%
Resultado da equivalência patrimonial	**(564)**	**0,0%**	-	0,0%	0,0%
Lucro antes dos impostos das operações continuadas	**234.658**	**15,8%**	**178.192**	**14,5%**	**31,7%**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(84.931)	(5,7%)	(38.210)	(3,1%)	122,3%
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.561	0,6%	(19.045)	(1,5%)	(150,2%)
Imposto de renda e contribuição social	**(75.370)**	**(5,1%)**	**(57.255)**	**(4,7%)**	**31,6%**
Lucro líquido da operação continuada	**159.288**	**10,7%**	**120.937**	**9,8%**	**31,7%**
Prejuízo líquido da operação descontinuada	-	0,0%	(1.436)	(0,1%)	(100,0%)
Lucro líquido do período	**159.288**	**10,7%**	**119.501**	**9,7%**	**33,3%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre o período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020.

Receita Líquida Total

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a receita líquida da Companhia aumentou 20,7% ou R$ 254.814 mil, passando de R$1.228.817 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$1.483.631 mil, no período de seis meses findos em 30 de junho de 2021. Esse aumento ocorreu devido ao crescimento da Receita Líquida de Software Recorrente em R$166.794 mil ou 17,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente impulsionada pelos *signings* para clientes novos e *cross/up sell* em clientes da base das ofertas de SaaS e os reajustes inflacionários contratuais do período e o aumento taxa de renovação de clientes. Adicionalmente, a aquisição da RD em 2021 contribuiu para o aumento da receita líquida em R$18.040 mil e os Produtos de Crédito em R$88.499 mil decorrente da aquisição da Supplier a partir de maio de 2020.

Custos de software e produtos de crédito

Os custos de *software* e produtos de crédito da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 totalizou R$429.642 mil, um aumento de 17,9% em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, no valor de R$364.556 mil. O aumento em custo está relacionado principalmente aos custos de produtos de crédito em R$31.176 mil decorrente da aquisição da Supplier a partir de maio de 2020. O custo de *software* teve um aumento de R$33.910 mil ou 9,6%, principalmente em custos de serviços em R$16.544 mil devido a retomada de demanda em alguns segmentos mais impactados pela pandemia.

Receitas (despesas) operacionais

- **Pesquisa e Desenvolvimento -** No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a despesa de pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentou 16,4% ou R$34.761 mil, passando de R$212.021 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$246.782 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) representaram 22,0% da Receita Líquida de Software Recorrente ou R$246.782 mil, frente a 22,2% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 ou R$212.021 mil, confirmando o ganho de escala e de eficiência, fruto do uso de insights gerados pela análise da telemetria de nossas soluções e segue investindo na modernização do portfólio e no aumento de qualidade, visando potencializar as novas avenidas de crescimento e aumentar a eficiência na alocação de recursos. Neste contexto, alguns dos projetos desenvolvidos ao longo do primeiro semestre de 2021, atenderam os critérios de capitalização e totalizaram R$10.211 mil.

- **Despesas Comerciais e de Marketing –** No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as despesas comerciais e de marketing da Companhia aumentaram 20,9% ou R$46.215 mil, passando de R$221.297 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$267.512 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as Despesas Comerciais e de Marketing representaram 18,0% da Receita Líquida Total, o mesmo patamar comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. O crescimento de 20,9% entre os períodos apresentados nesta linha é explicado, principalmente, pelo impacto que o início da pandemia gerou na remuneração variável, comissões e investimento de marketing no 2T20, além da consolidação dos resultados da Wealth Systems, Supplier, Tail e RD Station.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Despesas Gerais e Administrativas** – As despesas desse grupo passaram de R$137.946 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$163.794 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, totalizando um aumento de 18,7%. Esse aumento se deve à combinação: (i) despesas extraordinárias com transações de M&A no valor de R$7.786 mil e (ii) consolidação do resultado da RD em 2021 e as adquiridas Consinco, Wealth Systems e Supplier em 2020 que resultaram em um aumento em R$16.447 mil.

- **Despesas com Depreciação e Amortização –** No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as despesas com depreciação e amortização da Companhia aumentaram 30,2% ou R$27.627 mil, passando de R$91.446 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$119.073 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Este aumento é explicado pela manutenção dos ativos da Companhia e investimentos em equipamentos eletrônicos. As despesas com Amortização também apresentaram crescimento de 55,5% em 30 de junho de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, devido essencialmente ao início da amortização dos ativos intangíveis oriundos das aquisições das empresas Wealth Systems, Supplier e Tail.

- **Provisão para Perda Esperada** – No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a provisão para perda esperada da Companhia reduziu 47,4% ou R$14.222 mil, passando de R$29.990 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para R$15.768 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.No resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a Provisão para Perda Esperada (antiga PCLD) representou 1,1% da Receita Líquida Total, versus aos 2,4% auferidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

- **Outras Receitas Operacionais Líquidas** – Na comparação período contra período, outras receitas operacionais líquidas apresentaram um crescimento de 1.745,4% ou R$13.771 mil, passando de R$789 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R$14.560 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Esta linha foi impactada: (i) R$8.718 mil de receita oriunda de crédito tributário; e (ii) R$834 mil referente à revisão e atualização dos montantes de *earn-out* das transações de M&A, ocasionando um aumento de R$13.771 mil em comparação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Resultado Financeiro – No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o resultado financeiro da Companhia reduziu 449,2% ou R$26.240 mil, passando de uma receita de R$5.842 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, para uma despesa de R$20.398 mil, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Os principais itens que afetaram o Resultado Financeiro foram a redução em Receitas Financeiras pela redução no volume de caixa médio aplicado, em decorrência das aquisições realizadas ao longo de 2020 e 2021 e o aumento nas Despesas Financeiras pelo aumento nas despesas de juros pela emissão das debentures, ocorrida em maio de 2021, e pela captação de recursos realizada pela Supplier no 2º trimestre de 2021**.**

Imposto de Renda e Contribuição Social – No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social fechou em R$75.370 mil comparado com R$57.255 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, um aumento de R$18.115 mil ou 31,6% em linha com o aumento do Lucro antes da tributação. A taxa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social se manteve estável em 32,1%, confirmado pela evolução dos projetos de P&D, enquadrados nas regras de incentivo fiscal, e pela redução do Efeito de Controladas com Taxas Diferenciadas no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Lucro Líquido da operação continuada

Lucro Líquido da operação continuada da Companhia relativo ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 totalizou R$159.288 mil, um aumento de R$38.351 mil, ou 31,7% em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho e 2020 que totalizou R$120.937 mil. Em linhas gerais, o aumento no lucro líquido da operação continuada é resultado do aumento da Receita Líquida de Software Recorrente e gestão de gastos do período, além da consolidação da RD a partir de junho de 2021.

Lucro Líquido do período

O lucro líquido do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 teve um aumento de 33,3% ou R$39.787 mil, passando de R$119.501 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 para R$159.288 mil no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Este aumento está relacionado com o aumento do prejuízo líquido da operação continuada.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

(em R$ milhares, exceto %)	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Análise vertical			Análise Horizontal	
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	20 v. 19	19 v. 18
Receita de software	2.467.959	2.282.124	2.111.160	95,1%	100,0%	100,0%	8,1%	8,1%
Receita de serviços de produtos de crédito	128.118	-	-	4,9%	-	-	100,00 %	-
Receita Líquida Total	**2.596.077**	**2.282.124**	**2.111.160**	100,0%	100,0%	100,0%	13,8%	8,1%
Custos de software	(734.770)	(743.855)	(739.210)	(28,3%)	(32,6%)	(35,0%)	(1,2%)	0,6%
Custo de produto de crédito	(41.934)	-	-	(1,6%)	-	-	100,00 %	-
Lucro bruto	**1.819.373**	**1.538.269**	**1.371.950**	70,1%	**67,4%**	**65,0%**	**18,3%**	**12,1%**
Receitas (despesas) operacionais								
Pesquisa e desenvolvimento	(431.348)	(397.824)	(382.078)	(16,6%)	(17,4%)	(18,1%)	8,4%	4,1%
Despesas comerciais e de marketing	(474.373)	(423.997)	(386.150)	(18,3%)	(18,6%)	(18,3%)	11,9%	9,8%
Despesas gerais e administrativas	(299.990)	(239.791)	(228.165)	(11,6%)	(10,5%)	(10,8%)	25,1%	5,1%
Depreciação e amortização	(204.587)	(147.033)	(122.291)	(7,9%)	(6,4%)	(5,8%)	39,1%	20,2%
Provisão para perda esperada	(43.856)	(28.434)	(36.992)	(1,7%)	(1,2%)	(1,8%)	54,2%	(23,1%)
Outras (despesas) /receitas operacionais liquidas	28.613	24.262	9.381	1,1%	1,1%	0,4%	17,9%	158,6%
Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial	**393.832**	**325.452**	**225.655**	**15,2%**	**14,3%**	**10,7%**	**21,0%**	**44,2%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado financeiro								
Receitas financeiras	47.344	69.312	37.895	1,8%	3,0%	1,8%	(31,7%)	82,9%
Despesas financeiras	(58.778)	(70.489)	(78.357)	(2,3%)	(3,1%)	(3,7%)	(16,6%)	(10,0%)
Resultado da equivalência patrimonial	(294)	(248)	(517)	-	-	-	18,5%	(52,0%)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**382.104**	**324.027**	**184.676**	**14,7%**	**14,2%**	**8,7%**	**17,9%**	**75,5%**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(80.919)	(54.628)	(41.978)	(3,1%)	(2,4%)	(2,0%)	48,1%	30,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.149)	(15.483)	(4.963)	(0,2%)	(0,7%)	(0,2%)	(66,7%)	212,0%
Imposto de renda e contribuição social	**(86.068)**	**(70.111)**	**(46.941)**	**(3,3%)**	**(3,1%)**	**(2,2%)**	**22,8%**	**49,4%**
Lucro líquido da operação continuada	296.036	253.916	137.735	11,4%	11,1%	6,5%	16,6%	84,4%
Prejuízo líquido da operação descontinuada	(1.077)	(43.268)	(77.092)	0,0%	(1,9%)	(3,7%)	(97,5%)	43,9%
Lucro líquido do exercício	**294.959**	**210.648**	**60.643**	**11,4%**	**9,2%**	**2,9%**	**40,0%**	**247,4%**

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Receita Líquida Total

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita líquida total da Companhia aumentou 13,8% ou R$ 313.953 mil, passando de R$ 2.282.124 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 2.596.077 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse crescimento foi impulsionado pelo melhor desempenho da Receita Líquida de Software Recorrente, que teve um aumento de R$224.874 mil ou 13,0% ano contra ano, sendo os principais motivos: (i) pela evolução dos patamares de vendas, líquidas de *churn*, sobretudo no modelo SaaS, que representou 65% das novas vendas no 4T20; (ii) somada à elevada Taxa de Renovação de clientes durante o ano (acima de 98,5%); (iii) pelos reajustes de contratos com níveis de inflação superiores aos aplicados no mesmo período de 2019; e (iv) pela consolidação dos resultados da Consinco e da Wealth Systems. Como destaque do ano de 2020 pontuamos a aceleração das vendas de *cloud*, cuja receita cresceu 27% no ano, além da receita de produtos de crédito do grupo Supplier.

Custos de software e produtos de crédito

Os custos de software e produtos de crédito da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$776.704 mil, um aumento de 4,4 % em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Desconsiderando o crescimento advindo da Supplier (inorgânico), a Companhia seguiu melhorando sua eficiência operacional, fazendo uso do modelo de trabalho remoto para ganhar mais produtividade. Os Custos de *software* apresentaram redução ano contra ano de 1,2% no exercício de 2020. A queda da Receita de Serviços não Recorrentes (linha de receita essa que possui nível de margem reduzido), o aumento exponencial da implantação remota, que atingiu patamar próximo a 90%, além da maior participação das receitas recorrentes decorrentes da venda de soluções em nuvem são alguns dos fatores que garantiram a maximização na eficiência em custos de *software*.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A partir de 30 de abril de 2020, a Companhia passou a consolidar os custos da operação de crédito, em decorrência da aquisição da Supplier, sendo que em 2019 tais custos não estavam refletidos nas demonstrações financeiras.

Despesas

- **Pesquisa e Desenvolvimento -** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a despesa de pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentou 8,4% ou R$ 33.524 mil, passando de R$ 397.824 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 431.348 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No acumulado de 2020, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) representaram 22,1% da Receita Líquida de Software Recorrente, frente a 23,0% em 2019, confirmando o ganho de escala e de eficiência, fruto do uso cada vez mais intenso de insights gerados pela análise da telemetria de nossas soluções, permitindo um rápido remanejamento de recursos para aproveitar oportunidades e investimento contínuo em inovação, amplitude, qualidade e digitalização do nosso portfólio. Neste contexto, em 2020, a capitalização de desenvolvimento totalizou R$18.959 mil, correspondente em sua grande maioria a projetos voltados ao plano estratégico da Companhia.

- **Despesas Comerciais e de Marketing –** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas comerciais e de marketing da Companhia aumentou 11,9% ou R$ 50.376 mil, passando de R$ 423.997 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 474.373 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Na comparação anual, as Despesas Comerciais e de Marketing apresentaram expansão de 20 pontos base quando comparamos 2020 versus 2019, passando de 18,6% para 18,3% da Receita Líquida Total. Este crescimento é resultado: (i) do aumento da participação das franquias no mix de vendas total; (ii) da consolidação dos resultados da Consinco e Wealth Systems no valor de R$8.265 mil ao longo do exercício.

- **Despesas Gerais e Administrativas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 25,1% ou R$ 60.199 mil, passando de R$ 239.791 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 299.990 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No ano de 2020, a maior representatividade desse grupo de despesas, que passou de 10,5% em 2019 para 11,6% em 2020 da Receita Líquida Total, se deve à combinação: (i) do aumento da provisão para bônus e para o plano de incentivo de longo prazo (ILP); e (ii) da consolidação dos resultados da Consinco, da Wealth Systems e da Supplier no montante de R$45.276 mil.

- **Depreciação e Amortização –** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a despesa com depreciação e amortização da Companhia aumentou 39,1% ou R$ 57.554 mil, passando de R$ 147.033 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 204.587 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é explicado pela: (i) consolidação dos resultados da Consinco, da Wealth Systems e da Supplier; (ii) maior depreciação com equipamentos de processamento eletrônico, por conta do aumento da capacidade instalada. As despesas com Amortização também apresentaram crescimento ano contra ano, pelo início da amortização dos intangíveis oriundos das aquisições da Consinco, Wealth Systems e Supplier e pelo aumento da amortização do direito de uso dos imóveis, devido às atualizações contratuais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Provisão para Perda Esperada** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a despesa com provisão para perda esperada da Companhia aumentou 54,2% ou R$ 15.422 mil, passando de R$ 28.434 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 43.856 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. No resultado do ano de 2020, a Provisão para Perda Esperada (antiga PCLD) representou 1,7% da Receita Líquida Total, versus aos 1,2% auferidos em 2019. No segmento de Tecnologia este aumento foi reflexo do aumento no prazo médio da carteira de recebíveis, seja pelas práticas comerciais adotadas que alongaram o prazo médio de títulos a vencer, seja pelo volume de títulos vencidos, em especial de setores mais impactados pela pandemia da COVID-19 ao longo de 2020. Para o segmento de Produtos de Crédito foi possível observar que a taxa de perda da carteira ainda se apresenta em patamar inferior à baixa média histórica desse indicador no período, o que reforça a flexibilidade e resiliência do modelo de negócios da Supplier, e sua gestão eficiente na concessão de crédito.
- **Outras (Despesas)/ Receitas Operacionais Líquidas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as outras (despesas)/ receitas operacionais líquidas da Companhia aumentaram 17,9% ou R$ 4.351 mil, passando de R$ 24.262 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 28.613 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 2020 esta linha foi impactada pela reversão de obrigações por aquisições de investimentos em decorrência do processo anual de revisão e atualização dos montantes de *earn-out* das transações de M&A no valor de R$25.526 mil versus os impactos de 2019 pela reversão da provisão de *earn-out* em R$3.732 mil, ligada à aquisição de participação acionária na RJ Participações, além do efeito positivo de R$11.698 mil pela venda da Ciashop para a VTex.

Resultado Financeiro – Com exceção do resultado de equivalência patrimonial, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado financeiro da Companhia aumentou 871,5% ou R$ 10.257 mil, passando de uma despesa de R$ 1.177 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa de R$ 11.434 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Na comparação ano contra ano, os principais itens que afetaram o Resultado Financeiro foram: (i) redução no volume de caixa médio aplicado, em decorrência das aquisições realizadas ao longo de 2020, juntamente com a redução da taxa Selic; e (ii) redução, no 4T20, do ajuste a valor presente advindo do *earn-out* de aquisições.

Total do Imposto de Renda e Contribuição Social - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total do imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou 22,8% ou R$ 15.957 mil, passando de R$ 70.111 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para uma despesa de R$ 86.068 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é explicado principalmente pelo benefício fiscal sobre as despesas incorridas na emissão subsequente de ações (*follow-on*) em 2019, além dos projetos de P&D que fizeram a Taxa Efetiva crescer 90 pontos base.

Lucro Líquido do exercício da operação continuada

Lucro Líquido do exercício da operação continuada da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 296.036 mil, um aumento de R$42.120 mil, ou 16,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em linhas gerais, o aumento no lucro líquido da operação continuada é resultado do aumento da Receita Líquida de Software Recorrente, pela consolidação dos resultados da Consinco, Wealth System e Supplier e pela disciplina na gestão dos custos e despesas da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Prejuízo Líquido do exercício da operação descontinuada

O Prejuízo Líquido do exercício da operação descontinuada da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$1.077 mil, uma redução de R$ 42.191 mil, ou 97,5% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento refere-se aos valores para encerramento da operação da Bematech Ásia.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 teve um aumento de 40,0% ou R$84.311 mil, passando de R$210.648 mil no exercício social encerrado em 2019 para R$294.959 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento está relacionado com o aumento do lucro líquido do exercício da operação continuada de R$42.120 mil e a redução do prejuízo da operação descontinuada.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Receita Líquida Total

A Receita Líquida Total da Companhia, que compreende receita líquida de *software*, totalizou R$ 2.282.124 mil no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2019, um crescimento de R$ 170.964 mil, ou 8,1% com relação ao exercício social anterior. Esse crescimento deve-se principalmente à aceleração da Receita Líquida de Software Recorrente, que cresceu 2 dígitos em todos os trimestres de 2019, fechando o ano com um aumento de 11,8% em relação a 2018 e atingindo um patamar de 75,8% de participação na Receita Líquida no ano de 2019.

Custos

O custo de *software* da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$743.855 mil, um crescimento de R$4.645 mil, ou 0,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que fechou o ano em R$739.210 mil. A evolução da Receita Líquida Total e a manutenção dos patamares de custos, fizeram com que a Margem Bruta se expandisse em 240 pontos base, atingindo 67,4%.

Despesas

- **Pesquisa e Desenvolvimento** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a despesa de pesquisa e desenvolvimento da Companhia aumentou 4,1% ou R$ 15.746 mil, passando de R$382.078 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$397.824 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa linha reflete principalmente a maior eficiência na alocação dos investimentos em P&D e o maior nível de investimentos realizados em 2018 relacionados a mudanças na legislação fiscal daquele período. Esse ganho de eficiência na alocação dos investimentos pode ser observado na comparação anual, tendo essas despesas passado de 18,1% da Receita Líquida de Software de 2018 para 17,4% da Receita Líquida de Software de 2019. Tal redução é ainda mais relevante quando considerado: (i) o maior nível de provisionamento de bônus, por conta do atingimento de metas no ano; (ii) o aumento da provisão relativa ao Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações; (iii) a montagem da equipe de Techfin.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Despesas Comerciais e de Marketing** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais e de marketing da Companhia aumentou 9,8% ou R$ 37.847 mil, passando de R$386.150 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$423.997 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Quando comparamos 2019 vs. 2018, o crescimento da representatividade desta linha sobre a Receita foi de apenas 30 pontos base, atingindo 18,6% da Receita Líquida Total devido principalmente: (i) pelo aumento no volume das vendas por meio das franquias; (ii) pelo impacto de R$ 2.136 mil de despesas com rescisões.

- **Despesas Gerais e Administrativas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 5,1% ou R$11.626 mil, passando de R$228.165 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$239.791 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Em 2019, como percentual da Receita, essas despesas apresentaram uma queda de 40 pontos base em relação ao patamar de 2018, impactadas negativamente por: (i) R$ 2.201 mil de despesas com M&As no período; (ii) R$1.931 mil com despesas com desligamento de pessoal; (iii) aumento da provisão para bônus; e (iv) provisionamento da outorga de ações realizadas no 2T19, segundo o Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

- **Depreciação e Amortização** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a despesa com depreciação e amortização da Companhia aumentou 20,2% ou R$24.742 mil, passando de R$122.291 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$147.033 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. As despesas com depreciação cresceram 84,0% em relação a 2018 motivada principalmente pelo impacto da aplicação do IFRS 16 no período. Já as despesas com Amortização tiveram redução na comparação anual, por conta do término da amortização de ativos oriundos de aquisições realizadas em anos anteriores.

- **Provisão para Perda Esperada** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a despesa com provisão para perda esperada da Companhia reduziu em 23,1% ou R$8.558 mil, passando de R$36.992 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$28.434 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Na comparação anual atingiu 1,2% da Receita. Tais quedas nos patamares dessa provisão resultam da redução do *churn* e do nível geral de inadimplência em nossa base de clientes que em parte também pode ser atribuída ao aumento da representatividade da recorrência na Receita da Companhia.

- **Outras (Despesas)/Receitas Operacionais Líquidas** – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as outras (despesas)/receitas operacionais líquidas da Companhia aumentaram 158,6% ou R$14.881 mil, passando de R$9.381 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$24.262 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta linha foi impactada em 2019 pela reversão da provisão de *earn-out* em R$3.732 mil, ligada à aquisição de participação acionária na RJ Participações, além do efeito positivo de R$ 11.658 mil pela venda da Ciashop para a VTex.

Resultado Financeiro – Com exceção do resultado de equivalência patrimonial, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o resultado financeiro da Companhia passou de uma despesa de R$40.462 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para uma despesa de R$1.177 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma redução na despesa financeira de 97,1**%.** Essa redução foi majoritariamente impactado pelo: (i) aumento da Receita Financeira proveniente das aplicações dos recursos oriundos do *follow-on* e da geração de caixa; e (ii) redução do endividamento bruto, parcialmente compensada pelas despesas financeiras resultantes da aplicação do IFRS 16 sobre os contratos de aluguel mantidos pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do Imposto de Renda e Contribuição Social - No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o total do imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou 49,4% ou R$23.170 mil, passando de R$46.941 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$70.111 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Na comparação anual, o maior volume de Juros sobre Capital Próprio, em conjunto com as despesas com emissão de ações, levou à uma taxa efetiva total 380 pontos base menor que a apresentada em 2018.

Lucro Líquido do exercício da operação continuada

Lucro Líquido do exercício da operação continuada da Companhia relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$253.916 mil, um aumento de R$116.181 mil, ou 84,4% sobre 2018, que totalizou R$137.735 mil. Em linhas gerais, o aumento reflete o melhor desempenho operacional detalhado nas linhas anteriores.

Prejuízo Líquido do exercício da operação descontinuada

O Prejuízo Líquido do exercício da operação descontinuada da Companhia, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$43.268 mil, uma redução de R$33.824 mil em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$77.092 mil. O principal impacto decorre da provisão para valor recuperável pela venda dos ativos das operações de *hardware* no valor de R$48.800 mil, ou R$32.208 mil líquidos de impostos.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 teve um aumento de 247,4% ou R$150.005 mil, passando de R$60.643 mil no exercício social encerrado em 2018 para R$210.648 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento está relacionado com o aumento do lucro líquido do exercício da operação continuada de R$116.181 mil e a redução do prejuízo da operação descontinuada.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(em R$ milhares, exceto %)	Em 30 de junho de 2021	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2020	AV (%)	AH (%)
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	802.260	10,6%	1.027.733	20,0%	(21,9%)
Aplicações financeiras	288.095	3,8%	179.308	3,5%	60,7%
Garantias de Investimentos	9.067	0,1%	10.012	0,2%	(9,4%)
Contas a receber de clientes	1.922.045	25,3%	1.497.229	29,1%	28,4%
Impostos a recuperar	54.389	0,7%	38.092	0,7%	42,8%
Outros ativos	99.826	1,3%	79.599	1,5%	25,4%
Total do Ativo Circulante	**3.175.682**	**41,8%**	**2.831.973**	**55,0%**	**12,1%**
Ativo Não Circulante					
Garantias de Investimentos	34.388	0,5%	1.116	0,0%	2981,4%
Ativos financeiros	89.297	1,2%	92.770	1,8%	(3,7%)
Contas a receber de clientes	60.881	0,8%	64.012	1,2%	(4,9%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.701	1,5%	100.535	2,0%	11,1%
Depósitos judiciais	44.032	0,6%	43.972	0,9%	0,1%
Outros ativos	82.469	1,1%	57.928	1,1%	42,4%
Investimentos	2.797	0,0%	3.476	0,1%	(19,5%)
Imobilizado	390.855	5,1%	364.447	7,1%	7,2%
Intangível	3.611.097	47,5%	1.586.177	30,8%	127,7%
Total do Ativo Não Circulante	**4.427.517**	**58,2%**	**2.314.433**	**45,0%**	**91,3%**
Total do Ativo	**7.603.199**	**100,0%**	**5.146.406**	**100,0%**	**47,7%**
Passivo Circulante					
Obrigações sociais e trabalhistas	329.679	4,3%	211.603	4,1%	55,8%
Fornecedores	107.722	1,4%	99.305	1,9%	8,5%
Obrigações fiscais	78.420	1,0%	74.558	1,4%	5,2%
Empréstimos e financiamentos	155.331	2,0%	146.806	2,9%	5,8%
Debêntures	2.993	0,0%	-	0,0%	0,0%
Comissões a pagar	61.816	0,8%	53.795	1,0%	14,9%
Dividendos a pagar	1.040	0,0%	57.687	1,1%	(98,2%)
Obrigações por aquisição de investimentos	160.230	2,1%	44.781	0,9%	257,8%
Repasse para parceiros	432.463	5,7%	328.817	6,4%	31,5%
Cotas seniores e mezaninos	1.322.987	17,4%	1.011.087	19,6%	30,8%
Outros passivos	71.271	0,9%	11.592	0,2%	514,8%
Total do Passivo Circulante	**2.723.952**	**35,8%**	**2.040.031**	**39,6%**	**33,5%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	192.649	2,5%	178.244	3,5%	8,1%
Debêntures	1.494.684	19,7%	-	0,0%	0,0%
Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais	125.914	1,7%	125.818	2,4%	0,1%
Obrigações por aquisição de investimentos	269.699	3,5%	163.419	3,2%	65,0%
Outros passivos	73.088	1,0%	34.728	0,7%	110,5%
Total do Passivo Não Circulante	**2.156.034**	**28,4%**	**502.209**	**9,8%**	**329,3%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	1.519.412	20,0%	1.382.509	26,9%	9,9%
Ações em tesouraria	(133.303)	(1,8%)	(148.537)	(2,9%)	(10,3%)
Reserva de capital	894.758	11,8%	894.824	17,4%	0,0%
Reserva de lucros	404.254	5,3%	381.869	7,4%	(35,9%)
Outros resultados abrangentes	38.092	0,5%	42.541	0,8%	(10,5%)
Dividendos propostos	-	-	50.960	1.0%	-
Total do Patrimônio Líquido	**2.723.213**	**35,8%**	**2.604.166**	**50,6%**	**4,6%**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**7.603.199**	**100,0%**	**5.146.406**	**100,0%**	**47,7%**

Comentários referentes ao balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante representou 41,8% do Ativo Total em 30 de junho de 2021, um aumento de 12,1% em 30 de junho de 2021, em relação a 31 de dezembro de 2020, impactado principalmente pelo crescimento do contas a receber de 28,4% em R$424.816 mil principalmente (i) aumento de R$399.865 mil em direitos creditórios pelo aumento da produção de crédito da Supplier; (ii) aumento R$108.787 mil em Aplicações Financeiras devido ao maior volume de captação, com objetivo de suprir o aumento da produção, o levou ao aumento da posição de Aplicações Financeiras do FIDC.

Ativo Não Circulante

O aumento de 91,3% no ativo não circulante em 30 de junho de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, se deve pelo crescimento de 127,7% em Intangível, devido ao ágio gerado pela aquisição da RD em maio de 2021 no valor de R$1.781.585 mil.

Passivo Circulante

O aumento de 33,5% no passivo circulante no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, deve-se, principalmente (i) aumento em cotas seniores e mezaninos em R$311.900 mil decorrente do maior volume de captação do FIDC Supplier; (ii) aumento em obrigações por aquisição de investimento em R$115.449 mil decorrente da transferência de longo para curto prazo de *earn-out* da Consinco e Supplier; e (iii) Obrigações trabalhistas no valor de R$118.076 mil em decorrência da provisão de 13º salário e férias do período e seus respectivos encargos, além da consolidação dos saldos da RD.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O aumento de 329,3% no passivo não circulante, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, explica-se principalmente pela emissão das debêntures em maio de 2021, cujo saldo no longo prazo era de R$1.494.684 mil e pelo valor da opção de compra remanescente das ações da RD registrada na rubrica de Obrigações por aquisição de investimentos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 4,6% em linha no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020, basicamente pelo lucro apurado no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE OS SALDOS DAS CONTAS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018

	Em 31 de dezembro de			Análise vertical			Análise Horizontal	
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	20 v. 19	19 v. 18
Ativo Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	1.027.733	1.538.156	452.799	20,0%	43,5%	18,9%	(33,2%)	239,7%
Aplicações Financeiras	179.308	-	-	3,5%			0,0%	
Garantias de Investimentos	10.012	25.278	44.909	0,2%	0,7%	1,9%	(60,4%)	(43,7%)
Contas a receber de clientes	1.497.229	350.995	385.538	29,1%	9,9%	16,1%	326,6%	(9,0%)
Estoque	-	-	41.531	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	(100,0%)
Tributos a recuperar	38.092	29.662	38.817	0,7%	0,8%	1,6%	28,4%	(23,6%)
Outros ativos	79.599	60.184	56.540	1,5%	1,7%	2,4%	32,3%	6,4%
Total do Ativo Circulante	**2.831.973**	**2.004.275**	**1.020.134**	**55,0%**	**56,7%**	**42,7%**	**41,3%**	**96,5%**
Ativo Não Circulante								
Garantias de Investimentos	1.116	1.987	5.334	0,0%	0,1%	0,2%	(43,8%)	(62,7%)
Ativos financeiros	92.770	71.955	69.171	1,8%	2,0%	2,9%	28,9%	4,0%
Contas a receber de clientes	64.012	31.627	19.890	1,2%	0,9%	0,8%	102,4%	59,0%
Impostos a recuperar	-	-	236	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	(100,0%)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	100.535	100.380	125.124	2,0%	2,8%	5,2%	0,2%	(19,8%)
Depósitos judiciais	43.972	65.059	65.965	0,9%	1,8%	2,8%	(32,4%)	(1,4%)
Outros ativos	57.928	57.395	26.340	1,1%	1,6%	1,1%	0,9%	117,9%
Investimentos	3.476	3.120	3.129	0,1%	0,1%	0,1%	11,4%	(0,3%)
Imobilizado	364.447	389.432	198.826	7,1%	11,0%	8,3%	(6,4%)	95,9%
Intangível	1.586.177	810.697	857.128	30,8%	22,9%	35,8%	95,7%	(5,4%)
Total do Ativo Não Circulante	**2.314.433**	**1.531.652**	**1.371.143**	**45,0%**	**43,3%**	**57,3%**	**51,1%**	**11,7%**
Total do Ativo	**5.146.406**	**3.535.927**	**2.391.277**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**45,5%**	**47,9%**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(em R$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de			Análise Vertical			Análise Horizontal	
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**	**20 v. 19**	**19 v. 18**
Passivo Circulante								
Obrigações sociais e trabalhistas	211.603	193.472	174.874	4,1%	5,5%	7,3%	9,4%	10,6%
Fornecedores	99.305	63.821	113.907	1,9%	1,8%	4,8%	55,6%	(44,0%)
Obrigações fiscais	74.558	55.203	47.466	1,4%	1,6%	2,0%	35,1%	16,3%
Empréstimos e financiamentos	146.806	55.623	166.154	2,9%	1,6%	6,9%	163,9%	(66,5%)
Debêntures	-	202.973	77.319	0,0%	5,7%	3,2%	(100,0%)	162,5%
Comissões a pagar	53.795	46.035	43.166	1,0%	1,3%	1,8%	16,9%	6,6%
Dividendos a pagar	57.687	44.579	13.902	1,1%	1,3%	0,6%	29,4%	220,7%
Obrigações por aquisição de investimentos	44.781	32.554	59.597	0,9%	0,9%	2,5%	37,6%	(45,4%)
Repasse para parceiros	328.817	-	-	6,4%			0,0%	
Cotas seniores e mezaninos	1.011.087	-	-	19,6%			0,0%	
Outros passivos	11.592	11.292	13.227	0,2%	0,3%	0,6%	2,7%	(14,6%)
Total do Passivo Circulante	**2.040.031**	**705.552**	**709.612**	**39,6%**	**20,0%**	**29,7%**	**189,1%**	**(0,6%)**
Passivo Não Circulante								
Empréstimos e financiamentos	178.244	192.080	35.317	3,5%	5,4%	1,5%	(7,2%)	443,9%
Debêntures	-	-	199.869	0,0%	0,0%	8,4%	0,0%	0,0%
Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais	125.818	131.521	127.792	2,4%	3,7%	5,3%	(4,3%)	2,9%
Obrigações por aquisição de investimentos	163.419	10.758	15.464	3,2%	0,3%	0,6%	1419,0%	(30,4%)
Outros passivos	34.728	17.607	15.003	0,7%	0,5%	0,6%	97,2%	17,4%
Total do Não Circulante	**502.209**	**351.966**	**393.445**	**9,8%**	**10,0%**	**16,5%**	**42,7%**	**(10,5%)**
Patrimônio Líquido								
Capital social	1.382.509	1.382.509	1.041.229	26,9%	39,1%	43,5%	0,0%	32,8%
Ações em tesouraria	(148.537)	(62.531)	(70.026)	(2,9%)	(1,8%)	(2,9%)	137,5%	(10,7%)
Reserva de capital	894.824	875.979	169.907	17,4%	24,8%	7,1%	2,2%	415,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros resultados abrangentes	42.541	22.051	20.704	0,8%	0,6%	0,9%	92,9%	6,5%
Reserva de lucros	381.869	234.389	125.228	7,4%	6,6%	5,2%	62,9%	87,2%
Proposta de dividendos adicionais	50.960	24.817	-	1,0%	0,7%	0,0%	105,3%	0,0%
Patrimônio líquido de não controlador	-	1.195	1.178	0,0%	0,0%	0,0%	(100,0%)	1,4%
Total do Patrimônio Líquido	**2.604.166**	**2.478.409**	**1.288.220**	**50,6%**	**70,1%**	**53,9%**	**5,1%**	**92,4%**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**5.146.406**	**3.535.927**	**2.391.277**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**45,5%**	**47,9%**

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Ativo Circulante

O Ativo Circulante representou 55,0% do Ativo Total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, um aumento de 41,3% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, impactado principalmente pelo crescimento de 326,6% em Contas a receber de clientes em relação a 2019, resultado da consolidação dos direitos creditórios da operação de produtos de crédito decorrentes da aquisição da Supplier, que representavam R$1.112.151 mil ou 71,2% do contas a receber de clientes consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, além da consolidação das Aplicações Financeiras da Supplier no valor de R$179.308 mil.

Ativo Não Circulante

O aumento de 51,1% no ativo não circulante, se deve pelo crescimento de 95,7% em Intangível, resultado das aquisições de participação societária das empresas Consinco S.A, Supplier Participações, Wealth Systems e Tail Target durante o ano de 2020. Estas combinações de negócios geraram um Ágio de R$479.889 mil e intangíveis pela alocação do preço pago no montante de R$347.662 mil. Ainda dentro do ativo não circulante houve um crescimento de 102,4% ou R$32.385 mil no contas a receber de longo prazo decorrente do maior parcelamento na venda de licença de *software* e serviços de implementação.

Passivo Circulante

O aumento de 189,1% no passivo circulante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 deve-se pela consolidação das empresas adquiridas em 2020, principalmente, pela consolidação dos passivos financeiros referente a “Cotas sênior e mezanino” no valor de R$1.011.087 mil e “Repasse para parceiros” no valor de R$328.817 mil, decorrentes da aquisição da Supplier Participações em 30 de abril de 2020. O aumento em empréstimos e financiamentos de curto prazo decorre da captação de capital de giro no valor de R$100.740 mil através da subsidiária Supplier Participações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

O aumento de 42,7% no passivo não circulante, explica-se pelo aumento de R$152.661 mil na rubrica de obrigações por aquisição de investimento oriundo das aquisições da Consinco S.A., Supplier Participações, Wealth Systems e Tail Target.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o exercício social de 31 de dezembro de 2020 em R$2.604.166 mil, um aumento de 5,1% ou R$125.757 mil, comparado ao patrimônio líquido de R$2.478.409 mil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A principais variações estão relacionas a Reserva de Lucros decorrente do resultado do exercício menos as distribuições intermediárias de Juros sobre Capital Próprio (JSCP) e pela recompra de 5.100.900 ações de emissão da própria Companhia, para fazer frente ao Plano de Incentivo e Retenção baseado em ações que resultou em um aumento de R$86.006 mil na rubrica de Ações em Tesouraria. Em outros resultados abrangentes, o aumento de R$20.490 mil ou 92,9% é resultado da variação cambial pela conversão de balanço das subsidiárias no exterior.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Ativo Circulante

Representou 56,7% do Ativo Total no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, um aumento de 96,5% em relação ao no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, impactado principalmente pelo crescimento de 239,7% em Caixa e equivalentes de caixa em relação a 2018, resultado a captação de recursos no *follow-on*, ocorrida em maio de 2019.

Ativo Não Circulante

Mesmo com o aumento de 11,7% do ativo não circulante, impactado principalmente pelo aumento do imobilizado por conta do IFRS 16, o ativo não circulante passou de 57,3% do Ativo Total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para 43,3%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido ao aumento expressivo do circulante por conta da captação de recursos no *follow-on* conforme mencionado acima.

Passivo Circulante

A redução de 0,6% do Passivo Circulante, que passou de 29,7% do Passivo Total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 20,0%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, é resultado do pagamento de obrigações por aquisição de investimentos e menor volume de fornecedores, compensado pela transferência do saldo de Debêntures do passivo não circulante para o passivo circulante, levando em consideração seu vencimento dentro de 12 meses.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo Não Circulante

A redução de 10,5% do passivo não circulante, que passou de uma representatividade de 16,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 10,0% sobre o passivo total, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, é explicado principalmente pelo pagamento de obrigações por aquisição de investimento e transferência das debêntures para o curto prazo, compensado pelo reconhecimento do passivo por arrendamento mercantil decorrente da adoção da norma contábil CPC 06 (R2). Esta norma contábil estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, pois na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a Dívida Bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento.

Patrimônio Líquido

O crescimento de 92,4% no Patrimônio Líquido é consequência da captação de recursos no *follow-on*, além do lucro líquido apurado no exercício social encerrado de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

FLUXOS DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(em R$ milhares, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2021	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2020
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.899	307.908
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.898.640)	(426.086)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	1.639.268	(156.051)
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(225.473)	(274.229)

Análise das principais variações referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$33.899 mil, apresentando um decréscimo no valor de R$274.009 mil, ou 89,0% em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, devido: (i) ao aumento das contas a receber de clientes, em especial da carteira de crédito da Supplier, refletido na linha de Variação do Capital de Giro; e (ii) aumento do imposto de renda e contribuição social pagos no período.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.898.640 mil, apresentando aumento no valor de R$1.472.554 mil, ou 345,6% comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, devido basicamente pelo pagamento a vista pela aquisição da RD em maio de 2021 no valor de R$1.705.031 mil.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$1.639.268 mil ou 1.150,5% comparado ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, impactado principalmente pela emissão das debêntures no valor de R$1.500.000 mil. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, houve pagamento no valor de R$107.607 mil referente a dividendos e juros sobre capital próprio, sendo R$39.081 mil a mais que o mesmo período do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	371.742	345.299
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(355.761)	(36.881)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(526.404)	776.939
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(510.423)	1.085.357

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$371.742 mil, apresentando um aumento no valor de R$26.443 mil, ou 7,7% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido ao aumento no lucro líquido ajustados por itens que não afetam caixa em R$128.764 mil e pelo menor volume de juros pagos em 2020, especialmente pelo pagamento do prêmio de não conversão das debêntures. Estes efeitos que aumentaram o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foram parcialmente compensados com o aumento dos direitos creditórios da Supplier Participações.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$355.761 mil, apresentando aumento no valor de R$318.880 mil, ou 864,6% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devido basicamente pelo valor pago na aquisição de participação societárias das empresas Consinco, Wealth Systems, Supplier e Tail ao longo de 2020 que somaram R$329.016 mil, montante este que está liquido do caixa adquirido destas empresas.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$526.404 mil, apresentando uma redução no valor de R$1.303.343 mil, ou 167,8% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, impactado principalmente pelo pagamento do principal de debentures no montante de R$ 400.000 mil, referentes as debentures emitidas em 2017 e 2020 e pagamento de R$108.228 mil de dividendos e juros sobre capital próprio.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	345.299	417.838
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(36.881)	(94.044)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	776.939	(258.164)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.085.357	65.630

Análise das principais variações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$345.299 mil, apresentando uma redução no valor de R$72.539 mil, ou 17,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido ao aumento da necessidade de capital de giro, dado o maior patamar de aproveitamento de créditos tributários em 2018, pelo pagamentos de obrigações trabalhistas com custos extraordinários de desligamento de pessoal e o maior volume de juros pagos, especialmente pelo pagamento do prêmio de não conversão das debêntures.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$36.881 mil, apresentando uma redução no valor de R$57.163 mil, ou 60,8% comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, devido aos valores recebidos pela venda da Ciashop e da operação de *hardware* em 2019.

Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$776.939 mil, apresentando um aumento no valor de R$1.035.103 mil comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência da captação de recursos do *follow-on*.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os critérios de reconhecimento de receita de *software* não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

Em 2018, a Companhia adotou um novo padrão de apresentação do desempenho financeiro e operacional. A alteração no formato se deu pela segregação dos resultados de Software e de *hardware*, objetivando apresentar a performance do negócio de *software* mais claro, uma vez que a Companhia pretendia alienar as operações de *hardware*, o que ocorreu em 2019.

Em 30 de abril de 2020, com a aquisição da Supplier, empresa focada em crédito B2B e desenvolvimento de soluções para o relacionamento entre clientes e fornecedores, a Companhia iniciou o negócio de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios, passando a apresentar um novo segmento da receita relacionada a operação de Produtos de Crédito.

Maiores detalhes sobre o reconhecimento de receita estão disponíveis no item 10.1.h deste Formulário de Referência.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram:

(i) **Mudança de estratégia no negócio de *hardware*:** A mudança da estratégia na operação de *hardware* tornou a solução Bemacash (que passou a se chamar Eleve à partir de 2020) agnóstica (capacidade de operar em vários dispositivos) combinada com a migração da estrutura de TEF (Transferência eletrônica de fundos) para a operação de *software*, resultou em uma provisão para *impairment* na operação de *hardware* no montante de R$87,0 milhões impactando na redução do lucro líquido em 35% durante o exercício de 2018. Após as transferências das operações acima citadas a Companhia alienou, em 2019, as operações de *hardware*.

(ii) **Produto de Crédito:** A aquisição da Supplier, em 30 de abril de 2020, gerou a criação de um novo segmento dentro das operações da Companhia, denominado “Produtos de Crédito” (vide item 10.3 b deste Formulário de Referência para maiores detalhes da aquisição). A Companhia iniciou o negócio de serviços financeiros, emissão e gestão de cartões de crédito, incluindo análise de crédito e intermediação de solicitações de financiamento em seus negócios. A Supplier detém cotas subordinadas de um fundo de securitização denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“**Supplier FIDC**”), que compra, vende e securitiza direitos creditórios próprios ou de terceiros.

(iii) **Atividade econômica**: A queda do nível da atividade da economia brasileira observada nos últimos anos, tem impactado diretamente o apetite dos clientes em investir nas soluções de *softwares*, postergando em muitas vezes a sua decisão. Nesse cenário, os clientes novos acabam pleiteando uma extensão maior no prazo de pagamento, além de condições comerciais abaixo da média histórica que a Companhia tem praticado nos últimos anos, impactando dessa forma o ticket médio. O Brasil ainda apresenta modesto

grau de investimentos em tecnologias principalmente pelas pequenas e médias empresas, que representam mais de 98% da economia local, mas vem apresentando sinais de avanço na digitalização nos últimos anos. Isto, aliado à forte demanda por crédito para expansão dos negócios, que cresceu 29% em 2020 segundo o Índice Neurotech de Demanda por Crédito (INDC), em um momento no qual a pandemia da COVID-19 impõe desafios adicionais a todos, somam inúmeras oportunidades para crescimento, aumento da produtividade e da competitividade.

(iv) **Investimentos em pesquisa e desenvolvimento**: Um dos pilares de alavancagem de negócios da Companhia é a inovação em novas soluções e tecnologias. Mesmo num cenário de retração econômica, a Companhia tem mantido altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento. As despesas com pesquisa no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, representam 18,0%, 17,5%, 17,4%, e 18,1% da receita líquida de *software* dos referidos exercícios respectivamente; e

(v) **Benefícios fiscais**: A Companhia faz uso de incentivos fiscais que auxiliam a Companhia em seus investimentos em inovação e melhores práticas em empregabilidade, colaborando com a excelência em seus produtos e estabilidade na quantidade de seu quadro de colaboradores. A participação na Lei do Bem auxilia o desenvolvimento de produtos que contribui para o melhor atendimento às necessidades de clientes e desenvolvimento da agenda de inovação do Brasil. Já a Desoneração da Folha coopera com a manutenção de empregos e mão de obra qualificada. Não temos a garantia da continuidade no uso destes benefícios por serem federais e dependem da decisão governamental pela sua manutenção;

(vi) **Adoção IFRS 16:** Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras de 31 de dezembro de 2018 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) e, por isso, não são comparativas com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. O IFRS-16 / CPC-06 (R6), estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a Dívida Bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As Receitas Líquidas de Software Recorrente, que representaram 82% da Receita Líquida de *software* da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 (79,5% no mesmo período de seis meses findo em 30 de junho de 2020) foram indexadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e pelo IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o “aniversário” de cada contrato firmado com os clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Com relação aos índices econômicos que afetam diretamente os negócios da Companhia, em 30 de junho de 2021, o IPCA fechou o acumulado de 12 meses em 8,35% enquanto o IGP-M continua acelerado e ficou em 35,75% no acumulado de 12 meses.

No ano de 2020, o IGP-M teve intensa variação mensal durante o ano e fechou com uma alta acumulada em 23,14%, enquanto o IPCA ficou em 4,52%, 0,21 pontos percentuais acima dos 4,31% registrados em 2019. No âmbito da política monetária, a taxa Selic fechou o ano em 2%. Apesar dos desafios enfrentados na conjuntura econômica, as mudanças estruturais que vem levando as taxas de juros aos menores patamares da história impulsionaram o mercado de capitais brasileiro, que está em forte transformação e capitalizou uma oportunidade com a crise: o número de pessoas físicas ultrapassou a marca de mais de 3,2 milhões (um incremento de mais de 2 milhões no ano), com destaques para a diversificação dos investimentos e a participação das fatias mais jovens da população e mulheres no período.

No ano de 2019, o IGP-M fechou com uma alta acumulada em 7,3%, enquanto o IPCA ficou em 4,31%, 0,56 pontos percentuais acima dos 3,75% registrados em 2018. Quanto à política monetária, a taxa Selic iniciou o ano em 6,5%, passando por quatro reduções que a levaram a encerrar o ano na mínima histórica de 4,5%. Essa conjuntura impulsionou a grande procura por investimentos de taxa variável, o que impactou positivamente o mercado de capitais, com o Ibovespa batendo consecutivos recordes históricos em 2019 e chegando aos 115 mil pontos, o que representou um crescimento de 31,6% em relação ao ano de 2018. De acordo com dados divulgados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil foi o 4º destino que mais atraiu investimentos externo no ano atingindo a marca de US$75 bilhões em 2019, contra US$60 bilhões em 2018, um incremento de 25% no período.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileiras. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia devido à pulverização de sua base instalada de clientes, composta por empresas de praticamente todos os tamanhos e setores da economia brasileira.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M ou do IPC-A, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), além de outros gastos com viagens, comunicação e aluguel, que também são influenciados por estes índices de inflação. Porém, este impacto é atenuado à medida que as Receitas Líquidas de Softwares Recorrentes também são indexadas pela inflação (IGP-M e IPCA).

A variação das taxas de juros no país pode influenciar de maneira indireta o resultado operacional da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos em tecnologia realizados pelos clientes e potenciais clientes. Assim, não é possível quantificar o real impacto da variação da taxa de juros no resultado operacional da Companhia, porém vale ressaltar que, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Já no resultado financeiro, a Companhia através da subsidiária Supplier mantém empréstimo para capital de giro atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estava exposta os financiamentos provenientes de linhas do BNDES, atreladas à taxa de juros de longo prazo (TJLP) que foram líquidas durante os anos de 2019 e 2020. As debêntures emitidas em 2021 são atreladas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

à variação do CDI. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 os juros incorridos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures representaram 35,1% da despesa financeira, ante 40,5% no exercício social encerado em 31 de dezembro de 2020, 65,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 67,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores em cada período abaixo:

Operação	**Risco**	**Indicadores**
Financiamentos BNDES atrelados a TJLP	TJLP	TJLP + 0,52% a 1,52% a.a.
Debêntures (2017)	CDI	105,95% do CDI
Debêntures (2020)	CDI	CDI + 2,65% a.a
Debêntures (2021)	CDI	100% do CDI + 1,90%
Capital de giro	CDI	CDI + 1,90% a.a

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão atreladas à taxa de juros, representou 68,5% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, ante 72,1% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 da receita financeira, 87,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 68,6% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar dos Estados Unidos da América (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP). A Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Visando ampliar o foco estratégico da Companhia para a operação de software, a Administração vendeu as operações de hardware em 2019. O resultado da venda da operação de hardware gerou um prejuízo líquido de R$44.946 mil registrado na rubrica “Prejuízo das operações descontinuadas”.

O resultado da operação de hardware foi classificado como operação descontinuada, conforme IFRS 05/CPC 31, divulgado em uma linha separada na demonstração de resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 de forma comparativa.

Em 30 de abril de 2020, a Companhia adquiriu o controle da Supplier, empresa de operação de crédito B2B, especialmente na relação entre clientes e fornecedores. A Supplier por sua vez possui cotas subordinadas do Supplier FIDC, o qual está sendo consolidado nas demonstrações financeiras do grupo. Como consequência, o acompanhamento gerencial do desempenho desse novo negócio, a Companhia introduziu a apresentação dos resultados financeiros e operacionais para este novo segmento denominado de Techfin.

O segmento de Techfin contempla os negócios do grupo Supplier que envolvem, além da originação, a assunção de algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito, como por exemplo os produtos “Supplier Card”, “Antecipa” e o “Mais Prazo”, bem como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros (exemplo Painel Financeiro), parcerias (exemplo crédito consignado). Neste segmento estão também consolidados os resultados auferidos da cota subordinada do Supplier FIDC, para qual a Supplier Administradora atualmente cede os créditos originados.

Em 31 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da RD, a Companhia consolidou o surgimento do segmento de Business Performance e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias B2B. Essa estratégia tem como objetivos ampliar o addressable market, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, através do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da TOTVS.

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela podem ser identificadas no item b. deste item.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

2021

RD Station - Em 09 de março de 2021, a Companhia anunciou a celebração de contrato de compra e venda para aquisição de ações que representam 92% do capital social da RD Gestão e Sistemas S.A (“**RD Station**”), pelo montante de R$1.861.000 mil. A operação foi concluída em 31 de maio de 2021.

2020

Neolog – Em 28 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu a participação remanescente de 40% no capital social da controlada Neolog pelo valor de R$7.120 mil, por meio do exercício da opção de venda exercida pelo acionista vendedor.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Aquisição da Consinco – Em 30 de janeiro de 2020, a Companhia através de sua subsidiária Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., adquiriu 100% do capital social da Consinco S.A., empresa provedora de sistemas de gestão para vertical de supermercados e atacadistas no mercado brasileiro, nos termos do contrato assinado em 27 de dezembro de 2019, pelo montante aproximado de R$240.636 mil, dos quais R$197.000 mil foram pagos na data da transação. A transação previa um ajuste de preço após aquisição que resultou em um valor recebido de R$5.624 mil, totalizando R$191.376 mil. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar de até R$55.000 mil, sendo que o valor justo estimado na data da aquisição foi de R$49.260 mil, sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a adquirida relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições, a serem pagas em 2021 e 2022, respectivamente.

Aquisição da Wealth Systems – Em 08 de abril de 2020, a Companhia, através de sua subsidiária TOTVS Large, adquiriu 100% do capital social da Wealth Systems Ltda. pelo montante de R$27.000 mil, dos quais R$11.750 mil foram pagos à vista aos vendedores e o restante será pago no exercício de 2023 mediante atingimento de performance de metas estabelecidas para a Wealth Systems. O valor residual deduzido o ajuste de preço previsto em contrato na data de aquisição era de R$2.994 mil.

Aquisição da Supplier – Em 30 de abril de 2020, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a Companhia concluiu a aquisição de 88,75% do capital social da Supplier Participações, através da sua subsidiária TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda., empresa focada em crédito B2B entre clientes e fornecedores, pelo montante de R$458.405 mil. A transação teve início em 28 de outubro de 2019 e passou por aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em dezembro de 2019.

Adicionalmente, a transação também prevê a opção de compra e venda da parcela remanescente da Supplier Participações que poderão ser exercidas a partir de 2022 até 2026. O preço de exercício das opções será mensurado com base em múltiplos aplicados pela performance da Supplier para cada ano. Considerando que a opção de compra e venda de participação adicional emitida em favor de acionistas não controladores foram acordadas em conjunto com uma combinação de negócios, o valor justo da obrigação foi reconhecido e registrado na rubrica de “Obrigações por aquisição de investimentos”.

A Supplier, em conformidade com o CPC36(R3) / IFRS 10, consolida o Supplier FIDC que é legalmente um fundo de investimento autorizado pelo Conselho Monetário Brasileiro e especificamente concebido como veículo de investimento para aplicação em recebíveis de crédito brasileiros. Como consequência da consolidação do Supplier FIDC, as quotas sênior e mezanino são contabilizadas como um passivo financeiro na rubrica “Cotas sênior e mezanino” e a remuneração da valorização das cotas em benefício aos titulares das cotas sênior e mezanino é registrada como custo da operação.

Aquisição da Tail – Em 19 de dezembro de 2020, a Companhia, através da sua subsidiária TOTVS Large, adquiriu 100% do capital social da Tail Target Tecnologia de Informação Ltda. pelo montante de R$32.000 mil, sendo os pagamentos distribuídos da seguinte forma: (i) R$7.800 mil foram pagos à vista; (ii) R$4.073 mil referente a parcelas retidas para cumprimento de condições estabelecidas em contrato; e (iii) R$20.000 mil que serão pagos mediante atingimento de metas estabelecidas para a Tail relativas aos exercícios de 2021 e 2022, cujo valor justo na data da aquisição era de R$11.600 mil.

A Tail é provedora de uma plataforma de inteligência de dados que fornece insights aos clientes por meio do monitoramento em tempo real do comportamento de uma ampla audiência na internet com o objetivo de otimizar as vendas de seus clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

2019

Ciashop – Em 09 de maio de 2019, a Companhia celebrou contrato para alienação da participação de 70,47% no capital social da Ciashop para a VTEX S.A. pelo valor de R$21.175 mil. A conclusão desta transação ocorreu em 31 de julho de 2019, após a aprovação das autoridades concorrenciais brasileiras. O ganho líquido pela venda da Ciashop foi registrado na linha "Outras despesas e receitas operacionais" da demonstração dos resultados.

Operação de Hardware – Em 24 de outubro de 2019, a Companhia divulgou a conclusão da alienação da operação brasileira de hardware, por meio da subsidiária Bematech Hardware Ltda. para a ELGIN S.A. pelo montante de R$25.000 mil, recebidos integralmente no ano de 2020.

Em 06 de novembro de 2019, foi concluída a alienação da Bematech International Corporation (BIC) para a Reason Capital Group LLC., conforme contrato celebrado em 02 de julho de 2019, pelo montante de US$4,4 milhões equivalente a R$17.528 mil, após ajustes determinados em contrato, dos quais US$1,5 milhões equivalente a R$5.988 mil foram retidos a título de garantia e deverá ser liberado até 5 de novembro de 2022**.**

2018

RJ Participações – Em 09 de maio de 2018, a subsidiária Bematech S.A. (atual TOTVS Large) exerceu opção de compra adicional de mais 20% do capital social da RJ Participações, atingindo 80% de participação. O valor atribuído por esta aquisição foi de R$9.880 mil dos quais R$4.350 mil foram pagos na data do exercício da opção e o restante foi pago durante o exercício de 2019. Neste mesmo ato foi prorrogada a opção de compra e venda dos 20% de participação remanescentes para 2021 a ser mensurada com base na métrica de performance de 2020. Como o contrato inicial da aquisição da RJ Participações já previa as opções de compra e venda da participação remanescente, a Companhia consolida 100% de seus resultados e mantém uma estimativa do pagamento no passivo de "Obrigações por aquisição de investimento". Durante o exercício de 2019, foi revertido o valor de R$3.732 mil relativos ao *earn-out* da aquisição da RJ Participações, devido ao não atingimento de metas estabelecidas no contrato de aquisição de participação.

Passlack: Em 01 de agosto de 2018, a subsidiária TFS Soluções em Software Ltda. adquiriu e incorporou a Passlack Consultoria em Informática Ltda., empresa voltada para desenvolvimento e suporte para o segmento de Financial Services pelo valor de R$8.200 mil. O acervo líquido da Passlack foi incorporado conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido, aprovado em reunião de sócios juntamente com o protocolo e justificação de incorporação.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 04 de dezembro de 2019, a Companhia informou em Comunicado ao Mercado que o Contrato de Locação firmado em 16 de outubro de 2013 entre a Companhia e a VIP VII - Empreendimentos e Participações S.A., cujo objeto é a locação do imóvel em que está instalada a sede social da Companhia, não mais se configurava como uma contratação com Parte Relacionada, tendo em vista a alteração da composição societária da VIP VII, conforme fato relevante divulgado pela corretora de valores Credit Suisse Hedging-Griffo, na qualidade de instituição administradora do CSHG Real Estate – Fundo de Investimento Imobiliário – FII, na mesma data.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma contábil emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board) e CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis):

IFRS 16 / CPC 06 - Estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a Dívida Bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

Não houve mudanças de norma contábil em 2020 que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 01 de janeiro de 2019, a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2) resultou em um aumento no ativo imobilizado de R$236.820 mil e um passivo de arrendamento mercantil (circulante e não circulante) e outros passivos não circulante no valor de R$236.820 mil. Como parte do reconhecimento do ativo de direito de uso dos imóveis pelo período contratado, a Companhia reverteu o valor de diferimento do período de carência aplicado para alguns contratos de aluguéis que resultou em um aumento no Patrimônio Líquido de R$4.276 mil.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas nas Informações Financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 disponíveis no website de Relações com Investidores da Companhia e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas.

Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

(i) Julgamentos relacionados a identificação das obrigações de performance das vendas de *software*, que incluem a taxa de licenciamento, serviço mensal de *software* e serviços de implementação/customização que podem ter efeitos significativos no reconhecimento de receita de contrato com clientes. A Companhia concluiu que estas obrigações de performance são distintas uma vez que são vendidos separadamente, pois os serviços de implementação e customização também são oferecidos por outros fornecedores.

(ii)A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Estimativas e premissas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

(i) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – a Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo grupo para calcular a perda de crédito esperada. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e suas controladas e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

(ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis, incluindo ágio – uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso.

(iii) Impostos diferidos – ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

(iv) Provisão para contingências vinculadas a processos judiciais – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(v) Receita de serviços não recorrentes – o reconhecimento das receitas de serviços de implementação e customização de *softwares* requer o uso de estimativas na projeção de custos totais necessários para cumprir a obrigação de desempenho por contrato de cliente. A Companhia reavalia estas estimativas periodicamente e replaneja as margens por contrato sempre que necessário.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas Informações Contábeis intermediárias de 30 de junho de 2021 e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Para as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava o contrato com a VIP VII – Empreendimentos e Participações Ltda., para a construção e locação da nova sede social, cujo objetivo foi integrar as instalações da empresa na cidade de São Paulo, durante o período mínimo de 10 anos a partir da data de entrega ocorrida em 2017.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(iv) contratos de construção não terminada

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(b) natureza e o propósito da operação

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens relevantes dessa natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de *software* de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional. Porém, é importante observar que em função da pandemia COVID-19 ocorrida durante o primeiro semestre de 2020, a Companhia entende que tais investimentos podem ser reavaliados a fim de preservar a liquidez de seus negócios.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções.

As despesas com P&D nas Demonstrações Financeiras no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020, e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 foram de R$246.782 mil, R$212.021 mil, R$431.348 mil, R$397.824 mil e R$382.078 mil, respectivamente.

As principais iniciativas na linha de investimento com P&D da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e em 30 de junho de 2020, e nos últimos três anos foram voltadas a facilitar o acesso a nossos clientes a serviços financeiros de forma mais tecnológica, ágil e econômica (Techfin), Inteligência Artificial (AI) e atendimento a novas regulamentações:

- Projetos voltados à iniciativa de ampliar, simplificar e baratear o acesso de nossos clientes a serviços financeiros, por meio da nova frente de Techfin. Foram lançados em 2020 os produtos “TOTVS Antecipa” e “TOTVS Mais Prazo”.
- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de *financial services*.
- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco na integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas na gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados.
- Pesquisa e desenvolvimento voltado a agregar inovações ao segmento do varejo, buscando trazer novas e melhores experiências a usuários e clientes destas soluções.
- Investimentos em projeto de inteligência artificial que promoverão inovação, ganho de eficiência e performance as diversas soluções desenvolvidas pela Companhia nos diversos segmentos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia e Debêntures (vide item 10.1.f). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O total de despesas com P&D representaram 18,0%, 17,5%, 17,4%, e 18,1% da receita líquida de *software* da Companhia, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Análise dos impactos do COVID-19 nas atividades da Companhia

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros do Brasil e no mundo. A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas, inclusive no Brasil. Em resposta à disseminação da COVID-19, a partir de março de 2020, governos em todo o mundo, inclusive as autoridades brasileiras, implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à circulação e o isolamento social. Muitas dessas políticas estão em vigor e podem permanecer em vigor por um período significativo de tempo. Essas políticas influenciaram o comportamento dos clientes da Companhia, que adotaram medidas de distanciamento social em parte de suas operações, com parte da equipe sendo alocada para trabalhar de suas residências.

Em decorrência do aumento significativo dos casos de COVID-19 no Brasil, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, resultaram no fechamento temporário dos escritórios da Companhia a partir de março de 2020, em linha com as medidas tomadas pelos órgãos governamentais onde recomendam o distanciamento e isolamento social.

A Companhia monitora os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus participantes ("**Colaboradores**") e continuidade de suas operações.

Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se:

(i) Criação de um Comitê de Crise que desenvolveu no período diversas ações para o seu ecossistema, promovendo a responsabilidade social junto ao setor, a sociedade e aos colaboradores;

(ii) Adoção da prática de trabalho remoto (*home office*) para todas suas unidades, bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos Colaboradores que não se autodeclaram como grupo de risco aos escritórios em segurança, com base em diretrizes oficiais de saúde das cidades nas quais possuímos unidades;

(iii) Suspensão das viagens internacionais e restrição de viagens nacionais;

(iv) Implantação, junto a nosso operador de plano de saúde, de atendimento telefônico disponível 24 horas para dar suporte aos Colaboradores;

(v) Monitoramento ainda mais austero de contas a receber durante a pandemia, que apesar do aumento de provisão para perda esperada no 2T20, a Companhia tem observado melhora tanto na pontualidade de pagamento dos clientes como na redução nas perdas estimadas;

(vi) Não realização de *layoffs* ou iniciativas de redução salarial e jornada de trabalho;

(vii) As operações da Companhia se mantiveram, mesmo no novo modelo repentino de trabalho a distância, tanto no atendimento quanto no suporte aos nossos clientes.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

(viii) Criação de uma página online específica, na qual todos os *stakeholders* da Companhia puderam acompanhar os desdobramentos da pandemia e as ações realizadas nos produtos e serviços para que os nossos clientes pudessem se adequar ao cenário, como, por exemplo, alterações em obrigações fiscais e trabalhistas;

(ix) Disponibilização de mais de 30 mil vagas de treinamento online gratuitos aos clientes e demais interessados nos cursos sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia; e

(x) Participação da Companhia no desenvolvimento de Protocolo Mínimo de Retorno às atividades pela Brasscom (Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação).

Devido à incerteza do desfecho dessa pandemia, considerando que a COVID-19 continua a impactar por período indeterminado a atividade econômica mundial, inclusive devido às paralisações obrigatórias solicitadas por autoridades governamentais, a Administração da Companhia efetuou estudos considerando os potenciais impactos nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia e entende que eles estão sujeitos a sofrerem alterações, conforme os acontecimentos futuros. No entanto, diante do atual cenário, em linha com os requerimentos da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na continuidade dos negócios, recuperabilidade dos seus ativos financeiros e não financeiros e afetar a mensuração de determinadas estimativas contábeis que pudessem impactar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e as informações contábeis intermediárias do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021**.**

11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

A Companhia não possui projeções financeiras públicas.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022 ("Estatuto Social"), são atribuições do Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições;

(iii) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(v) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar sua execução;

(viii) deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais da Companhia e de suas controladas e subsidiárias no exterior;

(ix) autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, dentro do limite do capital autorizado da Companhia;

(x) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xi) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações a seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(xiii) distribuir entre os Diretores, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral, após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração;

(xiv) deliberar sobre quaisquer negócios ou contratos entre (a) a Companhia e qualquer de suas controladas (exceto as integralmente controladas), e (b) entre a Companhia ou suas controladas (integrais ou não) e quaisquer dos Administradores

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

e/ou acionistas, (incluindo sociedades direta ou indiretamente controladas por tais administradores e/ou acionistas, ou por quaisquer terceiros a eles relacionados);

(xv) deliberar, sobre a emissão para distribuição pública de quaisquer títulos ou valores mobiliários de dívida, incluindo notas promissórias, independentemente do valor;

(xvi) deliberar sobre a subscrição, aquisição, alienação ou oneração pela Companhia, de ações, quotas ou quaisquer valores mobiliários de emissão de qualquer sociedade controlada pela Companhia ou a ela coligada;

(xvii) deliberar sobre a participação da Companhia em outras sociedades, bem como sobre quaisquer participações em outros empreendimentos, inclusive por meio de consórcio ou sociedade em conta de participação;

(xviii) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(xix) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;

(xx) deliberar sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a terceiro, de direitos de propriedade intelectual ou industrial da Companhia e/ou de sociedade, direta e/ou indiretamente controlada da Companhia, excetuando-se qualquer licenciamento oneroso realizado pela Companhia no curso ordinários dos negócios;

(xxi) autorizar os seguintes atos cujo valor seja superior a 5% (cinco por cento) do valor do capital social subscrito, valor este que será considerado por transação isolada ou conjunto de transações correlatas: (a) a aquisição pela Companhia, por qualquer meio, de ativos de outra sociedade, inclusive de controladas ou coligadas; (b) a alienação de bens do ativo permanente, (c) a prestação de garantias de qualquer natureza pela Companhia; (d) o investimento em projetos de expansão e aperfeiçoamento que não estejam contemplados no orçamento anual da Companhia; (e) a contratação de operação de endividamento de longo ou curto prazo; e (f) celebração de quaisquer contratos de longo prazo (prazo de vigência superior a um ano);

(xxii) conceder empréstimos em favor de quaisquer terceiros em valor superior a 2,5% (dois e meio por cento) do valor do capital social subscrito, valor este que será considerado por transação isolada ou pelo conjunto de transações correlatas.

(xxiii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (c) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (d) o valor

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

econômico da Companhia e (e) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(xxiv) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração possui seu próprio Regimento Interno, o qual se aplica também aos Comitês de Assessoramento, nos termos aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2017, conforme posteriormente alterado em 10 de junho de 2020, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), que disciplina o seu funcionamento, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor ("**Regimento Interno**"). Além das atribuições fixadas no Estatuto Social da Companhia, o Regimento Interno estabelece as seguintes competências ao Conselho de Administração:

(i) definir as estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada;

(iii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela integridade da cultura empresarial e pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iv) avaliar e submeter à Assembleia Geral, bianualmente, quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam comprometer sua independência;

(v) rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;

(vi) estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa;

(vii) avaliar periodicamente o escopo e a necessidade dos Comitês, de forma a assegurar que todos tenham um papel efetivo, deliberando sobre a constituição de novos Comitês, além daqueles previstos no Estatuto Social, e grupos de trabalho para seu assessoramento, estabelecendo sua composição e respectivas atribuições, nomeação de seus membros, orçamento quando necessário, e prazo de mandato; e

(viii) aprovar as alçadas dos diretores e dos procuradores da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Comitê de Auditoria Estatutário

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Auditoria foi criado por deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, e em 04 de novembro de 2021 o Conselho de Administração aprovou o Regimento Interno e a instalação do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo que o órgão foi instalado atendendo aos requisitos da Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021. O Comitê é órgão estatutário e colegiado, de funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho, tendo por finalidade assessorá-lo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações e informações financeiras, gerenciamento de riscos, controles internos e na análise das transações com partes relacionadas, cabendo-lhe:

(i) direcionar a Diretoria na determinação dos parâmetros do modelo de gestão de riscos, avaliando e monitorando periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, seus recursos e adequação à tolerância máxima a riscos determinada pelo Conselho de Administração;

(ii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento e/ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, questões tributárias e operações financeiras estruturadas de mercado;

(iii) avaliar e monitorar, em conjunto com a Diretoria, todas as questões legais e/ou contingências que possam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras;

(iv) supervisionar as atividades da área de controles internos, avaliando e monitorando periodicamente a qualidade dos mecanismos de controles internos e a adequação dos relatórios gerenciais da administração, referentes a aspectos contábeis, de resultados financeiros e de gestão de riscos, em relação a sua integridade, forma, conteúdo e distribuição;

(v) supervisionar o Departamento de Auditoria Interna da TOTVS, analisando suas atividades, estrutura organizacional e qualificações;

(vi) recomendar ao Conselho de Administração a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna, levando em consideração a adequada cobertura de riscos;

(vii) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente, supervisionando suas atividades;

(viii) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(ix) reunir-se regularmente com os auditores externos;

(x) avaliar a adequação dos controles adotados para a verificação do cumprimento das normas contidas na Política de Negociação de Valores Mobiliários e na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e acompanhar sua implementação;

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(xi) monitorar a implementação das recomendações feitas pelo Departamento de Auditoria Interna e pelos auditores externos;

(xii) acompanhar as manifestações encaminhadas através do canal de denúncias da Companhia, zelando pelo cumprimento do Código de Ética e Conduta e assegurando a existência do canal, ou outros meios que se destinem ao recebimento de denúncias;

(xiii) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia relacionadas aos temas de sua competência, incluindo a Política de Transações entre Partes Relacionadas;

(xiv) avaliar e monitorar, juntamente com a administração, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia, nos termos da regulamentação aplicável e da Política de Partes Relacionadas da Companhia;

(xv) apoiar o Conselho de Administração no monitoramento do cumprimento das leis, normas, regulamentos e políticas internas aplicáveis à Companhia, bem como revisar periodicamente as políticas e procedimentos de Compliance adotadas pela Companhia;

(xvi) elaborar um relatório anual resumido a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras; e

(xvii) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

Conforme previsto no Estatuto Social e em seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria Estatutário deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos independentes e, em sua maioria, membros do Conselho de Administração que não participem da Diretoria. Ao menos 1 (um) dos membros deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário deverá comparecer na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, colocando-se à disposição para prestar esclarecimentos e informações aos acionistas. A Composição do Comitê de Auditoria está disponível em https://ri.totvs.com/esg/administracao-e-comites/comite-de-auditoria/, descrita no item 12.6 deste Formulário.

O Comitê de Auditoria Estatutário possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2021, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), que disciplina o funcionamento, a estrutura, a organização, as atribuições e as responsabilidades do órgão, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

O Comitê de Auditoria Estatutário é responsável por recomendar a aprovação do Regulamento de Auditoria Interna da Companhia, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada 04 de maio de 2018, datado e tornado público em 15 de maio de 2018, conforme posteriormente ajustado em 10 de junho de 2020, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

regimento/). Nos termos do regulamento, o Executivo de Auditoria é o responsável pelo gerenciamento eficaz da atividade de auditoria interna de acordo com o regulamento, adesão ao código de ética da profissão, normas, planejamento anual e quaisquer outros trabalhos desenvolvidos pela área, gestão orçamentária do departamento e recursos internos. Além disso, o Executivo de Auditoria se reportará, funcionalmente, ao Comitê de Auditoria, com reporte direto ao Conselho de Administração e, administrativamente, ao CFO da Companhia. O Comitê de Auditoria Estatutário também aprovará todas as decisões relacionadas à avaliação do desempenho, indicação ou demissão do Executivo de Auditoria, assim como a aprovação e ajuste anual de remuneração do Executivo de Auditoria. Anualmente o Executivo de Auditoria da Companhia deve apresentar ao Comitê de Auditoria um plano de Auditoria Interna para análise e aprovação. O Executivo de Auditoria deve desenvolver e manter um programa de garantia da qualidade e de melhoria que inclua todos os aspectos da atividade de auditoria interna. O programa de garantia de qualidade é composto de avaliações internas e externas. Os processos e ferramentas utilizados na avaliação interna podem incluir a verificação de supervisão e revisão do trabalho de auditoria, listas de verificação de checklists, opinião de clientes, revisões seletivas de pares, sistemas de apontamentos de horas e outras métricas.

Comitê de Gente e Remuneração

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Gente e Remuneração exercerá funções consultivas e auxiliará o Conselho de Administração a estabelecer os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores e Conselheiros. Compete ao Comitê de Gente e Remuneração, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno:

(i) apresentar ao Conselho de Administração proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros, baseando-se em padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, bem como acompanhar o pagamento da remuneração e, no caso desta não acompanhar os padrões praticados no mercado de tecnologia da informação, comunicar ao Conselho de Administração;

(ii) opinar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos Administradores e Empregados da Companhia;

(iii) opinar sobre a participação dos Diretores e Empregados da Companhia nos lucros;

(iv) acompanhar a elaboração e implementação de um plano de sucessão de executivos da Companhia, com o objetivo de assegurar que a gestão disponha de profissionais para a contratação ou promoção, cuja experiência profissional e competências contribuam para o bom desempenho e para a preservação de valor da Companhia, mantendo o referido plano sempre atualizado para o acompanhamento periódico pelo Conselho, sendo que o plano de sucessão do Diretor Presidente será acompanhado pelo Presidente do Conselho; e

(v) acompanhar o processo de avaliação anual dos executivos da Companhia, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Gente e Remuneração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos Conselheiros, e ao menos 2 (dois) deles devem ser independentes. A Composição do Comitê de Gente e Remuneração está disponível em https://ri.totvs.com/esg/administracao-e-comites/comite-de-gente-e-remun/

O Comitê de Gente e Remuneração possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, conforme posteriormente ajustado, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), que disciplina o funcionamento do Comitê de Gente e Remuneração, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

Comitê de Estratégia

Conforme previsto no Regimento Interno, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, conforme posteriormente ajustado, são atribuições do Comitê de Estratégia:

(i) analisar e discutir temas que viabilizem a construção da Visão de Futuro / Planejamento Estratégico e avaliar a real capacidade de entrega dos mesmos pela Companhia;

(ii) avaliar as propostas da Diretoria para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

(iii) avaliar as propostas da Diretoria sobre possíveis operações de fusão e aquisição ("**M&As**") para executar a Visão de Futuro / Planejamento Estratégico;

(iv) emitir parecer sobre as propostas da Diretoria e endereçá-las perante o Conselho;

(v) acompanhar a evolução das propostas da Diretoria pelo Conselho e sugerir correções de rota se necessário;

(vi) endereçar o status das propostas da Diretoria perante o Conselho; e

(vii) proceder à autoavaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

A Composição do Comitê de Estratégia está disponível em https://ri.totvs.com/esg/administracao-e-comites/comite-de-estrategia/.

Comitê de Governança e Indicação

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, são atribuições do Comitê de Governança e Indicação, dentre outras previstas no Regimento Interno:

(i) recomendar e acompanhar a adoção de práticas de boa governança corporativa, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário;

(ii) estabelecer os canais e processos para interação entre os acionistas de longo prazo da Companhia e o Conselho de Administração, especialmente no que tange às

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

questões de estratégia, governança, remuneração, sucessão e formação do Conselho de Administração;

(iii) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, e ouvidas as partes interessadas relevantes, possam ser candidatas a integrar as chapas a serem aprovadas pelo Conselho de Administração - ou individualmente - para submissão à eleição pela Assembleia Geral;

(iv) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas que, atendidos os requisitos legais e as necessidades da Companhia, possam ser candidatas a integrar os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração;

(v) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para as posições de conselheiro para repor eventuais vacâncias de cargos;

(vi) selecionar e indicar ao Conselho de Administração pessoas para compor o Conselho Fiscal da Companhia, se instalado;

(vii) apoiar o Presidente do Conselho de Administração na organização de um processo formal e periódico de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos conselheiros, que deverá ser realizado anualmente;

(viii) garantir a existência, eficácia e implementação de um plano de sucessão de executivos, acompanhando junto ao Comitê de Gente e Remuneração sua execução;

(ix) opinar sobre a divulgação das práticas de governança da Companhia, inclusive no Formulário de Referência e na Proposta da Administração à Assembleia Geral;

(x) opinar sobre a participação de pessoas vinculadas à Companhia como membro de Conselhos de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e Conselhos Fiscais de outras empresas, tanto de capital aberto como fechado; e

(xi) apoiar o Conselho de Administração na avaliação dos candidatos a conselheiros quanto ao seu enquadramento como membro independente.

Conforme previsto no Estatuto Social, o Comitê de Governança e Indicação será composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos Conselheiros, sendo, pelo menos, 2 (dois) Conselheiros Independentes. A Composição do Comitê de Governança e Indicação está disponível em https://ri.totvs.com/esg/administracao-e-comites/comite-de-gov-e-indicacao/.

O Comitê de Governança e Indicação Companhia possui Regimento Interno aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2019, arquivado na sede da Companhia e disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/), que disciplina o funcionamento do Comitê de Governança e Indicação, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação em vigor.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Para informações sobre a forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia o trabalho da auditoria independente, favor consultar o item 2.3 deste Formulário de Referência.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Nos termos do Artigo 19, inciso (ii) do Estatuto Social da Companhia e conforme aprovadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2019, os Diretores terão as seguintes atribuições:

Diretor Presidente:

Executar e fazer executar as deliberações das Assembleias Gerais; representar, preferencialmente, a Companhia nas Assembleias ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participar, nos termos do parágrafo 1º, item (iii), do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia; propor, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Vice-Presidente e diretor no momento de sua respectiva eleição; responder perante o Conselho de Administração por todas as atividades da organização; estabelecer planos, estratégias e políticas de longo prazo. Gerenciar as atividades dos Vice-Presidentes; convocar e presidir as reuniões da diretoria; recomendar, à Diretoria, o substituto de qualquer diretor nos casos de ausência ou impedimento temporário deste; recomendar, ao Conselho de Administração, o substituto de qualquer diretor nos casos de vacância deste; responder pela estratégia de crescimento, gestão de pessoas e lucratividade da organização; dirigir a organização na execução da estratégia definida para a Companhia.

Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro:

Definir, planejar e dirigir as atividades que envolvam suporte ao negócio da Companhia compreendido pelas áreas de Centro de Serviços Compartilhados; Suprimentos, Facilities, Planejamento e Controladoria, Jurídico, Riscos, Compliance, Inteligência de Mercado, PMO Corporativo e Fusões e Aquisições e Controles Internos; analisar os registros contábeis das transações em que a Companhia faça parte; controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que tange a requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações; representar a Companhia no Comitê de Auditoria; administrar as atividades relacionadas com a gestão de fundos e ativos da Companhia, aplicando recursos financeiros.

Diretor de Relações com Investidores:

Definir, planejar e dirigir as atividades de relacionamento com os investidores; praticar os atos próprios do Diretor de Relações com Investidores e promover a divulgação de informações ao mercado de valores mobiliários, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários; manter e apresentar melhorias nas relações e comunicações entre a organização e o público investidor, acionistas e profissionais da área financeira; planejar a comunicação do relacionamento da Companhia com o mercado de capitais, nacional e/ou internacional; monitorar mudanças e tendências no mercado de investimentos e determinar as estratégias de atuação apropriadas; preparar relatórios financeiros a serem reportados aos acionistas, ao público, ao investidor e aos profissionais da área financeira; manter relações com comunidades bancárias e de investimentos e também estabelecer relacionamento com os investidores.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios:

Responder por Marketing Institucional, Modelos de Negócios e Distribuições, Parcerias e Customer Experience. Estabelecer e garantir a execução da estratégia e modelo de atuação Digital; recomendar alianças estratégicas para o desenvolvimento de negócios e operação, modelo e processos; definir, planejar e dirigir todas as atividades de Marketing, assim como o desenvolvimento de políticas, programas e orçamentos; responsabilizar-se pela geração de oportunidades de negócios, e por estratégia de negócios; e sugerir e acompanhar o desenvolvimento de novas frentes de negócios e/ou produtos da Companhia.

Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas sobre Micro e Pequenas Empresas e Financial Services. Responder pelos segmentos de Micro e Pequenas Empresas e Financial Services da Companhia. Definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de *softwares*; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos:

Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; responder pelos segmentos de Supply Chain, Healthcare, Professional Services e Varejo e Distribuição; definir, planejar e dirigir estratégias envolvendo questões tecnológicas e de segmentação para gerar melhor oferta e desenvolvimento de *softwares*; desenhar e desenvolver soluções segmentadas para clientes externos; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar e direcionar a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes.

Diretor Vice-Presidente de Plataformas:

Assessorar o Comitê de Estratégia nas decisões estratégicas envolvendo questões tecnológicas; promover a integração entre as plataformas e garantir o desenvolvimento das questões tecnológicas; coordenar a atuação dos Diretores de Plataformas; responder pelas plataformas sob sua responsabilidade com estratégias que suportem as oferta de *softwares* e as melhorias no desenvolvimento; sugerir e acompanhar novos sistemas da Companhia; planejar, organizar e dirigir as atividades das unidades de produção da Companhia; planejar, organizar e dirigir a prestação de serviços de suporte e atendimento técnico e não técnico prestados a clientes. Definir, planejar e dirigir a estratégia de atuação da Companhia para pesquisa e desenvolvimento, arquitetura e infraestrutura de *software*, *Cloud Computing*, Data Center e Segurança e aprimoramento das tecnologias utilizadas pela Companhia, a fim de garantir competitividade de novos produtos e soluções, alinhadas às tendências de mercado e complexidades associadas ao negócio e à tecnologia.

Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento:

Planejar, definir e coordenar as atividades da área de vendas e/ou da área de serviços de implantação de sistemas, no que tange as atuais e futuras contas de clientes potenciais; coordenar

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

e supervisionar a área de vendas no que se refere à geração de negócios conforme as metas estabelecidas pela administração. Planejar, organizar e dirigir as atividades que envolvem o atendimento e relacionamento da Companhia com seus clientes; acompanhar e gerir os indicadores de serviços prestados; participar das definições de preços dos produtos e novos lançamentos; direcionar a força de vendas a atingir objetivos de volume para os produtos da organização, incluindo planos, objetivos e estratégias de longo-prazo.

Conforme previsto no Artigo 30 do Estatuto Social, a Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, inclusive para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(i) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) Propor, ao Conselho de Administração, os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia, suas controladas e coligadas, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(iv) Decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração; e

(v) Deliberar sobre a abertura, o encerramento e a alteração de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Companhia será sempre representada por 2 (dois) membros da Diretoria ou, ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

A Diretoria da Companhia não possui um regimento interno próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

De acordo com a Lei nº 6404/76 ("**Lei das S.A.**"), o Conselho Fiscal é um órgão societário, independente da Administração. As principais responsabilidades do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores e analisar as demonstrações financeiras da Companhia, relatando suas observações aos acionistas.

Na Companhia, o Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social, caso haja requisição por parte de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações ordinárias, nos termos da Instrução CVM nº 324/00.

Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia atualmente.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de junho de 2020, conforme posteriormente ajustado:

(a) O Conselho de Administração tem como atribuição estabelecer mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho e dos conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

(b) O Presidente do Conselho tem como atribuição liderar, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, e de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, um processo estruturado e formal de avaliação do Conselho e seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho, dos conselheiros individualmente considerados e da Secretaria de Governança Corporativa, sendo que os resultados da avaliação do Conselho serão divulgados a todos os Conselheiros.

(c) O Comitê de Governança e Indicação tem como atribuição apoiar o Presidente do Conselho na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho de Administração e dos Conselheiros, que deverá ser realizado anualmente.

(d) O Comitê de Gente e Remuneração deverá acompanhar o processo de avaliação anual dos executivos da Companhia, com base na verificação do atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras (incluindo aspectos ambientais, sociais e de governança), alinhadas com os valores e princípios éticos da Companhia.

A Companhia implementou, em 2017, após a aprovação do referido Regimento Interno, um processo formal e anual de avaliação do desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês, como órgãos colegiados, do Presidente do Conselho de Administração, dos Conselheiros, individualmente considerados, e da Secretaria de Governança Corporativa.

A Trilha de Desenvolvimento para os membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento é um programa criado com o intuito de elevar o nível de conhecimento sobre os negócios da Companhia, além de proporcionar a atualização e o aprimoramento em temas especialmente relevantes, como governança, tecnologia e inovação.

O processo de avaliação realizado pela Companhia em 2020 foi respondido pelos Conselheiros e realizado através de um aplicativo desenvolvido pela própria Companhia cujas questões estão relacionadas aos temas: autoavaliação; aspectos estratégicos; dinâmica geral do Conselho e das respectivas reuniões; desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho; bem como avaliação entre os próprios Conselheiros. Os resultados da avaliação foram apresentados pelo Comitê de Governança e Indicação durante a reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2020.

12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

O Conselho definiu planos de ação para pontos identificados neste processo, cuja implementação será realizada pelos Comitês de Assessoramento afetos e reportada ao Conselho, contando ainda com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa. Adicionalmente, o Presidente do Conselho reuniu-se, individualmente, com os conselheiros para realizar o feedback da avaliação.

O resultado da avaliação foi considerado uma evolução do Conselho como colegiado ao longo do ano de 2020, o que demonstra a dedicação dos conselheiros na busca por constante inovação e embasado na visão estratégica da nossa Companhia, com o principal objetivo de, em conjunto com a Diretoria, continuar na caminhada de sucesso do Grupo TOTVS.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(a) prazos de convocação

A Assembleia Geral da Companhia será convocada no prazo legal com a disponibilização dos documentos de que trata a Instrução CVM nº 481/09. Adicionalmente, a Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre o cancelamento de registro de Companhia aberta ou sua a saída do Novo Mercado deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

A Companhia não adota prática diferenciada com relação aos prazos de convocação. O Artigo 124, §1º, inciso II da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, determina que as Assembleias Gerais deverão ser convocadas com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência em primeira convocação e com 8 (oito) dias corridos de antecedência em segunda convocação.

(**b**) **competências**

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

(i) Eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;

(ii) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iii) Reformar o Estatuto Social;

(iv) Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;

(v) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(vi) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores e Empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(vii) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

(viii) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(ix) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado da B3;

(x) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para saída do Novo Mercado;

(xi) Deliberar o cancelamento do registro de Companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto no Artigo 45, (ii) do Estatuto Social da Companhia; e

(xii) Seja submetida pelo Conselho de Administração.

A deliberação a que se refere o item “x” acima deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação da Companhia presentes à assembleia, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

A Companhia disponibiliza os documentos relativos à Assembleia Geral nos seguintes locais:

Endereço eletrônico

Site de Relação com Investidores da Companhia (ri.totvs.com)

Site da CVM (www.cvm.gov.br)

Endereço físico

Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde – São Paulo - SP – Brasil

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota prática diferenciada relativamente ao previsto na legislação societária e/ou regulações da CVM.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não realiza pedido público de procuração. Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos do art.10, §5°do Estatuto Social da Companhia, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico, produzidas com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200/01.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil ou por e-mail ao ri@totvs.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores: (i) via física ou digital do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia simples dos seguintes documentos:

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

Para pessoas físicas:

- Documento de identidade com foto do acionista;

Para pessoas jurídicas:

- Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e
- Documento de identidade com foto do representante legal.

Para fundos de investimento:

- Último regulamento consolidado do fundo;
- Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e
- Documento de identidade com foto de representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens “i” e “ii” acima, a Companhia solicita, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais).

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos pela Companhia, em plena ordem, até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM nº 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza, no momento, sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto à distância ou de participação à distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Caso o acionista queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração ou do conselho fiscal no boletim de voto à distância, será necessário apresentar tais propostas por meio de correspondência enviada ao endereço Avenida Braz Leme, 1000 - Casa Verde, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico ri@totvs.com.br, nos prazos estabelecidos pela regulamentação vigente.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembléias

(k) outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembleias. Os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto à distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

O serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento de voto poderá ser realizado também pelo Banco Itaú, agente escriturador de ações da Companhia, por meio de uma plataforma eletrônica. Para isso, o acionista deverá realizar o cadastro no site Itaú Securities Services Assembleia Digital (https://www.itau.com.br/securitiesservices/assembleia-digital/).

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

Conforme previsto no artigo do 18 Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração se reúne, ordinariamente, no mínimo, 6 (seis) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões do Conselho podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. No último exercício social, foram realizadas 25 (vinte e cinco) reuniões, sendo 9 (nove) ordinárias e 16 (dezesseis) extraordinárias

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há acordo de acionistas.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Conforme previsto no Estatuto Social, o membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

De acordo com o previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, na hipótese de ser constatado conflito de interesses ou interesse particular de um dos membros do Conselho em relação a determinado assunto a ser decidido, é dever do próprio membro do Conselho comunicar, tempestivamente, tal fato aos demais membros.

Caso algum membro do Conselho, que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com alguma decisão a ser tomada, não manifeste seu benefício ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A não manifestação voluntária daquele membro será considerada uma violação do Regimento, caso os referidos benefícios particulares ou conflito de interesses venham a se confirmar.

Tão logo identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo previamente à sua retirada prestar informações, fornecer detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho.

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverão constar da ata da reunião do Conselho de Administração.

A competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia conta com o Comitê de Governança e Indicação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 45 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Em 15 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração ("**Política de Indicação**"), seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária, tornada pública em 15 de dezembro de 2020, na qual constam o processo e os requisitos mínimos para a indicação de membros ao Conselho, aos Comitês e à Diretoria Estatutária da Companhia.

Conforme previsto na Política de Indicação, o Conselho de Administração deve ser composto tendo em vista a diversidade de formação acadêmica, experiências profissionais, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero, bem como a complementariedade de competências, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos na busca por estratégias de negócio e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e obedecer aos seguintes critérios:

(i) os cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não podem ser acumulados pela mesma pessoa;

(ii) os executivos da Companhia (diretores e gerentes, exceto o Diretor Presidente) não podem ser membros do Conselho;

(iii) reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (a) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (b) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia;

(iv) profissionais altamente qualificados, com notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados, sendo recomendável ter conhecimento das melhores práticas de governança corporativa e experiência em temas diversificados, tais como aspectos financeiros, de sustentabilidade, tecnologia e segurança da informação;

(v) alinhamento e comprometimento com os princípios, os valores e a cultura da Companhia e o seu Código de Ética e Conduta - CODEC;

(vi) visão estratégica e entendimento do negócio; e

(vii) disponibilidade suficiente de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos

Conforme previsto capítulo VIII do no Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Juliano Tubino	05/08/1974	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	1
254.357.978-88	Bacharel em Ciência da Computação	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Juliano Tubino é Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios					
Alexandre Haddad Apendino	08/12/1979	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	2
292.459.418-92	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Alexandre Haddad Apendino é Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento		Diretor Vice Presidente			
Izabel Cristina Branco	24/06/1976	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	1
182.468.118-60	Administradora	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2021	Não	0%
A Sra. Izabel Cristina Branco é Vice-Presidente de Relações Humanas					
Dennis Herszkowicz	06/11/1974	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	2
165.783.068-38	Publicitário	10 - Diretor Presidente / Superintendente	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Dennis Herszkowicz é Membro do Comitê de Estratégia					
Gilsomar Maia Sebastião	06/12/1975	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	6
174.189.288-07	Bacharel em Ciências Contábeis	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Gilsomar Maia Sebastião é Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores					
Gustavo Dutra Bastos	19/03/1976	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	6
026.942.416-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Gustavo Dutra Bastos é Vice-Presidente de Plataformas					
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	06/01/1983	Pertence apenas à Diretoria	08/02/2021	2 anos a contar da posse	5

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
306.743.308-46	Administrador de Empresas	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	20/04/2021	Não	0%
O Sr. Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino é Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos					
Guilherme Stocco Filho	01/07/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	3
176.649.438-25	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	100%
O Sr. Guilherme Stocco Filho é Membro do Comitê de Estratégia					
Gilberto Mifano	11/11/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	4
566.164.738-72	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	100%
O Sr. Gilberto Mifano é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Comitê de Governança e Indicação					
Maria Letícia de Freitas Costa	27/03/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	4
050.932.788-58	Engenheira de Produção	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	20/04/2022	Não	100%
A Sra. Maria Letícia de Freitas Costa é Coordenadora do Comitê de Estratégia					
Tania Sztamfater Chocolat	17/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	0
278.583.348-16	Engenheira de Produção	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	0%
A Sr. Tania Sztamfater Chocolat é membro do Comitê de Auditoria Estatutário					
Sylvia de Souza Leão Wanderley	09/03/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	3
731.199.977-49	Administradora de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	83%

12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
A Sra. Sylvia de Souza Leão Wanderley é Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração					
Laércio José de Lucena Cosentino	11/08/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	9
032.737.678-39	Engenheiro Elétrico	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/04/2022	Não	100%
O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é Membro do Comitê de Gente e Remuneração, Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia					
Eduardo Mazzilli de Vassimon	07/10/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2022	A.G.O 2024	3
033.540.748-09	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	20/04/2022	Não	100%
O Sr. Eduardo Mazzilli de Vassimon é Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Juliano Tubino - 254.357.978-88

O Sr. Tubino atua como Vice-Presidente de Estratégia de Negócios e Digital da Companhia. Anteriormente atuou como Diretor na Accenture Digital, Netshoes, Microsoft e Amazon, acumulando experiências em Marketing, Vendas, Inovação e Marketing Digital. O Sr. Juliano Tubino é formado em Ciência da computação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e possui especialização em Administração e Marketing pela Kellogg Executive Education (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92

Nos últimos 5 anos, o Sr. Apendino atuou como Diretor Executivo de Atendimento e Relacionamento da Companhia, tendo ingressado na Companhia em 2013 como gestor de vendas e canais, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analitics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, e acumula mais de 18 anos de experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB). Sr. Apendino gradou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management"pela Wharton University (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60

A Sra. Izabel Cristina Branco atua como Vice-Presidente de Relações Humanas da Companhia. Com mais de 20 anos de experiência em gestão de negócios e recursos humanos, segmentação de clientes, marketing e comunicação estratégica, a Sra. Izabel trabalhou na Via Varejo como Diretora Executiva de Recursos Humanos e Gestão nos últimos 4 anos. Entre 2014 e 2015 foi Superintendente de Valor do Cliente na SulAmérica Seguros. Anteriormente, desenvolveu sua carreira em empresas como Banco Santander, Banco Real e Banco Itaú. A Sra. Izabel é formada em Tradução e Interpretação pela Ibero Americana e possui pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV e em Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38

O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É Formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07

Nos últimos 5 anos, o Sr. Maia atuou como Vice-Presidente, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Fusões e Aquisições na Companhia Anteriormente, foi Gerente de Processos e Riscos da Companhia, entre 2006 e 2007. Fez carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como gerente de auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004. Graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46

O Sr. Bastos atualmente é Vice-Presidente de Plataformas da Companhia. Há mais de 25 anos trabalhando em empresas do segmento de TI com atuação no mercado de software e serviços associados, Sr. Bastos está na companhia há quase 20 anos e já respondeu por áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, sendo esta última até 2012. Em 2013, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia. Possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, em 2000. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46

O Sr. Cosentino ingressou na Companhia em 2001 e atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos da Companhia. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M&A realizados ao longo dos anos. Atualmente atua como Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos. Graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

O Sr. Stocco possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia da TOTVS S.A. e do Conselho de Administração Banco Original. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Cielo S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Entre 2017 e 2021, foi: Conselheiro de Administração Independente da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura, até 2017 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Anteriormente, foi: Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012; CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

A Sra. Letícia é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é sócia na Prada Assessoria Empresarial, Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, membro do Comitê de Governança e Indicação da Localiza S.A., Conselheira independente da Mapfre S.A., Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer S.A, e Conselheira independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Mobly S.A. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Tania Sztamfater Chocolat - 278.583.348-16

A Sra. Tania é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Direct Equity Investments para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment Board. É também membro independente do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Auditoria, membro do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. Anteriormente, de 2013 a 2017, Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco e do Itaú Unibanco S.A.. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Executiva no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Finanças Corporativas; Mercado de Capitais e Investimentos e Sustentabilidade. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

A Sra. Sylvia Leão atuou por mais de 30 anos no mercado de Varejo, com passagem pelo Walmart Brasil, Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, onde ocupou posições de Vice-Presidente nas áreas de Marketing, Comercial, Operações e Recursos Humanos. Também atuou como Vice-Presidente de Marketing e Inovação na BRF. Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheira independente, é Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração. É Membro do Conselho da SODIMAC Brasil, empresa do Grupo Falabella, desde 2019, Membro do Conselho de Administração da RaiaDrogasil S.A., onde também lidera o Comitê de Pessoas e membro dos Comitês de Estratégia, Sustentabilidade e Auditoria e Riscos, Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança da Vivara Participações S.A., desde 2020, Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade do Grupo Baumgart, desde 2020, Membro do Conselho de Administração e líder do Comitê de Gente e Desenvolvimento Organizacional da Química Amparo Ltda (YPÊ), desde 2021. Graduada em Comunicação Social, com MBA Executivo em Administração no COPPEAD - UFRJ e cursos de especialização no MIT - Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management e Fundação Dom Cabral. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; e Marketing. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

O Sr. Laércio Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), membro do Conselho Consultivo da Cristália, presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro da Brain4care, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

O Sr. Eduardo é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós-graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Coordenador do Comitê de Riscos e Financeiro. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015. É membro de organizações do terceiro setor. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Juliano Tubino - 254.357.978-88	
N/A	
Alexandre Haddad Apendino - 292.459.418-92	
N/A	
Izabel Cristina Branco - 182.468.118-60	
N/A	
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
N/A	
Gilsomar Maia Sebastião - 174.189.288-07	
N/A	
Gustavo Dutra Bastos - 026.942.416-46	

N/A

Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino - 306.743.308-46

N/A

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

N/A

Gilberto Mifano - 566.164.738-72

N/A

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

N/A

Tania Sztamfater Chocolat - 278.583.348-16

N/A

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

N/A

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

N/A

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

N/A

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Gilberto Mifano	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Outros	11/11/1949	20/04/2022	A.G.O 2024
566.164.738-72		Administrador de Empresas	Coordenador	19/04/2022	4	100%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria e Membro do Comitê de Governança e Indicação.						
Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	31/05/1976	20/04/2022	A.G.O 2024
269.993.118-70		Advogada		19/04/2022	1	100%
Tania Sztamfater Chocolat	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	17/01/1977	20/04/2022	A.G.O 2024
278.583.348-16		Engenheira de Produção		19/04/2022	0	0%
Dennis Herszkowicz	Outros Comitês		Outros	06/11/1974	30/04/2020	N/A
165.783.068-38	Comitê de Estratégia	Publicitário	Convidado Permanente	30/04/2020	3	100%
Diretor-Presidente						
Eduardo Mazzilli de Vassimon	Outros Comitês		Outros	07/10/1958	20/04/2022	A.G.O 2024
033.540.748-09	Comitê de Governança e Indicação	Economista	Coordenador	19/04/2022	3	100%
Membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Gente e Remuneração						
Guilherme Stocco Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/07/1974	20/04/2022	A.G.O 2024
176.649.438-25	Comitê de Estratégia	Administrador de Empresas		19/04/2022	3	100%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia						
Laércio José de Lucena Cosentino	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	11/08/1960	20/04/2022	A.G.O 2024
032.737.678-39	Comitê de Gente e Remuneração	Engenheiro Elétrico		19/04/2022	9	100%
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Estratégia e do Comitê de Governança e Indicação.						
Maria Letícia de Freitas Costa	Outros Comitês		Outros	27/03/1960	20/04/2022	A.G.O 2024
050.932.788-58	Comitê de Estratégia	Engenheira de Produção	Coordenadora	19/04/2022	4	100%

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Vice-Presidente do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Estratégia						
Sylvia de Souza Leão Wanderley	Outros Comitês		Outros	09/03/1962	20/04/2022	A.G.O 2024
731.199.977-49	Comitê de Gente e Remuneração	Administradora de Empresas	Coordenadora	19/04/2022	3	92%
Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						
Gilberto Mifano - 566.164.738-72						
O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheiro Independente, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Governança e Indicação. Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Cielo S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A, Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda, Conselheiro Fiscal do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Entre 2017 e 2021, foi: Conselheiro de Administração Independente da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura, até 2017 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Anteriormente, foi: Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012; CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007. Principais Contribuições para a Companhia: Governança Corporativa; Finanças; e Gestão de Negócios. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.						
Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira - 269.993.118-70						

A Sra. Lavinia Junqueira é advogada em São Paulo, formada em direito pela Universidade de São Paulo e mestre em economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Certified Public Accountant (CPA), consultora do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e de Finanças da Natura&Co Holding S.A, membro do Conselho Fiscal do Instituto Natura e já atuou como membro do Comitê de Auditoria do Banco Pine. Tem expressiva experiência executiva em mercado financeiro e em temas jurídicos, de Compliance e de gestão de riscos. Principais Contribuições para a Companhia: Finanças Corporativas, Inteligência Jurídica e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Sim, se caracteriza como Membro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da Companhia.

Tania Sztamfater Chocolat - 278.583.348-16

A Sra. Tania é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Direct Equity Investments para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment Board. É também membro independente do Conselho de Administração, Coordenadora do Comitê de Auditoria, membro do Comitê de Estratégia e Novos Negócios e do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. Anteriormente, de 2013 a 2017, Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco e do Itaú Unibanco S.A.. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Executiva no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Finanças Corporativas; Mercado de Capitais e Investimentos e Sustentabilidade. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38

O Sr. Dennis Herszkowicz foi, entre 2003 e 2018, sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014. Entre 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pelo IPO em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período. Entre 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A. É Formado em Propaganda e Marketing pela ESPM. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09

O Sr. Eduardo é formado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo – USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, ambas concluídas em 1980, e pós-graduado pela EAESP/FGV e pela École dês Hautes Études Commerciales – França, ambas em 1982. Desde abril de 2019, é Presidente do Conselho de Administração da Votorantim S/A e desde 2015, é membro do Conselho de Administração da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Coordenador do Comitê de Riscos e Financeiro. Foi Presidente do Itaú BBA e Diretor Geral da Área de Atacado do Itaú Unibanco de 2016 a 2018; Vice-Presidente Executivo, CFO e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2015 a 2016; Vice-Presidente Executivo e CRO – Itaú Unibanco S.A. de 2013 a 2015; Membro do Conselho de Administração - Banco Itaú BBA S.A. de 2003 a 2015. É membro de organizações do terceiro setor. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios; Mercado de Capitais; e Governança Corporativa. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25

O Sr. Stocco possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e E-commerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Atualmente, é membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia da TOTVS S.A. e do Conselho de Administração Banco Original. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP em 1997, com MBA em Gestão no Insper em 2010; pós-graduação em Gestão de Marketing pela FAAP em 2007 e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Principais Contribuições para a Companhia: Gestão de Negócios Digitais; Visão Inovadora em Tecnologia; e Empreendedorismo.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39

O Sr. Laércio Cosentino é fundador e presidente do Conselho de Administração da TOTVS, maior empresa de tecnologia do Brasil. Formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), membro do Conselho Consultivo da Cristália, presidente do Conselho da Mendelics, conselheiro da Brain4care, dentre outras atividades. Principais Contribuições para a Companhia: Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano em Tecnologia; Visão Inovadora em Tecnologia; e empresário referência no setor de Tecnologia e no Brasil. Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58

A Sra. Letícia é formada em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela Samuel Curtis Johnson School of Management de Cornell University. Atualmente, é sócia na Prada Assessoria Empresarial, Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance, membro do Comitê de Governança e Indicação da Localiza S.A., Conselheira independente da Mapfre S.A., Conselheira independente, Coordenadora do Comitê de Pessoas e ESG e membro do Comitê de Estratégia e Inovação da Embraer S.A, e Conselheira independente e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Mobly S.A. De 2001 a 2010, a Sra. Letícia atuou como Presidente das operações da Booz Allen Hamilton (hoje Strategy&). Atuou também como Conselheira da Sadia, Gafisa, Technip, e Marcopolo, além de ter sido Membro de Comitê do Conselho na Votorantim Industrial, Votorantim Metais, CBA e Bematech. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão; e Visão de Negócios. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49

A Sra. Sylvia Leão atuou por mais de 30 anos no mercado de Varejo, com passagem pelo Walmart Brasil, Grupo Pão de Açúcar e Carrefour, onde ocupou posições de Vice-Presidente nas áreas de Marketing, Comercial, Operações e Recursos Humanos. Também atuou como Vice-Presidente de Marketing e Inovação na BRF. Atualmente, na TOTVS S.A., além de Conselheira independente, é Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração. É Membro do Conselho da SODIMAC Brasil, empresa do Grupo Falabella, desde 2019, Membro do Conselho de Administração da RaiaDrogasil S.A., onde também lidera o Comitê de Pessoas e membro dos Comitês de Estratégia, Sustentabilidade e Auditoria e Riscos, Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Pessoas, Cultura e Governança da Vivara Participações S.A., desde 2020, Membro do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Estratégia, Inovação e Sustentabilidade do Grupo Baumgart, desde 2020, Membro do Conselho de Administração e líder do Comitê de Gente e Desenvolvimento Organizacional da Química Amparo Ltda (YPÊ), desde 2021. Graduada em Comunicação Social, com MBA Executivo em Administração no COPPEAD - UFRJ e cursos de especialização no MIT - Massachusetts Institute of Technology – Sloan School of Management e Fundação Dom Cabral. Principais Contribuições para a Companhia: Planejamento Estratégico; Gestão de Pessoas; e Marketing. Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Gilberto Mifano - 566.164.738-72	
N/A	
Lavínia Moraes de Almeida Nogueira Junqueira - 269.993.118-70	
Tania Sztamfater Chocolat - 278.583.348-16	
Dennis Herszkowicz - 165.783.068-38	
Eduardo Mazzilli de Vassimon - 033.540.748-09	
Guilherme Stocco Filho - 176.649.438-25	
Laércio José de Lucena Cosentino - 032.737.678-39	
Maria Letícia de Freitas Costa - 050.932.788-58	
Sylvia de Souza Leão Wanderley - 731.199.977-49	

12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos				
Pessoa relacionada				
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.				
Observação				
Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os outros Conselheiros e (a) os demais administradores da Companhia; (b) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) os controladores diretos ou indiretos da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas; ou (d) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.				

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Devedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33

Sócio

Observação

Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador

Observação

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador

Administrador do Emissor

Ricardo Baldin	163.678.040-72	Controle	Fornecedor

Membro do Comitê de Auditoria

Pessoa Relacionada

RMB Assessoria e Consultoria Contábil	22.637.635/0001-37

Sócio

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, tendo como contratante a TOTVS S.A. e como contratada a referida pessoa relacionada, tendo como objeto a participação no Comitê de Auditoria como consultor externo

---

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Juliano Tubino	254.357.978-88	Controle	Cliente
Vice-Presidente de Estratégia e Novos Negócios			
Pessoa Relacionada			
Startup Brewing Indústria e Comércio de Bebidas Ltda.	29.000.088/0001-23		
Administrador com participação na sociedade			
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
Instituto da Oportunidade Social	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade			
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino	306.743.308-46	Controle	Fornecedor
Vice-Presidente de Negócios para Segmentos			
Pessoa Relacionada			
GoodData Corporation	208898777		
Joint Venture da TOTVS			
Observação			
Joint Venture da TOTVS			

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2019

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47

Sócio

Observação

Contrato de Locação de Imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada, a qual deixou de ser parte relacionada conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 04/12/2019.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06

Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador.

Observação

Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS S.A.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor

Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação e Membro do Comitê de Estratégia.

Pessoa Relacionada

B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	09.346.601/0001-25

Membro do Conselho de Administração (vínculo encerrado em 29/04/19)

Observação

Pagamento de anuidade

---

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Guilherme Stocco Filho	176.649.438-25	Controle	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração e Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Red Mind Consultoria, Participações e Administradora de Bens e Serviços LTDA - EPP	20.673.070/0001-18
Sócio	

Observação

Contrato de prestação de serviços de assessoria, tendo como contratante a TOTVS S.A. e como contratada a referida pessoa relacionada, tendo como objeto a participação no Comitê de Estratégia como consultor externo, o qual foi encerrado quando da eleição do Sr. Guilherme Stocco Filho como membro do Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2018.

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

VIP VII - Empreedimentos e Participações Ltda.	11.284.022/0001-47
Sócio	

Observação

Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada

---

Administrador do Emissor

Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			

Pessoa Relacionada

Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	05.127.830/0001-06
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao Administrador	

Observação

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Contrato para realizar a implantação do projeto de interiores da nova sede da TOTVS			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	07.951.381/0001-33		
Sócio			
Observação			
Contrato de locação de imóvel, tendo como locatária a TOTVS S.A. e locadora a referida parte relacionada			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcao	09.346.601/0001-25		
Membro do Conselho de Administração (vínculo encerrado em 29/04/19)			
Observação			
Pagamento de anuidade			
Administrador do Emissor			
Laércio José de Lucena Cosentino	032.737.678-39	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia			
Pessoa Relacionada			
BRASSCOM - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMP	06.244.855/0001-44		
Membro de Conselho Deliberativo			
Observação			
Contribuição Associativa Anual			

12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 087372021010310000581 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de julho de 2022 e tem limite máximo de indenizações de R$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

Em 20 de abril de 2021, os Acionistas da Companhia aprovaram a inclusão do Artigo 55 no Estatuto Social, para prever a possibilidade de celebração de contrato de indenidade com seus Administradores e membros externos do Comitê de Auditoria, sem prejuízo das apólices de D&O. As condições e limitações serão oportunamente determinadas em documento próprio, nos termos do §2º do referido Artigo.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2021; (v) aprovar Plano de Incentivo Baseado em Ações; (vi) aprovar o aumento do capital social mediante a capitalização de saldo da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações; (vii) alteração do Estatuto Social	20/04/2021	Instalação em 1ª convocação	AGO 72,44% AGE 72,24%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) deliberar sobre o orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração, (v) eleger os membros do Conselho de Administração; (vi) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2020; (vii) deliberar sobre proposta de desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de três ações ordinárias para cada ação da mesma espécie existente na data da deliberação, sem modificação do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social; e (viii) consolidar o Estatuto Social da Companhia,	27/04/2020	Instalação em 1ª convocação	AGO 67,75% e AGE 72,15%
Assembleia Geral Extraordinária	Deliberar sobre a proposta de alteração do limite da autorização para aumento de capital independentemente de reforma estatutária, com a consequente alteração do artigo 6º e a consolidação do estatuto social da Companhia	16/05/2019	Instalação em 1ª convocação	AGE 52,99%

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) deliberar sobre orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício; (iv) eleger membro para ocupar cargo vago de conselheiro de administração da Companhia e completar o mandato unificado que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2020; (v) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2019; e (vi) Aprovar a inclusão dos itens 3.5.2 e 4.2 no Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações vigente, aprovado em assembleia de acionistas realizada em 15 de dezembro de 2015 e alterado em assembleia de acionistas realizada em 5 de abril de 2018	18/04/2019	Instalação em 1ª convocação	AGO 71,11% e AGE 73,06%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	(i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (ii) deliberar sobre orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; (iii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) aprovar o número de membros para compor o Conselho de Administração, observado o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 16 do estatuto social da Companhia; (v) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2018; (vii) deliberar sobre proposta de aumento do capital social mediante a capitalização da reserva de retenção de lucros, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia; (viii) aprovar a alteração e consolidação do estatuto social da Companhia; (ix) aprovar a alteração do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações vigente, aprovado em assembleia de acionistas realizada em 15 de dezembro de 2015 (“Plano de Incentivo”); e (x) aprovar a concessão de ações restritas a executivos-chave da Companhia no âmbito do Plano de Incentivo, nos termos da Proposta da Administração.	05/04/2018	Instalação em 1ª convocação	85,12%

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do exercício social corrente, realizada em 20 de abril de 2021, a Administração da Companhia aprovou, entre outros temas, as seguintes matérias: o orçamento de capital, a proposta de remuneração global da Administração e a alteração do limite do capital autorizado com vistas à execução do plano de negócios da Companhia, a distribuição de dividendos no valor de R$50.960 mil (R$0,08976 por ação), o novo Plano de Incentivo Baseado em Ações, que entre outros pontos, endereça as principais oportunidades de evolução do modelo visando a adequação às melhores práticas de mercado e padrões internacionais.

12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Em complemento à seção 12.5/6 / e 12.7/8

A Companhia possui um processo de imersão para novos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, o qual o membro tem acesso a estrutura organizacional, posicionamento de mercado, visão da estratégia e revisão dos principais projetos estratégicos da Companhia. O processo tem aproximadamente um dia de duração e é realizado preferencialmente antes da primeira participação na reunião do Conselho e/ou Comitê.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 12.1 (d) deste Formulário de Referência.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Companhia possui a Política de Relações Humanas e Remuneração, aprovada em 10 de junho de 2020 pelo Conselho de Administração. A Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de pessoas da Companhia, em todas as etapas do seu Ciclo de Gestão de Gente. Isto inclui os modelos de remuneração, visando fornecer aos executivos incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo, competitivos e alinhados às práticas de mercado e padrões internacionais que potencializam a atração e retenção dos profissionais, elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Gestão de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/ptb/estatutos-politicas-e-regimentos) e no site da CVM.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

A composição da remuneração da Diretoria Estatutária e não Estatutária possui incentivos variáveis de curto e longo prazo com base no desempenho, além de um salário base fixo, conforme detalhado a seguir.

Remuneração Fixa: refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, com o objetivo de remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Remuneração Variável:

- *Incentivo de curto prazo (Bonificação semestral)*: refere-se aos valores variáveis recebidos semestralmente pelo profissional, com o objetivo de recompensá-lo pelos seus resultados individuais e pelos resultados globais da Companhia e de cada negócio. A bonificação semestral é atrelada a indicadores financeiros globais, de cada negócio e ao desempenho individual por meio do cumprimento de métricas de desempenho objetivas que incluem uma combinação de medidas com teor financeiro e não financeiro (estratégicas e operacionais).
- *Incentivo de longo prazo (Plano de Ações)*: refere-se ao valor das ações restritas ordinárias de emissão da Companhia que são entregues aos participantes elegíveis, baseado em desempenho individual, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado pela Assembleia Geral em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, com os objetivos de: (i) elevar o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento dos participantes; (ii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; (iii) servir de ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos, numa indústria que sofre competição global e tem remunerações acima da média quando comparada a outros setores; e (iv) estimular o aumento da performance de longo prazo da Companhia. A quantidade de ações a ser concedidas anualmente a cada participante tem como base a avaliação de performance individual medida com base na

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

metodologia “9 Box”, que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social, a aderência às competências essenciais da Companhia e o potencial futuro de contribuição com a Companhia. As avaliações são efetuadas pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado composto: (i) pela Diretoria Estatutária, no caso da avaliação dos diretores não estatutários; (ii) pelo Comitê de Gente e Remuneração; e (iii) pelo Conselho de Administração, no caso de avaliação dos diretores estatutários. A quantidade de ações restritas a ser concedida para cada participante indicado é recomendada pelo Comitê de Gente e Remuneração e deliberada pelo Conselho de Administração.

Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos executivos, como plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, automóvel e vale combustível. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado com as principais práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes no mercado. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo e da região na qual o diretor atua.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste em uma remuneração fixa mensal com o objetivo de recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.

Desde 2019, a remuneração do Presidente do Conselho de Administração também é composta de uma parcela variável pelo Incentivo de Longo Prazo (plano de ações), baseado em desempenho, nos termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações vigente, aprovado pela Assembleia Geral em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019. A concessão das Ações Restritas está condicionada ao cumprimento de metas de longo prazo pré-definidas que refletem a assertividade na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas. Além disso, o Presidente do Conselho de Administração é também elegível aos seguintes benefícios: seguro de vida, plano médico, plano odontológico e veículo com motorista. Estas formas de remuneração têm como objetivo reconhecer o papel diferenciado que o Presidente do Conselho exerce na Companhia e no mercado, desde que foi eleito para este cargo em 26/11/2018, considerado similar ao papel de um Chairman ampliado que inclui, dentre outras, metas com ciclos de três anos relacionadas à estratégia, desempenho de longo prazo da Companhia e atuação institucional e mentoria do CEO.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

Os comitês da Companhia são órgãos consultivos compostos por membros do Conselho de Administração, membros externos e da Diretoria da Companhia. De acordo com as principais práticas de mercado, os membros do Conselho de Administração que integram comitês recebem uma remuneração fixa mensal adicional à remuneração que fazem jus como conselheiros da Companhia, com o objetivo de recompensá-los pela dedicação dos trabalhos nos comitês. Os membros externos também recebem remuneração fixa mensal pela participação nos comitês. Já os membros da Diretoria da Companhia não recebem remuneração adicional pela participação nos comitês, quando ocorre.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Segue demonstrado nas tabelas abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão em relação ao três último exercício social:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	64%	31%	5%	100%
Diretoria	27%	67%	5%	99%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	82%	14%	4%	100%
Diretoria	29%	60%	11%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
	% em relação à remuneração total			
	Salário Base	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	0%	0%	100%
Diretoria	58%	37%	5%	100%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

O aumento da relação da remuneração variável frente a remuneração fixa ao longo dos anos alinha adequadamente a estratégia de remuneração com o objetivo de impulsionar desempenho futuro da Empresa.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

Conforme indicado no item (i) acima, a remuneração dos membros dos comitês é 100% composta de remuneração fixa.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos administradores:

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

- *Remuneração Fixa*: a remuneração fixa, paga 13 vezes no ano para a Diretoria Estatutária pode ser reajustada anualmente a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme sugestão do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o desempenho do Diretor em suas atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. A remuneração fixa pode ser, ainda, atualizada de acordo com índices oficiais de inflação e análises comparativas de mercado efetuadas por consultorias especializadas, considerando as melhores práticas de mercado.

Incentivo de curto prazo: o pool de bônus semestral a ser distribuído aos diretores depende do atingimento de metas de EBITDA e Receita Líquida de Software Recorrente da Companhia, bem como da margem de contribuição e Receita Líquida de Software Recorrente do negócio ou de despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração. Caso algum desses indicadores não tenha o atingimento mínimo de 90% da meta fixada para o período, não haverá o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. Caso o atingimento das metas seja entre 90% e 99%, o pool sofrerá redução proporcional entre 50% e 95%. Caso a meta seja atingida ou superada, o pool de bônus semestral poderá ser distribuído integralmente.

Uma vez determinado o pool de bônus aplicável a cada semestre, a bonificação individual é ponderada de acordo com o atingimento das metas individuais de cada diretor, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e as prioridades estratégicas da Companhia, medidos por meio de indicadores financeiros (tais como crescimento de Receita Líquida de Software Recorrente, custos e despesas operacionais), de eficiência e projetos (atrelados ao crescimento da Companhia nos segmentos de Gestão, Techfin e Business Performance), satisfação de clientes (NPS) e indicadores relacionados a pessoas (tais como retenção de talentos, índice de engajamento). O quadro a seguir exemplifica a metodologia de cálculo:

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Pool de distribuição: definido no orçamento, equivale a um % do EBITDA

Gatilho para disparar o pagamento do programa na TOTVS:
EBITDA (80%) e Receita Recorrente (20%) TOTVS
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Gatilho para disparar o pagamento do programa em cada área:
Margem de contribuição (MC) e Receita Recorrente do negócio ou despesas de áreas corporativas
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Apuração do Contrato de Metas de Gerentes / Diretores, replicados para as equipes: • Financeira • Projeto Estratégico • Gente • Área	**Régua de apuração das metas quantitativas:** Entre 90% e 110% de atingimento da meta, que equivale entre 50% e 150% da bonificação	**Régua de apuração das metas de projetos:** a) Programa, Projeto, Subprojeto: 0%, 25%, 50%, 75% ou 100% b) Entrega: 0%, 100% c) KPIs: Conforme régua financeira
Periodicidade de pagamento	**1° Semestre:** Pagamento em Setembro	**2° semestre:** Pagamento em Março

Caso o segundo semestre compense um eventual não atingimento (<90%) ou atingimento parcial (entre 90% e 99%) do primeiro semestre, e a meta total do ano seja batida, é garantido um adicional de 50% do pool referente ao primeiro semestre no momento do cálculo do pagamento do segundo semestre.

As metas de cada diretor são definidas individualmente de acordo com sua área de atuação. As metas dos Diretores Estatutários só podem ser alteradas ao longo do exercício por razões extraordinárias e eventuais ajustes deverão ser avaliados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

O potencial de ganho do incentivo de curto prazo por semestre está vinculado a um múltiplo do salário base mensal definido por nível de carreira, a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme sugestão do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o posicionamento competitivo deste item de remuneração frente ao mercado, conforme as melhores práticas de mercado.

- *Incentivo de longo prazo (plano de ações)*: assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração aprova os membros da diretoria que poderão participar do Plano e receber ações restritas de emissão da Companhia, baseado em desempenho, observados os termos e condições do Plano. A quantidade de ações a ser concedida a cada diretor é fixada pelo Conselho de Administração, com base na avaliação de performance individual, considerando as melhores práticas de mercado, medida com base na metodologia “9 Box” que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social, a aderência às competências essenciais da Companhia e o potencial futuro de contribuição com a Empresa. De acordo com a metodologia 9 box, cada Diretor é enquadrado numa matriz com 9 quadrantes, cujo: (i) eixo X (peso de 50%) representa indicadores de resultado, atrelados às metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Custo, entre outros), que medem o desempenho efetivo do Diretor; e (ii) eixo Y (peso de 50%) mede a aderência às competências estratégicas de negócio (como Excelência Operacional, Inovação para Resultado e Foco no Sucesso do Cliente, dentre outras) e o potencial que o diretor apresenta, de acordo com o plano de sucessão definido, para assumir maiores desafios. Como resultado da avaliação, o executivo pode receber um range entre 0% e 133% da quantidade de ações

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

de referência de seu nível de carreira. O resultado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o plano, ou, ainda, rever suas condições, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de ações restritas, aprovados pela assembleia geral. A assembleia geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no plano atual.

- *Benefícios*: a análise do pacote de benefícios é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema.

Conselho de Administração

A remuneração fixa, paga 12 vezes no ano, é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas, sendo também submetida anualmente à aprovação dos acionistas da Companhia.

A remuneração variável baseada em ações, aplicável ao presidente do Conselho de Administração, é administrada pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, ambos os órgãos compostos por 100% (cem por cento) de membros independentes, não tendo qualquer vínculo com a organização ou atuação em qualquer operação ou negócios que tenham conflito de interesses com a Companhia. Estes órgãos têm amplos poderes para determinar o número de ações restritas a ser conferido ao presidente do Conselho de Administração, observado o limite quantitativo do plano, submetendo a proposta à Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração, ainda, discute e revisa anualmente as metas institucionais e de negócio atreladas à cada concessão, tornando-as ao mesmo tempo, desafiadoras e exequíveis. O presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração nem das discussões e deliberações no Conselho de Administração que tratem de sua própria remuneração.

Os benefícios aplicáveis ao Presidente do Conselho de Administração são calculados e ajustados nos mesmos moldes aplicáveis à Diretoria.

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A adequação da remuneração fixa e da remuneração por participação em comitês dos conselheiros e membros externos é revista anualmente tendo em vista as práticas de mercado, identificadas por consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, combinando a remuneração fixa mensal com a remuneração variável semestral (curto prazo) e com o plano de ações (longo prazo), fornecendo aos executivos incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo da Empresa. A estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento, senso de propriedade dos executivos, incentivo ao desempenho futuro da Empresa e maior alinhamento de interesses com os acionistas. Ao mesmo tempo, visa também garantir a retenção, especialmente num setor de tecnologia que sofre competição global por talentos e que vem experimentando uma importante inflação de custos e escassez de capital humano. Entendemos que um fator crítico de sucesso da Companhia é a capacidade de atrair e reter seus principais executivos e talentos e a remuneração é peça fundamental nisso.

Conselho de Administração

A remuneração fixa do Conselho de Administração visa garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, fornecendo aos conselheiros formas de remuneração adequadas em relação ao desempenho de longo prazo da Empresa.

É importante mencionar que o atual Presidente do Conselho de Administração é o fundador da Companhia, tendo exercido o cargo de Presidente/CEO durante mais de 30 anos. O nível de conhecimento, experiência e representatividade que ele possui sobre a Companhia e perante os demais *stakeholders* (clientes, parceiros, entidades públicas e privadas, etc) é de grande valor para a Companhia, principalmente nestes primeiros anos de exercício do cargo de Presidente do Conselho de Administração. Desta forma, entendemos que a sua posição é diferente da posição tradicional de um presidente de Conselho de Administração, pois apresenta um conjunto distinto de habilidades, experiências e conhecimentos que tornam suas contribuições para o Conselho e para a Companhia relevantes para o sucesso da organização. É natural que ao longo dos próximos anos exista um ajuste esperado e desejado do papel atualmente desempenhado, refletindo inclusive seu sucesso na mentoria do CEO, sendo que o Conselho de Administração, representado pela totalidade de seus membros independentes, avaliará anualmente as atribuições e, por consequência, a proposta de remuneração do Presidente do Conselho de Administração, refletindo este cenário e por meio de análise das melhores práticas de mercado.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Dentre as principais habilidades do atual Presidente do Conselho de Administração estão:

i. Amplitude e profundidade de conhecimento sobre o setor de tecnologia e o mercado de *software* que lhe permite exercer um papel de referência frente aos vários *stakeholders*;

ii. Sólidas habilidades interpessoais na representação institucional, articulação e influência em negociações estratégicas;

iii. Habilidade para navegar com grande profundidade em temas de grande complexidade ligados ao negócio e ao setor, estabelecendo uma liderança visionária na construção do direcionamento estratégico da Companhia;

iv. Efetividade na condução de discussões do Conselho, estímulo do engajamento e busca por decisões; e

v. Desenvolvimento e empowerment do CEO.

Destacam-se as seguintes atividades atuais inerentes a posição de presidente do Conselho de Administração da Companhia:

i. manter relacionamento com acionistas para assuntos de governança e diretrizes estratégicas;

ii. representar a Companhia, sempre que necessário, junto ao Governo, a instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações internacionais de que a Companhia faça parte; e

iii. atuar como porta-voz do Conselho de Administração, podendo pronunciar-se sobre assuntos institucionais da Companhia e temas relativos aos mercados de capitais nacional e internacional.

Entendemos também que a prática de incentivo de longo prazo atrelado a métricas de desempenho, está alinhada às melhores práticas internacionais e ao papel do Presidente do Conselho de assegurar a sustentabilidade da empresa, sem interferir nas suas funções de supervisão do Conselho de Administração e sem apresentar conflitos de interesse. De acordo com o "Estudo de Conselhos de Administração 2020" da Korn Ferry, cerca de 80% das empresas dos Estados Unidos praticam ILP sob forma de ações restritas para membros do Conselho, prática que vem aumentando ano após ano no mercado Brasileiro, sendo a Companhia, uma empresa global de tecnologia, uma das precursoras deste movimento no Brasil.

Assim, com o objetivo de garantir a sua retenção e dedicação, tendo em vista o escopo das atribuições do presidente do Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, a estratégia de remuneração variável baseada em ações tem como objetivo assegurar maior alinhamento de interesses com os acionistas e a concessão dos benefícios visa garantir paridade com práticas de mercado aplicáveis a cargos com atribuições similares.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A remuneração dos conselheiros e membros externos pela participação em comitês visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

(v) membros não remunerados

Todos os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho de Administração e comitês de assessoramento são remunerados, excetuando-se os diretores no que tange à sua eventual participação em comitês de assessoramento.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

As medidas de desempenho selecionadas pela Companhia para determinar cada um dos elementos de remuneração variável de curto e longo prazo do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária estão relacionadas ao negócio e setor específico em que a empresa opera e, especialmente, aplicáveis aos principais direcionamentos de valor.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação do Incentivo de Curto Prazo são:

Gatilhos do programa: EBITDA e Receita Líquida de Software Recorrente da Companhia, bem como margem de contribuição e Receita Líquida de Software Recorrente de cada negócio ou despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração.

Contratos de metas individuais:

- Indicadores financeiros, tais como Receita Líquida de Software Recorrente, custos e despesas operacionais;
- Indicadores de produtividade, eficiência e projetos estratégicos atrelados ao crescimento da Companhia nos mercados de Gestão, Techfin e Business Performance;
- Indicadores de satisfação de clientes (ex.: NPS); e
- Indicadores relacionados a pessoas, tais como retenção de talentos e índice de engajamento.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Os indicadores de desempenho utilizados pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a ser concedida no âmbito do Plano de Ações (Incentivo de Longo Prazo) se baseia na metodologia "9Box", conforme descrita no item 13.1(b) (i) e (iii) e resumida no quadro a seguir:

resultados (50%)	1A Em média 5% dos participantes Desaceleração de 33% do ILP	2A Em média 7,5% dos participantes Aceleração de 10% do ILP	3A Em média 10% dos participantes Aceleração de 33% do ILP
	1B Em média 5% dos participantes 0% do ILP	2B Em média 45% dos participantes 100% do ILP	3B Em média 7,5% dos participantes Aceleração de 10% do ILP
	1C Em média 5% dos participantes 0% do ILP	2C Em média 5% dos participantes 0% do ILP	3C Em média 5% dos participantes Desaceleração de 33% do ILP
	competências (25%) + potencial (25%)		

Os mesmos indicadores de desempenho utilizados no Incentivo de Curto Prazo e Incentivo de Longo Prazo, são considerados por parte do Conselho de Administração, conforme sugestão do Comitê de Gente e Remuneração, para avaliação de eventuais reajustes na remuneração fixa de cada diretor estatutário.

Não existem critérios de desempenho atrelados à concessão de benefícios, cujo pacote é o mesmo para todos os diretores, podendo existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo e da região na qual o diretor atua.

Conselho de Administração e Comitês de Auditoria, Gente e Remuneração, Governança e Indicação e Estratégia

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e dos comitês não é baseada em indicadores de desempenho.

De acordo com as melhores práticas de mercado, a remuneração baseada em ações do presidente do Conselho leva em consideração indicadores de desempenho de longo prazo que possuem:
(i) teor quantitativo – metas atreladas ao negócio, avaliando a assertividade na contribuição e execução da estratégia da Companhia de médio e longo prazo com objetivo de gerar valor para os acionistas da Companhia, incluindo indicadores absolutos e relativos, como a performance de longo prazo da ação da Companhia frente ao Ibovespa; e

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(ii) teor qualitativo - metas atreladas a sucessão do CEO, empreendendo esforços específicos visando resultados positivos e crescentes no processo de sua sucessão, fortalecimento como líder setorial e empresarial em todos os aspectos; ao papel institucional exercido pelo presidente do Conselho de Administração, atuando junto às entidades do setor de tecnologia, seja por si próprio ou na liderança da área de Relações Institucionais da Companhia, com o objetivo da Companhia ser uma das empresas referência na construção de um ecossistema de crescimento e inovação tecnológica no país; e a avaliação por parte dos membros independentes do Conselho de Administração, acerca da qualidade de atuação para o bom funcionamento do Conselho.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho está descrita no item b. (iii).

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A definição dos componentes da política de remuneração visa a atração, retenção, engajamento e senso de propriedade dos profissionais com relação à Companhia, balanceando elementos que têm como parâmetro métricas de curto, de médio e de longo prazo. A execução do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações tem aumentado a relevância dos elementos variáveis na composição total da remuneração, apresentada no item b. (ii), o que também contribui significativamente para um maior nível de alinhamento de interesses de longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos diretores estatutários prevê o pagamento de indenização aos mesmos exclusivamente na hipótese de a destituição do diretor ocorrer após determinadas alterações societárias relevantes, como alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

Além disso, o Diretor-Presidente fará jus ao recebimento do equivalente a 100% da remuneração global anual do período proporcional remanescente aos 3 (três) anos caso, no período de 3 (três) anos a contar de novembro de 2018: (i) ocorra uma alteração societária relevante; e (ii) a Companhia rescinda seu contrato de maneira imotivada.

13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O Comitê de Gente e Remuneração é o órgão que assessora o Conselho de Administração no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, por meio de análise das melhores práticas de mercado e padrões internacionais. Ambos os órgãos são compostos por 100% (cem por cento) de membros independentes, não tendo qualquer vínculo com a organização ou atuação em qualquer operação ou negócios que tenham conflito de interesses com a Companhia. O presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração nem das discussões e deliberações no Conselho de Administração que tratem de sua própria remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado, com base em resultados de pesquisas efetuadas por consultorias especializadas, tomando-se por base empresas de perfil similar ao da Companhia em tamanho e estrutura.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia da informação. Caso referido comitê considere necessário e/ou apropriado, são propostos ajustes ao Conselho de Administração. Ademais, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia a título de remuneração variável e do montante de ações restritas a serem concedidas a tal executivo, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações, são anualmente revistas e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	7,00	0,00	14,67
Nº de membros remunerados	7,67	7,00	0,00	14,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.472.519,96	0,00	10.924.743,96
Benefícios direto e indireto	369.311,15	1.238.120,80	0,00	1.607.431,95
Participações em comitês	1.010.995,20	0,00	0,00	1.010.995,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.579.074,14	0,00	3.579.074,14
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	161.884,25	0,00	161.884,25
Cessação do cargo	0,00	92.195,26	0,00	92.195,26
Baseada em ações (incluindo opções)	2.139.000,00	15.025.297,32	0,00	17.164.297,32
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N °01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	6.971.530,35	27.569.091,73	0,00	34.540.622,08

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,75	6,50	0,00	15,25
Nº de membros remunerados	8,75	6,50	0,00	15,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.667.777,50	6.397.958,01	0,00	10.065.735,51
Benefícios direto e indireto	245.701,78	1.236.823,14	0,00	1.482.524,92
Participações em comitês	956.214,90	0,00	0,00	956.214,90
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	5.334.000,00	0,00	5.334.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	129.526,82	0,00	129.526,82
Cessação do cargo	0,00	1.014.147,86	0,00	1.014.147,86
Baseada em ações (incluindo opções)	769.600,00	7.803.629,42	0,00	8.573.229,42
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N °01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	5.639.294,18	21.916.085,25	0,00	27.555.379,43

13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	9,50	0,00	18,50
Nº de membros remunerados	8,17	9,50	0,00	17,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.646.697,51	10.839.218,40	0,00	13.485.915,91
Benefícios direto e indireto	0,00	880.442,93	0,00	880.442,93
Participações em comitês	620.288,20	0,00	0,00	620.288,20
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.160.896,96	0,00	3.160.896,96
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	146.765,52	0,00	146.765,52
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.724.983,56	0,00	3.724.983,56
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N°01/2021 o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/N °01/2021 o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	N/A	
Total da remuneração	3.266.985,71	18.752.307,37	0,00	22.019.293,08

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração variável do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Prevista para 31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,50	-	14,50
Nº de membros remunerados	7,00	7,50	-	14,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.430.950,07	-	1.430.950,07
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.723.800,27	-	5.723.800,27
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	5.723.800,27	-	5.723.800,27
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,67	7,00	-	14,67
Nº de membros remunerados	7,67	7,00	-	14,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	1.197.233,84	-	1.197.233,84
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.788.935,36	-	4.788.935,36
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	4.788.935,36	-	4.788.935,36
Valor Efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	3.579.074,15	-	3.579.074,15

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	1.137.218	-	1.137.218

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	**8,75**	6,50	-	15,25
Nº de membros remunerados	8,75	6,50	-	15,25
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	667.463,74	-	667.463,74
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	8.009.565,88	-	8.009.565,88
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	5.339.709,92	-	5.339.709,92
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	5.334.000,00	-	5.334.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,0	9,50	0	18,50
Nº de membros remunerados	8,17	9,50	0	17,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	972.841,94	-	972.841,94
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	11.674.103,34	-	11.674.103,34
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	7.782.735,56	-	7.782.735,56
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	3.160.896,96	-	3.160.896,96
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia possui atualmente um plano de remuneração baseado em ações vigente que denominamos mais à frente como “Plano 2”, aprovado em Assembleia em 15/12/2015 e aditado em Assembleia em 05/04/2018 e 18/04/2019. A proposta de concessões para 2021 baseia-se exclusivamente no âmbito deste plano. O plano anterior, que denominamos mais à frente como “Plano 1”, aprovado na Assembleia 29/11/2012, não tem novas outorgas e seus últimos exercícios foram finalizados em 2020.

A Administração da Companhia aprovou um novo Plano de Incentivo Baseado em Ações (“**Plano Novo**”) em Assembleia Geral Extraordinária de 20/04/2021. A intenção da Administração é fazer as concessões no âmbito do Plano Novo a partir de 2022 e extinguir o Plano vigente atualmente ("**Plano 2**"), sem prejuízo do cumprimento, pela Companhia, das obrigações remanescentes com relação às concessões já efetuadas.

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (“**AGE**”) realizada no dia 27/04/2020, para fins comparativos, os valores mencionados nos planos “1” e “2”, nos itens a seguir, consideram o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social.

DESCRIÇÃO DO PLANO 1

(a) termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Opções de Ações da Companhia (“**Plano 1**”) é administrado pelo Conselho de Administração, o qual tem competência privativa para:

(i) definir os Beneficiários de cada tipo de opção e a eleição para o Programa de Sócios;

(ii) definir o número total de opções de cada tipo objeto da outorga, bem como o número de opções de cada tipo a que cada Beneficiário fará jus individualmente;

(iii) definir as metas relacionadas a desempenho para estabelecer critérios de eleição de Beneficiários e determinação de número de opções a serem outorgadas a cada Beneficiário;

(iv) definir a forma e o prazo de pagamento do preço de exercício das opções;

(v) modificar os termos e condições das opções outorgadas no caso de alguma alteração nas leis aplicáveis;

(vi) propor alterações no Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral da Companhia;

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a firmar os Contratos de Opção com os Beneficiários do Plano, bem como os Contratos de Subscrição de Ações e eventuais aditivos, quando necessário; e

(viii) decidir os casos omissos, observadas as orientações gerais do Plano e as disposições legais aplicáveis.

O Plano tem validade pelo prazo de 60 meses imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, permanecendo em vigor até a expiração do Período de Exercício ou Prazo de Validade das Opções em circulação.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 1:

- *Participantes:* Administradores e funcionários da Companhia, que sejam membros do Comitê Executivo da Companhia, ocupem funções de Diretores ou Gestores Executivos, ou sejam funcionários da Companhia e de suas controladas que, a critério do Conselho de Administração, tenham se destacado por contribuir significativamente para o desempenho da Companhia, ou cuja contratação ou retenção seja de vital importância para a boa execução dos planos e estratégias da Companhia;
- *Outorga de Opções Regulares atrelada à aquisição de ações:* ao beneficiário adquirente de ações da Companhia com recursos correspondentes a valores recebidos a título de PLR em um dado exercício social e que se comprometa a mantê-las pelo período de *Lock-up* para recebimento de opções, serão concedidas opções denominadas Opções Regulares;
- *Prazo de vesting* ("**Período de Carência**"): as opções estarão maduras a partir de 3 anos da data da outorga das opções;
- *Prazo de exercício:* as opções podem ser exercidas pelos participantes no prazo máximo de 2 anos a partir da superação do prazo de "*vesting*", ou seja, até 5 anos da outorga;
- *Período de indisponibilidade ("**Lock-up**") sobre Ações para recebimento de Opções Regulares:* as ações adquiridas sob o Plano 2 para fazerem jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade;
- *Outorga de Opções Restritas atrelada a aquisição de ações:* ao beneficiário adquirente de ações TOTVS mediante investimento de valor correspondente a 100% do valor recebido em um dado exercício social a título de PLR, e que se comprometa a mantê-las pelo período de *Lock-up* para recebimento de Opções Restritas, serão concedidas opções denominadas Opções Restritas. As Opções Restritas são destinadas a aproximadamente 20% dos beneficiários das Opções Regulares, os quais integram o denominado "Programa de Sócios";
- *Exercício das Opções Restritas:* as Opções Restritas poderão ser exercidas mediante comprovação do exercício das Opções Regulares; e
- Período de indisponibilidade (''Lock-up'') sobre Ações decorrentes do exercício das Opções Restritas: as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício.

(b) principais objetivos do plano

O Plano de Incentivo baseado em Opções ("**Plano 1**") teve por objetivo estabelecer regras para que determinados funcionários e administradores companhia ou de outras sociedades sob o seu controle ("**Beneficiários**") possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de Opção de compra Ações, visando, com isso, gerar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas, ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco, vincular a concessão de incentivos de longo prazo com o resultado de curto prazo da Companhia e do executivo e introduzir o conceito de "Programa de Sócios", que reforça o poder de retenção de um grupo estratégico selecionado.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano contribui para tal objetivo à medida que cria um vínculo entre a remuneração dos beneficiários elegíveis e o desempenho da Companhia, pois tão maior é o benefício quanto melhor for o desempenho da Companhia e seu reflexo na valorização do preço de sua ação.

As pessoas elegíveis tendem a ficar mais motivadas pela possibilidade de elevar sua remuneração no longo prazo e a trabalhar alinhadas às expectativas do mercado e dos acionistas, tratando de decidir não somente em benefício próprio, mas em benefício da organização como um todo.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano teve por objetivo complementar a remuneração dos beneficiários elegíveis, pois adiciona um elemento de remuneração de longo prazo para mais informações vide item 13.1(b), visto que o beneficiário elegível, para tornar-se titular das Opções Regulares deverá investir o percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, podendo este ser de 50% ou 100%. O percentual do montante recebido no exercício a título de Bônus/PLR investido será considerado como critério de determinação do número de Opções Regulares a ser outorgado pela Companhia ao Beneficiário e para participar do Programa de Sócios e tornar-se titular de Opções Restritas deverá ser de 100%.

O Plano também tem a função de retenção de talentos em um mercado cada vez mais competitivo, além de criar incentivos para proporcionar maior motivação aos beneficiários.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano 1 compunha a estratégia de remuneração dos administradores adicionando um elemento de longo prazo em que o Beneficiário que desejar exercer suas opções poderá exercê-las por um prazo de dois anos que se iniciará no dia seguinte ao final do Período de Carência, considerando que o preço de exercício das Opções será o preço pelo qual serão adquiridas Ações de emissão da Companhia.

As Opções serão válidas por um prazo de cinco anos contados de sua concessão, após o qual serão extintas.

Outro elemento importante é aquele melhor descrito no item 13.4(n), pois o desligamento do beneficiário elegível por justa causa extingue as opções concedidas que ainda não tenham sido exercidas até a data do desligamento, exceções feitas mediante aprovação específica do Conselho de Administração. Dessa maneira, tanto a reserva de direito quanto o desligamento do funcionário exigem, de formas diferentes, que o comportamento profissional das pessoas elegíveis não seja oportunista e seja voltado para períodos de tempo maiores. Isso porque, no curto prazo, suas remunerações não serão acrescidas da parte variável composta por stock options e, no médio prazo, o baixo nível de desempenho do colaborador pode implicar em desligamento ou redução do preço da ação da Companhia.

(f) número máximo de ações abrangidas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderia ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Para efeitos desse limite, serão consideradas todas as Opções outorgadas com base no Plano, bem como as Ações já adquiridas ou subscritas pelos respectivos Beneficiários em decorrência do Plano, estejam elas ou não em seu poder.

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderia emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado, excluído o direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do Artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

A quantidade total de Ações destinadas ao Plano não poderia ultrapassar a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do capital social da Companhia no prazo de quatro anos (contados da data de aprovação do Plano pela Assembleia Geral da Companhia).

(h) condições de aquisição de ações

Para as Opções Regulares aplica-se o preço de mercado da Ação no momento da concessão da Opção, assim determinado com base na média das cotações de fechamento dos últimos cinco pregões anteriores à Data de Outorga. O preço de exercício das Opções Restritas será o cumprimento da obrigação de fazer que consiste na aquisição de Ações de emissão da Companhia com investimento de 100% do montante recebido pelo Beneficiário no exercício anterior a título de Bônus/PLR, líquido de imposto de renda, com a manutenção da propriedade de tais Ações inalterada pelo Período de Lock-up.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A fixação do preço de exercício é baseada no valor unitário das ações da Companhia e corresponde à média aritmética das cotações nos 5 pregões anteriores à data de outorga.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções Regulares poderão ser exercidas por até 24 meses após o Período de Carência, estabelecido em 36 meses, e as Opções Restritas somente poderão ser exercidas após o Período de Carência e mediante comprovação do exercício das Opções Regulares.

Somente poderão ser exercidos lotes completos de Opções, não sendo permitido o exercício fracionado de apenas uma parte de uma concessão.

(k) forma de liquidação

O preço de exercício deve ser pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes. A Companhia utiliza ações mantidas em tesouraria para fazer satisfazer o exercício dos direitos de opção de compra de ações.

(l) restrições à transferência das ações

As ações adquiridas para que o beneficiário faça jus ao recebimento de Opções Regulares serão inalienáveis por período de 2 anos. Já as ações adquiridas em decorrência do exercício das Opções Regulares não estão sujeitas a regra de inalienabilidade. E as ações adquiridas mediante exercício das Opções Restritas ficarão inalienáveis pelo período de 1 ano contado do exercício da opção.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral de Acionistas modificar, suspender ou extinguir o Plano, notadamente na ocorrência de fatores que importem em alteração significativa do panorama econômico, que possa comprometer a situação financeira da Companhia.

A outorga de Opções nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de alienação de controle e operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão.

Se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, tanto por iniciativa do Beneficiário como por iniciativa da Companhia, com ou sem justa causa, as seguintes regras serão aplicadas: (a) o Período de Lock-up que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (b) o Período de Lock-up das Ações Adquiridas com Opções Restritas continuará a fluir normalmente; (c) as Opções Maduras poderão ser exercidas por um prazo de três meses contados da data de Desligamento, após o qual serão extintas; e (d) Opções ainda em Período de Carência serão extintas. Eventuais exceções a esta regra deverão ser aprovadas pelo Comitê de Gente e Remuneração da Companhia.

No caso de falecimento, invalidez permanente ou aposentadoria do beneficiário, as seguintes regras serão aplicadas: (i) o Período de Lock-up que se aplicava às Ações adquiridas diretamente por meio do investimento da PLR do Beneficiário deixará de existir, ficando as Ações imediatamente liberadas para venda; (ii) o Período de Lock-up das Ações adquiridas com Opções Restritas deixará de existir; e (iii) o Período de Carência será eliminado, podendo as Opções serem exercidas imediatamente, durante o Período de Exercício das Opções ou Prazo de Validade das Opções.

DESCRIÇÃO DO PLANO 2

(a) termos e condições gerais

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de dezembro de 2015, foi alterado, conforme aprovado em assembleia realizada em 05 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019, para aprimorar seus conceitos, efetividade e simplicidade, focando nos aspectos centrais e mais críticos.

O Plano 2 é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, com o apoio do Comitê de Gente e Remuneração, que possui poderes para administrá-lo, dispondo, dentre outros, de poderes necessários para, observados os termos e condições do Plano 2:

(i) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano 2, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;

(ii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano 2;

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(iii) determinar o número de as ações ordinárias de emissão da Companhia que serão entregues ao Participante, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano e no contrato ("**Ações Restritas**") a ser conferido para cada Participante

(iv) deliberar sobre a aquisição de Ações pela própria Companhia, conforme necessário;

(v) aprovar o contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(vi) modificar os períodos de carência, bem como os demais termos e condições do contrato na medida em que os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano 2 não sejam prejudicados, estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;

(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com o Plano 2; e

(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, incluindo o recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos até a data da efetiva transferência das Ações Restritas.

O Plano 2, conforme alterado, entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia em 18 de abril de 2019 e deverá permanecer em vigor até 14 de dezembro de 2025.

Indicam-se a seguir as principais características do Plano 2:

- *Período de Carência do Programa Regular:* significa, em relação ao Programa Regular, o período de carência de 3 (três) anos contado da data de outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do Contrato.
- *Período de Carência do Programa de Sócios:* significa, em relação ao Programa de Sócios, o período de carência de 3 (três) anos contado da data de outorga das Ações Restritas, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas nos termos do contrato.
- *Programa Regular:* significa uma parte do Plano 2 composta por: (i) Programa Executivo - para o qual serão elegíveis os empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, que sejam considerados executivos da Companhia, com base em avaliação e performance; e (ii) Programa Destaques do Ano - para o qual serão elegíveis os empregados da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, não executivos, que sejam considerados destaques do ano, com base em avaliação e performance; todos eles indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu único e exclusivo critério.
- *Programa de Sócios:* significa uma parte do Plano 2, para a qual poderão ser convidados a integrar, por indicação do Comitê de Gente e Remuneração e eleição feita pelo Conselho de Administração da Companhia, a seu exclusivo critério, com base em métodos de avaliação individual e corporativa, performance, potencial, plano de carreira e grau de vínculo com a Companhia, determinados empregados e administradores da Companhia e/ou de sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(b) principais objetivos do plano

O “Plano 2” tem por objetivo: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações de forma não onerosa; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; e (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano 2 permite que os Participantes se sintam estimulados a se tornar acionistas da Companhia, com base em critérios de meritocracia, considerando-se critérios de avaliação e performance individual (metodologia 9Box), potencial e vínculo com a Companhia e/ou suas subsidiárias ou controladas e impacto do Participante no negócio presente e futuro da Companhia. Com isso, os Participante serão estimulados a desempenhar suas atividades no melhor interesse da Companhia e, consequentemente, de seus acionistas, gerando valor para esta. Ao mesmo tempo, a concessão de Ações Restritas no âmbito do Plano 2 é estruturada de maneira a permitir que os potenciais ganhos decorrentes da venda de tais ações sejam realizados, se for o caso, no longo prazo, conforme determinado pelo Conselho de Administração, e caso o Participante permaneça vinculado à Companhia e/ou às sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, assim atuando para estimular sua permanência, com o objetivo de retenção dos administradores e empregados de alto nível da Companhia e suas sociedades controladas ou subsidiárias.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O foco na remuneração variável de longo prazo visa a acompanhar as práticas de mercado e oferecer pacotes atrativos, mas que, por outro lado, cuidem dos interesses da Companhia da forma mais eficiente. O Plano tem por objetivo fortalecer o foco nessa forma de remuneração, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exigindo uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Por meio do Plano 2, a Companhia busca estimular a melhoria em sua gestão, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados em longo prazo. A melhoria dos resultados e valorização das ações de emissão da Companhia, por sua vez, maximizam os ganhos dos Participantes na posição de investidor em conjunto com os demais acionistas da Companhia.

Adicionalmente, a existência de períodos de carência faz com que os Participantes se comprometam com a constante valorização da Companhia no curto, médio e longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Ações Restritas a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano 2 não poderá exceder a Ações Restritas correspondentes a 5,68% (cinco inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do capital social total da Companhia, incluídas neste limite as outorgas realizadas no âmbito do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015. Essa diluição está alinhada com o contexto da indústria na qual a Companhia está inserida no Brasil, considerando seu tamanho, estrutura de propriedade, crescimento histórico e potencial futuro, condição financeira e práticas históricas de pagamento por desempenho.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o novo plano não contempla opções de ações.

(h) condições de aquisição de ações

Programa Regular. Os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa Regular e a Companhia terá a obrigação de transferir tais Ações Restritas do Programa Regular ao final do período de carência do Programa Regular, de acordo com os procedimentos a serem estabelecidos no Contrato, termos e condições do Plano.

Programa de Sócios. Em relação ao Programa de Sócios, os Participantes terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios e a Companhia terá a obrigação de transferir a titularidade sobre tais Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência do Programa de Sócios, desde que o Participante possua o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia entre a data de outorga das Ações Restritas (data de assinatura do Contrato) e a data de entrega das Ações Restritas, de forma contínua e ininterrupta.

O Participante que não mantiver o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia, de forma contínua e ininterrupta, após a data da efetiva entrega das Ações Restritas não será elegível a outorgas futuras de Ações Restritas do Programa de Sócios da Companhia.

Para os atuais Participantes do Programa de Sócios e para os Participantes elegíveis ao Programa de Sócios no exercício social de 2018, o montante equivalente a 12 (doze) salários fixos mensais investido em ações da Companhia poderá ser atingido pelo respectivo Participante em até 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas do Programa de Sócios referente ao ano de 2018, ou a partir de outro critério conforme venha a ser definido pelo Conselho de Administração.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada em Ações Restritas que serão diretamente entregues aos Participantes.

O preço de referência para o cálculo do número de Ações Restritas a serem entregues no âmbito do Plano 2 corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 30 (trinta) pregões anteriores à data da efetiva entrega das Ações Restritas ao Participante ou a outro valor de acordo com critério determinado pelo Conselho de Administração que reflita o valor de mercado das Ações.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável. Não se trata de um plano de opção de compra de ações, nos moldes do Artigo 168, §3º da Lei das Sociedades por Ações, mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas diretamente aos Participantes. Após o período de carência de 3 (três) anos contado da data de outorga das ações restritas, o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas e a Companhia estará obrigada a transferir ao Participante as Ações Restritas.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(k) forma de liquidação

O Plano 2 tem, dentre outros, o objetivo de conceder ações restritas a determinados Participantes, sem contraprestação financeira. A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano 2 está: (i) condicionada à celebração de Contrato de Concessão de Ações Restritas e Outras Avenças com cada um dos Participantes; e (ii) sujeita à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término dos períodos de carência aplicáveis.

De tal forma, uma vez atendidas as condições previstas no Plano 2, o Participante fará jus ao recebimento de tais ações restritas, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

(l) restrições à transferência das ações

Sujeito à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, do Participante com a Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia até o término do período de carência aplicável e às regras contidas em cada Contrato, as Ações Restritas serão transferidas pela Companhia ao Participante no prazo de 30 (trinta) dias do término do período de carência, conforme aplicável, bem como nos termos do Contrato.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano 2, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela Assembleia Geral. A Assembleia Geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de incentivo baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no Plano 2.

O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano 2, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes, nem os princípios básicos do Plano 2. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano 2 poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados e/ou estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor estatutário da Companhia e/ou com sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa a qualquer momento durante os períodos de carência, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber ações restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais ações restritas do Programa Regular e ações restritas do Programa de Sócios que já sejam de sua titularidade por força do decurso dos períodos de carência.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia sem justa causa, o Participante fará jus ao recebimento de metade das ações restritas caso tenham decorrido mais de 2 (dois) anos dos Períodos de Carência aplicáveis. O Participante perderá o direito ao recebimento de todas as demais Ações Restritas do Programa Regular e/ou do Programa de Sócios.

Em caso de desligamento por justa causa do Participante, o Participante perderá o direito ao recebimento de todas as ações restritas que não tenham sido transferidas até o momento do desligamento, independentemente do programa aplicável ao Participante.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, ao momento do falecimento, desaparecimento ou invalidez do Participante.

DESCRIÇÃO DO NOVO PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES ("PLANO NOVO")

(a) termos e condições gerais

O Plano Novo será administrado pelo Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, que terá amplos poderes para administrá-lo e interpretá-lo, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(i) aprovar os Programas previstos no Plano Novo, bem como seu respectivo regulamento;

(ii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano Novo, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;

(iii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano Novo, aqueles que dele participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;

(iv) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante;

(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(vi) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à administração do Plano Novo, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que (a) tais alterações não violem as disposições do Plano Novo ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano Novo não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;

(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com o Plano Novo; e

(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano Novo e tratar dos casos omissos.

As deliberações do Comitê de Gente e Remuneração da Companhia terão caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância do Plano Novo, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante poderá integrar o Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, nem participar de discussões em seu âmbito relativamente ao Plano Novo ou a qualquer Programa ou Contrato, e, caso um membro do Comitê venha a ser indicado a participar de qualquer dos Programas, sua adesão ficará condicionada a prévia renúncia ao cargo de membro do Comitê de Gente e Remuneração.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Nenhum Participante poderá, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo ao Plano Novo, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito deste Plano.

O Plano entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanece em vigor até 14 de dezembro de 2025, termo final da vigência do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015 e aditado em 05 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019, que pelo Plano Novo será substituído. Os Contratos firmados com base no Plano permanecerão em vigor até que se cumpram as obrigações neles pactuadas, ainda que, para tanto, as respectivas vigências se estendam além do termo final do prazo de vigência para o Plano aqui estabelecido.

Abaixo, os programas disponíveis no Plano Novo:

"**Programa ILP Destaques**" significa o programa, sujeito ao Plano Novo, para o qual o Comitê de Gente e Remuneração poderá indicar, anualmente, a seu exclusivo critério, com base em avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências, determinados empregados da Companhia e/ou de sociedades controladas em cargos não executivos (abaixo de Gerente Executivo ou de outro cargo que venha a substituí-lo) que sejam considerados, na referida avaliação, "Destaques do Ano". Embora seja possível, não há quaisquer regras que determinem que o Participante seja indicado todo ano para participar deste programa.

"**Programa ILP Master**" significa o programa, sujeito ao Plano Novo, para o qual poderão ser indicados anualmente a participar, pelo Comitê de Gente e Remuneração, a seu exclusivo critério, um grupo seleto de indivíduos considerados chave e críticos para a Companhia, que estejam em cargos executivos, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-los), sejam empregados ou administradores estatutários, observada a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências. Para fazer jus às ações restritas objeto da outorga, o Participante deverá cumprir a "diretriz de propriedade de ações" que estabelece as seguintes obrigações (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das ações restritas ao final do período de carência. É de responsabilidade exclusiva do Participante garantir o cumprimento destas condições, considerando eventuais variações no valor de seu salário bruto fixo mensal, bem como nas eventuais variações do valor de mercado da ação da Companhia. Embora seja possível, não há quaisquer regras que determinem que o Participante seja indicado todo ano para participar deste programa.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

"**Programa ILP Performance**" significa o programa, sujeito ao Plano Novo, para o qual são elegíveis a participar anualmente, conforme indicação do Comitê de Gente e Remuneração, a seu exclusivo critério, executivos da Companhia, assim entendidos aqueles Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-lo), sejam empregados ou administradores estatutários, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e informados aos Participantes, e a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, também informada aos respectivos Participantes, e inclui critérios como resultado, potencial e competências.

(b) principais objetivos do plano

O Plano Novo tem por objetivos: (i) estabelecer regras para que os Participantes possam receber Ações de forma não onerosa; (ii) aumentar o alinhamento a médio e longo prazo dos interesses dos Participantes com os interesses dos acionistas, ampliando o senso de propriedade e o comprometimento dos Participantes por meio do conceito de investimento e risco; (iii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; e (iv) estimular o aumento da performance de longo prazo da Companhia, conforme apurada através de indicadores de negócios.

Cada programa previsto no plano possui seus objetivos específicos: (i) Programa ILP Performance – objetivo de reconhecer os participantes de acordo com a performance de longo prazo da Companhia (pay for performance), considerando ciclos de três anos; (ii) Programa ILP Master – objetivo de reter os executivos críticos para o futuro da Companhia (pay for stay), num horizonte de tempo de cinco anos; e (iii) Programa ILP Destaques – objetivo de reconhecer os talentos da organização, contemplando os cargos não executivos, disseminando a cultura de dono (ownership).

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

A concessão de Ações Restritas busca permitir que os Participantes estejam alinhados com a Companhia e os seus acionistas e sintam-se estimulados a tornarem-se acionistas da Companhia, como consequência da meritocracia aplicada pela Companhia, que considera a performance individual, o potencial, o alinhamento às competências e cultura da Companhia. Com isso, os Participante são estimulados a desempenhar suas atividades no melhor interesse da Companhia e, consequentemente, de seus acionistas, gerando valor para a Companhia, em virtude do cumprimento de metas de longo prazo, no caso do Programa ILP Performance, bem como do investimento dos Participantes nas ações da Companhia, no caso do Programa ILP Master, de modo a vincular o crescimento da Companhia e, consequentemente a valorização das ações de sua emissão, ao ganho financeiro de Participante.

O novo plano de ILP endereça as principais oportunidades de evolução do modelo de remuneração baseado em ações adotado pela Companhia, visando adequação às melhores práticas de mercado e padrões internacionais: (i) mudança na mecânica para definição do montante de ações através da ancoragem em posicionamento de mercado, permitindo uma estabilidade financeira do plano ao longo do tempo e alinhamento constante a mercado do pacote de remuneração executiva; (ii) definição de mensagem específica por programa alinhadas às necessidades estratégia da Companhia, sem risco de sobreposição e complexidade; (iii) inclusão de um programa de performance shares (ILP Performance), gerando um melhor equilibro em relação aos programas focados em retenção (ILP Master e ILP Destaques); e (iv) revisão das métricas existentes no programa, estimulando a performance futura da Companhia alinhada às expectativas dos acionistas, sem deixar de olhar a performance individual do Executivo, medida através da metodologia 9Box.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano Novo veicula o mecanismo de remuneração variável que se alinham aos interesses de médio e longo prazo da Companhia, pois representa uma parcela relevante da remuneração total que se encontra no risco para os Executivos uma vez que está totalmente atrelada à performance individual e, no caso do Programa ILP Performance, ao desempenho de longo prazo da Empresa, conforme demonstrado nos tópicos anteriores.

O foco na remuneração variável de longo prazo visa a acompanhar as práticas de mercado e oferecer pacotes atrativos, mas que, por outro lado, cuidem dos interesses da Companhia da forma mais eficiente. O Plano Novo tem por objetivo fortalecer o foco nessa forma de remuneração, oferecendo a possibilidade de retornos ainda mais atrativos, e, por outro lado, exigindo uma forte demonstração de comprometimento pelos Participantes na criação de valor para a Companhia e seus acionistas, considerando as metas de longo prazo estabelecidas para o Programa ILP Performance.

O Plano Novo se insere na política de incentivo de longo prazo da Companhia, contribuindo para aumentar a remuneração dos administradores e empregados da Companhia, buscando-se alinhar os objetivos individuais desses administradores e empregados, aos objetivos da Companhia, uma vez que os Beneficiários têm um incentivo adicional para adotar condutas que, no longo prazo, gerem valor agregado para a Companhia. Além disso, no caso do Programa ILP Master, ao requerer-se que os Participantes realizem um investimento próprio em ações da Companhia, entende-se que isso fortalece a vinculação do Participante com a Companhia, bem como o sentimento de “dono”.

O incentivo baseia-se, também, na possibilidade de ganhos decorrentes da valorização das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, as concessões de ações, ao oferecerem a possibilidade de realização de ganho apenas mediante o comprometimento de longo prazo do Beneficiário, atuam como um instrumento de atração e retenção dos talentos da Companhia.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano Novo busca criar uma vinculação entre o desempenho dos Participantes a performance da Companhia, inclusive no âmbito da escolha do conjunto desses – a partir do critério de seleção do Comitê, medido através de critérios como resultado, potencial e competências –, o que constitui incentivo para que empregados e administradores busquem tanto no curto prazo, como no longo, manter uma alta performance e adotarem ações que gerem valor agregado para a Companhia e se reflitam na valorização de suas ações no mercado.

O Plano Novo alinha os interesses de seus beneficiários com os interesses dos acionistas da Companhia, na medida em que possibilita que os administradores e empregados tornem-se acionistas da Companhia, estimulando uma gestão eficiente, atraindo e retendo os profissionais altamente qualificados e gerando crescimento e valor para a Companhia.

Os mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos Beneficiários ao longo do tempo incluem, por exemplo, (i) os prazos de carência para a efetiva transferência das Ações Restritas, variando entre três e cinco anos, de acordo com o programa, sem possibilidade de transferência parcial de ações ao longo do período de carência (ii) a necessidade de atendimento de critérios de desempenho para elegibilidade aos Programas do Plano Novo, bem como para a definição do número de Ações Restritas a serem concedidas aos Participantes, conforme as regras aplicáveis a cada um dos Programas, (iii) o atingimento de indicadores de longo prazo da Empresa no caso do Programa ILP Performance, através da composição de métricas relativas de mercado e relacionadas a clientes, e (iv) no âmbito do Programa ILP Master, a necessidade de aquisição de ações da Companhia, como investimento próprio do Participante.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(f) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano Novo não poderá ultrapassar, quando somadas às Ações Restritas entregues sob a égide do Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral em 15 de dezembro de 2015 em 05 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019, 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia, o que corresponde, nesta data, a 32.825.468 ações.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, pois o novo plano não contempla opções de ações.

(h) condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê de Gente e Remuneração, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de três anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de três anos até a data da efetiva entrega das ações restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (anos) variará entre 70% e 130% em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas. Para a primeira outorga, prevista para ser efetivada no ano de 2022, a performance, para fins de apuração do programa, será mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

Total Shareholder Return ("**TSR**") - Retorno Total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrx-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. A Companhia faz parte deste índice a partir de 2021.

Evolução do Lucro por Ação ("**LPA**") – métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Companhia e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Companhia.

Satisfação dos clientes, medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Os indicadores de desempenho propostos para 2022 estão estritamente relacionados ao negócio e setor específico em que a empresa opera e são, especialmente, aplicáveis aos principais direcionadores de valor da Companhia. O conjunto destas três métricas permite um acompanhamento mais completo do desempenho da empresa.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, conforme aprovado pelo Comitê de Gente e Remuneração, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão ("**Contrato**").

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano Novo estará sujeita (i) à celebração de Contrato com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações estabelecidos no Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas nos respectivos Programas e Contratos.

O Programa ILP Destaques estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

O Programa ILP Performance estará sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O Programa ILP Master estará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

Observado o limite máximo de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano Novo, e considerando o número de Ações Restritas a serem entregues aos Participantes no âmbito dos Programas, o Comitê poderá, com o objetivo de atrair e reter determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano Novo para realizar concessões adicionais de Ações Restritas aos Participantes, em número limitado. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento do Participante e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê de Gente e Remuneração, conforme estabelecidos nos respectivos Contratos. O período de carência a ser fixado pelo Comitê de Gente e Remuneração para esse fim será de, pelo menos, 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano Novo tem, dentre outros, o objetivo de outorgar um incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, mas de remuneração baseada na entrega de ações aos Participantes.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Não obstante, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano, corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê de Gente e Remuneração que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

A transferência das Ações Restritas estará sujeita a um prazo de carência de 3 a 5 anos, conforme detalhado no item “d” acima. Os Participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do período de carência aplicável, observadas as regras específicas previstas no Plano Novo, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por justa causa em que o participante deixará de faz jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento parcial das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória; ou (iv) por falecimento, desaparecimento e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

(k) forma de liquidação

Conforme mencionado no item “e” acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da concessão de ações de emissão da Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano Novo, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante fará jus ao recebimento das Ações Restritas, no prazo de 60 (sessenta) dias do término do respectivo período de carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Caso a Companhia opte por realizar pagamento em dinheiro, o preço por ação corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações.

(l) restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos Participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano Novo, ou, ainda, rever as condições do Plano Novo, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

O Comitê de Gente e Remuneração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano Novo.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano Novo, note-se que na hipótese de ocorrência de qualquer um dentre os seguintes eventos: (i) a aquisição, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia; ou (ii) uma reorganização societária, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão seguida de incorporação da parcela cindida ou qualquer operação semelhante que resulte na titularidade, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da sociedade resultante. ("**Troca de Controle**") da Companhia e no caso do Participante ser desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, esse fará jus ao pagamento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê de Gente e Remuneração, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa ou por justa causa, a qualquer momento durante os períodos de carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do desligamento, por força do decurso dos períodos de carência aplicáveis.

Nos casos de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem justa causa, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das ações somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver ao menos 15 dias trabalhados.

Já no caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato.

13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Os demais casos de desligamento não previstos acima serão regulados pelo Comitê de Gente e Remuneração.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, desaparecimento ou declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

A Companhia mantém cópia integral do “Novo Plano” disponível em seu site de Relações com Investidores, que pode ser acessado através do link: https://ri.totvs.com/esg/assembleias-e-reunioes.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia: (i) reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Conforme informado no item 13.4, em 27/04/2020, a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social; sendo que os valores mencionados neste já refletem esse efeito para todas as outorgas e concessões, para fins de comparabilidade.

TABELAS REFERENTE AO "PLANO 1":

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9,00	9,50
N° de membros remunerados	-	9,50
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	12,58
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	11,17
d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	13,69
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,8%

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2019:		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	8,75	6,50
N° de membros remunerados	-	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
a. Das opções em aberto no início do exercício social	-	11,28
b. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
c. Das opções exercidas durante o exercício social	-	10,14
d. Das opções expiradas durante o exercício social	-	11,02
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,5%

Remuneração baseada em ações do exercício social encerrado em 31/12/2020:		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7,67	7,00
N° de membros remunerados	-	5,00
Preço médio ponderado de exercício:		
e. Das opções em aberto no início do exercício social	-	11,87
f. Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
g. Das opções exercidas durante o exercício social	-	11,87
h. Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,6%

Para o exercício social corrente (2021), não há mais opções em aberto no âmbito do "Plano 1", conforme explicado no item 13.4.

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Informações sobre cada concessão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

TABELAS REFERENTE AO "PLANO 2":

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2018

Outorga (21) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9,00	9,50
N° de membros remunerados	-	9,50
Data de outorga	-	04/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	316.388
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	04/06/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	9,84
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	9,00	0,06%

Outorga (22) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9,00	9,50
N° de membros remunerados	-	9,00
Data de outorga	-	04/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	892.125
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	04/06/2021
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	9,84
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	9,00	0,15%

Outorga (23) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9,00	9,50
N° de membros remunerados	-	1,00
Data de outorga	-	26/11/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	73.035
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	18 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	26/06/2020
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	8,31
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,01%

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Outorga (24) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	9,00	9,50
N° de membros remunerados	-	1,00
Data de outorga	-	26/11/2018
Quantidade de opções outorgadas	-	73.035
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	6 meses
Prazo máximo para exercício das opções	-	26/06/2019
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	8,40
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,01%

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2019

Outorga (25) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	8,75	6,50
N° de membros remunerados	1,00	6,00
Data de outorga	26/04/2019	26/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	270.000	567.375
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	26/05/2022	26/05/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	12,83	12,83
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,05%	0,1%

Outorga (26) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	8,75	6,50
N° de membros remunerados	-	6,00
Data de outorga	-	26/04/2019
Quantidade de opções outorgadas	-	280.875
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	26/05/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	12,83
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,05%

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2020

Outorga (27) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7,67	7,00
N° de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	27/04/2020	27/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	270.000	827.625
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	27/05/2023	27/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	16,41	16,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,05%	0,14%

Outorga (28) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7,67	7,00
N° de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	27/04/2020
Quantidade de opções outorgadas	-	407.625
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	27/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	16,41
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,07%

PREVISÃO DA REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 2021Outorga (29) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7,00	7,50
N° de membros remunerados	1,00	7,00
Data de outorga	05/05/2021	05/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	270.000	387.900
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	3 anos	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	05/06/2024	05/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	a ser determinado	a ser determinado
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,05%	0,07%

13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

Outorga (30) de ações restritas		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
N° total de membros	7,00	7,50
N° de membros remunerados	-	7,00
Data de outorga	-	05/05/2021
Quantidade de opções outorgadas	-	787.050
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	3 anos
Prazo máximo para exercício das opções	-	05/06/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	a ser determinado
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	0,13%

** O valor justo das ações é determinado com base no valor da ação de mercado na data da concessão, deduzido da expectativa de dividendos do período de carência, uma vez que os beneficiários não fazem jus ao recebimento.*

13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto

A tabela abaixo apresenta informações sobre as ações em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2":

Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Concessão	**21ª outorga**	**22ª outorga**	**25ª outorga**	**25ª outorga**	**26ª outorga**	**27ª outorga**	**27ª outorga**	**28ª outorga**
Nº de membros	9,50	9,50	8,75	6,50	6,50	7,67	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	1,00	6,00	6,00	1,00	7,00	7,00
Data de concessão	04/05/2018	04/05/2018	26/04/2019	26/04/2019	26/04/2019	27/04/2020	27/04/2020	27/04/2020
Ações em aberto								
Quantidade	212.439	712.125	270.000	567.375	280.875	270.000	827.625	407.625
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Prazo máximo para transferência das ações	04/06/2021	04/06/2021	26/05/2022	26/05/2022	26/05/2022	27/05/2023	27/05/2023	27/05/2023
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço de referência das ações restritas	10,08	10,08	13,40	13,40	13,40	17,00	17,00	17,00
Valor justo das ações no último dia do exercício social	9,84	9,84	12,83	12,83	12,83	16,41	16,41	16,41
Valor justo do total das ações no último dia do exercício social	2.090.399,76	7.007.310,00	3.463.200,00	7.277.530,00	3.602.690,00	4.430.700,00	13.581.326,25	6.689.126,25

*Conforme informado no item 13.4 – em 27/04/2020, a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social; sendo que os valores mencionados acima já refletem esse efeito para todas outorgas.

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as opções exercidas e ações entregues, relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

As opções exercidas referem-se ao "Plano 1" e as ações entregues referem-se ao "Plano 2".

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	7,67	7,00
Nº de membros remunerados	-	6,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	91.785
Preço médio ponderado de exercício	-	11,87
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	8,41
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	777.799
Preço médio ponderado de aquisição	-	13,11
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	11,48

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	8,75	6,50
Nº de membros remunerados	-	6,5
Opções exercidas		
Número de ações	-	192.213
Preço médio ponderado de exercício	-	10,14
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	3,21
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	424.296
Preço médio ponderado de aquisição	-	10,68
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	1,91

13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas e ações entregues - exercício social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº de membros	9,00	9,50
Nº de membros remunerados	-	7,00
Opções exercidas		
Número de ações	-	56.919
Preço médio ponderado de exercício	-	11,17
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	0,28
Ações entregues		
Número de ações entregues	-	70.278
Preço médio ponderado de aquisição	-	10,68
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	(1,97)

Conforme informado no item 13.4, em 27/04/2020, a AGE aprovou o desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de uma ação ordinária para três ações da mesma espécie, sem alteração no capital social; sendo que os valores mencionados acima já refletem esse efeito para todas outorgas para fins de comparabilidade.

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 1 foi determinado utilizando-se a metodologia "Black & Scholes", que estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

O valor justo das Ações Restritas emitidas no âmbito do Plano 2 é determinado com base no valor da ação de mercado na data da concessão, deduzido da expectativa de dividendos do período de carência, uma vez que os beneficiários não fazem jus ao recebimento. De acordo com o CPC-10, esse valor é diferido e amortizado durante o período de carência.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir. Vale ressaltar que a outorga de 2015 estão relacionadas à outorga de opções de ações, enquanto as outorgas a partir de 2018 estão relacionadas às concessões de ações restritas:

TABELA REFERENTE AO "PLANO 1"

	12ª outorga	14ª outorga
Data	20/02/2015	02/04/2015
Preço da outorga	11,87	11,87
Expectativa de dividendos	2,60%	2,60%
Expectativa de volatilidade	29,61%	29,61%
Taxa de juros livre de risco	12,75%	13,00%
Prazo de maturidade	3 anos	3 anos
Valor justo	R$3,79	R$4,04

TABELA REFERENTE AO "PLANO 2"

Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Concessão	21ª outorga	22ª outorga	25ª outorga	25ª outorga	26ª outorga	27ª outorga	27ª outorga	28ª outorga
Data	04/05/2018	04/05/2018	26/04/2019	26/04/2019	26/04/2019	27/04/2020	26/04/2019	27/04/2020
Preço de referência das ações restritas	10,08	10,08	13,40	13,40	13,40	17,00	17,00	17,00
Expectativa de dividendos	1,80%	1,80%	1,44%	1,44%	1,44%	1,17%	1,17%	1,17%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$9,84	R$9,84	R$12,83	R$12,83	R$12,83	16,41	16,41	16,41

13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 anos a contar da data da outorga, ou seja, a opção poderá unicamente ser exercida no prazo entre 3 e 5 anos a contar da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das opções em resultado ao longo de 3 anos. Para as ações restritas, a regra de reserva de direito também é de 3 anos, data essa da entrega das referidas ações.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade anualizada foi determinada pelo desvio padrão das variações dos preços semanais da ação da Companhia negociadas na B3, ajustada pela distribuição de dividendos, no período de três anos até a data de cada outorga.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.8 (a).

13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de encerramento do último exercício social:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	31/12/2020
Conselho de Administração	TOTVS S.A.	86.819.80
Diretoria Estatutária	TOTVS S.A.	707.218
Conselho Fiscal*	TOTVS S.A.	-

* Foi deliberada a instalação do Conselho Fiscal na Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de abril de 2021.

O Presidente do Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária ainda possuem 3.548.064 ações restritas em período de carência do "Plano 2" de remuneração baseado em ações, conforme demonstrado no item 13.6.

13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2% a 5% da remuneração fixa mensal (salário base) do diretor e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o diretor deverá contribuir com o programa ao menos por 3 anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

Segue abaixo tabela com as informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	8,75	6,50
Nº de membros remunerados	8,75	6,50
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Privada TOTVS*
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$1.655.826,70
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$161.884,25
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

*O plano de previdência privada não contempla os membros do Conselho de Administração.

13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	7,00	6,50	9,50	7,67	8,75	9.00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,00	6,50	9,50	7,67	8,75	8,17	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração	4.888.046,07	3.495.449,93	3.557.103,36	2.878.838,40	2.520.790,65	443.564,95	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração	1.859.255,18	1.974.447,06	1.328.892,00	407.616,00	387.581,55	353.856,95	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração	3.938.441,68	3.371.705,42	1.973.927,09	909.330,05	644.490,76	399.875,85	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 12 (doze) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o diretor fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 18 (dezoito) remunerações mensais vigentes à época da rescisão, bem como fará jus ao recebimento da integralidade dos valores relativos ao Programa de Bonificação por Metas.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à companhia. A atual apólice número 087372021010310000581 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.901229/2017-25), firmada com a seguradora AIG SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 01 de julho de 2022 e tem limite máximo de indenizações de R$ 100,0 milhões. Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e USA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1,0 milhão, visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.

Não aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, na Companhia.

13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções

O Sr. Guilherme Stocco Filho, membro independente do Conselho de Administração eleito em 27/04/2020 recebeu o valor total de R$ 28.938,00 entre os meses de janeiro e maio de 2018 pela prestação de serviços de assessoria ao Comitê de Estratégia e Tecnologia ("**CET**"), atuando como membro externo deste Comitê, conforme recomendação do Conselho de Administração e eleição realizada em 27/04/2017.

Inexistem demais administradores na Companhia que possuam remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Para fins comparativos, primeiramente apresentamos o detalhamento da remuneração anual global do exercício de 2020 e a Proposta de Remuneração para o exercício 2021, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2021:

I – EXERCÍCIO 2020

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2020, foi aprovada a verba de remuneração total de até R$42.347.414,09 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quatorze reais e nove centavos) para o exercício social de 2020, englobando a Remuneração Fixa, Variável (bônus), benefícios e a Remuneração Baseada em Ações. Do montante total aprovado, foram realizados R$34.540.622,08 (trinta e quatro milhões, quinhentos e quarenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos).

Conforme demonstrado de forma detalhada nos quadros e gráficos abaixo, a realização de 18,44% (dezoito, vírgula quarenta e quatro por cento) abaixo do limite efetivamente aprovado ocorreu em virtude dos seguintes fatores:

(i) Valor contabilizado referente à Remuneração Baseada em Ações, em decorrência da concessão de ações restritas nas outorgas de 2020 com preço inferior àquele previsto na Proposta de Remuneração por conta da atualização da média dos 30 (trinta) últimos pregões que antecederam a elaboração da proposta e a data da efetiva outorga - proposta foi de R$20,60 (vinte reais e sessenta centavos) e as outorgas foram realizadas com o preço de referência de R$17,00 (dezessete reais);

(ii) O novo membro da Diretoria previsto na proposta para a segunda metade do exercício não foi contratado;

(iii) Bônus abaixo do previsto na proposta por conta do nível médio de atingimento de metas pela Diretoria;

(iv) Reajustes nos contratos de benefícios, como assistência médica e odontológica, inferiores ao originalmente previsto; e

(v) Adesão individual da Diretoria ao benefício pós-emprego relativo ao plano de previdência privada em nível inferior ao previsto na proposta.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

PROPOSTA E EXECUTADO 2020

	Proposta 2020			Executado 2020		
	Conselho	Diretoria	Total:	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	7,67	7,50	15,17	7,67	7,00	14,67
Remuneração Fixa Anual (RF)						
Salário ou pró-labore	3.452.224,00	7.903.570,07	11.355.794,07	3.452.519,96	7.472.519,96	10.924.743,96
Benefícios diretos e indiretos	395.558,64	1.417.346,03	1.812.904,67	369.311,15	1.238.120,80	1.607.431,95
Remuneração por participações em Comitês	1.044.979,20	0,00	1.044.979,20	1.010.995,20	0,00	1.010.995,20
Total RF	**4.892.761,84**	**9.320.916,10**	**14.213.677,94**	**4.832.530,35**	**8.710.640,76**	**13.543.171,11**
Remuneração Variável (RV)						
Bônus	0,00	5.083.735,43	5.083.735,43	0,00	3.579.074,14	13.543.171,11
Total RF + RV	**4.892.761,84**	**14.404.561,53**	**19.297.413,37**	**4.832.530,35**	**12.289.714,90**	**17.122.245,25**
Outros	0,00	364.780,15	364.780,15	0,00	161.884,25	161.884,25
Benefícios pós-emprego	0,00	364.780,15	364.780.15	0,00	161.884.24	161.884,25
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	92.195,26	92.195,26	0,00	92.195,26	92.195,26
Total RV + Outros	**0,00**	**5.540.710,84**	**5.540.710,84**	**0,00**	**3.833.153,65**	**3.833.153,65**
Total RF + RV + Outros	**4.892.761,84**	**14.861.626,94**	**19.754.388,78**			
Remuneração baseada em ações[1]						
Reconhecimento contábil – ano corrente	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	984.600,00	4.504.545,00	5.489.145,00
Reconhecimento contábil – anos anteriores	1.154.400,00	14.523.395,31	14.677.795,31	1.154.400,00	10.520.752,35	11.675.152,35
Total de Remuneração baseada em ações	**2.394.800,00**	**20.198.225,31**	**22.593.025,31**	**2.139.000,00**	**15.025.297,35**	**17.164.297,35**
Total Geral	**7.287.561,84**	**35.059.852,25**	**42.347.414,09**	**6.971.530,35**	**27.569.091,76**	**34.540.622,11**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: o valor executado em 2020 do reconhecimento contábil de anos anteriores da remuneração baseada em ações refere-se a R$1.492.947,59 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), das outorgas de 2016, R$1.889.684,21 (um milhão, oitocentos e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) das outorgas de 2017, R$3.511.380,43 (três milhões, quinhentos e onze mil, trezentos e oitenta reais e quarenta e três centavos) das outorgas de 2018 e R$4.781.140,12 (quatro milhões, setecentos e oitenta e um mil, cento e quarenta reais e doze centavos) das outorgas de 2019.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

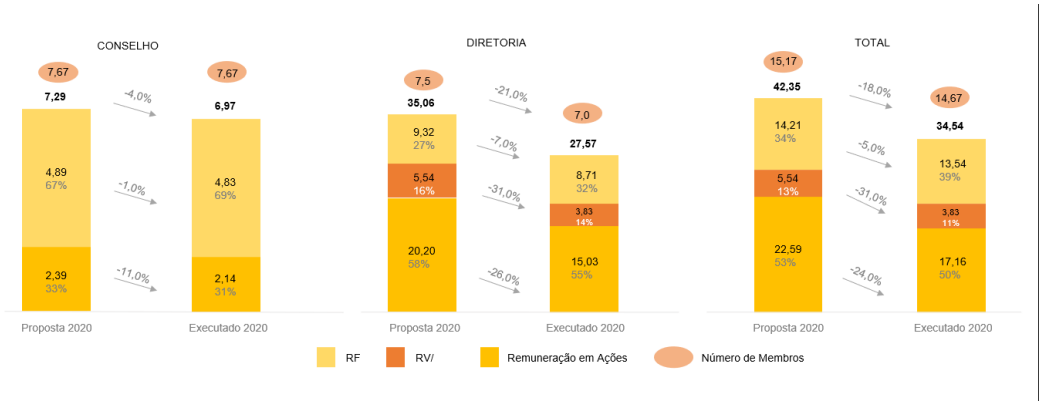
VARIAÇÃO PROPOSTA E EXECUTADO 2020

	Executado 2020 versus Proposta 2020					
	Variação absoluta			Variação percentual (%)		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	0,00	-0,50	-0,50	0,00%	-6,67%	-3,30%
Remuneração Fixa Anual (RF)						
Salário ou pró-labore	0,00	-431.050,11	-431.050,11	0,00%	-5,45%	-3,80%
Benefícios direitos e indiretos	-26.247,49	-179.225,23	-205.472,72	-6,64%	-12,65%	-11,33%
Remuneração por participações em Comitês	-33.984,00	0,00	-33.984,00	-3,25%	-	-3,25%
Total RF	**-60.231,49**	**-610.275,32**	**-670.506,83**	**-1,23%**	**-6,55%**	**-4,72%**
Remuneração Variável (RV)						
Bônus	0,00	-1.504.661,29	-1.504.661,29	-	-29,60%	-29,60
Total RF + RV	**-60.231,49**	**-2.114.936,62**	**-2.175.168,12**	**-1,23%**	**-14,68%**	**-11,27**
Outros						
Benefícios pós-emprego	0,00	-202.895,90	-202.895,90	-	-55,62%	-55,62%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00
Total RV + Outros	**0,00**	**-1.707.557,19**	**-1.707.557,19**	**-**	**-30,82%**	**-30,82%**
Total RF + RV + Outros	**-60.231,49**	**-2.317.832,52**	**-2.378.064,02**	**-1,23%**	**-15,60%**	**-12,04%**
Remuneração baseada em ações[1]						
Reconhecimento contábil – ano corrente	-255.800,00	-1.170.285,00	-1.426.085,00	-20,62%	-20,62%	-20,62%
Reconhecimento contábil – anos anteriores	0,00	-4.002.642,96	-4.002.642,96	0,00%	-27,56%	-25,53%
Total de Remuneração baseada em ações	**-255.800,00**	**-5.172.927,96**	**-5.428.727,96**	**-10,68%**	**-25,61%**	**-24,03%**
Total Geral	-316.031,49	-7.490.760,48	-7.806.791,98	-4,34%	-21,37%	-18,44%

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

PROPOSTA E EXECUTADO 2020



II - EXERCÍCIO 2021

Para 2021, a Administração da Companhia informa que não realizou alterações no plano de remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, seja critérios de Remuneração Fixa, Variável (Bônus), Benefícios ou Remuneração Baseada em Ações.

A. Número de membros:

Em relação ao número de membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para 2021, a Administração da Companhia propõe:

(i) A manutenção na quantidade de cadeiras do Conselho; e

(ii) A possibilidade de acrescentar um membro à Diretoria Estatutária ao longo de 2021.

B. Remuneração fixa, variável e benefícios:

Para fins de equiparação às práticas de mercado, a Administração da Companhia propõe para 2021:

(i) Atualizar os valores referentes à Remuneração Fixa dos membros do Conselho de Administração em índice equivalente à inflação apurada do período;

(ii) Atualizar os valores referentes à Remuneração por Participação em Comitês dos Coordenadores dos Comitês em índice superior à inflação, conforme prática observada no mercado e grau de dedicação diferenciado deste papel em relação aos demais membros dos comitês. Este item representa um adicional de 12,42% (doze vírgula quarenta e dois por cento) em relação à proposta de 2020 na linha de "Remuneração por participação em comitês";

(iii) Atualizar os valores referentes à Remuneração Fixa e Bônus dos Vice-Presidentes (Diretoria Estatutária) em índice equivalente à inflação apurada do período; e atualizar os valores referentes à Remuneração Fixa e Bônus do CEO (Diretoria Estatutária) em índice superior à inflação, visando adequação aos padrões praticados, especialmente, no mercado de tecnologia da informação no Brasil. Estes itens, em conjunto, representam um adicional de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento) na linha de salário da Diretoria Estatutária e de 12,59% (doze vírgula cinquenta e nove por cento) na linha de bônus (ambos comparados com a proposta de 2020); e

(iv) Reajustar os valores de benefícios de assistência médica e odontológica da Diretoria Estatutária, conforme condições previstas nos contratos com os fornecedores.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Consoante ao disposto nos itens acima, a Administração da Companhia propõe para 2021, nos termos da reunião do Conselho de Administração em 12/03/2021, o montante de, até, R$20.723.601,78 (vinte milhões setecentos e vinte e três mil, seiscentos e um reais e setenta e oito centavos) em remuneração fixa e variável, já acrescido dos benefícios. Esta proposta apresenta uma evolução de 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento) em comparação com os valores propostos para 2020, conforme demonstrado nos quadros e gráficos abaixo:

PROPOSTA 2021 (RF + RV + BENEFÍCIOS)

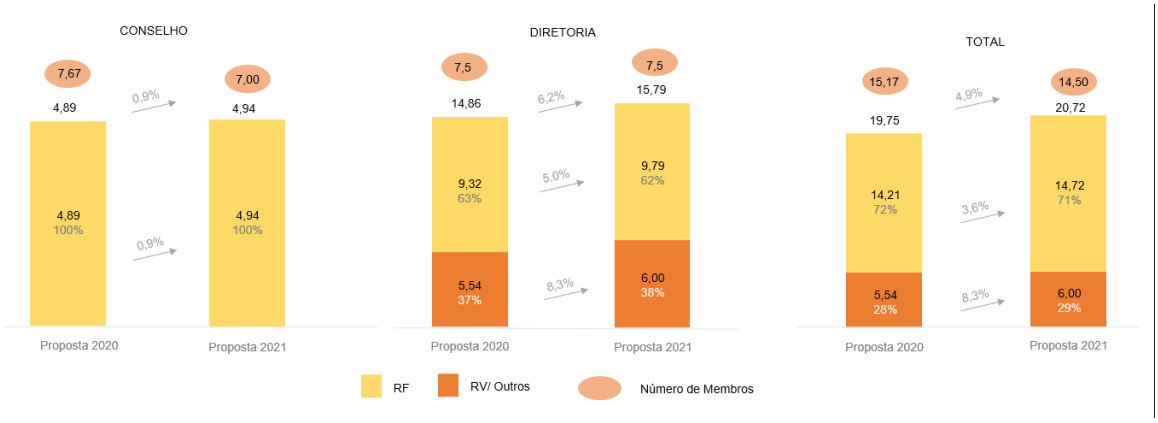
	Proposta 2021			Proposta 2020			Executado 2020		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	7,00	7,50	14,50	7,67	7,50	15,17	7,67	7,00	14,67
Remuneração Fixa Anual (RF)									
Salário ou pró-labore	3.381.243,72	8.292.805,49	11.674.049,22	3.452.224,00	7.903.570,07	11.355.794,07	3.452.224,00	7.472.519,96	10.924.743,96
Benefícios direitos e indiretos	380.699,23	1.495.195,59	1.875.894,82	395.558,64	1.417.346,03	1.812.904,67	369.311,15	1.238.120,80	1.607.431,95
Remuneração por participações em Comitês	1.174.779,61	0,00	1.174.779,61	1.044.979,20	0,00	1.044.979,20	1.010.995,20	0,00	1.010.995,20
Total RF	**4.936.722,57**	**9.788.001,08**	**14.724.723,65**	**4.892.761,84**	**9.320.916,10**	**14.213.677,94**	**4.832.530,35**	**8.710.640,76**	**13.543.171,11**
Remuneração Variável (RV)									
Bônus	0,00	5.723.800,27	5.723.800,27	0,00	5.083.735,43	5.083.735,43	0,00	3.579.074,14	3.579.074,14
Total RF + RV	4.936.722,57	15.511.801,35	20.448.523,92	4.892.761,84	14.404.651,53	19.297.413,37	4.832.530,35	12.289.714,90	17.122.245,25
Outros									
Benefícios pós-emprego	0,00	275.077,86	275.077,86	0,00	364.780,15	364.780,15	0,00	161.884,25	161.884,25
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	92.195,26	92.195,26	0,00	92.195,26	92.195,26
Total RV + Outros	**0,00**	**5.998.878,13**	**5.998.878,13**	**0,00**	**5.540.710,84**	**5.540.710,84**	**0,00**	**3.833.153,65**	**3.833.153,65**
Total RF + RV + Outros	**4.936.722,57**	**15.786.879,21**	**20.723.601,78**	**4.892.761,84**	**14.861.626,94**	**19.754.388,78**	**4.832.530,35**	**12.543.794,41**	**17.376.324,76**

VARIAÇÃO PROPOSTA 2021 E PROPOSTA 2020 (RF + RV + BENEFÍCIOS)

	Proposta 2021 versus Proposta 2020					
	Variação absoluta			Variação percentual (%)		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	-0,67	0,00	-0,67	-8,70%	0,00%	-4,40%
Remuneração Fixa Anual (RF)						
Salário ou pró-labore	-70.980,28	389.235,43	318.255,15	-2,06%	4,92%	2,80%
Benefícios direitos e indiretos	-14.859,41	77.849,56	62.990,15	-3,76%	5,49%	3,47%
Remuneração por participações em Comitês	129.800,41	0,00	129.800,41	12,42%	-	12,42%
Total RF	**43.960,72**	**467.084,99**	**511.045,71**	**0,90%**	**5,01%**	**3,60%**
Remuneração Variável (RV)						
Bônus	0,00	640.064,84	640.064,84	-	12,59%	12,59%
Total RF + RV	43.960,72	1.107.149,83	1.151.110,55	0,90%	7,69%	5,97%
Outros						
Benefícios pós-emprego	0,00	-89.702,29	-89.702,29	-	-24,59%	-24,59%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	-92.195,26	-92.195,26	-	-100,00%	-100,00%
Total RV + Outros	**0,00**	**458.167,29**	**458.167,29**	**-**	**8,27%**	**8,27%**
Total RF + RV + Outros	**43.960,72**	**925.252,28**	**969.213,00**	**0,90%**	**6,23%**	**4,91%**

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

PROPOSTA 2021 (RF + RV + BENEFÍCIOS)



C. Remuneração baseada em ações:

A remuneração baseada em ações reconhecida em cada exercício social e explicada ao longo deste tópico segue estritamente os critérios correspondentes à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável através do CPC 10. O pronunciamento técnico CPC 10, baseado na norma internacional IFRS 2, tem por objetivo prescrever procedimentos para o reconhecimento e divulgação das transações com pagamento com base em ações realizadas pelas Empresas. Para auxiliar o entendimento, de acordo com o CPC10, o custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais deve ser mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado. Esse custo é reconhecido em despesas de remuneração baseada em ações em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período de carência do plano. Para informações detalhadas, acesse:

http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=41

Em relação à evolução ano contra ano, a Remuneração Baseada em Ações passa do valor proposto em 2020 de R$22.593.025,31 (vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, vinte e cinco reais e trinta e um centavos) para a proposta de R$29.563.660,30 (vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e sessenta reais e trinta centavos) em 2021, conforme demonstrado no quadro abaixo:

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

PROPOSTA 2021 (REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES)

	Proposta 2021			Proposta 2020			Executado 2020			Variação prop. 21 X prop. 20
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	
Remuneração baseada em ações[1]										
Reconhecimento contábil – concessões ano corrente	1.855.800,00	8.075.823,00	9.931623,00	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	984.600,00	4.504.545,00	5.489.145,00	3.016.393,00
Reconhecimento contábil – concessões anos anteriores	2.631.300,00	17.000.737,30	19.623.037,30	1.154.400,00	14.523.395,31	15.677.795,31	1.154.400,00	10.520.752,35	11.675.152,35	3.954.241,99
Total de Remuneração baseada em ações	**4.487.100,00**	**25.076.560,30**	**29.563.660,30**	**2.394.800,00**	**20.198.225,31**	**22.593.025,31**	**2.139.000,00**	**15.025.297,35**	**17.64.297,35**	**6.970.634,99**
Quantidade total de ações - concessões ano corrente	270.000,00	1.174.950,00	1.444.950,00	270.000,00	1.235.250,00	1.505.250,00	270.000,00	1.235.250,00	1.505.250,00	-60.300,00
Quantidade total de ações - concessões anos anteriores	540.000,00	3.008.064,00	3.548.064,00	270.000,00	2.601.639,00	2.871.639,00	270.000,00	2.550.613,00	2.820.613,00	676.425,00
Quantidade total de ações	**810.000,00**	**4.183.014,00**	**4.993.014,00**	**540.000,00**	**3.836.889,00**	**4.376.889,00**	**540.000,00**	**3.785.863,00**	**4.325.863,00**	**616.125,00**
Valor econômico nominal total concessões ano corrente	**8.351.100,00**	**36.341.204,00**	**44.692.304,00**	**5.581.800,00**	**25.536.735,00**	**31.118.535,00**	**4.430.700,00**	**20.270.453,00**	**24.701.153,00**	**13.573.769,00**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota 1: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

Nota 2: o valor econômico nominal total multiplica a quantidade total de ações das concessões do ano corrente com o valor justo das ações.

Este crescimento de R$6.970.634,99 (seis milhões, novecentos e setenta mil, seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e nove centavos) se explica pelos seguintes efeitos:

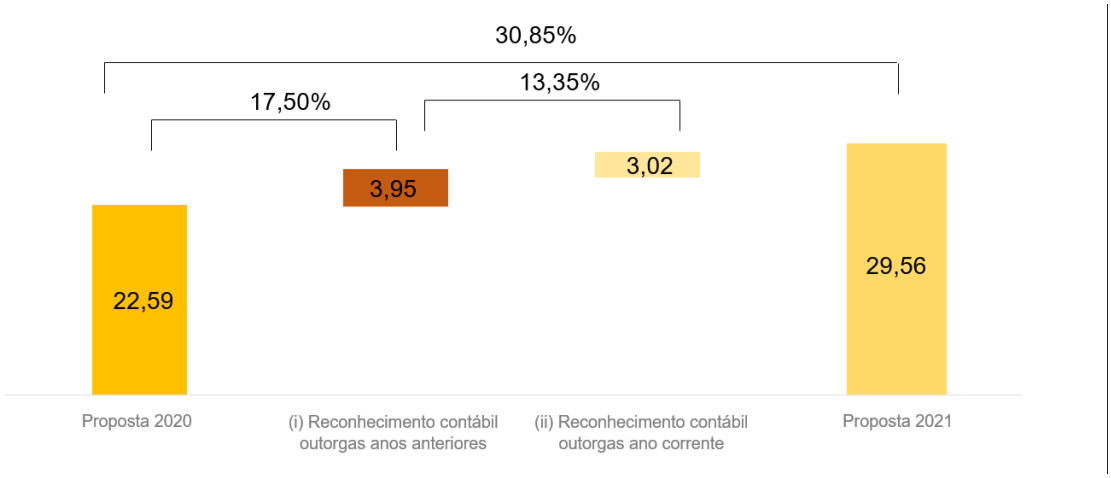
(i) **Reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores:** valorização estimada, de cerca de 214% (duzentos e catorze por cento), das ações concedidas em 2018 que serão efetivamente entregues aos participantes em 2021, com impacto na retenção de tributos na fonte; mais efeito do empilhamento das 3 últimas outorgas, acumulando as concessões de 2018 (4/36 avos em 2021), 2019 (12/36 avos em 2021) e 2020 (12/36 avos em 2021) em conjunto com a concessão de 2021 (8/36 avos em 2021), que acabam aumentando o total do ano em questão. Estes fatores representam um impacto de R$3.954.241,99 (três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos).

(ii) **Reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente:** valorização estimada das ações a serem concedidas em 2021, na faixa de 88% (oitenta e oito por cento), comparativamente à concessão realizada em 2020; isto representa um impacto de R$3.016.393,00 (três milhões, dezesseis mil e trezentos e noventa e três reais), mesmo com a previsão de entrega de 60.300 (sessenta mil e trezentas) ações a menos em 2021.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Somados os itens (i) e (ii), o impacto de 30,85% (trinta, oitenta e cinco por cento) representa a diferença entre a proposta de 2021 e a proposta de 2020, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

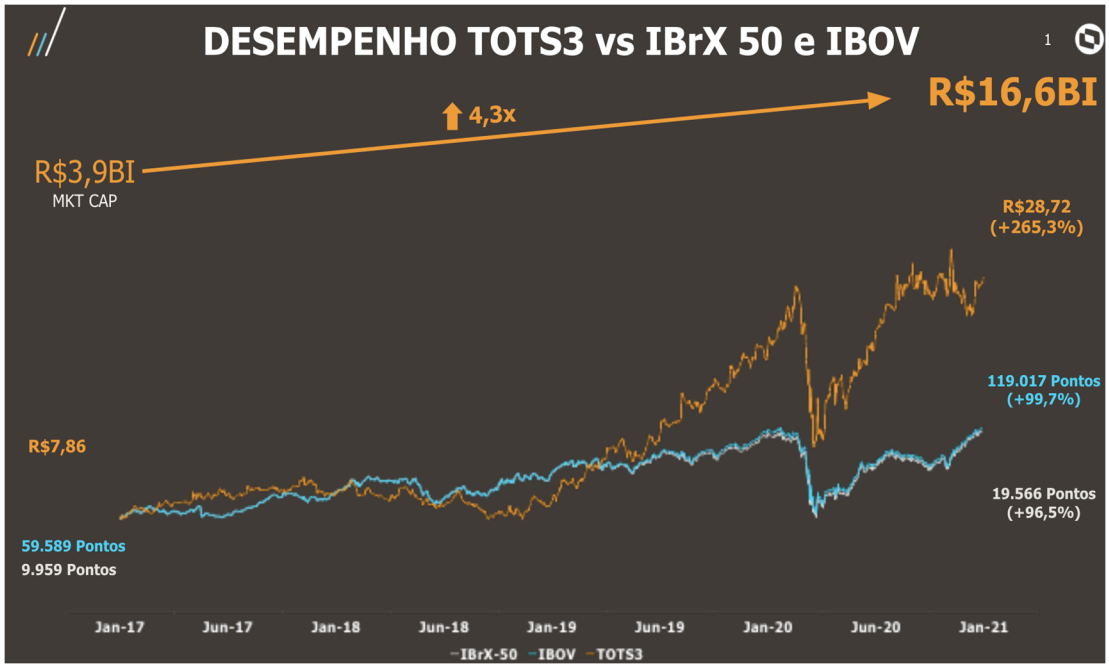
VARIAÇÃO PROPOSTA 2021 E PROPOSTA 2020 (REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES)



Os efeitos positivos supracitados exerceram, como objetivado, seu papel essencial de alinhar os interesses dos acionistas e da Administração, visto a valorização do valor da ação da Companhia ao longo dos últimos anos. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, percebe-se o alto desempenho da TOTS3 frente a dois importantes índices de mercado:

1. **Ibovespa:** mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses. Desde 2020 a Companhia faz parte deste índice.
2. **IBrX50:** indicador do desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. A Companhia faz parte deste índice a partir de 2021.

DESEMPENHO TOTS3 RELATIVO (IBRX 50 E IBOV)



13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Explicamos a seguir, detalhadamente os efeitos das variações dos valores da remuneração baseada em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, considerando o reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente e de anos anteriores:

Reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente:

O Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2015 e aditado em 05 de abril de 2018 e 18 de abril de 2019 ("**Plano**"), poderá abranger até 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do Capital Social da Companhia, que, atualmente, representam 32.825.469 milhões de ações em dez anos, ou uma média de 3.282.547 ações por ano.

Para o exercício de 2021, no âmbito do Plano, o Conselho de Administração pretende conceder 1.444.950 (um milhão, quatrocentas e quarenta e quatro mil, novecentas e cinquenta) ações restritas aos Administradores da Companhia, correspondentes a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do Capital Social nesta data, comparado com 1.505.250 (um milhão, quinhentas e cinco mil, duzentas e cinquenta) ações (0,26% do capital social em 27/04/2020) em 2020. Para efeitos desta proposta, consideramos para o cálculo da concessão referente a 2021 o preço médio dos 30 (trinta) pregões anteriores a 15 de março de 2021, o que representa um valor econômico nominal de R$44.692.303,50 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta centavos), correspondente a R$30,93 (trinta reais e noventa e três centavos) por ação; ressaltando que o fator chave a ser considerado no momento da outorga, prevista para cinco de maio de 2021, é o número de ações que será concedido, pois este já está estabelecido. Vale observar que o valor econômico efetivo a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2021 considerará o preço médio dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de concessão, conforme prevê o Plano. De acordo com a legislação aplicável e as características do Plano, na forma do CPC 10, a contabilização desta concessão de 2021 ocorrerá ao longo de três anos. Em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, o valor a ser contabilizado no exercício de 2021 referente às concessões de 2021 será de até R$9.931.623,00 (nove milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e três reais), que corresponde a 8/36 avos do valor econômico de R$44.692.303,50 (quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil, trezentos e três reais e cinquenta centavos).

No quadro abaixo exemplificamos o efeito estimado da contabilização das outorgas de 2021 ao longo dos próximos anos:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS 2021

Ano	Valor contabilizado	Avos
2021	R$ 9.931.623,00	8/36
2022	R$ 14.897.434,50	12/36
2023	R$ 14.897.434,50	12/36
2024 *	R$ 4.965.811,50	4/36
Valor econômico nominal total	**R$ 44.692.303,50**	**36/36**

*os valores podem sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores:

Adicionalmente ao valor de R$9.931.623,00 (nove milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e três reais), em decorrência do determinado na legislação aplicável (CPC 10), à verba destinada à remuneração baseada em ações deverá ser acrescido o montante de R$19.632.037,30 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e dois mil trinta e sete reais e trinta centavos), referente ao reconhecimento contábil previsto para o exercício de 2021, com relação à contabilização das concessões realizadas em anos anteriores para os Administradores, em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, conforme mencionado anteriormente.

O valor mencionado no parágrafo acima se refere a concessões efetuadas em exercícios anteriores, as quais foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

No quadro abaixo exemplificamos o efeito estimado ao longo dos anos da contabilização das outorgas realizadas de 2018, 2019 e 2020 e que compõe o montante de R$19.632.037,30 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e dois mil trinta e sete reais e trinta centavos) contabilizado dentro do ano de 2021:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2018 A 2021

Ano	Outorgas 2018		Outorgas 2019		Outorgas 2020		Outorgas 2021 (proposta)		Total / ano
	Valor (R$) contabilizado	Avos	Valor (R$) contabilizado	Avos	Valor (RS) contabilizado	Avos	Valor (R$) contabilizado	Avos	
2018	2.330.697,71	8/36	0,00	0/36	0,00	0/36	0,00	0/36	**2.330.697,71**
2019	3.641.557,17	12/36	3.187.426,75	8/36	0,00	0/36	0,00	0/36	**6.828.983,92**
2020	3.511.380,43	12/36	4.781.140,12	12/36	5.489.145,00	8/36	0,00	0/36	**13.781.665,55**
2021	6.617.179,70	4/36	4.781.140,12	12/36	8.233.717,48	12/36	9.931.623,00	8/36	**29.563.660,30**
2022	0,00	0/36	1.593.713,37	4/36	8.233.717,48	12/36	14.897.434,50	12/36	**24.724.865,35**
2023	0,00	0/36	0,00	0/36	2.744.572,49	4/36	14.897.434,50	12/36	**17.642.006,99**
2024	0,00	0/36	0,00	0/36	0,00	0/36	4.965.811,50	4/36	**4.965.811,50**
Valor econômico nominal total	**16.100.815,01**	**36/36**	**14.343.420,36**	**36/36**	**24.701.152,45**	**36/36**	**44.692.303,50**	**36/36**	**94.871.879,82**

Nota 1: o valor de R$6.617.179,70 (seis milhões, seiscentos e dezessete mil, cento e setenta e nove reais e noventa e setenta centavos) inclui o impacto na retenção de tributos na fonte, fruto da valorização estimada, de cerca de 214% (duzentos e catorze por cento), das ações concedidas em 2018 que serão efetivamente entregues aos participantes em 2021.

Nota 2: os valores futuros podem sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Conclusão:

Assim, conforme explicado detalhadamente ao longo deste tópico, os três únicos fatores que determinam a Remuneração baseada em ações são:

(i) a quantidade de ações outorgadas, sendo que para as outorgas de 2021, pretendemos conceder 60.300 (sessenta mil me trezentas) ações a menos que em 2020;

(ii) o preço de referência das ações outorgadas, que corresponde à média dos 30 pregões anteriores à data da outorga, valores que vem subindo ao longo dos últimos anos, fruto da valorização das ações da Companhia; e

(iii) o fator do empilhamento das outorgas ao longo dos anos. Em 2021 estimamos o atingimento do patamar máximo de empilhamento, considerando a conjunção dos fatores (i) e (ii), com a expectativa da manutenção deste patamar para os anos subsequentes.

No quadro abaixo, detalhamos os itens (i) e (ii) referente a cada uma das outorgas reconhecidas no exercício social de 2021 para os Administradores da Companhia.

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2018 A 2021

	Outorgas 2018	Outorgas 2019	Outorgas 2020	Outorgas 2021 (proposta)
Prazo de carência das ações	3 anos			
Preço de referência das ações restritas	R$10,08	R$13,40	R$17,00	R$30,93 *
Quantidade líquida de ações em aberto no exercício social corrente	924.564	1.118.250	1.505.520	1.444.950 **

** O preço de referência das ações restritas a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2021 considerará o preço médio dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de concessão, prevista para cinco de maio de 2021, conforme prevê o Plano.*
*** A quantidade de ações é o fator chave a ser considerado no momento da outorga, pois este já está estabelecido.*
Nota 1: Presidente do Conselho de Administração elegível a partir de 2019.
Nota 2: Quantidade líquida de ações em aberto no exercício social corrente já contempla cancelamentos realizados ao longo do tempo das outorgas de 2018.

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

Diluição:

A diluição líquida acumulada do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações desde a primeira concessão realizada em 2016, até a última concessão realizada em 2020, contemplando o efeito de eventuais cancelamentos realizados ao longo do tempo antes do término do período de carência e considerando todos os participantes contemplados pelas concessões (Presidente do Conselho, Diretoria Estatutária e demais funcionários contemplados), é de 1,43% (um vírgula quarenta e três por cento), ou seja, média de 0,287% (zero vírgula duzentos e oitenta e sete por cento) por ano. Assim, até o presente momento, o Plano utiliza apenas 25,2% (vinte e cinco virgula dois por cento) da diluição máxima permitida de 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia durante o período de vigência do plano (10 anos), mesmo já tendo passado 50% (cinquenta por cento) da sua vigência. Demonstramos esse efeito nos quadros abaixo, considerando a diluição acumulada até o momento e a média anual como referência:

DILUIÇÃO ACUMULADA

Diluição Acumulada	%Diluição	#Ações	Quantidade de Anos
Diluição máxima permitida pelo Plano	5,68%	32.825.469	10
Diluição líquida atual*	1,43%	8.281.278	5
% Já utilizado	25,2%	25,2%	50,0%

DILUIÇÃO MÉDIA ANUAL

Diluição Média Anual como Referência	%Diluição	#Ações	Quantidade de Anos
Diluição máxima permitida pelo Plano	0,568%	3.282.547	10
Diluição méida líquida atual*	0,287%	1.656.256	5
% Já utilizado	50,5%	50,5%	50,0%

Refere-se às Ações Restritas já concedidas aos Participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas

No quadro abaixo, demonstramos a diluição líquida acumulada e diluição líquida média anual dividido entre Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e demais funcionários contemplados por concessões do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações:

DILUIÇÃO ACUMULADA E MÉDIA ANUAL POR ÓRGÃO

Diluição Acumulada*	%Diluição	#Ações	%Representatividade	Diluição Média Anual	Quantidade de Anos
Conselho de Administração	0.09%	540.000	6,52%	0,047%	2
Diretoria Estatuaria	0,72%	4.129.905	49,87%	0,144%	5
Demais	0,62%	3.611.373	43,61%	0,124%	5
Total	1,43%	8.281.278	100,00%	0,287%	5

Considerando as outorga realizadas entre 2016 e 2020

A diluição proposta para as outorgas de 2021 segue o mesmo patamar de diluição aprovado nos dois últimos anos para o Conselho de Administração e nos três últimos anos para a Diretoria Estatutária, não contemplando um aumento para o ano de 2021, conforme demonstrado no quadro a seguir:

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

DILUIÇÃO ANUAL POR ÓRGÃO

	Diluição Liquida Outorga por Ano		
Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatuaria	Total
2018	0,00%	0,19%	0,19%
2019	0,05%	0,15%	0,20%
2020	0,05%	0,21%	0,26%
Proposta 2021	0,05%	0,20%	0,25%

Nota: até o momento não houve cancelamentos de ações das outorgas de 2019 e 2020.

Ressalta-se que houveram cancelamentos realizados ao longo do tempo das outorgas de 2018, sendo a diluição original deste exercício no patamar de 0,23% (zero vírgula vinte e três por cento). E para o ano de 2019 o patamar de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) de diluição justifica-se pela menor quantidade de Diretores Estatutários à época e pelo primeiro ano do CEO, que recebeu uma quantidade menor de ações.

Acreditamos que a diluição do Plano de Incentivo e Retenção Baseado em Ações está alinhada com o contexto da indústria na qual a Companhia está inserida no Brasil, considerando seu tamanho, estrutura de propriedade, crescimento histórico e potencial futuro, condição financeira e práticas históricas de pagamento por desempenho.

D. Remuneração global dos Administradores:

Consoante ao disposto nos itens "A", "B" e "C" acima, a proposta do montante global da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social de 2021 é de até R$ 50.287.262,08 (cinquenta milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais e oito centavos), conforme demonstrado detalhadamente no quadro e gráficos abaixo:

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

	Proposta 2021			Proposta 2020			Executado 2020		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	**7,00**	**7,50**	**14,50**	**7,67**	**7,50**	**15,17**	**7,67**	**7,00**	**14,67**
Remuneração Fixa Anual (RF)									
Salário ou pró-labore	3.381.243,72	8.292.805,49	11.674.049,22	3.452.224,00	7.903.570,07	11.355.794,07	3.452.224,00	7.472.519,96	10.924.743,96
Benefícios diretos e indiretos	380.699,23	1.495.195,59	1.875.894,82	395.558,64	1.417.346,03	1.812.904,67	369.311,15	1.238.120,80	1.607.431,95
Remuneração por participações em Comitês	1.174.779,61	0,00	1.174.779,61	1.044.979,20	0,00	1.044.979,20	1.010.995,20	0,00	1.010.995,20
Total RF	**4.936.722,57**	**9.788.001,08**	**14.724.723,65**	**4.892.761,84**	**9.320.916,10**	**14.213.677,94**	**4.832.530,35**	**8.710.640,76**	**13.543.171,11**
Remuneração Variável (RV)									
Bônus	0,00	5.723.800,27	5.723.800,27	0,00	5.083.735,43	5.083.735,43	0,00	3.579.074,14	3.579.074,14
Total RF + RV	**4.936.722,57**	**15.511.801,35**	**20.448.523,92**	**4.892.761,84**	**14.404.651,53**	**19.297.413,37**	**4.832.530,35**	**12.289.714,90**	**17.122.245,25**
Outros									
Benefícios pós-emprego	0,00	275.077,86	275.077,86	0,00	364.780,15	364.780,15	0,00	161.884,25	161.884,25

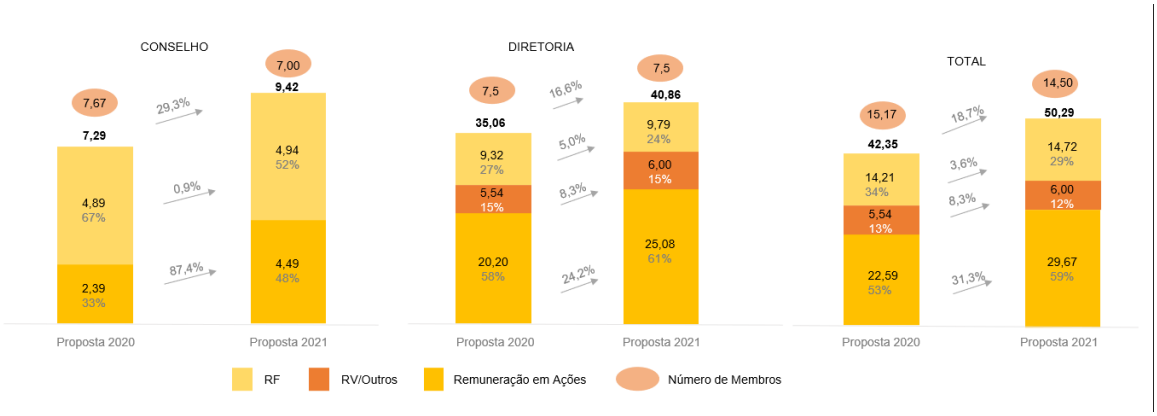
13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

	Proposta 2021			Proposta 2020			Executado 2020		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00	92.195,26	92.195,26	0,00	92.195,26	92.195,26
Total RV + Outros	**0,00**	**5.998.878,13**	**5.998.878,13**	**0,00**	**5.540.710,84**	**5.540.710,84**	**0,00**	**3.833.153,65**	**3.833.153,65**
Total RF + RV + Outros	**4.936.722,57**	**15.786.879,21**	**20.723.601,78**	**4.892.761,84**	**14.861.626,94**	**19.754.388,78**	**4.832.530,35**	**12.543.794,41**	**17.376.324,76**
Remuneração baseada em ações[1]									
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	1.855.800,00	8.075.823,00	9.931.623,00	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	984.600,00	4.504.545,00	5.489.145,00
Reconhecimento contábil concessões anos anteriores	2.631.300,00	17.000.737,30	19.632.037,30	1.154.400,00	14.523.395,31	15.677.795,31	1.154.400,00	10.520.752,35	11.675.152,35
Total de Remuneração baseada em ações	**4.487.100,00**	**25.076.560,30**	**29.563.660,30**	**2.394.800,00**	**20.198.225,31**	**22.593.025,31**	**2.139.000,00**	**15.025.297,35**	**17.164.297,35**
Total Geral	**9.423.822,57**	**40.863.439,51**	**50.287.262,08**	**7.287.561,84**	**35.059.852,25**	**42.347.414,09**	**6.971.530,35**	**27.569.091,76**	**34.540.622,11**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES



O crescimento de 18,75% (dezoito vírgula setenta e cinco por cento) da remuneração global proposta para o exercício 2021, em comparação com a proposta de 2020, tem seu maior impacto absoluto na linha de "reconhecimento contábil da remuneração baseada em ações de anos anteriores", que por si só, possui um crescimento de R$3.954.241,99 (três milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e nove centavos), equivalente a um incremento de 25,22% (vinte e cinco vírgula vinte e dois por cento) ano contra ano, conforme demonstrado no quadro abaixo:

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

	Proposta 2021 versus Proposta 2020					
	Variação absoluta			Variação percentual (%)		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Número de Membros	-0,67	0,00	-0,67	-8,70	0,00	-4,40
Remuneração Fixa Anual (RF)						
Salário ou pró-labore	-70.980,28	389.235,43	318.255,15	-2,06%	4,92%	2,80%
Benefícios direitos e indiretos	-14.859,41	77.849,56	62.990,15	-3,76%	5,49%	3,47%
Remuneração por participações em Comitês	129.800,41	0,00	129.800,41	12,42%	-	12,42%
Total RF	**43.960,72**	**467.084,99**	**511.045,71**	**0,90%**	**5,01%**	**3,60%**
Remuneração Variável (RV)						
Bônus	0,00	640.064,84	640.064,84	-	12,59%	12,59%
Total RF + RV	43.960,72	1.107.149,83	1.151.110,55	0,90%	7,69%	5,97%
Outros						
Benefícios pós-emprego	0,00	-89.702,29	-89.702,29	-	-24,59%	-24,59%
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	-92.195,26	-92.195,26	-	-100%	-100%
Total RV + Outros	**0,00**	**458.167,29**	**458.167,29**	**-**	**8,27%**	**8,27%**
Total RF + RV + Outros	**43.960,72**	**925.252,28**	**969.213,00**	**0,90%**	**6,23%**	**4,91%**
Remuneração baseada em ações[1]						
Reconhecimento contábil – concessões ano corrente	615.400,00	2.400.993,00	3.016.393,00	49,61%	42,31%	43,62%
Reconhecimento contábil – concessões anos anteriores	1.467.900,00	2.477.341,99	3.954.241,99	127,94%	17,06%	25,22%
Total de Remuneração baseada em ações	**2.092.300,00**	**4.878.334,99**	**6.970.634,99**	**87,37%**	**24,15%**	**30,85%**
Total Geral	2.136.260,72	5.803.587,26	7.939.847,99	29,31%	16,55%	18,75%

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

Assim, o crescimento do total de remuneração do ano corrente (contemplando as linhas de remuneração fixa, variável, outros e remuneração baseada em ações da concessão de 2021) é de 14,94% (catorze vírgula e noventa e quatro por cento), conforme demonstrado nos quadros e gráficos a seguir:

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

	Proposta 2021			Proposta 2020			Executado 2020		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Total RF + RV + Outros	4.936.722,57	15.786.879,21	20.723.601,78	4.892.761,84	14.861.626,94	19.754.388,78	4.832.530,35	12.543.794,41	17.376.324,76
Remuneração baseada em ações[1]									
Reconhecimento contábil – concessões ano corrente	1.855.800,00	8.075.823,00	9.931.623,00	1.240.400,00	5.674.830,00	6.915.230,00	984.600,00	4.504.545,00	5.489.145,00
Total Remuneração – ano corrente	6.792.522,57	23.862.702,21	30.655.224,78	6.133.161,84	20.536.456,94	26.669.618,78	5.817.130,35	17.048.339,41	22.865.469,76
Remuneração baseada em ações[1]									
Reconhecimento contábil – concessões anos anteriores	2.631.300,00	17.000.737,30	19.632.037,30	1.154.400,00	14.523.395,31	15.677.795,31	1.154.400,00	10.520.752,35	11.675.152,35
Total Geral	9.423.822,57	40.863.439,51	50.287.262,08	7.287.561,84	35.059.852,25	42.347.414,09	6.971.530,35	27.569.091,76	34.540.622,11

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

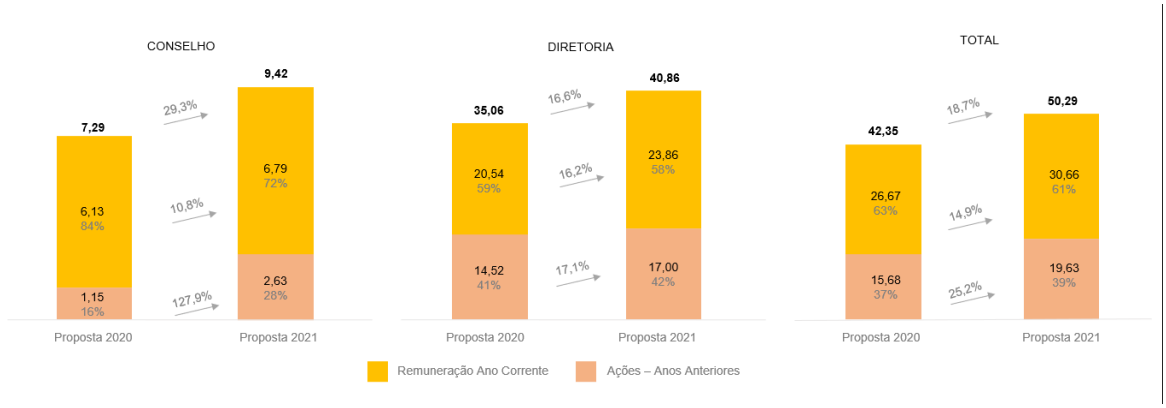
13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

	Proposta 2021 versus Proposta 2020					
	Variação absoluta			Variação percentual (%)		
	Conselho	Diretoria	Total	Conselho	Diretoria	Total
Total RF + RV + Outros	**43.960,72**	**925.252,28**	**969.213,00**	**0,90%**	**6,23%**	**4,91%**
Remuneração baseada em ações¹						
Reconhecimento contábil - concessões ano corrente	615.400,00	2.400.993,00	3.016.393,00	49,61%	42,31%	43,62%
Total Remuneração - ano corrente	659.360,72	3.326.245,27	3.985.606,00	10,75%	16,20%	14,94%
Remuneração baseada em ações¹						
Reconhecimento contábil concessões anos anteriores	1.476.900,00	2.477.341,99	3.954.241,99	127,94%	17,06%	25,22%
Total Geral	**2.136.260,72**	**5.803.587,26**	**7.939.847,99**	**29,31%**	**16,55%**	**18,75%**

(1) Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES



E. PROPORÇÃO DE CADA ELEMENTO NA REMUNERAÇÃO TOTAL

O aumento da relação da remuneração variável frente a remuneração fixa ao longo dos anos alinha adequadamente a estratégia de remuneração com o objetivo de impulsionar desempenho futuro da Empresa.

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2021	2020	2019	2018
Fixa	20%	27%	29%	58%
Variável	76%	67%	60%	37%
Benefícios	4%	5%	11%	5%

13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2021	2020	2019	2018
Fixa	48%	64%	82%	100%
Variável*	48%	31%	14%	-
Benefícios*	4%	5%	4%	-

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

F. CONCLUSÃO:

Temos a convicção que a proposta de remuneração para 2021 está alinhada com o desempenho operacional e de longo prazo da empresa, conforme demonstrado nos quadros abaixo, com o comparativo das principais métricas de crescimento do último ano *versus* o crescimento da remuneração proposta de 2021 frente a proposta de 2020:

PRINCIPAIS INDICADORES E COMPARATIVO DE REMUNERAÇÃO

Indicador	2020	2019	Δ
Receita líquida total *	2.596.077	2.282.124	**13,8%**
Receita Líquida de Software Recorrente*	1.954.093	1.729.218	**13,0%**
EBITDA Ajustado consolidado *	589.717	469.742	**25,5%**
Margem EBITDA Ajustada consolidada	22,7%	20,6%	**210 pb**
Ação TOTS3	28,72	21,52	**33,5%**
Ibovespa	119.017	115.645	**2,9%**
IBrX50	19.566	18.882	**3,6%**

* Valores em milhares

Remuneração	Proposta2021	Proposta2020	Δ
Total remuneração fixa	14.724.724	14.213.678	**3,6%**
Total remuneração fixa + variável + outros	20.723.602	19.754.389	**4,9%**
Remuneração total ano corrente [1]	30.655.225	26.669.619	**14,9%**
Remuneração baseada em ações - reconhecimento contábil anos anteriores	19.632.037	15.677.795	**25,2%**
Remuneração Global Total	50.287.262	42.347.414	**18,7%**
Proporção da remuneração variável totalsobre a remuneração global total [2]	70%	60%	**10 p.p.**
Quantidade de ações - outorga 2021	1.444.950	1.505.250	**-4,0%**
Diluição outorga do ano	0,25%	0,26%	**-2,6%**

[1] Remuneração fixa + variável + outros + remuneração baseada em ações do ano corrente

[2] Remuneração variável engloba bônus + remuneração baseada em ações do ano corrente

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número de empregados da Companhia e de suas controladas, consolidado e por localização geográfica:

Número de empregados				
(Por cargo)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Brasil				
Prestação de serviços	3.736	3.676	3.347	3.778
Pesquisa e Desenvolvimento	2.491	2.542	2.236	2.382
Vendas	869	734	639	695
Administrativo / Outros	933	914	749	950
Total	8.029	7.866	6.971	7.805

Número de empregados				
(Por localização Geográfica)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Brasil	7.784	7.612	6.716	7.529
Demais países latinos	236	239	242	221
Estados Unidos da América	5	11	9	44
Europa	4	4	4	3
Ásia	0	0	0	8
Total	8.029	7.866	6.971	7.805

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número de terceirizados contratados pela Companhia e por suas controladas, consolidado:

Número de terceirizados				
	30/06/2021	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Brasil				
Segurança, Portaria e Limpeza	134	220	207	209
Representantes Comerciais	0	0	0	0
Outras Atividades	59	59	54	77
TOTAL	193	279	261	286

14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos

Número de terceirizados				
(Por localização Geográfica)	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
	193	279	261	286
TOTAL	193	279	261	286

(c) índice de rotatividade

	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Índice de rotatividade (Turn-over[1])	11,40%	16,54%	20,84%	22,21%

[1]*Turn-over* = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos

O aumento do número de empregados, entre 2019 e 2020, é reflexo de uma absorção inorgânica das empresas adquiridas (Consinco, Supplier e Weath Systems) no Consolidado TOTVS.

Mesmo em um cenário instável de pandemia no ano de 2020, a Companhia apresentou a menor taxa de *turnover* dos últimos 3 anos, se destacando positivamente em relação à mediana do mercado *high tech*. Isto demonstra consistência nas ações da empresa no plano de retenção de seus talentos.

A Companhia continua com o foco em sinergia nas áreas Administrativas, onde vêm apresentando maior ganho de eficiência operacional nos últimos anos, e integração das empresas adquiridas.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da Companhia prevê que a remuneração seja estabelecida conforme os padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, objetivando manter a capacidade de atração e retenção dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada no Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A remuneração fixa refere-se ao valor recebido mensalmente pelo participante, pago na folha de pagamentos, que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como “salário nominal”.

A remuneração variável refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo participante, recompensando-o por seu desempenho individual diferenciado, pelos resultados de sua área de atuação e/ou pelos resultados globais da Companhia, podendo ser decorrente do cumprimento de metas, conforme definido em programa específico.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece certos benefícios aos seus participantes objetivando proporcionar aos mesmos uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de profissionais. Entre os principais benefícios oferecidos pela Companhia estão: (i) adesão a plano de saúde que proporciona atendimento médico, laboratorial e hospitalar a todos os participantes e seus dependentes diretos; (ii) adesão a plano odontológico aos participantes e dependentes diretos; e (iii) adesão a um programa de previdência privada (plano de contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

I. grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do Plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração para participarem do Plano, conforme “Plano 2” indicado no item 13.4 desse formulário.

II. condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

III. preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

IV. prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano.

V. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar a 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme “Plano 2” indicado no item 13.4 desse formulário.

14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos

A Companhia mantém um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as Entidades Sindicais. Realizamos reuniões para estruturação de acordos coletivos específicos, tais como: Participação nos Lucros e Resultados, Banco de Horas, entre outros, sempre buscando atender aos interesses das partes envolvidas.

As relações de trabalho da Companhia, individuais e coletivas, são realizadas de forma direta, sendo pautadas no respeito e na ética, visando o fiel cumprimento da legislação trabalhista vigente. Na Companhia, todos os participantes são cobertos por convenções coletivas de trabalho.

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 não houve greves de empregados, funcionários e/ou colaboradores.

Para garantir o cumprimento das normas trabalhistas vigentes, a Companhia mantém na sua estrutura um time focado em relações do trabalho e com os sindicatos buscando sempre a sinergia dos *stakeholders* para manter o relacionamento harmônico e amistoso das partes.

14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 11/01/2022					
9.101.168	1,475	0	0,000	9.101.168	1,475
Canada Pension Plan Investment Board					
	Canada	Não	Não	24/09/2021	
32.754.201	5,307	0	0,000	32.754.201	5,307
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Constellation Investimentos e Participações Ltda.					
06.182.127/0001-55	Estados Unidos	Não	Não	24/09/2021	
42.914.618	6,953	0	0,000	42.914.618	6,953
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
GIC Private Limited					
08.765.815/0001-73	Estados Unidos	Não	Não	31/01/2022	
40.450.455	6,554	0	0,000	40.450.455	6,554
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
HG SENTA PUA FIA					
08.613.315/0001-16	Brasileiro	Não	Não	24/09/2021	
144.800	0,024	0	0,000	144.800	0,024
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Laércio José de Lucena Cosentino					
032.737.678-39	Brasileiro	Não	Não	24/09/2021	
6.631.704	1,075	0	0,000	6.631.704	1,075
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
LC EH Participações e Empreendimentos S/A					
02.986.755/0001-32	Brasileiro	Não	Não	24/09/2021	
80.282.970	13,008	0	0,000	80.282.970	13,008
Classe Ação	**Qtde. de ações**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
404.903.265	65,604	0	0,000	404.903.265	65,604

15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações					
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
TOTAL					
617.183.181	100,000	0	0,000	617.183.181	100,000

15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	20/04/2021
Quantidade acionistas pessoa física	65.401
Quantidade acionistas pessoa jurídica	480
Quantidade investidores institucionais	1.191

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias	519.851.955	84,230%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	519.851.955	84,230%

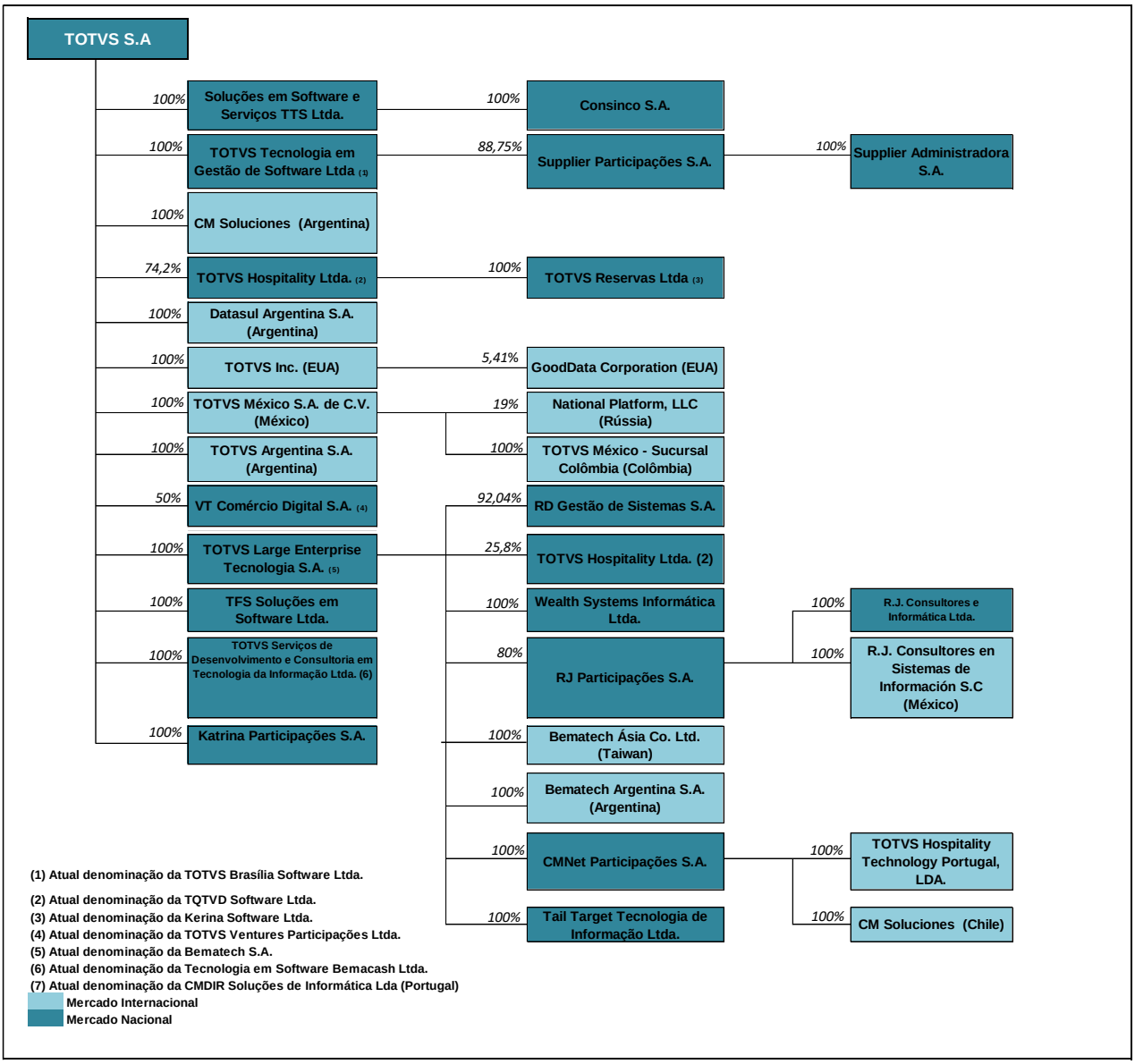
15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Acionistas

TOTVS S.A	
100,000%	
13,008%	LC EH Participações e Empreendimentos S/A (*)
6,953%	Constellation Investimentos e Participações Ltda.
6,554%	GIC Private Limited
5,307%	Canada Pension Plan Investment
1,075%	Laércio José de Lucena Cosentino
0,023%	HG Senta Pua Fia (*)
1,475%	Ações em Tesouraria
65,604%	Outros *(free float)*

(*) Laércio José de Lucena Cosentino e Ernesto Haberkon detêm participação no fundo HG Senta Pua Fia e LC EH Participações e Empreendimentos S/A. Marcelo Eduardo Cosentino detém posição no fundo HG Senta Pua Fia.

Grupo Econômico (Organograma da Companhia em 31 de maio de 2021)



15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

Não há acordo de acionistas da Companhia que estejam arquivados na sede da Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm

Não se aplica, haja vista que não há grupo de controle na Companhia.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

2021

a. evento	**Aprovação da Incorporação da Neolog Consultoria e Sistemas S.A. pela Companhia.**
b. principais condições do negócio	A Companhia é titular de 100% do capital social da Neolog, não havendo acionistas minoritários, cujos resultados já são integralmente refletidos nas suas demonstrações financeiras. A incorporação teve por objetivo simplificar a estrutura societária e racionalizar operações, otimizar a administração e minimizar despesas, sem qualquer efeito no capital social ou patrimônio líquido da Companhia. (i) A Neolog foi sucedida pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações, nos termos do artigo 227 da Lei nº 6.404/76, e as ações de emissão da Neolog foram extintas, nos termos do §1º do artigo 226 da Lei nº 6.404/76, sem a atribuição de ações de emissão da Companhia em substituição aos direitos de acionista; (ii) Tendo em vista que o patrimônio líquido da Neolog, cuja única acionista é a Companhia, já está integralmente refletido no patrimônio líquido da Companhia, em decorrência da aplicação do método de equivalência patrimonial, não houve aumento de capital da Companhia ou emissão de novas ações em decorrência da Incorporação da Neolog; (iii) Em razão das características da Incorporação da Neolog, a Companhia entendeu não ser necessária a preparação do laudo a que se refere o artigo 264 da Lei nº 6.404/76, entendimento este que é ora ratificado pelos acionistas; (iv) Em virtude dos fatos registrados acima, não houve direito de recesso em decorrência da Incorporação da Neolog.
c. sociedades envolvidas	Companhia, Neolog Consultoria e Sistemas S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/04/2021. Vide quadro do item 15.4.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a. evento	**Aquisição pela TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. ("TOTVS Large") de quotas que representam 92% do capital social da RD GESTÃO E SISTEMAS S.A. ("RD Station").**
b. principais condições do negócio	Aquisição pelo montante de R$1.861 milhões.
c. sociedades envolvidas	Companhia, TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. e RD Station.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi realizada em 09/03/2021 e concluída 31/05/2021. Vide quadro do item 15.4.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

2020

a. evento	**Aquisição pela TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda. de 88,8% do Capital da Supplier Participações S.A., detentora da totalidade das ações da Supplier Administradora De Cartões De Crédito S.A.**
b. principais condições do negócio	Aquisição pelo montante R$458,405 milhões (quatrocentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação. Adicionalmente, também está previsto o pagamento de preço de compra complementar condicionado ao atingimento de metas estabelecidas para a Supplier relativas aos exercícios de 2020 e 2021.
c. sociedades envolvidas	Companhia, TOTVS Tecnologia em Software de Gestão Ltda., Supplier Participações S.A., Supplier Administradora De Cartões De Crédito S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi finalizada em 30/04/2020. Vide quadro do item 15.8.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

a. evento	**Aquisição pela Soluções em Software e Serviços TTS Ltda. ("TTS") de ações que representam 100% do capital social da CONSINCO S.A. ("CONSINCO")**
b. principais condições do negócio	Aquisição pelo montante de R$197 milhões (cento e noventa e sete milhões de reais) aos vendedores na data de fechamento da transação. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar de até R$55 milhões (cinquenta e cinco milhões de reais) sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a CONSINCO relativas aos exercícios de 2020 e 2021 e ao cumprimento de outras condições.
c. sociedades envolvidas	Companhia, TTS e CONSINCO
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi finalizada em 30/01/2020. Vide quadro do item 15.8.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

a. evento	**Aquisição pela TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. ("TOTVS Large") de quotas que representam 100% do capital social da Wealth Systems Informática Ltda. ("WEALTH SYSTEMS")**
b. principais condições do negócio	Aquisição pelo montante de R$27,0 milhões (vinte e sete milhões), sujeito a ajustes, dos quais R$11,750 milhões (onze milhões e setecentos e cinquenta mil reais) pagos à vista aos vendedores e R$10,3 milhões (dez milhões e trezentos mil reais) a serem pagos em fevereiro de 2021. Adicionalmente, também está previsto o pagamento de preço de compra complementar variável conforme o atingimento de metas estabelecidas para a WEALTH SYSTEMS no exercício de 2023.
c. sociedades envolvidas	Companhia, TOTVS Large e Wealth Systems
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi realizada em 08/04/2020. Vide quadro do item 15.4.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

a. evento	**Aquisição pela TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A. ("TOTVS Large") de quotas que representam 100% do capital social da Tail Target Tecnologia de Informação Ltda ("TAIL")**
b. principais condições do negócio	Aquisição pelo montante de R$42 milhões. Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar variável de até R$20 milhões sujeito ao atingimento de metas estabelecidas para a TAIL relativas aos exercícios de 2021 e 2022 e ao cumprimento de outras condições.
c. sociedades envolvidas	Companhia, TOTVS Large e Tail
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi realizada em 21/12/2020. Vide quadro do item 15.4.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

2019

a. evento	**Alienação da totalidade da participação da Companhia na Bematech Hardware Ltda.**
b. principais condições do negócio	Alienação pelo montante de R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação
c. sociedades envolvidas	Companhia, Bematech S.A. e Bematech Hardware Ltda
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi concluída em 24/10/19. Vide quadro do item 15.4.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

a. evento	**Alienação da totalidade da participação da Companhia na Bematech International Corporation ("BIC")**
b. principais condições do negócio	Alienação pelo montante de USD 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), sujeito a determinados ajustes, conforme termos do SPA (Stock Purchase Agreement - "SPA")
c. sociedades envolvidas	Companhia, Bematech S.A. e Bematech International Corporation

15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

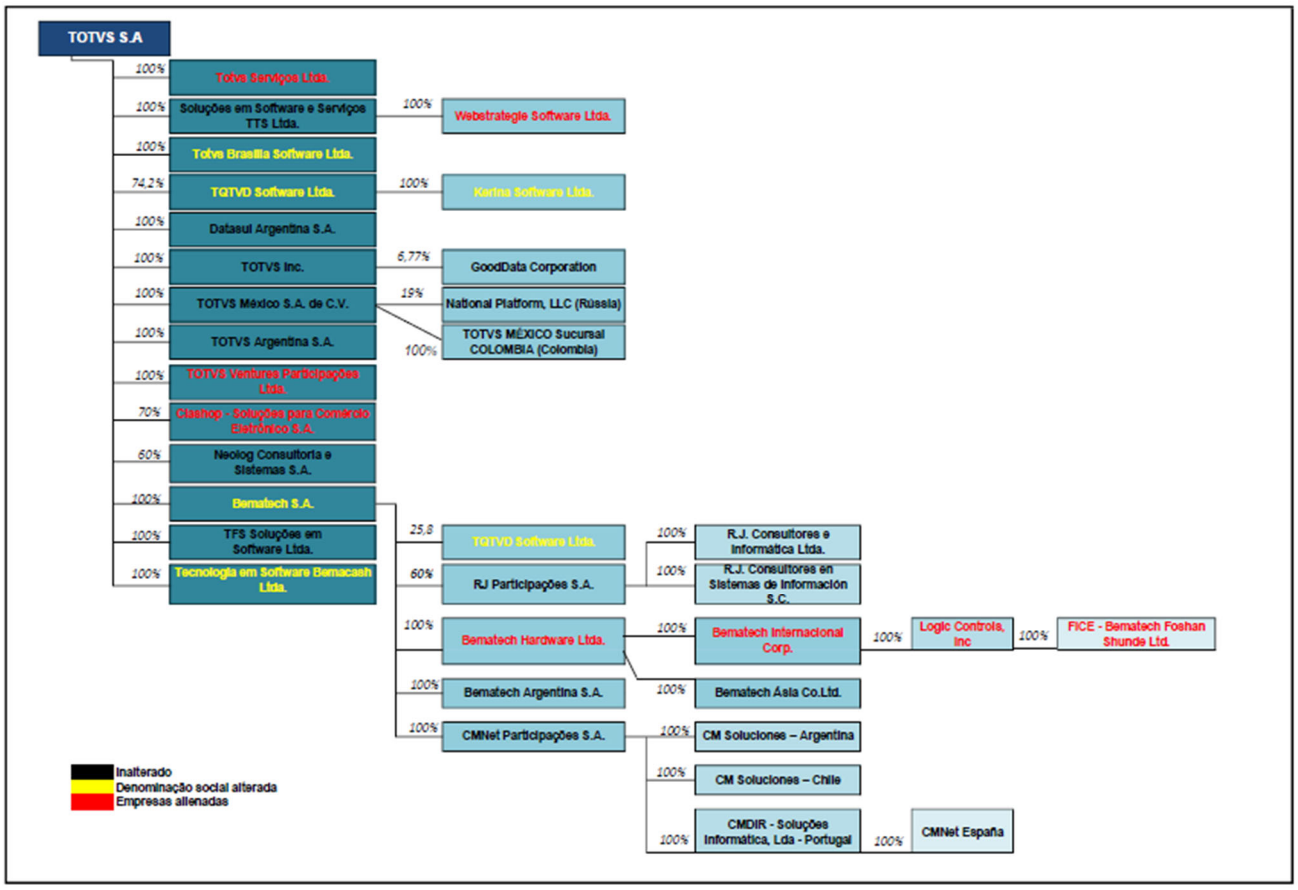
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	A operação foi concluída em 06/11/19. Vide quadro do item 15.8.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

a. evento	**Alienação da totalidade da participação da Companhia na CIASHOP S.A.**
b. principais condições do negócio	Alienação pelo montante de R$21.175.000,00 (vinte e um milhões cento e setenta e cinco mil reais), sujeito a ajustes, a ser pago no fechamento da transação.
c. sociedades envolvidas	Companhia e Cia SHOP S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	Não houve reflexo no quadro acionário da Companhia em decorrência deste evento.
e. quadro societário antes e depois da operação	operação foi concluída em 31/07/19. Vide quadro do item 15.8.
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	N/A

15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

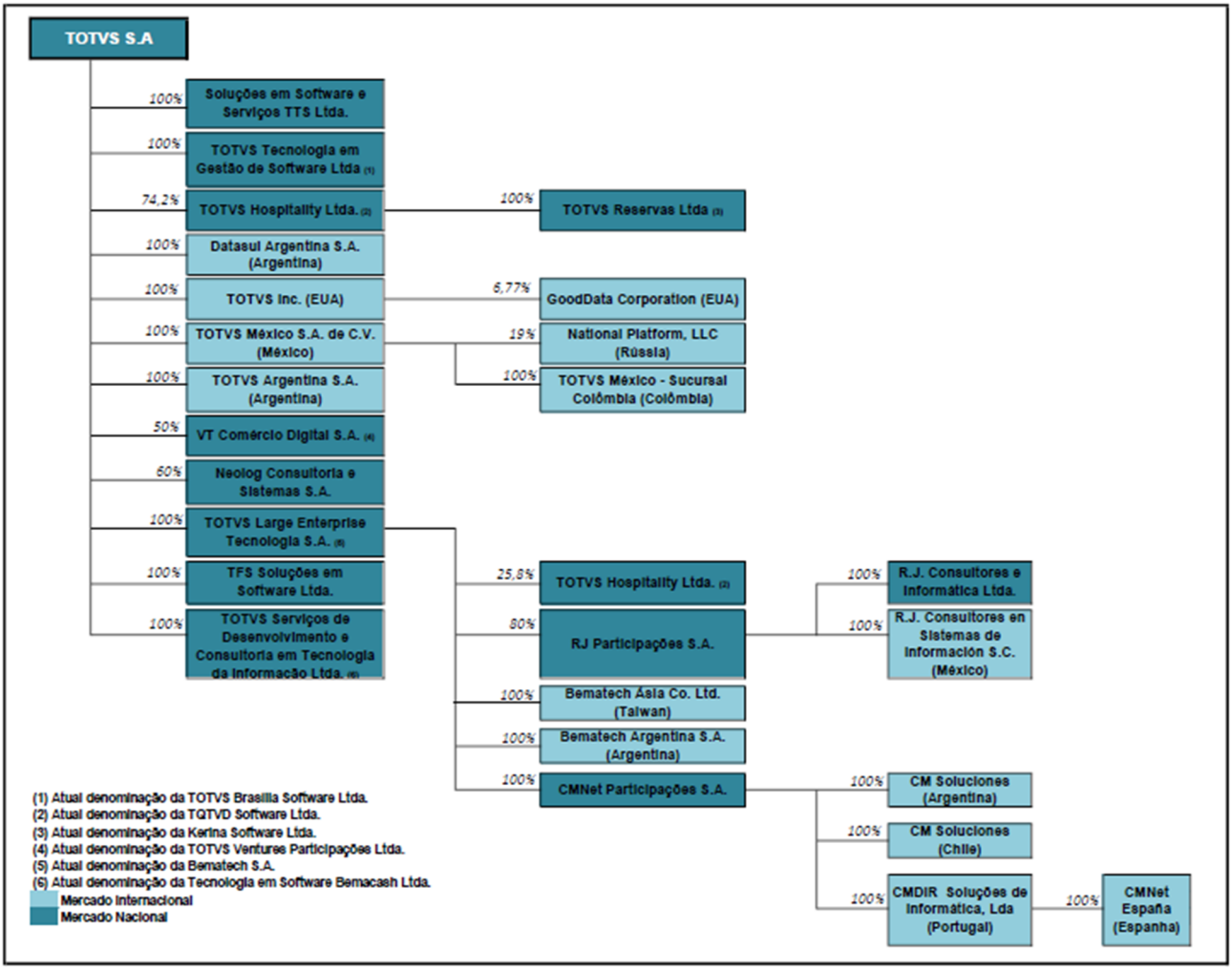
Em complemento ao item 15.7, apresentamos abaixo o organograma da empresa em 31/12/2018, 31/12/2019 e 31/12/2020, a fim de apresentar as movimentações societárias ocorridas durante estes exercícios sociais.

Organograma da Companhia em 31/12/2018:



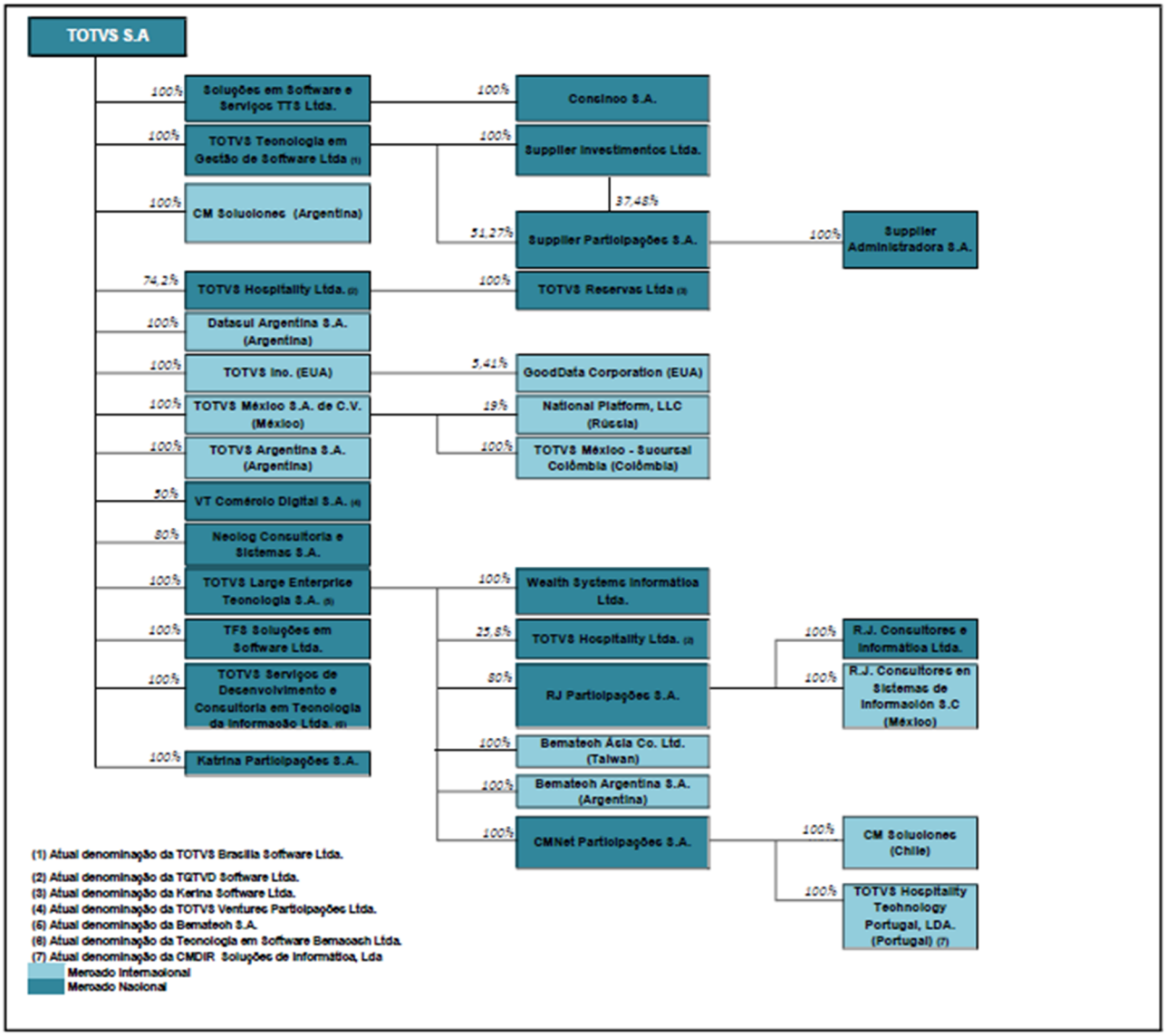
15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Organograma da Companhia em 31/12/2019:



15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

Organograma da Companhia em 31/12/2020:



16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas com a observância da Lei das Sociedades por Ações e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação (tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade etc.). Participam das referidas negociações indivíduos sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

A Companhia possui uma de transações com partes relacionadas ("**Política de Transações com Partes Relacionadas**") com todos os procedimentos, princípios e metodologia de aprovação de transações com partes relacionadas e administração de situações de potencial conflito de interesses. Essa política foi revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em 03 de maio de 2021, tornada pública em 12 de maio de 2021, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, em (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/).

Dentre os principais pontos dessa política, destacam-se os seguintes:

- Cada pessoa chave da Administração com (i) a titularidade de ações, quotas ou outros valores mobiliários que representem participação de 20% (vinte por cento) ou mais do capital social votante em uma Pessoa Jurídica, ainda que não exista uma relação de Controle; ou (ii) a titularidade ou o exercício do poder de participar nas decisões financeiras, operacionais e/ou estratégicas da Pessoa Jurídica, ainda que não exista uma relação de Controle. ("**Influência Significativa**") deve preencher anualmente um questionário destinado à coleta de informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições de referida política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe informar os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.

- A área de Compliance da Companhia manterá um cadastro atualizado com a identificação das pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades de qualquer entidade da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas, direta ou indiretamente, bem como os membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de quaisquer das empresas da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas ("**Pessoal-Chave da Administração**"), ou com Influência Significativa, bem como as partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis por transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação pode ser uma transação com parte relacionada.

- O Pessoal-Chave da Administração da Companhia ou com Influência Significativa será instruído, e periodicamente orientado, sobre a obrigação de informar à Diretoria de Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com parte relacionada de que tenha conhecimento.

- Qualquer transação que, eventualmente, possa se enquadrar como uma transação com parte relacionada deve ser reportada à área de Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos de referida política.

16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.

- Toda transação com parte relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia. Para tanto, a transação deve ser previamente submetida ao Comitê de Auditoria da Companhia, instruída por parecer da área de Compliance e do Departamento Jurídico, responsável por avaliar se as diretrizes de referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise.

- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenções de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição, pela Companhia de qualquer transação com parte relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.

- Os membros do Conselho de Administração ou o Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria e seus membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas que tenham recebido.

- O Conselho de Administração deve definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma transação com parte relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

- O Conselho de Administração poderá aprovar a transação com parte relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação é equitativa e de interesse da Companhia, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a mesma ocorra de maneira equitativa e no interesse da Companhia.

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
SHIPAY TECNOLOGIA S/A	26/02/2021	52.556,00	-	31.496,81	36 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a SHIPAY TECNOLOGIA S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 59,93% do capital social através da MCLC4 Participações e empreendimentos Ltda						
Objeto contrato	Contrato de parceria entre TOTVS S.A. e SHIPAY TECNOLOGIA S/A para a comercialização da solução “TOTVS Pagamento Digital”.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	As Partes poderão rescindir imotivadamente o contrato, a qualquer tempo, bastando que informe à outra Parte com 180 (cento e oitenta) dias de antecedência.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de parceria para comercialização de software						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	01/01/2020	45.326,88	-	5.910,63	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 13,04% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.						
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Inovalli S.A.	14/08/2020	211.308,87	-	211.308,87	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Inovalli Administração de Obras, Engenharia e Empreendimentos Imobiliários Ltda, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, diretamente, 4% do capital social e, indiretamente, 96% através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.						
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M.						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	N/A.						
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	N/A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	7.588,53	-	1.669,48	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a BR-ME Negócios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda						
Objeto contrato	Contrato de serviço de software (TOTVS APP - Conector). O contrato em vigência é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	4.314,19	-	949,12	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a VT COMERCIO DIGITAL SA e a BR-ME Negócios SA, onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda. A Companhia detém 50% do capital social da VT COMERCIO DIGITAL S.A.						
Objeto contrato	Contrato de serviço de software (Plataforma de E-commerce). O contrato em vigência é reajustado anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	15.933.494,07	-	15.933.494,07	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto da Oportunidade Social (IOS), onde é responsável por mais de 50% do aporte do seu orçamento anual. Em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito do Processo Administrativo 19957.001316/2020-08, proferida em 7 de julho de 2020, passamos, ao avaliar a natureza da parceria com o IOS, a divulgar a relação com a referida entidade sem fins lucrativos como uma transação com parte relacionada da Companhia, na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos as contribuições ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.						
Objeto contrato	Os recursos aportados na IOS se dão através de patrocínios e doações, podendo ser por meio da concessão de recursos financeiros, de bens materiais e do direito de uso de licenças e soluções desenvolvidas e comercializadas pela Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	A Companhia, alinhada a sua estratégia social, apoia voluntariamente o IOS desde sua fundação, em 1998, e centraliza seu investimento social anual em projetos desenvolvidos pelo IOS.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
GoodData Corporation	11/06/2015	34.999.157,38	-	2.369.442,95	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contratos celebrados entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 6,77% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.						
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e de distribuição da Plataforma GoodData. O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Renovação anual automática, sendo que as partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades.						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData						

16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido	Saldo existente	Montante	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	98.173,39	7.565,44	87.128,88	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Companhia possui, indiretamente, 88,75% do capital social da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.						
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 90 dias sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	05/08/2019	5.081.819,52	2.462.260,68	-	10 anos	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. (“VIP IV”), detida, indiretamente, por Laércio José de Lucena Cosentino, titular de 39,5% do capital da VIP IV						
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP, para a locação do datacenter da Companhia, com área construída de 422m² e do imóvel localizado na Rua Sóror Angélica, n.º 269, Casa Verde, São Paulo/SP, com área total construída de 1.722 m². O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período.						
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.						
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis						
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

O Conselho de Administração da Companhia estabeleceu, por meio da Política de Transação com Partes Relacionadas, diretrizes e procedimentos para assegurar que transações entre partes relacionadas e a Companhia ou suas controladas sejam realizadas no melhor interesse da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a política visa a prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de transações envolvendo partes relacionadas.

Para garantir que os mecanismos de proteção definidos na política quanto a conflito de interesses sejam acionados, a política prevê a possibilidade de reporte por qualquer pessoa que tenha conhecimento de situação que possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada, cabendo à área de Compliance, em conjunto com o Departamento Jurídico, emitir parecer para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos da política.

Além disso, nas situações nas quais as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se for solicitada, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Na análise, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria devem considerar os seguintes fatores: (a) se há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a Transação com a Parte Relacionada; (b) se a transação é realizada em termos ao menos igualmente favoráveis à Companhia do que aqueles geralmente disponíveis no mercado ou aqueles oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, levando-se em conta o custo de monitoramento da transação pela Companhia; (c) os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões emitidas por empresa especializada e independente, se houver; (d) se foi realizado ou não um processo competitivo para a referida contratação e o seu resultado; (e) a metodologia de precificação utilizada e outras possíveis formas alternativas de precificação da transação; (f) a extensão do interesse da parte relacionada na transação, considerando o montante da transação, a situação financeira da parte relacionada, a natureza direta ou indireta do interesse da parte relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, além de outros aspectos que considere relevantes; e (g) se a transação envolver a venda de um ativo, a descrição do ativo, incluindo data de aquisição e valor contábil ou custo atribuído.

No processo de aprovação de Transações com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria deverão analisar as seguintes informações, além de outras que julguem relevantes para a análise da transação especifica: (a) os termos da transação; (b) o interesse da parte relacionada e o impacto da aprovação da transação em sua dedicação para com a Companhia; (c) a existência de transações alternativas que não envolvam Partes Relacionadas e que possam atender a Companhia; (d) o objetivo e oportunidade da transação; (e) se a Companhia é parte na transação e, se não, a natureza de sua participação; (f) informações sobre as potenciais contrapartes na transação; (g) o montante financeiro aproximado da transação, bem como o valor do interesse da parte relacionada; (h) descrição de eventuais provisões ou limitações impostas à Companhia como resultado da celebração da transação; (i) se a transação envolve algum risco reputacional para a Companhia; e (j) qualquer outra informação que possa ser relevante para os acionistas e investidores, diante das circunstâncias da transação específica.

16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

Na locação da sede da Companhia, o processo de análise e seleção do imóvel foi realizado por meio de uma consultoria independente. Além disso, a consultoria também conduziu o processo de negociação financeira das alternativas. O Comitê de Remuneração e Gente e o Comitê de Auditoria da Companhia revisaram tanto os estudos realizados pela consultoria, quanto as cláusulas contratuais de proteção da Companhia, na hipótese de não cumprimento do cronograma de execução da obra e/ou das especificações técnicas, e recomendaram a aprovação da transação pelo Conselho de Administração.

16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
21/09/2021	2.962.584.687,27		617.183.181	0	617.183.181
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
21/09/2021	2.962.584.687,27		617.183.181	0	617.183.181
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
21/09/2021	2.962.584.687,27		617.183.181	0	617.183.181
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
21/09/2021	4.000.000.000,00		617.183.181	0	617.183.181

17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão	Tipo de aumento	Ordinárias	Preferênciais	Total ações	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
05/04/2018	Conselho de Administração	05/04/2018	51,387,796.01	Sem emissão de ações	0	0	0	0.00000000	0.00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

22/05/2019	Conselho de Administração	28/05/2019	341,280,000.00	Subscrição pública	27,000,000	0	27,000,000	32.78776665	12.64	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Aproveitar o preço de R$ 39,50 para e emissão, pela Companhia, de cada ação ordinária no contexto da Oferta (“Preço por Ação”), o qual foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimentos realizado exclusivamente junto a investidores institucionais (“Procedimento de Bookbuilding”), tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas ações. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1°, inciso III, da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada por ter sido aferido por meio da realização do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não promovendo a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.
Determinar que, do Preço por Ação, de R$ 39,50: (i) R$ 12,64 sejam destinados ao capital social, totalizando o montante de R$ 341.280.000,00 e (ii) o saldo de R$ 26,66 por ação, seja destinado à formação de reserva de capital, na forma do disposto na alínea ‘a’ do §1° do Art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, totalizando o montante de R$ 725.220.000,00

Forma de integralização

Integralizadas à vista no ato de subscrição em moeda corrente nacional (R$).

21/09/2021	Conselho de Administração	21/09/2021	1,443,172,500.00	Subscrição pública	39,270,000	0	39,270,000	0.94982200	36.75	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

O preço de R$ 36,75 para emissão, pela Companhia, de cada ação ordinária no contexto da Oferta (“Preço por Ação”), o qual foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimentos realizado exclusivamente junto a investidores institucionais (“Procedimento de Bookbuilding”), tendo como parâmetro: (i) a cotação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”); e (ii) as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) pelas ações. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1°, inciso III, da Lei das S.A., a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada por ter sido aferido por meio da realização do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não promovendo a diluição injustificada dos acionistas da Companhia.

Forma de integralização

Integralizadas à vista no ato de subscrição em moeda corrente nacional (R$).

17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação			Quantidade de ações depois da aprovação		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
27/04/2020	192,637,727	0	192,637,727	577,913,181	0	577,913,181

17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução de capital social.

17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo obrigatório que não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado da Companhia. Assegurado esse percentual mínimo, a assembleia geral pode deliberar a distribuição de dividendos por conta de reservas de lucros pré-existentes ou acumulados. Ainda, o Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários, bem como de reservas de lucros existentes no último balanço anual. O Conselho de Administração poderá, também, pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, ad referendum da assembleia geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	Vide item 18.12 deste Formulário
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide item 18.12 deste Formulário
Outras características relevantes	A Companhia está listada no “Novo Mercado”, o mais avançado nível de governança corporativa das empresas listadas na BM&FBOVESPA, e adota práticas que excedem as exigências da legislação com referência à governança corporativa e aos direitos dos acionistas, conforme regras do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

Limite de Voto

O Estatuto Social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- A Alienação do Controle (conforme definido no Parágrafo 1º do Artigo 42 do Estatuto Social) da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição ("**OPA**") das ações de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.
- Caso a aquisição do controle também sujeite o Adquirente do Controle à obrigação de realizar a OPA exigida pelo Artigo 43 do Estatuto Social, o preço de aquisição na OPA será o maior entre os preços determinados em conformidade com o Artigo 42 e o Artigo 43, Parágrafo 2° do Estatuto Social da Companhia.
- Qualquer acionista ou pessoa, que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma OPA da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos do Artigo 43 do Estatuto Social.
- A OPA deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.
- O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 125% (cento e vinte e cinco por cento) da cotação unitária mais alta atingida pelas ações de emissão da Companhia durante o período de 12 (doze) meses anterior à realização da OPA em qualquer bolsa de valores em que as ações da Companhia forem negociadas; (ii) 125% (cento e vinte e cinco por cento) do preço unitário mais alto pago pelo acionista ou pessoa, a qualquer tempo, para uma ação ou lote de ações de emissão da Companhia; (iii) o Valor Econômico apurado em laudo de avaliação.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- Acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, poderão solicitar a elaboração de novo laudo de avaliação, preparado nos mesmos moldes daquele referido no item (iii) do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, mas por instituição diversa. (I) Caso o novo laudo apure preço por ação inferior àquele calculado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o preço maior prevalecerá e os acionistas que solicitaram a elaboração do laudo deverão arcar integralmente com o seu custo, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia. (II) Na hipótese de o laudo previsto neste Parágrafo apurar preço por ação superior àquele obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa poderá: (1) desistir da OPA, obrigando-se a alienar o excesso de participação no prazo de três meses contados da aquisição, devendo os custos com a elaboração do novo laudo ser integralmente assumidos pelos acionistas que solicitaram a sua elaboração, de forma proporcional à participação dos mesmos no capital social da Companhia; (2) realizar a OPA pelo preço por ação indicado no novo laudo, devendo os custos com a elaboração do mesmo ser assumidos pela Companhia.

- Na revisão do preço da OPA adotar-se-á o seguinte procedimento:

(i) o pedido de elaboração de novo laudo de avaliação do preço por ação da Companhia com base no Valor Econômico, devidamente fundamentado e acompanhado de elementos de convicção que demonstrem a falha ou imprecisão no emprego da metodologia de cálculo ou no critério de avaliação adotado, deverá ser formulado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da divulgação do valor da oferta pública, e suspenderá o curso do processo de registro ou, se já concedido este, o prazo do edital da OPA, adiando o respectivo leilão, devendo o acionista ou pessoa providenciar a publicação de fato relevante dando notícia do adiamento e da data designada para a realização da reunião do Conselho de Administração que deliberará sobre a escolha de empresa especializada que elaborará o laudo;

(ii) caso o Conselho de Administração delibere pela não realização de nova avaliação da Companhia, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;

(iii) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor igual ou inferior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão;

(iv) caso o laudo de avaliação venha a apurar valor superior ao valor da OPA obtido na forma do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, o acionista ou pessoa deverá publicar, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da apresentação do laudo, fato relevante informando se mantém a OPA ou dela desiste, esclarecendo, na primeira hipótese, que será retomado o curso do processo de registro, ou da própria OPA pelo prazo remanescente, conforme o caso, devendo o acionista ou pessoa providenciar, nesta última hipótese, a publicação de fato relevante, com a nova data de realização do leilão e o novo preço;

(v) o prazo de 15 (quinze) dias referido no inciso (i) do Parágrafo 5º somente começará a correr após a entrega do laudo de avaliação original à CVM, ou após a sua disponibilização na forma do item (viii) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social, se esta ocorrer antes, devendo o acionista ou pessoa publicar fato relevante, dando notícia de tal entrega;

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

(vi) a reunião do Conselho de Administração que deliberar pela realização de nova avaliação deverá nomear o responsável pela elaboração do laudo, aprovar a sua remuneração, estabelecer prazo não superior a 30 (trinta) dias para o término dos serviços e determinar que o laudo seja encaminhado à Companhia, na pessoa de seu Diretor de Relações com Investidores, à bolsa de valores em que deva realizar-se o leilão e à CVM, além de ser encaminhado também ao endereço eletrônico desta última, no formato específico indicado pela CVM;

(vii) a instituição responsável pela elaboração do laudo de avaliação deverá ainda, na mesma data da entrega do laudo à CVM, comunicar à instituição intermediária que atuar na OPA, conforme previsto no Artigo 4º, IV da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("**Instrução CVM 361**"), o resultado da avaliação, para que esta e o acionista ou pessoa adotem as providências cabíveis, dentre aquelas previstas nos incisos (iii) e (iv) do Parágrafo 5º do Artigo 43 do Estatuto Social;

(viii) o laudo de avaliação ficará disponível nos mesmos lugares, e no mesmo formato, do laudo de avaliação de que trata o Artigo 8 da Instrução CVM 361;

(ix) a ata da reunião do Conselho de Administração indicará, necessariamente, o nome dos acionistas que solicitaram a realização de nova avaliação, para efeito de eventual aplicação do disposto no Parágrafo 3º, (I) e (II.2) do Artigo 43 do Estatuto Social.

- A realização da OPA não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.
- O acionista ou pessoa estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM, formuladas com base na legislação aplicável, relativas à OPA, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.
- Na hipótese do acionista ou pessoa não cumprir com as obrigações impostas no Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o acionista ou pessoa não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista ou pessoa que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade do acionista ou pessoa por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.
- Qualquer acionista ou pessoa que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará igualmente obrigado a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos sobre ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA.
- As obrigações constantes do Artigo 254-A da Lei de Sociedade por Ações e do Artigo 42 do Estatuto Social não excluem o cumprimento pelo acionista ou pessoa das obrigações constantes no Estatuto Social, ressalvado o disposto nos Artigos 50 e 51 do Estatuto Social.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- Não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência: (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 60 (sessenta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; ou (iv) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.
- Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no caput do Artigo 43 do Estatuto Social, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.
- Caso a regulamentação da CVM determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 43 do Estatuto Social, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste Artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.
- A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA obrigará os acionistas que tiverem votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 10 do Estatuto Social.
- A oferta pública de aquisição de ações, a ser realizada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, para o cancelamento do registro de companhia aberta, deverá ser realizada por preço justo, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis.
- A saída voluntária do Novo Mercado poderá ocorrer (i) independentemente da realização de oferta pública de aquisição de ações, na hipótese de dispensa aprovada pela Assembleia Geral da Companhia, na forma do art. 12, desse Estatuto Social, ou (ii) inexistindo tal dispensa, se precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos:
- Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no Artigo 45 acima.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.
- Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.
- Na oferta pública de aquisição de ações para fins do disposto neste artigo, serão observados os procedimentos para oferta pública de cancelamento de registro.
- Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a B3 determinar que os valores mobiliários emitidos pela Companhia tenham a sua negociação suspensa no Novo Mercado em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar, em até 2 (dois) dias da determinação, computados apenas os dias em que houver circulação dos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, uma Assembleia Geral Extraordinária para substituição de todo o Conselho de Administração.
- A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, nos termos do artigo 45 do Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.
- O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.
- Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.
- Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.
- Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.
- O laudo de avaliação da Companhia para fins de determinação do preço justo e/ou Valor Econômico, conforme o caso, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e/ou dos Acionistas Controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do Parágrafo 1º do Artigo 8 da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo 6º do mesmo Artigo 8.

18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto

- É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.
- A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização da OPA prevista neste Capítulo VII, no Regulamento do Novo Mercado ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a OPA até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.
- Qualquer acionista ou pessoa que tenha subscrito e/ou adquirido ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 8% (oito por cento) do capital social da Companhia e que deseje realizar uma nova aquisição de ações de emissão da Companhia em bolsa de valores, estará obrigado a, previamente a cada nova aquisição, comunicar por escrito à Companhia, sua intenção de adquirir outras ações de emissão da Companhia, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data prevista para a realização da nova aquisição de ações, observados sempre os termos da legislação vigente, da regulamentação da CVM e os regulamentos da B3 aplicáveis.

18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo Estatuto Social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação.

Não há cláusulas estatutárias suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos.

18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários

Exercício social **31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.585.856.250	27,91	14,03	R$ por Unidade	22,52
30/06/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.111.344.810	23,15	14,65	R$ por Unidade	19,79
30/09/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	9.285.195.530	29,85	23,75	R$ por Unidade	27,01
31/12/2020	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	11.870.515.570	31,07	25,32	R$ por Unidade	27,51

Exercício social **31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.208.652.156	13,13	9,42	R$ por Unidade	11,38
30/06/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.114.712.160	15,09	12,83	R$ por Unidade	13,91
30/09/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.040.235.370	19,33	14,57	R$ por Unidade	17,22
31/12/2019	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.272.515.020	22,90	18,74	R$ por Unidade	20,80

Exercício social **31/12/2018**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	879.869.170	9,95	7,92	R$ por Unidade	8,85
30/06/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	709.732.443	10,38	7,93	R$ por Unidade	9,10
30/09/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	858.553.101	10,69	8,83	R$ por Unidade	9,74
31/12/2018	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	779.167.786	11,22	9,58	R$ por Unidade	10,25

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	22/04/2020
Data de vencimento	22/04/2021
Quantidade	200.000
Valor total	200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539 e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício de garantia firme de colocação das Debêntures pelos Coordenadores no momento da subscrição, nos termos do artigo 13, inciso II, da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, as disposições do artigo 13 da Instrução CVM 476 encontram-se, nesta data, suspensas em razão da Deliberação CVM 849 quando, alternativa ou cumulativamente, (a) o adquirente for investidor profissional; e (b) tratar-se de valor mobiliário emitido por companhia registrada na CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”) de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Resgate Antecipado Facultativo: Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir de 22 de julho de 2020, inclusive, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data da Primeira Integralização até a data de seu efetivo pagamento (“Saldo Devedor”), acrescido ainda de prêmio de resgate flat incidente sobre o Saldo Devedor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) (“Resgate Antecipado Facultativo”). Observação: Conforme Comunicado ao Mercado ("Resgate antecipado de debêntures simples não conversíveis em ações") divulgado em 05 de agosto de 2020, as debêntures foram resgatadas antecipadamente. No dia 10 de agosto de 2020, a Companhia resgatou a totalidade das debêntures no valor de R$203.219.000,00. As debêntures venceriam em 22 de abril de 2021 e o resgate antecipado facultativo ocorreu, nos termos da escritura da 2ª Emissão, mediante o pagamento do saldo devedor do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios correspondentes a 100,0% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros), base 252 dias úteis, acrescida de spread equivalente a 2,65% ao ano calculada pro rata temporis a partir da data de integralização das debêntures, até a data do efetivo pagamento, acrescido de um prêmio correspondente a 0,10%.

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Identificação do valor mobiliário	3ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	21/05/2021
Data de vencimento	21/05/2024
Quantidade	1.500.000
Valor total	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Qualificados”) e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, salvo na hipótese de exercício de garantia firme de colocação das Debêntures pelos Coordenadores no momento da subscrição, nos termos do artigo 13, inciso II, da Instrução CVM 476, e depois de observado o cumprimento, pela Emissora, dos requisitos do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Sem prejuízo do disposto nesta cláusula, as disposições do artigo 13 da Instrução CVM 476 encontram-se, nesta data, suspensas em razão da Deliberação CVM nº 849, de 31 de março de 2020 (“Deliberação CVM 849”) quando, alternativa ou cumulativamente, (a) o adquirente for investidor profissional; e (b) tratar-se de valor mobiliário emitido por companhia registrada na CVM.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A TOTVS poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, em uma ou mais vezes, assegurando a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures de que forem titulares (“Oferta de Resgate Antecipado”) de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Resgate Antecipado Facultativo: Emissora poderá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, , inclusive, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento) Valor do Resgate Antecipado Facultativo”) e de prêmio, conforme aplicável, nos termos descritos da tabela constante na Escritura. As debêntures terão vencimento no dia 21 de maio de 2024 e poderão ser resgatadas antecipadamente, a exclusivo critério da Companhia.

Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	15/09/2017
Data de vencimento	15/09/2020
Quantidade	200.000
Valor total	200.000.000,00

18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	SIm
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada, e depois de decorridos 90 dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A TOTVS poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures, que será endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os debenturistas, para aceitar ou não resgate antecipado das debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	Aquisição Facultativa: A emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir debêntures, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3, da Lei das Sociedades por Ações e as restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476. As debêntures adquiridas pela emissora poderão ser canceladas, ser novamente colocadas no mercado ou permanecer na tesouraria da Emissora, devendo tal fato, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; Demais características das debêntures, da emissão e da Oferta: as demais características das debêntures, da emissão e da oferta encontram-se descritas na escritura de emissão, na RCA e nos demais documentos a elas pertinentes. As debêntures venceram no dia 15 de setembro de 2020 e foram liquidadas pelo valor de R$202.838.000,00.

18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	4

18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil. Especificamente as ações da Companhia são negociadas na B3– Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) “TOTS3”, na categoria de maior nível de governança corporativa, o “Novo Mercado”. As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas na B3 e CETIP sob os códigos de negociação TOTS11 e TOTS12.

18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior

18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição

1ª Emissão de Debêntures

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$200.000 mil e vencimento final em 15 de setembro de 2020. A partir da data de emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 105% do CDI. Para mais informações sobre a 1ª Emissão de Debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

2ª Emissão de Debêntures

Em 22 de abril de 2020, a Companhia emitiu 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$200.000 mil, e vencimento final em 22 de abril de 2021. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% do CDI acrescida de sobretaxa (spread) equivalente a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento). Para maiores informações sobre a 2ª Emissão de Debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

3ª Emissão de Debêntures

Em 21 de maio de 2021, a Companhia emitiu 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, sob regime de garantia firme de colocação, com valor nominal unitário de R$1 mil, no valor total de R$1,5 bilhões, e vencimento final em 21 de maio de 2024. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100% do CDI acrescida de sobretaxa (spread) equivalente a 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento). Para maiores informações sobre a 3ª Emissão de Debêntures, vide item 18.5 deste Formulário de Referência.

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos de Colocação 2019

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de maio de 2019, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia. ("**Oferta Restrita**"). Em 22 de maio de 2019, foi aprovado o preço por ação de R$39,50 ("Preço por Ação"), sendo certo que a Oferta Restrita totalizou o montante total de R$1.066.500.000,00.

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos de Colocação 2021

Em setembro de 2021, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de 39.270.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, realizada no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, ao preço de R$36,75 por ação, perfazendo o montante de R$ 1.443.172.500,00.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

1ª Emissão de Debêntures

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 1° emissão pública de debênture foram integralmente utilizados para capital de giro, investimentos no âmbito do objeto social da Emissora e/ou pré-pagamento de dívidas.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta de aplicação.

2ª Emissão de Debêntures

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 2° emissão pública de debêntures serão integralmente utilizados para liquidação programada de R$200.000 mil correspondente às debêntures da 1ª (primeira) emissão da Companhia, que vencerão em 15 de setembro de 2020, e em preparação para o pagamento de R$458.405 mil pela aquisição de ações correspondentes a 88,8% do capital social da SUPPLIER PARTICIPAÇÕES S.A.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

3ª Emissão de Debêntures

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 3° emissão pública de debêntures serão integralmente utilizados na consecução do Plano Estratégico e do objeto social da Companhia.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos de Colocação 2019

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Considerando-se o Preço por Ação, os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas, são de R$1.037 milhões. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, vide seção “Custos da Oferta” acima.

Pretendemos investir a totalidade dos recursos líquidos obtidos por meio da Oferta em potenciais aquisições de empresas que possam contribuir para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do core business e de expansão para novos mercados, sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de capital da Companhia.

Nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição (com mais de dez targets mapeados) é constantemente atualizado tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe com a estratégia da Companhia, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado, sendo, nesta data, o valor estimado por operação na faixa entre R$50 milhões a R$3 bilhões. Para mais detalhes sobre as nossas estratégias de aquisição, ver item ”7.1. Descrição das Atividades Principais do Emissor e suas Controladas” deste Formulário de Referência.

Nesta data, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores.

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso os recursos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a Destinação de Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta na situação patrimonial da Companhia, vide item "Capitalização" abaixo.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta.

Oferta Pública de Ações com Esforços Restritos de Colocação 2021

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos no âmbito da oferta pública com esforços restritos de colocação de ações ordinárias de emissão da Companhia serão destinados especialmente em potenciais aquisições de empresas que possam contribuir para a execução da estratégia da Companhia e construção de um ecossistema de tecnologia em 3 dimensões (Gestão, Techfin e Business Performance), sendo que quaisquer recursos líquidos remanescentes serão utilizados para reforço de capital da Companhia e para consecução de seu objeto social.

Na data deste Formulário de referência, ainda não há uma posição definida sobre quais empresas serão adquiridas pela Companhia e nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas.

A destinação dos recursos da Oferta será influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar. Enquanto os investimentos acima descritos não forem realizados, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta poderão ser investidos em aplicações financeiras que a administração da Companhia acredita estarem dentro da sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos da Companhia com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha, que poderá incluir os Coordenadores.

18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

A destinação dos recursos acima descrita é baseada em análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Mudanças nas condições de mercado e do momento da destinação dos recursos podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta quando de sua efetiva utilização, visando ao melhor interesse da Companhia. A aplicação dos recursos captados com a Oferta depende de vários fatores que a Companhia não pode garantir que venham a se concretizar, dentre os quais, o comportamento do mercado em que a Companhia atua, a habilidade de dar continuidade às atividades regulares da Companhia, desenvolver novos projetos.

Caso os recursos provenientes da Oferta não sejam suficientes para custear a Destinação de Recursos acima descrita, a Companhia poderá buscar recursos adicionais, inclusive por meio de instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, realização de oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública de ações de emissão da Companhia. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os recursos foram utilizados conforme a proposta.

18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição

Inexistem ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia.

18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes, além daquelas apresentadas nos itens acima.

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp.	Espécie	Classe	Qtde. prevista	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
06/03/2020	09/03/2020 à 03/08/2020	875.978.627,78	Ordinária		9.000.000	1,854360	5.100.900	18,57	R$ por Unidade	56,676666
Objetivo: Aquisição de ações pela Companhia para fazer frente ao Plano de Incentivo e Retenção baseado em Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2015 e alterado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de abril de 2018, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. Instituições financeiras que atuarão como intermediárias: BTG Pactual Corretora de Valores S.A. (BTG Pactual CTVM S.A.), inscrita no CNPJ sob o nº 43.815.158/0001-22, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar (parte), CEP 04538-133, e ITAÚ Corretora de Valores S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 3º andar, CEP 04538-132. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2020, foi aprovado o encerramento antecipado do Programa de Recompra de Ações da Companhia (“Programa de Recompra”), originalmente previsto para ser encerrado no dia 09 de setembro de 2020, conforme Fato relevante divulgado no dia 06 de março de 2020. Nos termos do Programa de Recompra, a Companhia adquiriu em bolsa de valores, a preços de mercado, o total de 5.100.900 ações ordinárias de emissão da Companhia, que poderão ser utilizadas para fazer frente ao Plano de Incentivo e Retenção baseado em ações da Companhia, podendo, ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas nos termos da lei.										

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2020

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	5.856.357	
Quantidade adquirida	5.100.900	18,57
Quantidade alienada	803.671	10,86
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	10.153.586	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	2.186.091	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	233.972	33,72
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.952.119	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria

Exercício social 31/12/2018

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			R$ por Unidade

Movimentação	Quantidade	Preço médio ponderado de aquisição/alienação
Quantidade Inicial	2.231.967	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	45.876	27,84
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	2.186.091	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) envolvendo a evolução das cotações das ações emitidas, inclusive no que diz respeito a operações associadas a instrumentos tais como “Total Equity Return Swap”, ou operações assemelhadas.

20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

Data aprovação	**31/10/2019**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Aplica-se ao Grupo TOTVS (Matriz, Unidades Próprias, Filiais e Subsidiárias), devendo ser observada pelos acionistas Controladores, diretores, membros do conselho de administração, Conselheiros Fiscais e membros de quaisquer órgãos com funções técnicas criadas por estatuto social, e por quem quer que, devido seu cargo no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas da Companhia, tenha ou possa vir a ter acesso à qualquer (i) decisão dos Controladores; (ii) deliberação da assembleia geral ou dos Administradores; ou (iii) qualquer outro ato de caráter administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influir na: (a) cotação dos valores mobiliários da Companhia; (b) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os seus valores mobiliários; ou (c) decisão dos investidores de exercerem quaisquer direitos de titular de valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados ("Informação Relevante").

Principais características

O objetivo da Política de Negociação é orientar e estabelecer as regras para a negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e de derivativos neles referenciados, a serem observadas pelas Pessoas Vinculadas, nos termos da legislação vigente e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, e em observância ao disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia, no Código de Conduta e na Política de Divulgação da Companhia. Está disponível (i) no website de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); e (ii) no website da CVM (www.cmv.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da regulamentação da CVM e da Política de Negociação, é vedada a negociação, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários pela Companhia, nos seguintes casos: (a) antes da divulgação ao mercado de Informação Relevante ocorrida nos negócios da Companhia que seja de seu conhecimento; (b) nos períodos em que, por força de comunicação do Diretor de Relações com Investidores, que não estará obrigado a justificá-la, haja determinação de vedação à negociação (ainda que não ocorra a referida comunicação, as pessoas vinculadas e suas pessoas ligadas permanecem sujeitas às vedações impostas pela presente Política de Negociação, caso tenham ciência de Informação Relevante ainda não divulgada). Nesta hipótese, a determinação do Diretor de Relações com Investidores deverá ser mantida em sigilo pelas Pessoas Vinculadas; (c) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações da Companhia pela própria Companhia, suas Controladas, Coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) sempre que existir a intenção de promover a incorporação, cisão, fusão, transformação ou reorganização societária relevante; (e) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários, até a publicação do anúncio de encerramento de distribuição, com Valores Mobiliários de emissão da Companhia; e (f) no período de 15 dias corridos que antecederem a divulgação e/ou publicação, quando for o caso, das informações trimestrais (ITR) ou das demonstrações financeiras padronizadas anuais da Companhia (DFP). É vedada a negociação, direta ou indiretamente, de Valores Mobiliários pelos administradores e pessoas ligadas a eles que se afastem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão que configurar Informação Relevante, estendendo-se por prazo de seis meses após o seu afastamento. Nas hipóteses previstas nos itens (a) e (d) mesmo após a divulgação da Informação Relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação, caso esta possa - a juízo da Companhia - interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a resultar prejuízo na própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores. A proibição referida no item (c) acima aplica-se às operações com ações da Companhia realizadas por Pessoa Vinculadas, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com ações de emissão da Companhia. Para esse efeito, as Corretoras Credenciadas estão instruídas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia a não registrarem operações em tais datas. As Corretoras Credenciadas também devem ser instruídas pela Companhia a não registrarem operações nos 15) dias anteriores à divulgação ou publicação das informações periódicas ou demonstrações financeiras referidas no item (f) acima.

20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

As normas da Política de Negociação aplicam-se também nos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem para o seu benefício direto e/ou indireto, mediante a utilização, por exemplo, de: (i) o cônjuge; (ii) qualquer dependente; e (iv) as sociedades controladas pelos Administradores, Conselheiros Fiscais e membros dos órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores poderá, a qualquer tempo, solicitar às Corretoras Credenciadas o histórico de negociação das Pessoas Vinculadas com Valores Mobiliários, a fim de averiguar eventuais violações a Política de Negociação.

As Pessoas Vinculadas devem zelar para que as regras desta Política de Negociação também sejam cumpridas e observadas por qualquer pessoa que esteja sob sua influência, incluindo Controladas, Coligadas, fundos de investimento exclusivos ou cujas decisões de negociação do administrador possam ser por elas diretamente influenciadas, bem como pelas pessoas ligadas a elas.

As vedações previstas nos itens da Política de Negociação não se aplicarão às Pessoas Vinculadas nem à própria Companhia nas seguintes hipóteses: (i) exceto no tocante à vedação prevista no item (f), que permanece neste caso, às operações com ações em tesouraria, por meio de negociação privada, vinculadas ao exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, ou quando se tratar de outorga de ações a Administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em Assembleia Geral; (ii) às negociações realizadas por fundos de investimento não exclusivos e cujas decisões não possam ser influenciadas pelas Pessoas Vinculadas; ou (iii) quando as operações com Valores Mobiliários forem realizadas de acordo com Planos Individuais de Investimento (conforme definido na Política de Negociação), desde que observados todos os requisitos lá descritos.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas que descumprirem qualquer disposição da Política de Negociação obrigam-se a ressarcir a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento, podendo ainda a Companhia, a seu exclusivo critério, adotar quaisquer medidas corretivas e/ou disciplinares sancionatórias frente aos infratores.

As disposições da Política de Negociação não suprimem a responsabilidade, decorrente de prescrições legais e regulamentares, imputada a terceiros não diretamente ligados à Companhia e que tenham conhecimento de Informação Relevante e venham a negociar com Valores Mobiliários.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

A Companhia possui uma Política de Divulgação de Informações Relevantes ("**Política de Divulgação**"), aprovada na reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de dezembro de 2019.

O objetivo da Política de Divulgação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, conforme abaixo definido, no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral.

Para fins da Política de Divulgação, entende-se por:

- "**Ato ou Fato Relevante**", "**Informação Privilegiada**" ou "I**nformação Relevante**": qualquer (i) decisão dos Controladores; (ii) deliberação da assembleia geral ou dos Administradores; ou (iii) qualquer outro ato ou fato de caráter político administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que possa influir de modo ponderável na: (a) cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (b) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários; ou (c) decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados. Uma relação exemplificativa de situações que podem ser caracterizadas como Informação Relevante encontra-se no parágrafo único do artigo 2º da Resolução CVM 44.
- "**Pessoas Vinculadas**": a Companhia, seus Controladores, Administradores, Conselheiros Fiscais, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, as Controladas e Coligadas da Companhia, e quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição no Controlador, nas Controladas ou nas Coligadas, tenha ou possa vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante. Também serão consideradas Pessoas Vinculadas, para fins da Política de Divulgação, as demais pessoas expressamente indicadas pelo Diretor de Relações com Investidores, a seu exclusivo critério, incluindo empregados, colaboradores ou outros acionistas da Companhia e/ou de suas Controladas ou Coligadas, que tenham ou possam vir a ter acesso a Ato ou Fato Relevante.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia analisar as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

Ademais, a Companhia dispõe de um controle e gestão de identidades para gerenciar o acesso às informações relevantes contidas em seus sistemas de gestão, plataformas de colaboração de documentos e conteúdos e comunidades internas, com objetivo de evitar o acesso a informações relevantes por pessoas não vinculadas.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de Informações Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Informações Relevantes sejam divulgadas ao público. Devem, ainda, zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados à Informação Relevante com aqueles que tenham necessidade de conhecer a Informação Relevante.

21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

É vedado pela Política de Divulgação que às Pessoas Vinculadas fornecer ou comentar na mídia, por qualquer meio de comunicação, inclusive pela internet ou redes sociais, qualquer Informação Privilegiada a qual tenham tido acesso em razão do cargo ou posição que ocupam até sua divulgação ao público bem como realizar qualquer manifestação pública a respeito de notícias publicadas pela imprensa sobre questões tratadas em reuniões dos órgãos de administração, de comitês ou de qualquer unidade administrativa da Companhia que não tenham sido objeto de prévio pronunciamento oficial por intermédio do Diretor de Relações com Investidores.

Caso algum Administrador intencione comentar nos meios de comunicação mencionados no item anterior alguma informação a qual tenham tido acesso e que exista dúvida sobre a sua qualificação como privilegiada, o Diretor de Relações com Investidores deverá ser previamente comunicado de maneira que este possa avaliar se a informação constitui Fato Relevante e deve ser simultaneamente divulgada ao mercado.

Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escapou ao controle da Companhia ou verifique que um Ato ou Fato Relevante que ainda não tenha sido divulgado, possa ter gerado oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, deverão comunicar tais fatos imediatamente à Companhia, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Para mais detalhes sobre a Política de Divulgação de Informações Relevantes, vide item 21.2 abaixo.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as regras a serem observadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Informações Relevantes ainda não divulgadas pela Companhia ao público e ao mercado em geral. A presente Política de Divulgação foi elaborada nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. Deverão realizar o treinamento da Política de Divulgação, seguido de uma avaliação (para aprovação deve-se obter 80% de acerto), e assinar virtualmente o Termo de Adesão à Política de Divulgação, tornando-se Pessoas Vinculadas para os fins aqui previstos.

As obrigações previstas na Política alcançam e devem ser cumpridas por: (i) Administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais, membros integrantes de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia, criados por disposição estatutária; (ii) empregados e executivos com acesso a informação relevante da Companhia; (iii) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, em suas controladoras, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas tenham conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a Companhia; e (iv) pelas Pessoas Ligadas às abrangidas nos itens (i) a (iii).

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, além daquelas previstas em lei ou determinadas pela CVM, pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração da Companhia:

(i) divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, imediatamente após a ciência, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado Informação Relevante; e

(ii) zelar pela ampla e imediata disseminação da Informação Relevante simultaneamente nas Bolsas de Valores, assim como ao público investidor em geral.

A comunicação de Informações Relevantes à CVM e às Bolsas de Valores deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A Informação Relevante deve ser divulgada ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias do Valor Econômico (www.valor.com.br/fatosrelevantes); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (http://ri.totvs.com.br); (iii) do sistema de envio de Informações Periódicas e Eventuais da CVM (Sistema IPE); e (iv) da página na rede mundial de computadores das Bolsas de Valores na quais os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação.

Não obstante a divulgação de Informação Relevante pelos canais de comunicação mencionados, qualquer Informação Relevante poderá ser também publicada nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida da Informação Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa da Informação Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM, às Bolsas de Valores e a outras entidades, conforme aplicável.

Sempre que for veiculada Informação Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no país ou no exterior, a Informação Relevante será divulgada simultaneamente à CVM, às Bolsas de Valores e ao público investidor em geral.

Qualquer Pessoa Vinculada que tenha conhecimento de atos ou fatos que possam configurar Informação Relevante deverá proceder à comunicação imediata ao Diretor de Relações com Investidores, de forma a garantir sua imediata divulgação, ou diretamente à CVM, se o Diretor de Relações com Investidores permanecer inerte ao dever de comunicar.

21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia analisar as situações concretas que venham a surgir no curso das operações da Companhia, considerando sempre a sua materialidade, especificidade setorial, concretude ou importância estratégica, a fim de verificar se tais situações constituem ou não Ato ou Fato Relevante.

A Informação Relevante deverá ser, sempre que possível, divulgada antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, porém, preferencialmente, após o encerramento dos negócios onde os Valores Mobiliários sejam negociados. Caso as Bolsas de Valores não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento da Bolsa de Valores localizadas no Brasil na qual Companhia esteja primariamente listada.

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá decidir por submeter à apreciação da CVM questão acerca da divulgação ao público de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Sempre que uma Informação Relevante ainda não divulgada ao público escape ao controle da Companhia ou, na situação em que uma Informação Relevante ainda não tenha sido divulgada, caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá providenciar para que a Informação Relevante seja imediatamente divulgada à CVM, às Bolsas de Valores e ao mercado em geral.

21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens anteriores.

21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação

Os atos ou fatos que constituam Informação Relevante poderão deixar de ser divulgados se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

A Companhia poderá optar por submeter à apreciação da CVM a questão acerca da divulgação de Informação Relevante que possa colocar em risco interesse legítimo da Companhia.